UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LIVIA MARIA BOTIN

**Ciência e tecnologia em debate: uma análise das entrevistas do
programa *Roda Viva*, da TV Cultura (1986-2006)**

Tese de doutorado

São Paulo

2016

LIVIA MARIA BOTIN

Ciência e tecnologia em debate: uma análise das entrevistas do programa *Roda Viva*, TV Cultura (1986-2006)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em História

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Gildo Magalhães dos Santos Filho

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B 748 Botin, Livia Maria
c Ciência e tecnologia em debate: uma análise das
entrevistas do Roda Viva 91986-2006) / Livia Maria
Botin ; orientador Gildo Magalhães Santos Filho. -
São Paulo, 2016.
268 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. televisão pública. 2. história do Brasil. 3.
divulgação da ciência . 4. TV Cultura. 5. ciência. I.
Santos Filho, Gildo Magalhães , orient. II. Título.

Nome: BOTIN, Livia Maria

Título: Ciência e tecnologia em debate: uma análise das entrevistas do programa *Roda Viva*, TV Cultura (1986-2006)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de doutor em História

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Lara, querida filha, que me trouxe, do novo, a surpresa e alegria.

Ao companheiro Carlos L. Sandler, com amor e gratidão.

Agradecimentos:

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por conceder uma bolsa de pesquisa para este estudo.

Em meio às leituras realizadas para elaboração desta tese, sempre me agradou observar os agradecimentos. Nesta seção, reservada a um momento íntimo das pesquisas e estudos analisados, encontrava os sujeitos que constituíram suas teses e dissertações, bem como a rede de solidariedade estabelecida por eles. Assim, em meio à linguagem formal e científica, necessária aos estudos da academia, buscava nos agradecimentos, fôlego e determinação para seguir na escrita.

Família, amigos, colegas de curso e de trabalho geralmente fazem parte da lista de pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com o desenvolvimento do texto. Também um conjunto de instituições é frequentemente citado, sobretudo os órgãos que financiaram o trabalho. Assim, como uma pesquisa não se produz sozinha, me dirijo às inúmeras pessoas e instituições que me auxiliaram durante esta jornada.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Gildo Magalhães dos Santos Filho, pela orientação segura, atenciosa e paciente. O professor Gildo leu meus textos com rigor e fez sempre, com muita gentileza e respeito, críticas e sugestões certeiras e muito pertinentes.

Também agradeço à equipe do Labjor; foi no curso de especialização em jornalismo científico que tive a oportunidade de conhecer os Estudos Sociais de C&T e participar do projeto *Memória Roda Viva*, que objetivava realizar um banco de dados das entrevistas do programa. No decorrer das atividades deste projeto, passei a notar certas diferenças e semelhanças no “tom” das entrevistas sobre C&T e, assim, após conversar sobre as minhas impressões com os membros da equipe, fui incentivada a elaborar esta pesquisa de doutorado.

As professoras Germana Barata e Maria Amélia Dantes Mascarenhas leram o texto de qualificação e propuseram relevantes correções. Tive sorte de contar com elas e

agradeço muito suas contribuições. Aos professores Laurindo Leal Filho, Carlos Vogt e Marko Synésio Monteiro, agradeço à disposição para ler a versão final desta tese. Por fim, agradeço a Beatriz Kushnir, sempre solicita aos assuntos da censura e censores no Brasil nos anos finais da Ditadura.

Sou grata também aos integrantes do Grupo de Estudos do Progresso da Tecnologia e Ciência (GEPTEC) pelas inúmeras reuniões sobre ciência e tecnologia, sempre acompanhada de excelentes refeições. Os incentivos e as contribuições das pessoas deste grupo foram muito importantes para esta pesquisa.

Foi com a ajuda do pessoal do Arquivo da Fundação Padre Anchieta que obtive a grande parte do material desta pesquisa, por isso, agradeço ao Demócrito e José Maria por abrir os arquivos prontamente.

Aos jornalistas e ex-jornalistas da emissora TV Cultura, entrevistados mais de uma vez para a elaboração da tese, agradeço muito a colaboração e disponibilidade. Seus depoimentos e falas foram essenciais para a tessitura deste texto.

A querida Bel foi a revisora deste trabalho e, em muitos casos, foi mais do que isso. Agradeço muito pela paciência e leitura atenta.

No percurso da pesquisa optei pela maternidade. Hoje, além de pesquisadora, sou mãe da Lara, pessoa que me dá todos os dias alegria e felicidade. Porém, a maternidade não é fácil, assim, sem a ajuda da família, certamente, não conseguiria concluir este trabalho. Por isso, não posso deixar de agradecer ao amor e apoio da família Ripamonte/Botin, principalmente minha mãe, Marisa Botin, que deixou sua vida em Ribeirão Preto para ficar comigo e com a “Zuca”; também meu pai, Paulo Botin, sempre me incentivou a seguir no caminho da pesquisa. À família Labriola/Sandler, sou muito grata pelos almoços de domingo, jantares semanais, auxílio com a Lalá... O carinho que vocês têm para comigo é confortante.

Além da Lara, a maternidade me presenteou com a amizade de outras mães queridas. Com elas construí uma rede de solidariedade muito importante e pudemos compartilhar não só experiências do universo materno, mas, muitas vezes, me dirigi a estas mães para comentar as pesquisas desta tese; agradeço muito à Juliana Giordano, às

meninas do Buxixo e Paumirinhas pelos bate papos virtuais, cafés e passeios no parquinho.

Agradeço ainda às antigas amizades – Gisela Geraldi e Mariana Sombrio pela leitura de trechos da tese; Paulo Cruz Terra, pelas contribuições ao projeto de pesquisa, ainda em 2012. E à Aline, Marina Berriel, Carlinha, Carol, Letícia, Roberta, Cris Mia, por escutar sempre as lamentações. Em São Paulo, algumas amigas foram essenciais – Vanessa Sobrinho, Isabella Ruiz; de longe, Renata Fortes sempre aparecia com palavras doces.

Por fim, Carlos Sandler suportou longos (e, às vezes, eternos) momentos de ansiedade e incertezas e, como muitas ideias vêm da paixão, ele é meu cúmplice de texto e de vida.

Dedico este trabalho a ele e à Lara, nosso amor.

Resumo

Botin, Livia Maria. Ciência e tecnologia em debate: uma análise das entrevistas do programa *Roda Viva* (1986-2006) [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2016.

Este estudo analisou como o programa *Roda Viva*, produzido pela TV Cultura, debateu e divulgou temas relacionados à ciência e tecnologia nas últimas décadas do século XX (1986-2006). Parte-se do pressuposto de que as visões sobre atividade científica apresentadas no programa refletem, sobretudo, o próprio projeto pedagógico e político da TV Cultura bem como as expectativas das elites intelectuais paulistas que atuaram nessa instituição ao longo desse período. Além disso, analisamos como essas entrevistas contribuíram para a construção de múltiplas visões sobre a ciência no país.

O corpus documental previsto para a pesquisa é composto por três grandes séries documentais: 1) as entrevistas com figuras públicas e políticas representativas das áreas de C&T no país e com integrantes da comunidade científica; 2) os Estatutos da Fundação Padre Anchieta e os relatórios relativos à TV Cultura, e, finalmente, 3) as entrevistas com membros participantes da produção do programa *Roda Viva*.

Palavras Chaves: TV Cultura, televisão pública, divulgação científica, comunicação pública da ciência, história do Brasil.

Abstract

This study examined how the talk show *Roda Viva*, produced by the television network *TV Cultura*, had discussed and publicized issues that are related to science and technology in the last decades of the twentieth century (1986-2006). The hypothesis of this thesis states that the images of scientific activity transmitted by the TV show reflect mostly TV Cultura own pedagogical and political project as well as the expectations of São Paulo intellectual elites who worked at this institution during the covered period. In addition, we analyzed how these interviews influenced the construction of multiple views on science in Brazil.

The sources used to support this research consist of three major documentary sets: 1) interviews with public people and politicians who are important to S&T areas in Brazil and members of the scientific community; 2) *Padre Anchieta Foundation* Statutes and reports referring to TV Cultura; and finally, 3) interviews with members of *Roda Viva* production staff.

Key-words: TV Cultura, public television, public understanding of science, History of Brazil

Lista de figuras

Figura 1 – O “índiozinho” era o símbolo da TV Cultura	78
Figura 2 – O líder sindical e candidato à presidência.....	107
Figura 3 – Imagem inicial do programa <i>Vox Populi</i>	121
Figura 4 – Primeiro anúncio do programa <i>Vox Populi</i>	121
Figura 5 – Cenário do programa <i>Vox Populi</i>	122
Figura 6 – Apresentador do programa, Luiz Jatobá	127
Figura 7 – Márcia Peltier e a bancada do <i>Sem Censura</i>	129
Figura 8 – Programa <i>Roda Viva</i> em 2010 sob direção e apresentação de Marília Gabriela	130
Figura 9 – Programa <i>Roda Viva</i> , 1987, entrevista com o empresário João Augusto do Amaral Gurgel	131
Figura 10 – Primeiro croqui do programa	137
Figura 11 – Imagem da câmera de cima do programa	138
Figura 12 – Mino Carta, Brizola e as orelhas do Mickey Mouse	140
Figura 13 – Entrevistadores do programa <i>Roda Viva</i> por veículos de comunicação que representam por década	157
Figura 14 – Entrevistas programa <i>Roda Viva</i> por tema.....	196
Figura 15– Especialista convidado ao programa <i>Roda Viva</i> (1986-2006)	199
Figura 16– Convidados estrangeiros na área de Ciências Humanas e Sociais	202
Figura 17– Representantes das instituições públicas e sociedade científicas da área de C&T no programa <i>Roda Viva</i> (1986-2006)	206
Figura 18 – Charge (1) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)	218
Figura 19 – Charge (2) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)	218
Figura 20 – Charge (3) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)	218
Figura 21 – Porcentagem entre homens e mulheres entrevistados no programa <i>Roda Viva</i> (1986-2006)	221
Figura 22 – Porcentagem de mulheres e homens convidados à bancada do programa <i>Roda Viva</i> (1986-2006)	221
Figura 23 – Participação de mulheres por área de C&T no programa <i>Roda Viva</i> (1986-2006)	222

Lista de tabelas

Tabela 1 – Taxas de licenças de países selecionados	62
Tabela 2 – Quadro comparativo do sistema de televisões públicas da Europa, Estados Unidos e Brasil (TV Cultura).....	62
Tabela 3 – Lista de governadores Estado de São Paulo (1967-2006)	87
Tabela 4 – Lista de presidentes da Fundação Padre Anchieta.....	90
Tabela 5 – Programas da TV Cultura e Índices do IBOPE	95
Tabela 6 – Lista de presidentes da Fundação Padre Anchieta.....	102
Tabela 7 – Apresentadores do programa <i>Roda Viva</i>	143
Tabela 8 – Entrevistadores do programa <i>Roda Viva</i> por veículos de comunicação que representam por década	156
Tabela 9 – Entrevistas do programa <i>Roda Viva</i> por áreas de C&T por período (1986-2006) ..	198
Tabela 10 – Especialistas convidados ao programa <i>Roda Viva</i> por área por período (1986-2006)	199
Tabela 11 – Locais onde atuam os convidados do programa <i>Roda Viva</i> por área	205
Tabela 12 – Entrevistados no programa <i>Roda Viva</i> por sexo por período (1986 e 2006).....	222

Sumário

Introdução	14
Percurso metodológico.....	26
Clivagem de ciência e tecnologia no programa <i>Roda Viva</i>	27
Capítulo 1. TV Cultura: o veículo de comunicação.....	35
1.1. Introdução	35
1.2. Abordagens historiográficas sobre televisão	38
1.3. Modelos de televisão pública.....	42
1.3.1. Panorama das principais televisões públicas da Europa e Estados Unidos	52
1.4. A televisão brasileira em suas primeiras décadas	63
1.4.1. Características principais da televisão brasileira	76
1.5. Histórias de uma Televisão.....	78
Capítulo 2: Roda Viva: criação e funcionamento.....	104
2.1. Apresentação	104
2.2. A censura na televisão	109
2.3. Os programas de entrevistas na televisão brasileira nos anos finais da Ditadura	119
2.3.1. Vox Populi	119
2.3.2. Abertura	126
2.3.3. Outros programas de entrevistas.....	129
2.4. <i>Roda Viva</i> , a redenção da censura	132
2.4.1. Sobre os depoimentos: decisões e perspectivas	132
2.4.2. Breve panorama político do Brasil e de São Paulo no ano de estreia do <i>Roda Viva</i>	134
2.5. O projeto do programa.....	135
2.5.1. Os âncoras do programa	142
2.5.2. O cartunista Paulo Caruso	145
2.5.3. O gênero jornalístico do <i>Roda Viva</i>	146
2.5.4. Endereçamento	149
2.5.5. Agenda política – setting	153
Capítulo 3: A ciência entra na roda	161
3.1. Apresentação	161
3.2. Modelos de divulgação da ciência	164
3.3. Cobertura de assuntos de ciência e tecnologia na televisão brasileira.....	173

3.4.	No Brasil.....	176
3.4.1.	As televisões públicas.....	176
3.4.2.	As televisões abertas.....	181
3.5.	História e epistemologia da ciência: uma breve revisão historiográfica.....	186
3.6	Lugares da ciência no programa <i>Roda Viva</i>	195

Considerações finais	245
-----------------------------------	------------

Referências bibliográficas.....	252
--	------------

Documentos	252
------------------	-----

Bibliografia	252
--------------------	-----

Anexo I – Roteiro de entrevistas com os apresentadores e produtores do programa *Roda Viva* e diretores da Fundação Padre Anchieta

Anexo II – Matéria Revista Veja, setembro 1987

Anexo III – Transcrição do debate especial Contaminação radioativa

Anexo IV – Tabela das entrevistas do programa *Roda Viva* que trataram da temática C&T

Anexo V – Grade de programação e custos de veiculação

Anexo VI – Imagens Paulo Caruso

Introdução

Esta pesquisa de doutorado objetiva investigar, a partir da análise das entrevistas e/ou debates do programa *Roda Viva*, da emissora pública do Estado de São Paulo TV Cultura, quais visões de ciência e tecnologia foram divulgadas no programa entre os anos de 1986 a 2006. Também pretende evidenciar, a partir das relações entre o conteúdo discutido nas entrevistas e os debates nacionais sobre C&T no país, quais foram as posições políticas e ideológicas da emissora frente ao tema. Partiu-se do pressuposto de que as visões sobre atividade científica apresentadas no programa se entrelaçam com o próprio projeto institucional da TV Cultura. Apesar de seguir o modelo de televisão pública, baseado em autonomia e independência, na prática, a emissora sofreu inúmeras interferências do governo do Estado de São Paulo ao longo dos anos, afetando, assim, sua grade de programação, inclusive, o *Roda Viva*.

A ideia desse estudo surgiu ao trabalhar como pesquisadora e revisora do projeto temático *Portal Roda Viva*, financiado pela Fapesp em parceria com a Fundação Padre Anchieta e a Unicamp, em especial, o Laboratório de Jornalismo (Labjor)¹ e o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), cujo objetivo era construir um portal virtual que permitisse acesso integral às entrevistas do programa *Roda Viva*².

No decorrer das atividades como pesquisadora, pude perceber que o entrevistado convidado a participar do programa, assim como o debate suscitado naquela entrevista, correspondiam, e muito, ao momento político e social do país. Ao conferir a formatação do *Roda Viva*, percebi que um dos indicadores que compõem sua pauta é o de agenda – *setting*. Ou seja, a equipe de produção do programa acompanha a agenda política e pública estabelecida nos grandes veículos impressos de comunicação

¹ O curso de pós-graduação *lato sensu* em Jornalismo Científico é oferecido pelo Labjor desde 1999, em parceria com o Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT), do Instituto de Geociências, e com o Departamento de Multimeios (DMM), do Instituto de Artes, ambos da Unicamp. Cf. Labjor. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br>.

² O projeto temático *Portal Roda Viva* foi idealizado em 2003 pelos coordenadores dos núcleos NEPP e Labjor, juntamente com a equipe de produção do *Roda Viva*, liderada, na época, pelo apresentador Paulo Markun.

nacional, entre os quais se destaca a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, que, por sua vez, estão atentos aos principais assuntos ditos nacionais; não por acaso o *slogan* do programa é *O Brasil passa por aqui*.

A constituição ou a formação de uma agenda é um processo complexo, sobre o qual interfere um grande número de fatores: a opinião de lideranças políticas, ações de movimentos sociais, opinião de especialistas, partidos políticos, meios de comunicação, ações individuais. Certamente, entre tantos fatores, alguns adquirem pesos maiores que outros, dependendo muito da natureza das questões, das condições políticas e institucionais vigentes (Habermas, 1999; L. F. Miguel, 2003).

Segundo Livingstone e Lunt (1994), em uma “democracia participativa”, é na esfera pública que os diversos interesses se manifestam, estes, por sua vez, vão compor a chamada agenda. Por esfera pública, entende-se a arena em que se misturam interesses comuns e de classes; os “comuns” estão relacionados à lógica da nação, isto é, à identidade nacional, já os “de classes” vinculam-se aos ideais dos diferentes grupos e entidades civis que compõem a sociedade (Offe, 1984). Uma série de fatores determinam os problemas que farão parte da agenda – a ação dos grupos sociais organizados, setores do governo e os veículos de comunicação – todos possuem poder suficiente para influenciar as decisões do governo (Deubel, 2010: 19).

A entrada de um tema na agenda política se dá após longas discussões entre as diversos grupos e entidades sociais e políticas, que, por sua vez, apresentam demandas e ações. O governo, então, passa a priorizar um dado problema público, pois acredita na necessidade de uma transformação ou mudança. Dessa forma, as políticas públicas (PPs) podem ser compreendidas como o resultado de uma série de negociações entre esses grupos que representam, por fim, a realização do Estado no sentido de introduzir mudanças nas sociedades. Por meio das PPs, ocorre a formulação de uma nova representação para determinados problemas capaz de criar condições sociopolíticas para a sua resolução. Para que isso ocorra, é necessário, portanto, adotar determinados programas que tenham como objetivo final promover mudanças no que diz respeito à percepção pública.

A mídia eletrônica – definida aqui como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção por diversas formas, entre as quais destacam-se não

só o rádio e a televisão, mas todas as formas de comunicação, tais como o jornal e a internet (Eagleton, 1991; Castells, 2000) – atua na esfera pública como "prestadora de serviços", isto é, como entidade de "comunicação social", teria a função, nas democracias, de informar o público sobre os acontecimentos, levando às pessoas uma série de dados sem os quais, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Além disso, os órgãos da mídia também possuem a função de “fiscalizar” o Estado, exercendo assim a forma mais bem-acabada de "controle social" em relação ao dinheiro público, às ações públicas, numa palavra, aos negócios públicos.

Os meios de comunicação, nessa perspectiva, acabaram se transformando nos espaços privilegiados das discussões relacionadas à agenda política e pública. O que não significa dizer que toda a política possa ser reduzida a imagens, sons ou manipulações simbólicas. Porém, como afirma Manuel Castells, na obra *O poder da identidade*, sem a mídia “não há meios de adquirir ou exercer poder. Portanto, todos [os partidos políticos, de ideologias distintas] acabam entrando no mesmo jogo, embora não da mesma forma ou com o mesmo propósito” (Castells, 2000: 367).

Assim, ao veicular determinados assuntos em detrimento de outros, a mídia acaba, no fim das contas, influenciando a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos. Além disso, os meios de comunicação, ao participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos), podem atuar como um aparelho ideológico capaz de organizar interesses. Evidentemente que esses papéis são ocultados sob o lema do "dever da informação", que seria "neutra", "independente", "apartidária" e "a-ideológica", características invariavelmente alegadas pelos órgãos da mídia ao retratar, de forma cabotina, sua atuação (Fonseca, 2011: 42).

Pensando a partir desse aspecto, foi observado que o *Roda Viva*, ao longo de 20 anos, priorizou determinados temas e atores em detrimento de outros. Do universo de entrevistas realizadas no período de 1980 e 1990 relacionadas à ciência e tecnologia, a maioria foi feita com representantes de grandes instituições científicas, tais como SBPC, Ministério da Ciência e Tecnologia, representantes de centros de pesquisa e, ainda, reitores das universidades públicas. Em contrapartida, no fim dos anos 1990 e início do

século XXI, a ciência apresentada no programa estava próxima dos assuntos cotidianos. Os temas considerados científicos passaram a estar mais perto da realidade do telespectador.

Essa exclusão/inclusão de assuntos pode corresponder a um debate político e científico mais abrangente. Segundo Schwartzman (1995, 1979), a história recente da atividade científica e tecnológica do Brasil está muito vinculada à própria história política do país. Para o autor, é difícil entender o funcionamento de um determinado setor se nos limitarmos a examinar as políticas e projetos específicos daquele espaço. Assim, é essencial ir além, objetivando compreender como se constituíram as instituições que desempenharam as atividades ditas científicas, suas histórias, suas culturas organizacionais, bem como sua interação com diferentes tentativas governamentais de definir políticas públicas.

Com o intuito de entender qual foi o modelo de ciência implantado no país, Schwartzman (1979) investigou como a atividade científica foi tratada em diferentes momentos históricos. Assim, identificou que, entre os anos de 1960 e 1980, ocorreu “o grande salto à frente”, cuja principal característica foi a tensão entre a política científica e tecnológica, de cunho predominantemente nacionalista e estadista, com a adoção de uma política econômica que buscava uma linha de desenvolvimento mais aberto ao capital multinacional e à importação de tecnologias. Já nos anos seguintes (1980-1990) houve uma grande redução de recursos para o setor de ciência e tecnologia. A comunidade que representava tal setor se transformou em grupo de pressão como os demais, disputando recursos escassos e espaços políticos. Ao mesmo tempo, o Ministério de Ciência e Tecnologia foi criado sob o controle do PMDB. Esperava-se que esse órgão fortalecesse as estruturas de pesquisa do país, porém, na prática, acabou por isolar a atividade científica³. Nesse período, surgiram associações de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, que passaram a atuar na formulação dos ditos planos nacionais II e III (de 1982-1985 e de 1986-1989), entre outros. Finalmente, os anos 1990 foram caracterizados por uma ideologia neoliberal. Ao atravessar diversos choques econômicos, a política pública brasileira buscou adaptar suas diferentes

³ Sobre estudos de história política do governo de Getúlio Vargas, cf. Skidmore (1982). Sobre estudos de história política do período de transição entre a ditadura militar e a Nova República, cf. Skidmore (1994); Souza, A. e Lamounier, B. (1990); Velasco E Cruz, S. e Martins, C. E (1983).

instituições e órgãos à lógica industrial e competitiva, num processo de abertura internacional em um período de escassez de recursos (Massarani et al., 2002).

Procurou-se compreender neste estudo qual “ciência” foi chamada para integrar o centro do *Roda Viva*, isso é, quais foram as fontes chamadas a compor a entrevista; se eram especialistas ou representantes de instituições governamentais e/ou públicas; qual o tom dessas entrevistas; que assuntos da agenda foram privilegiados. A observação e a análise das entrevistas permitiram desenhar uma visão geral do interesse jornalístico pelos temas de ciência e tecnologia e das formas como ocorre sua inserção nos programas informativos da televisão, além da contribuição que esta divulgação pode oferecer ao entendimento público da ciência e tecnologia pela população brasileira. Além disso, procurou-se compreender como a TV Cultura, enquanto emissora pública, por meio do programa *Roda Viva*, dialogou com os temas da agenda política nacional e influenciou a opinião pública, privilegiando determinados assuntos em detrimentos de outros.

A mídia eletrônica, ao produzir informações e estabelecer a comunicação, precisa necessariamente se fazer compreender. Ou seja, a linguagem usada nos meios de comunicação, expressa, por sua vez, por meio de códigos, só pode ser compreendida segundo a lógica social e cultural na qual esses meios estão inseridos.

Como afirma Germana Barata (2006: 69), a televisão, como parte de uma indústria cultural, trata suas notícias e programas não apenas como relatos da realidade, mas, e, principalmente, como uma mercadoria. Assim, a grade de programação é organizada segundo um público-alvo – consumidores em potencial. Inserida nesse contexto, a ciência, ao ser transformada em notícia, também adquire valor mercadológico.

O trabalho de Denise da Costa Oliveira Siqueira, *A ciência na televisão: mito, ritual e espetáculo* (1999), sobre o tratamento dados às matérias jornalísticas veiculadas no programa de televisão *Fantástico*, da Rede Globo, traz algumas reflexões interessantes para esta pesquisa. Após analisar as representações da ciência divulgadas pelas matérias do *Fantástico*, Siqueira concluiu que há uma enorme contradição quando se trata de divulgar essa temática. Ao mesmo tempo em que as matérias chamam especialistas e adotam termos e jargões científicos para obter maior credibilidade nas

informações difundidas, utilizam, paradoxalmente, um “tom de espetacularização” para atrair o telespectador. Um dos principais pontos levantados por Siqueira diz respeito ao gênero discursivo e à linguagem adotada nas matérias do *Fantástico*. Para ela, os fenômenos destacados no programa e as informações científicas apresentadas ali partem, *a priori*, de pressupostos e enunciações distintas, causando um distanciamento e até mesmo esvaziamento do conteúdo que se pretende divulgar.

Um dos objetivos da informação divulgada pela televisão é atingir a massa e não grupos seletos, assim, a linguagem tem que ser acessível, atual, concisa e, ainda, é importante que tenha um caráter lúdico ou curioso, visto que se quer justamente agregar mais telespectadores. Assim, Siqueira percebeu que a pesquisa científica foi divulgada enquanto uma descoberta pronta e acabada ou ainda como “gatilho” para uma invenção futura que inexoravelmente alcançará seu curso final. Tal fenômeno ocorreu, pois, a informação científica, ao se adaptar aos discursos impostos pela lógica televisiva, acabou perdendo suas características originais de objetividade e ganhou outras difusas, menos precisas, comprometendo, no fim das contas, a divulgação da ciência.

Os programas especializados em divulgação da ciência na televisão brasileira, assim como os telejornais reproduzem as mesmas estruturas discursivas do *Fantástico*. Assim, o que se vê nessas produções é uma espécie de tradução das linguagens, ou seja, ao transformar o saber científico em um saber ordinário, baseado no senso comum, há uma vulgarização do conhecimento científico. Nas palavras de Marilena Chaui (1993, 6-7), “a mídia produz uma inversão fantasmagórica dos conhecimentos: pesquisa e resultados científicos são apresentados como magia enquanto magia, astrologia, quiromancia e assemelhado são apresentados como saber científico”. Em muitos casos, isso ocorre, pois, a televisão em maior grau, mas a imprensa também, está mais preocupada em divulgar os resultados científicos que possam melhorar a vida da população. Eni Orlandi (2001) comenta que o discurso da divulgação científica, em sua formulação, está constituído segundo o tripé discurso científico, discurso jornalístico e discurso ordinário (cotidiano). Para a autora, o discurso jornalístico é o responsável por eleger os temas científicos que merecem ser divulgados na televisão. É também o jornalismo que elege as figuras representativas da ciência – no caso, os especialistas, eles representam a voz da ciência. Assim, quando o jornalismo traduz as informações da

ciência para o público, ele o faz de forma falha, que geralmente aparece como algo mágico e/ou mistificado.

Embora o programa *Roda Viva* tenha formato de entrevista e debate, muito diferente, portanto, dos principais programas que se propõem a divulgar a ciência, entre os quais o *Fantástico*, quando o entrevistado chamado para a sabatina era um representante vinculado à atividade científica, sendo considerado pela produção do programa uma fonte especializada e de alta credibilidade junto à opinião pública, seu depoimento e opinião eram, muitas vezes, enaltecidos e repetidos pelos jornalistas e especialistas, sem nenhuma objeção. O programa, que tinha um caráter de debate e discussão, acabava se transformando em um emaranhado de enunciações proferidas por determinados especialistas que quase nunca eram questionadas. Assim, uma importante meta dessa pesquisa foi confrontar a ciência disseminada no programa, em seus distintos níveis, com aquela que emerge do exame da história da ciência, à luz das reflexões da historiografia contemporânea. Procurou-se analisar como essa “ciência”, proferida por especialistas e representantes das instituições e sociedades científicas, foi divulgada.

Por fim, o caráter público da TV Cultura traz elementos diferenciados em relação ao contexto das outras emissoras brasileiras. Há muitos trabalhos que se dedicaram ao assunto, entre esses destacam-se *Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e Televisão*, de Laurindo Leal Filho (1988); *Limites de uma proposta de entretenimento: a TV Cultura de São Paulo*, de Luiz Carlos Rondini (1996); e *Por uma televisão educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo*, de Eduardo Barros Filho (2001).

O primeiro autor traçou um histórico da emissora, desde sua fundação até 1986, com o objetivo de mostrar suas peculiaridades enquanto televisão educativa. Além disso, como funcionário da emissora, discutiu seu funcionamento. Segundo Laurindo Leal Filho, a TV Cultura de São Paulo, emissora da Fundação Padre Anchieta, está vinculada à Secretaria de Cultura do Governo de São Paulo, e segue um modelo semelhante ao da BBC de Londres, considerada uma das principais referências de TV pública no mundo. No entanto, para Leal Filho, o próprio modelo adotado para a TV pública de São Paulo possui determinadas limitações, se comparado ao seu inspirador –

o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, principal órgão que determina as metas e funções desta emissora, possui inúmeras cadeiras vitalícias, muitas delas de representantes de órgãos estaduais (Leal Filho, 1988: 159-160). Assim, a proposta de ser emissora pública muitas vezes se confunde com a de canal institucional do governo do Estado de São Paulo.

Já Luiz Carlos Rondini traçou os caminhos da emissora entre os anos de 1986 e 1994. Ele se preocupou em analisar a instituição sob a perspectiva das mudanças e transformações, visto que foi nesse período que a emissora recebeu novos equipamentos, mudou seu estatuto e se transformou, de fato, em um veículo mobilizador de massas. Há ainda uma enorme aproximação dessa televisão com outras, intituladas comerciais. Rondini analisa a emissora que está sob direção de Roberto Muijsers. Nesse período também foi criado o programa *Roda Viva*, objeto deste trabalho.

O estudo de Barros Filho sobre a TV Cultura está centrado em dois momentos históricos — o início da televisão no Brasil, em meados dos anos 1950, durante o processo da democracia parlamentar representativa e a expansão dos meios de comunicação sob o regime militar, a partir principalmente de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Seu principal objetivo é historicizar o processo de formação da televisão brasileira e particularmente da TV Cultura a partir da relação que se estabeleceu entre esses meios de comunicação e alguns periódicos tais como o *Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro*.

Segundo Barros Filho, durante o regime militar, a legislação referente à radiodifusão sofreu significativas alterações. Além disso, após o golpe, o setor televisivo recebeu amplos investimentos e se desenvolveu acentuadamente quando comparado ao período pré-1964. A razão de tanto investimento tecnológico nessa área, concluiu Barros Filho, estava no fato de que a televisão seria um importante instrumento para ampliação do mercado interno, já que incentivaria a comercialização de diversos produtos industrializados, inclusive o próprio aparelho de televisão. Além disso, seria a principal responsável por promover a integração nacional, sendo largamente usada como propaganda do regime.

No fim da década de 1960, o governo estava convencido de que para alcançar um desenvolvimento programado era preciso investir de maneira mais incisiva na educação e que, para isso, não bastaria resolver o problema de recurso e reformar as estruturas existentes, seria necessário dar um grande passo à frente e adotar uma nova tecnologia. Nesse sentido, a legislação de 1967, que regulamentou a situação da radiodifusão no Brasil, criou artigos que previam a obrigatoriedade de as televisões comerciais produzirem e transmitirem programas educativos. Também institucionalizou as televisões educativas que se destinariam à divulgação de programas educacionais mediante transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Essa mesma legislação também restringiu as possibilidades de ação das emissoras públicas, tanto em seus aspectos formais como de conteúdo.

Em relação ao processo de institucionalização das TVs educativas no Brasil, Coutinho (2003) traz importantes contribuições para o tema. O autor apontou um enorme descompasso entre a legislação relativa às televisões públicas no Brasil e aquela que regulamenta o funcionamento da TV Cultura, em especial no que se refere ao funcionamento, objetivos e estratégias. O autor concluiu que, apesar de existir uma série de leis que restringe e até mesmo proíbe a veiculação de publicidade nas emissoras públicas, no caso da TV Cultura, a partir dos anos 1980, a publicidade começou a ser introduzida sob o conceito de patrocínio, apesar de a norma de 1967 ainda não ter sido alterada.

Outro estudo sobre a TV Cultura foi o de Cássia Regina Gonçalves dos Santos, intitulado *Uma TV educativa para o Brasil* (1998). A autora privilegiou a produção cinematográfica, em especial os documentários dos anos 1970, 1980 e 1990 com o objetivo de investigar a produção do documentário dentro do paradigma da política estabelecida naquela emissora, analisando os documentários partindo do projeto político existente para a televisão pública. Assim, além do seu próprio objeto de estudo – os documentários – Santos também analisou os relatórios produzidos pela instituição, os estatutos e as matérias de jornal que debateram as produções da emissora. A autora procurou refletir sobre as relações sociais estabelecidas entre os projetos da TV Cultura e os projetos políticos e educativos dos inúmeros governos do estado de São Paulo. O estudo procurou também resgatar quais padrões culturais a TV Cultura divulgou ao longo de quase trinta anos. A autora constatou que, basicamente, a emissora trabalhou

com dois segmentos culturais: o erudito, apresentado no formato de programas para artes plásticas, música clássica ou ainda literatura nacional e internacional, e o popular, representado sob a forma de programas voltados para o folclore. Seu trabalho trouxe significativas contribuições para esta pesquisa na medida em que explicitou as linhas pedagógicas que a emissora segue. Nesse sentido, será interessante vislumbrar como esses elementos culturais destacados por Santos se relacionam com as visões de ciência difundidas no programa *Roda Viva*.

Finalmente, Liana Vidigal Rocha (2006) estudou a relação que a TV Cultura manteve com o governo do Estado de São Paulo desde sua criação, ainda nos anos 1960, até a gestão de Marcos Mendonça, nos anos 2000, e constatou que a emissora foi construída a partir de uma conflituosa relação entre grupos que buscavam certa autonomia e setores que insistiam que a TV poderia ser porta-voz oficial do governo. O resultado dessa disputa, segundo avaliação da autora, é, ao mesmo tempo, uma enorme dependência política e financeira e uma contradição, já que as gestões que conseguiram estreitar relações com os dirigentes do governo do Estado de São Paulo foram aquelas que obtiveram, no fim das contas, certa autonomia para investir na rede de programação. A gestão de Muylaert, considerada como a de maior sucesso, atingindo picos de audiência, é um bom exemplo dessa relação contraditória. O então dirigente da emissora fora indicado pelo governador Franco Montoro e conseguiu verbas para replanejar a grade de programação e criar programas de sucesso, entre esses o *Roda Viva*, objeto de análise desse estudo.

Ocorre, no entanto, que as gestões seguintes não conseguiram manter boas relações com o governo e passaram a ser alvo, inclusive, de investigação. Foi o caso da administração de Jorge Cunha Lima, que enfrentou cortes de verbas, demissões e até mesmo pedidos de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa.

O período de maior crise financeira da TV Cultura, nos anos 2000, reflete, inclusive, uma nova postura do governo do Estado com a televisão pública. Segundo orientações do então governador Mário Covas, era necessário rever os projetos da emissora e conter os custos e gastos. Assim, quando Marcos Mendonça, candidato indicado pelo governo, assume a presidência da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, em 2004, há uma espécie de privatização da emissora. Segundo Rocha,

predomina nesse período uma forte preocupação com os índices de audiência e rendimentos. O Conselho da Fundação passou a permitir, a partir de então, a veiculação de propagandas e a criação e manutenção da TV Rá-Tim-Bum, veiculada somente na TV por assinatura. Nesse sentido, uma das preocupações do presente trabalho foi conferir se o programa *Roda Viva* aderiu a essa onda privatizante e, em caso positivo, como se deu tal relação. Essa pesquisa, portanto, vai analisar as entrevistas produzidas nesse período – 2004, 2005, 2006 – no intuito de conferir se o programa se preocupou com os índices de audiência.

A bibliografia sobre a televisão, no Brasil e no mundo, é ainda majoritariamente produzida por pesquisadores das áreas de Comunicação e Ciências Sociais. É uma bibliografia muito importante, que traz, geralmente, análises da programação televisiva, dos avanços tecnológicos televisivos, dos efeitos do meio sobre o mundo da comunicação social e sobre um setor específico (economia, política, educação, cultura, religião, esportes, etc). No entanto, há ainda poucos trabalhos que fazem resgate histórico das emissoras de televisão de maneira a problematizá-las e inseri-las em um debate mais amplo sobre mídia e história. No caso dos estudos sobre o programa *Roda Viva*, a maioria deles tem analisado as entrevistas e debates em termos de influência política, usando, para tanto, o *corpus* documental dessa área de conhecimento.

A presente pesquisa, no entanto, busca analisar quais projetos ou perspectivas sobre ciência e tecnologia foram divulgadas nos momentos em que uma figura representativa de um determinado conhecimento científico estava ali. Assim, da análise desses discursos, busca-se compreender o próprio projeto pedagógico e cultural da TV Cultura e, em última instância, as expectativas dos sujeitos que compuseram o governo do Estado de São Paulo no momento da redemocratização do país e nos seguintes anos até a gestão de Marcos Mendonça, momento, como se viu, de grave crise financeira na TV Cultura. Serão, portanto, enfatizadas, neste estudo, as peculiaridades da emissora e a sua relação com o poder público.

Outro importante pressuposto desse trabalho é o de que o *Roda Viva*, da mesma maneira como foi pautado pelo debate mais amplo sobre ciência e tecnologia, interferiu como sujeito formador de uma agenda, na medida em que trouxe informações

consideradas relevantes ao público e difundiu, com elas, determinados valores sobre ciência e atividade científica. É importante não perder de vista que o programa faz parte de um projeto político mais amplo – inerente à própria TV Cultura – uma televisão de caráter educativo e público. A instituição, ao longo dos anos, consolidou-se como um espaço educativo e de difusão cultural. Justamente por isso, pode ter pautado ou mesmo sensibilizado setores sociais para aquele problema/tema. Os estudos historiográficos sobre ela indicam que se apresenta como um espaço privilegiado para o debate e a discussão, com objetivos bem definidos: informar e formar seu público.

Este estudo parte do pressuposto de “que o princípio da midiatização orienta *a priori* a representação e a interpretação dos fenômenos sociais, culturais e políticos” (Sodré, 2007: 15). Assim, entre as questões que envolvem a construção da problemática desse estudo, tem-se a prerrogativa de que os veículos de comunicação foram concebidos em um complexo e imbricado jogo de representações simbólicas e interpretativas, constituintes do próprio fenômeno comunicacional. Assim, parte-se do pressuposto de que, sendo o programa *Roda Viva* um dos veículos de divulgação e popularização de múltiplas visões sobre a ciência, é possível analisá-lo como resultado de inúmeros discursos, que, por sua vez, têm efeito sobre a sociedade.

Assinalo ainda que, por meio do gênero televisivo ou midiático e suas variantes, seus subgêneros (ou formatos), é possível entender os limites que a conversação pode possuir em um programa. Logo, se o telejornalismo é um gênero televisivo, os telejornais, programas de entrevistas, programas de debate, programas de jornalismo temático e documentários são seus subgêneros. Os gêneros televisivos são concebidos como uma estratégia comunicativa que insere tanto os aspectos de escritura, quanto os de leitura (Martín-Barbero, 1997: 302). Abandonando o tratamento dos gêneros televisivos como uma “receita de fabricação”, Jesus Martín-Barbero entende que uma abordagem do gênero a partir do ponto de vista cultural se constitui numa “chave para análise dos textos massivos e, em especial, dos televisivos” (Martín-Barbero, 1997: 302). O autor defende que a comunicação não pode ser avaliada apenas como um instrumento de divulgação de determinados projetos políticos, econômicos e sociais, mas pode ser vista como resultado de todo um modo de pensar e encarar as questões da atualidade. O autor está mais interessado em relacionar políticas factuais com o que acontece na cultura, economia, indústria e nos meios massivos de

comunicação. Assim, seguindo o modelo de análise proposto por Martín-Barbero, concebe-se a análise desses gêneros televisivos quando colocada em relação à sociedade como um espaço de construção de determinados saberes compartilhados e difundidos cultural e socialmente.

Além das entrevistas, o estudo também coletou depoimentos de jornalistas e produtores que trabalharam no programa ao longo desses vinte anos de existência, com objetivo de compreender, para o caso específico da ciência e tecnologia, como eles interagiram com outros veículos de comunicação, como era o processo de escolha de uma pauta, qual era o limite de influência do governo de São Paulo, ou melhor, se havia essa influência. E também como o projeto político da emissora influenciou na escolha do entrevistado. A ideia, portanto, é compreender a dinâmica da produção do programa partindo de algumas perguntas: Quem elaborava as pautas? Como ocorriam as reuniões? Quais os objetivos dos produtores do programa? Como se dava a relação do público com o programa? Havia interferência da direção da Fundação Padre Anchieta? Em caso positivo, como ocorria?⁴.

Também foi analisada a documentação oficial da Fundação Padre Anchieta, em especial os estatutos e os relatórios de atividades produzidos pelos departamentos de programação e administração e enviados ao Conselho Curador e ao governo do Estado de São Paulo no início de cada ano referente ao exercício do ano anterior. Finalmente, as publicações sobre a TV Cultura foram usadas no intuito de compreender os discursos proferidos pela instituição para a sociedade paulistana; entre as obras produzidas pela Fundação, destaca-se o livro comemorativo dos vinte anos da emissora, produzido em 1989, e a revista comemorativa do lançamento da Nova Antena, de 1992.

Percurso metodológico

Ao trabalhar no projeto Memória Roda Viva, obtive, com a produção do programa, acesso a todas as entrevistas transcritas, muitas delas, inclusive, podem ser

⁴ Realizamos entrevistas com os seguintes jornalistas: Paulo Markun, Heródoto Barbeiro, Rodolpho Gamberini, Augusto Nunes e Matinas Suzuki. Além disso, foram entrevistados os produtores atuais do programa *Roda Viva*. Cf. roteiros das entrevistas no Anexo I.

acessadas pela internet no portal www.memoriaroda.fapesp⁵. Para operacionalizar a pesquisa sem partir de restrições prévias, todas as entrevistas foram catalogadas no programa SPSS⁶. Em seguida, foram destacadas aquelas que abordaram a temática ciência e tecnologia. Após tal clivagem construiu-se um novo censo de programas cujo objetivo era identificar determinados critérios e categorias relacionadas ao conteúdo.

Clivagem de ciência e tecnologia no programa *Roda Viva*

Kostas Gavroglu (2007), na obra *O passado das ciências como História*⁷, defende que a análise da atuação das comunidades científicas é importante parâmetro para entender questões relativas à história das ciências. Segundo o autor, a formação de uma determinada comunidade relaciona-se, quase sempre, à criação de determinadas linguagens que correspondem, por sua vez, à própria concepção metodológica e epistemológica daquele grupo. O autor chama a atenção para dois fatores importantes inerentes à formação e à consolidação das comunidades científicas – o consenso e a controvérsia. No que diz respeito ao consenso, Gavroglu afirma que o termo se vincula à ideia de acolhimento por parte da maioria dos membros de uma comunidade, “das orientações de investigação, da existência de novas entidades e de novos fenômenos, da dinâmica que uma nova técnica ou novo método promete” (Gavroglu, 2007: 188). Ou seja, de um apego ao paradigma dominante do campo científico ao qual uma comunidade se debruça. Já as controvérsias científicas dizem respeito à validade, quer do ponto de vista sobre a verdade, quer dos critérios de sua certificação. Cada grupo científico ou cientista que discorda de outros acredita firmemente na verdade e na validade daquilo que defende. Um dos atributos mais importantes de tal discordância e controvérsia é a formação de um quadro de consenso sobre aquilo que se descobre e que diz respeito à compreensão do funcionamento dos fenômenos físicos. Segundo Gavroglu um parâmetro interessante relativo às controvérsias diz respeito a sua audiência, ou melhor, ao alcance que um debate pode chegar. Numa polêmica, cada

⁵ A maioria do *corpus* documental de análise da tese está no site do programa, porém, algumas entrevistas não foram incluídas e estão anexadas em formato de DVD. A tabela com todas as entrevistas destacadas na área de C&T encontra-se no Anexo IV.

⁶ As entrevistas foram catalogadas no programa SPSS com as seguintes variáveis: nome do entrevistado (ou debate), data do programa, ano, década, nome do apresentador, características do entrevistado (profissão, área de atuação), “gancho” da entrevista.

comunidade procura criar a sua própria audiência no intuito não só de convencer o adversário, como também o público de maneira geral. Mesmo que uma parte dessa audiência não compreenda os pormenores técnicos que envolvem uma polêmica na área científica, a intenção é que o público se envolva, seja por motivo pessoais, ideológicos ou filosóficos, de uma tal maneira a buscar saber qual desenlace.

Uma vez que a polêmica é uma espécie de diálogo público, a argumentação que se desenvolve não é independente das competências sociais e ideológicas do problema concreto, tal como este é entendido quer pelos membros da comunidade científica quer pela sociedade em geral (Gavroglu, 2007: 191).

Dessa maneira, o tom discursivo relativo à ciência divulgado nos programas do *Roda Viva* foi analisado a partir das noções de consenso e de controvérsia estabelecidas por Gavroglu. Também a concepção de “campo científico”, nos termos colocados por Bourdieu (1994, 1989) foi utilizada para se delimitar as entrevistas que compõem o *corpus* de investigação da pesquisa. Para oferecer uma definição conceitual acerca do termo, levou-se em consideração a ideia de “campo”:

Um campo é um espaço social estruturado – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdades, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997: 57)

Segundo Bourdieu, o campo é uma espécie de universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem aquele saber. A noção de campo designa um espaço relativamente autônomo, uma espécie de microcosmo dotado de leis próprias. Assim, elementos referentes às práticas e ao cotidiano de uma pesquisa, entre esses, a atuação de outros cientistas, dos não cientistas, dos técnicos, dos políticos, empresários dirigentes de órgãos públicos e vários outros atores merecem tanta atenção quanto a dos especialistas.

Nesse sentido, a seleção das entrevistas do programa procurou destacar, por um lado, os discursos, valores e visões sobre a ciência debatidos quando os entrevistados eram membros da comunidade científica. E, por outro, ampliar a esfera de análise e

levar em consideração as entrevistas com figuras políticas, empresários e membros da sociedade civil que representam investimentos na área de ciência e tecnologia. Ao se destacar a não exclusividade da comunidade científica para se compreender a ciência e o desenvolvimento tecnológico, teremos a possibilidade de compreender como indivíduos fora do *ethos* científico entendiam e atuavam nas discussões relacionadas às políticas científicas e tecnológicas do país. Em um primeiro momento, optou-se por destacar as entrevistas com representantes das seguintes áreas e instituições: 1) centros de pesquisa em ciência, tecnologia e pesquisa; 2) instituições públicas nas áreas de ciência e tecnologia; 3) cientistas das áreas biológicas, exatas e humanas; 4) divulgadores da ciência (autores de livros; jornalistas especialistas em ciência e tecnologia); 5) secretarias ou ministérios das áreas de ciências, tecnologia e pesquisa e desenvolvimento.

A partir deste primeiro levantamento, foi feita uma nova base de dados. Tendo como referência o artigo de Winfried Göpfert, *Scheduled Science: TV coverage of science, technology, medicine and social science and programming policies in Britain and Germany*⁸, as entrevistas foram classificadas em cinco áreas:

- *Ciências Naturais e Agrárias: quando o tópico fundamental da entrevista diz respeito a história natural, ciências da vida, biologia, ecologia, paleontologia, geologia, história do planeta Terra e meteorologia, tecnologia para agricultura, ciências da terra;*
- *Ciências Médicas e da Saúde: quando o tópico fundamental diz respeito a saúde, diagnóstico médico, tratamento médico, inclusive o psiquiátrico, tecnologia médica, medicina preventiva, farmacologia, medicina veterinária, nutrição, saúde pública, genética, engenharia genética;*
- *Tecnologia: sempre que a abordagem da entrevista diz respeito a tecnologia da informação, computação, ciências aplicadas, técnicas de produção*

⁸ Neste trabalho, Göpfert afirma que, apesar de ser interessante realizar um quadro geral das áreas das ciências para se propor uma análise de estudo comparativo, inclusive internacional, não existe ainda uma proposta fechada. É importante ainda destacar que Göpfert propõe tal agrupamento a partir de outros autores, Hansen, A., and Dickinson, R., 1992, Science coverage in the British mass media: media output and source input.

industrial, equipamentos técnicos, engenharia, engenharia de tráfego, pesquisa e desenvolvimento militar, tecnologia espacial;

- *Ciências Humanas e Sociais: quando os tópicos principais da entrevista forem sociologia, ciência política, pesquisa de mercado, antropologia, etnologia, educação, história, arqueologia, geografia social, aspectos sociais do tráfego, estudos sobre a paz;*
- *Meio Ambiente: quando os temas da entrevista tiverem relação com desastres naturais, gerenciamento de resíduos, exploração de recursos naturais, esgotamento de recursos, conservação da natureza, espécies ameaçadas de extinção, aquecimento global, biosfera, crescimento populacional, substâncias tóxicas, riscos de radiação;*
- *Ciências Exatas e da Sociedade: quando a abordagem da entrevista for sobre pesquisa básica em física, química, matemática, cosmologia e astronomia; história da ciência, metodologia científica, política e legislação científica, financiamento para a ciência, educação para a ciência, vida de cientistas, disseminação do conhecimento científico, entendimento público da ciência, ética.*

O critério para a submissão das entrevistas nessas áreas foi estabelecido a partir do cruzamento da biografia do entrevistado com as características atribuídas a ele e ao “gancho” daquela entrevista apresentado na chamada inicial.

Desde sua estreia, em 1986, a série *Roda Viva* realiza uma apresentação do entrevistado – momento definido como cabeça ou abertura. A partir de 1994, as entrevistas ganharam uma matéria em *off* sobre o entrevistado. Logo após a fala do apresentador, há uma narração, associada com imagens, de caráter biográfico sobre a figura que será entrevistada. Assim, a partir da análise dos discursos de abertura dos mediadores e/ou das matérias em *off*, as entrevistas foram classificadas e organizadas em áreas de C&T⁹. Após tal divisão, cada entrevista foi submetida a uma análise de

⁹ Quando uma entrevista apresentava possíveis entradas para mais de uma área, ela era enquadrada a partir do tema mais discutido ao longo daquele programa.

conteúdo, sendo, novamente, catalogada em diferentes níveis. O resultado final foi a construção de um banco de dados com as seguintes variáveis para cada série: nome do entrevistado (ou entrevistados, em caso de debate), especialidade, área de C&T, nacionalidade, “tom” (elogiativa, depreciativa, neutra), referência à citação bibliográfica (artigo acadêmico, livro, autor, sem referência), em caso positivo, quantidade e autores citados. Também foi feita uma variável para os jornalistas e os respectivos veículos de comunicação que representavam. E, por fim, uma variável para elementos ilustrativos (esquemas, mapas, gráficos, tabelas, desenho). No que diz respeito ao recurso visual, foram analisadas algumas ilustrações do cartunista Paulo Caruso. Sobre essas charges é importante pontuar que, infelizmente, não tive acesso a todo o material produzido pelo cartunista, já que grande parte do que ele desenha é oferecido ao público que comparece ao programa – entrevistado e a banca de entrevistadores. O pouco que foi disponibilizado está localizado no Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e pode ser visto no Anexo VI da tese.

Na fase posterior, procedeu-se a uma análise qualitativa dessas entrevistas, procurando identificar o pronunciamento (o ponto de vista) da fonte especializada em relação às demais fontes – no caso, jornalistas – nas entrevistas. Para essa categoria de análise, as falas dos jornalistas e dos especialistas foram contrapostas a partir do seguinte questionamento: os discursos proferidos pelos representantes das áreas de C&T se aproximam das imagens estereotipadas de ciência divulgadas em outros programas de televisão? Por fim, algumas entrevistas foram tomadas como exemplo para esclarecer o ponto de vista defendido nesta tese – a de que a ciência divulgada no programa *Roda Viva* não se diferencia daquela divulgada em outros programas de televisão. A tendência, portanto, é que a ciência apareça como verdade, baseada puramente no racionalismo e no empirismo. Essas entrevistas apresentam uma ciência consensual, na qual as disputas entre as comunidades científicas pouco ou quase nada interferem na dinâmica e estrutura da atividade científica.

Embora a metodologia da Análise do Discurso não seja o foco dessa pesquisa, utilizou-se alguns critérios dessa linha na identificação de pontos discursivos para uma investigação mais completa e detalhada dos principais pontos referenciais e argumentativos das entrevistas. Nesse sentido, optou-se por trabalhar fundamentalmente com análise de discurso francesa, que define que os discursos podem ser vistos como

práticas sociais determinadas pelo contexto histórico e cujas implicações político-ideológicas pretendem desvelar pontos de vista crítico (Pinto, 1999). Os discursos são mais do que falas, podem ser interpretados como um resultado político e cultural de uma série de fenômenos. Assim, o analista deve dar uma atenção especial à “textura” dos textos, quer quanto ao uso da linguagem verbal, quer quanto ao uso de outras semióticas, em especial aspectos não verbais (Pinto, 1999: 22). Dessa maneira, é imprescindível ressaltar que a caracterização descritiva das entrevistas se refere, na corrente de Análise de Discurso Francesa adotada neste estudo, ao papel institucional do entrevistado e não ao papel discursivo, visto que este é construído na interação dos discursos e não dado *a priori*.

No que se refere ao período, optou-se por agrupar as entrevistas do *Roda Viva* em três diferentes momentos. O período de 1986 a 1994 foi agrupado para análise sob a ótica da consolidação do programa diante do público. Será visto a seguir que a emissora passou por uma crise financeira a partir de 1994, logo o segundo bloco de análise constituiu-se das entrevistas televisionadas entre os anos de 1995-2003. Atualmente, o *Roda Viva* sobrevive de verbas públicas e dos projetos em parcerias com instituições privadas. Além disso, a emissora passa por uma grave crise de gestão. Fica explícita a intervenção do governo do Estado, que pressiona a emissora a reorganizar seus gastos e custos. Assim, as entrevistas do período 2004-2006 foram analisadas em um último bloco.

A tese está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo aborda aspectos relativos à televisão, com destaque para a história das emissoras comerciais e públicas no Brasil, a legislação referente ao tema, os diversos modelos de televisão pública implantados na Europa, Estados Unidos. Nele, é apresentado um histórico da TV Cultura e o contexto de formação dessa emissora, em especial as relações estabelecidas com os governos do Estado de São Paulo. Faço também um breve histórico do processo de implantação da televisão no Brasil no intuito de discutir as legislações referentes ao tema, visando a identificar as contradições do nosso sistema de televisão.

A trajetória da TV Cultura foi reproduzida a partir da análise dos documentos institucionais da Fundação Padre Anchieta, dos depoimentos de jornalistas que trabalharam na instituição e, finalmente, de alguns periódicos brasileiros, com destaque

para o *Estado de S. Paulo*. Ainda nesse primeiro capítulo trato da estrutura da Fundação Padre Anchieta e sua legislação, em especial, no que se refere à publicidade e propaganda.

Da convivência conflituosa entre a gestão do governo estadual e o projeto político da TV Cultura, pretende-se demonstrar que a emissora evitou a pluralidade de informações e o debate, restringindo-se cada vez mais a chamar para o centro da *Roda* personalidades vinculadas à gestão do governo estadual, tanto no que diz respeito aos entrevistados, mas também do ponto de vista dos entrevistadores, sejam eles jornalistas e/ou especialistas.

Assim, o capítulo dois trata de aspectos relativos à produção do *Roda Viva* e sua relação com a TV Cultura. Antes, no entanto, se faz necessário descrever o programa *Vox Populi*, seu antecessor. Assim, da contraposição dos relatos dos diversos mediadores que compuseram a arena do *Roda Viva* com outras fontes documentais, descrevo como se dava o funcionamento do programa, apresentando a visão de seus produtores. Também, ao tratar da história do programa *Roda Viva*, apresento as principais características da imprensa brasileira à época da redemocratização política do país, especialmente o problema da censura nos primeiros anos do regime democrático. O uso da conversação e do debate são marcas importantes do programa e dialogam com conceitos relativos à esfera pública, participação e agenda – *setting*, por isso merecem ser discutidos e definidos nesta etapa do trabalho.

O capítulo seguinte constitui a segunda parte da tese e ficou reservado para a análise dos protagonistas que compuseram o programa. Dessa maneira, discuto a relação dos entrevistadores – jornalistas e especialistas – e as instituições que representavam, buscando verificar se a cobertura jornalística sobre ciência e tecnologia dada pelo *Roda Viva* acompanhava as tendências de outros veículos de comunicação. Parte-se do princípio que o programa acabava trazendo para si a linha editorial e a marca de determinado jornal ou revista, já que chamava para compor o debate jornalistas que atuavam nesses veículos de comunicação. Investigo ainda a relação dos entrevistados com o governo do Estado, com os centros de pesquisa e tecnologia e com as universidades públicas, visando a compreender quais visões de ciência e atividades científicas foram divulgadas nas entrevistas. É o momento no qual confronto a ciência

disseminada no programa, em seus distintos níveis, com aquela que emerge à luz das reflexões historiográficas sobre o assunto. Apresento ainda uma discussão bibliográfica sobre os principais modelos de comunicação pública da ciência. O objetivo é verificar e comparar quais desses modelos de comunicação foram (e são) utilizados nos principais programas televisivos brasileiros que discutiram ciência tecnologia e no *Roda Viva*.

Capítulo 1. TV Cultura: o veículo de comunicação

1.1. Introdução

Surge hoje, nos céus de São Paulo mais uma emissora a serviço do Brasil, integrada na organização fundada pelo embaixador Assis Chateaubriand e dinamizada pelos seus seguidores que orientam a maior cadeia de rádios, jornais e televisão da América Latina¹⁰.

A manchete do *Jornal do Comércio*, publicada em 1960, anunciava a abertura de mais um canal de televisão vinculado à emissora Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand. A TV Cultura – Canal 2 tinha a responsabilidade de transmitir “educação, informação e diversão aos telespectadores da cidade de São Paulo”¹¹. Sua marca seria pautada pelos programas educativos, muitos deles realizados em parceria com a Secretaria de Educação do governo de São Paulo.

Um ano após a inauguração, em 1961, sob o comando do então governador Carvalho Pinto (1959-1963) e tendo como secretário da Educação Sólton Borges dos Reis, foi criado o curso de admissão ginásial pela televisão. Em 1963, sob a gestão de Adhemar de Barros (1963-1966), a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo criou o Serviço de Educação e Formação de Base pelo Rádio e Televisão, cujo principal objetivo era instituir cursos voltados para o nível elementar, bem como organizar cursos complementares de interesse social. A Secretaria de Educação também anunciou a assinatura de um convênio com a TV Cultura para a difusão de seu programa de tele-ensino. Além do curso de admissão ginásial, já no ar há dois anos e meio pela mesma emissora, seria lançado o curso primário, vestibular e de alfabetização de adultos, com tele-aulas ministradas por professores subordinados ao Serviço do Ensino (Barros Filho, 2011: 89-90).

Mas não eram só as atividades educativas que compunham a grade de programação da TV Cultura. *O homem do sapato branco*, apresentado aos domingos

¹⁰ “Inaugurada em São Paulo a TV Cultura”. *Jornal do Comércio*. 22/09/1960. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

¹¹ Idem Ibidem.

por Jacinto Figueira Júnior, exibia o “mundo cão” da cidade de São Paulo e era o programa de maior audiência da emissora. A vida dos pequenos contraventores e as desavenças familiares eram expostas de forma sensacionalista e agressiva. O apresentador era promotor e juiz das pequenas mazelas sociais provocadas pelos excluídos da cidade (Leal Filho, 1988: 20). Ao que parece, os programas educativos não rendiam tanto quanto as histórias de Jacinto Figueira Júnior. Além da falta de caracterização de uma grade cultural voltada para temas educativos, a TV Cultura, desde sua formação, enfrentou diversas crises, tanto no que diz respeito à infraestrutura e gestão, quanto aos assuntos financeiros.

A Diários e Emissoras Associadas havia se consolidado no mercado de ráiodifusão, sendo a grande responsável pelas principais inovações tecnológicas ligadas à televisão nas décadas de 1950 e 1960. Com a TV Tupi, havia realizado a primeira transmissão intermunicipal de uma partida de futebol entre Palmeiras e Santos e ainda foi a primeira a transmitir imagem colorida em toda a América Latina (Rixa, 2007: 32). Era de se esperar, então, que o novo canal paulista usasse a infraestrutura e corpo técnico da já famosa Tupi. Assim, a TV Cultura desenvolveu-se à sombra da TV Tupi de São Paulo, sofrendo das mesmas debilidades que afetavam todo o grupo.

Em 1965, um incêndio destruiu parte dos equipamentos da TV Cultura, levando os Diários Associados a transferir sua sede. Logo que foi ao ar, a emissora emitia sua programação dos estúdios da Tupi, localizados no bairro Sumaré. Porém, após o incêndio, uma parte da TV foi transferida para o prédio da Rádio Cultura, na Av. São João, e outra parte foi deslocada para um novo complexo, localizado na Freguesia do Ó¹². Anos mais tarde novos incidentes provocam a definitiva decadência da TV Cultura e outras emissoras da Diários Associados. Dessa vez, o problema era financeiro. A morte de Assis Chateaubriand, em 1968, e a incompetência dos administradores da Diários e Emissoras Associadas, que não fizeram os investimentos necessários para que a emissora disputasse a audiência com as suas concorrentes, contribuíram para que a TV Tupi perdesse em qualidade. A solução encontrada foi vender a TV Cultura e outras empresas do grupo. E, em janeiro de 1968, a programação da emissora não estava mais disponível para o público (Rondini, 1996: 37-38; Simões, 1986: 94-96).

¹² Cf. em www.tvcultura.com.br [citado 18 jan. 2016].

A falência do Canal 2 ocorreu em um momento oportuno para o governo estadual de São Paulo que abriu, na mesma época, licitação para a compra de uma emissora de televisão por três milhões e 400 mil cruzeiros (Leal Filho, 1988: 21).

Assim que foi empossado, o então governador Roberto da Costa de Abreu Sodré (1967-1971) formou uma comissão com o objetivo de verificar “in locu” como funcionava o modelo de televisão pública da Grã-Bretanha, em especial “o que se fazia em termos de aprimoramento cultural nos veículos de comunicação de massa” (Nogueira Galvão: 1989, 11). Ao regressar, reuniu uma comissão para estudar a constituição de uma entidade para a difusão da educação e da cultura pela televisão e rádio.

O objetivo, segundo Sodré, era formar uma entidade civil, com dotação do Estado, mas desvinculada do poder governamental. “Assim surgiu a Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativas. Uma figura ‘sui generis’, pois, instituída e sustentada pelo Estado, possui o estatuto de entidade de direito privado, com autonomia administrativa absoluta” (Leal Filho, 1988: 11). Mantida por subvenções do governo estadual, votadas anualmente pela Assembleia Legislativa, a TV Cultura voltou a funcionar no dia 15 de junho de 1969, sob a tutela da Fundação Padre Anchieta, em pleno vigor do Ato Institucional n.º 5, iniciando “uma trajetória marcada por projetos liberais, esperanças democráticas, imposições autoritárias e crises democráticas” (Otondo, 2002: 272).

Busca-se apresentar, neste capítulo, a trajetória institucional da TV Cultura, do momento de sua formação como emissora pública, durante o Regime Militar, ao período de grande crise de gestão da Fundação Padre Anchieta, em fins da década de 1990. Diversos documentos institucionais e depoimentos de alguns ex-funcionários foram coletados no intuito de apresentar as linhas editoriais gerais que orientaram a TV Cultura ao longo desses anos, particularmente após 1986, ano de criação do programa *Roda Viva*. Veremos que, apesar da Fundação Padre Anchieta ser uma entidade civil autônoma, na prática, sofreu diversas intervenções das gestões do governo do Estado de São Paulo. Ademais, no intuito de estabelecer comparações entre as práticas e estratégias usadas na TV Cultura e em outras emissoras públicas, foi traçado um panorama dos modelos de televisão pública implantados na Europa e Estados Unidos no

que se refere à estrutura e ao funcionamento. Finalmente, apresento aspectos relativos à legislação brasileira no que se refere à radiodifusão, destacando o contexto econômico e político de formulação das principais leis que regem os meios de comunicação no país e os problemas que as emissoras públicas enfrentam, especialmente no que se refere às práticas de propaganda e patrocínios.

1.2. Abordagens historiográficas sobre televisão

A televisão, como principal mídia de massa do século XX, vem sendo objeto de análise e crítica de inúmeros estudiosos. Na obra *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* (2002), Omar Rincón buscou analisar os diversos modelos existentes de televisão pública, mas, para fazer tal discussão, procurou apresentar as principais linhas de investigação e pesquisa sobre televisão. De forma geral, o autor aponta que os estudos na área de comunicação de massa se concentram em investigar a incidência da televisão sobre a conduta, atitudes e compreensão das pessoas, análises essas que abordam tanto o aspecto televisivo-industrial como a função cultural educativa. Interessa, neste capítulo, realizar uma breve exposição desses estudos, abordando alguns trabalhos que defendem a televisão como mecanismo importante e representativo da democracia e aqueles que acreditam na hipótese de que a televisão exerce e promove a alienação social e política.

Nos anos 1960, Umberto Eco (1993) cunhou conceitos de grande importância para entender as diferentes correntes teóricas da área da comunicação. Segundo o autor, havia, de um lado, os intelectuais “apocalípticos” ou “teóricos críticos” da Escola de Frankfurt, entre esses, Adorno e Horkheimer (Adorno e Horkheimer, 1986; Adorno, 2002). Defendiam que os meios de comunicação de massa propiciavam meios imaginários de escape da dura realidade na qual a população estava inserida, situação que proporcionava uma debilitação da capacidade de pensar e atuar de forma crítica. Contrários aos efeitos da tevê, esses autores argumentavam que o meio de comunicação levaria à perda da capacidade de nossa sociedade em julgar as suas reais necessidades. Esses trabalhos realçavam, muitas vezes, essa característica não só como fator de maior relevância, mas como fator determinante de todas as possibilidades dos meios de

comunicação de massa. Por outro lado, os “teóricos da mídia” identificavam os meios de comunicação como um novo espaço de produção cultural. Denominados por Umberto Eco de “integrados”, eles defendiam que os fenômenos provocados pelos meios de comunicação de massa poderiam não ser resultado da decadência do ser humano. Pelo contrário, acreditavam no alargamento da cultura e na ideia de que a arte poderia ser consumida por todos através da democratização oferecida pela abrangência dos meios de comunicação.

Um dos principais expoentes dessa corrente, Marshall McLuhan (Souza e Curvello, 1997), criou, por exemplo, o termo “aldeia global” – baseava-se na hipótese de que a mídia eletrônica criava um novo ambiente que, por sua vez, estava interconectado a outros ambientes ligados por redes globais de comunicação instantânea. Essa categorização criada por Umberto Eco ajudou a delimitar determinados pressupostos teóricos de duas correntes de estudo no campo da comunicação e teve fundamental importância no surgimento dos estudos semióticos da mídia.

No âmbito de uma série de cursos do Collège de France, Pierre Bourdieu (1997) chamou atenção para distorções no papel ocupado pela televisão na sociedade, na medida em que o veículo que se propõe um instrumento de registro, torna-se um instrumento de criação da realidade.

O pensador francês não considerou essa característica um defeito do veículo, mas sugeriu a importância da compreensão do fenômeno e recomendou a apropriação do funcionamento desse meio de comunicação pelos pensadores, com vistas à produção de manifestações voltadas para a televisão, ou “manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão” e que possam ser retomadas por elas e amplificadas, de forma a atingir seus objetivos sociais.

Tal como fez para analisar outros universos, como a arte e a universidade, Bourdieu também trabalhou com a noção de campo. Ele analisou justamente o campo do jornalismo televisivo. Em suas palavras:

[...] um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior deste espaço – que é também

um campo de lutas para transformar ou conservar (Bourdieu, 1997: 57)

Assim, para Bourdieu, o universo do jornalismo é um campo que sofre constantemente pressões de ordem econômica específica – os índices de audiência. São eles que determinam e impõem a lógica da televisão, sobrepondo-se às produções de caráter cultural. A televisão, segundo o autor, acabou se transformando em uma espécie de espelho de narciso, um lugar de exibição das produções culturais e artísticas. Há, nesse sentido, uma necessidade de aparecer na televisão. Se antes havia uma desconfiança geral quando uma determinada obra fazia sucesso comercial imediato, hoje, a consagração de uma obra artística ou literária é dada justamente por tal êxito – os bestsellers, as listas diárias nos jornais dos mais vendidos etc., apenas refletem essa tendência.

A tevê também tem função de dramatização, no duplo sentido – põe em cena imagens e exagera a importância do fato, tudo isso visando aos índices de audiência. Não por acaso escolhe-se como “furo jornalístico” fenômenos que estão relacionados a partir do que é sensacional ou espetacular. Submetendo-se à pressão econômica a televisão acaba por

[...] ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso fizesse o que supostamente faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (Bourdieu, 1997: 25)

A tevê que se pretende um instrumento de registro torna-se, segundo as observações de Bourdieu, um instrumento de criação de realidades sendo, por isso, um campo de produção simbólica com muito pouca autonomia. As análises de Bourdieu sobre meios de comunicação de massa foram realizadas a partir das observações e das experiências do modelo de televisão francesa, assunto que, inclusive, será tratado mais adiante, sendo pertinente comparar e apontar se tais considerações ocorrem na TV Cultura.

Cabe, por fim, apresentar os recentes trabalhos na área de mediação e percepção do público e sua contribuição para esse estudo. No intuito de se contrapor às

considerações de Bourdieu sobre televisão, surgiram novas linhas de investigação no campo da comunicação preocupadas em compreender e avaliar a comunicação e a cultura popular. A linguagem dos meios, as tecnologias de comunicação, o ensino, o ponto de vista do receptor e as relações entre comunicação e educação foram os principais temas abordados por pesquisadores como Fuenzalida, Orozco e Jesus Martim Barbeiro¹³, que passaram a analisar a televisão como relato, um dispositivo cultural presente e atuante na sociedade.

O processo de ver tevê possui rituais muito particulares. Ao mesmo tempo em que ocorre uma divulgação de personagens, temas e histórias ficcionais, é estabelecido um diálogo com a realidade. O grande público, por sua vez, atribui um sentido àquilo que é visto. Essa ação, denominada de “inteligência televisiva” (Rincón, 1999), parte do pressuposto de que a televisão, para além do fato de ser um meio de comunicação de massa, é um dispositivo onde se encontram cultura, sociedade e subjetividade. Nesse sentido, a audiência tanto pode representar a dramatização e o apelo a algo que não é real, como também as projeções dos desejos e anseios do telespectador. A população, portanto, não é somente receptiva e passiva às informações que vê pela tevê. Mais do que conteúdos, a televisão – no seu modo de produzir – converteu-se em relatos e rotinas diárias de sujeitos comuns.

Segundo essa perspectiva de investigação, a televisão estabelece uma relação afetiva com os seus públicos, que pode ser identificada pela análise de diversos fatores. Por exemplo, os índices de audiência são usados pelos pesquisadores no intuito de se investigar quais mensagens interessam ao grande público. Assim, nessa perspectiva, os índices de audiência não são somente um imperativo de ordem econômica, mas um novo dispositivo na investigação dos valores e representações da sociedade contemporânea.

O meio de comunicação de massa, sob essa perspectiva, pode ser estudado muito mais como uma instituição cultural do que somente um dispositivo da alienação contemporânea. Isso porque essa linha de investigação leva em consideração os gostos e preferências das pessoas (que podem ser medidos pelos índices de audiência), a maneira como os telespectadores frequentam a tela (se a atenção é dispersa e frágil) e os usos e

¹³Sobre esses estudos Cf. Barbeiro: 1983, 1984, 1988; Fuenzalida: 2000; Orozco: 1996.

potenciais das mensagens (se os temas abordados nas telas relacionam-se com educação e cidadania).

Trataremos de abordar nos próximos tópicos os principais modelos de televisão pública apontando suas particularidades de funcionamento, estratégia de mercado, projetos políticos e pedagógicos, entre outros. Também trataremos de discutir que valores compuseram as linhas editoriais da TV Cultura ao longo de mais de trinta anos de existência.

1.3. Modelos de televisão pública

O modelo público de radiodifusão existia na Europa desde, pelo menos, os anos 1920¹⁴. No entanto, um conjunto de fatores relacionados aos desdobramentos da II Grande Guerra acabou definindo os princípios e valores do sistema público de televisão europeu, que são usados ainda hoje como parâmetros de excelência. Um importante fator que contribuiu para a formação da televisão pública europeia foi o temor às mídias de massa e, conseqüentemente, uma necessidade de se ter determinado controle social sobre esse meio de comunicação. A experiência do rádio como instrumento de divulgação de doutrinas e ideais fascistas, especialmente na Alemanha e Itália, ainda era presente no imaginário social. A televisão, nesse sentido, acabou sendo vista por muitos governantes e intelectuais como um instrumento de veiculação de valores tão ou mais perigosos que o próprio rádio e que poderiam ter efeitos desastrosos sobre as recentes democracias implantadas na Europa. Além disso, ao final da Guerra, a atuação do Estado sobre a regulação do mercado e bens de serviços voltados para o bem-estar da população cresceu consideravelmente. Assim, muitos países da Europa investiram em planejamento das empresas estatais e ampliaram o serviço público. No campo da comunicação não seria diferente. Era necessário estabelecer regras para as mídias de

¹⁴As primeiras experiências de radiodifusão ocorreram na Inglaterra em 1922. O diretor geral dos Correios incentivou empresas interessadas em explorar o rádio a formar uma companhia que deu origem à BBC. Na França, as primeiras experiências de transmissão de rádio ocorreram na mesma época, a partir da Torre Eiffel. Já na Alemanha, em 1923, começaram as transmissões de rádio. Cf. em BARDOEL, Johannes e D'HAENENS, Leen. "Reinventing public service broadcasting in Europe: prospects, promises and problems Media". in: *Culture & Society* May 2008 30: 337-355.

massa e transformá-las em veículos de comunicação de utilidade pública, escapando, dessa maneira, às leis de mercado e ao domínio das corporações privadas.

Houve ainda uma espécie de negação à proposta de televisão baseada na organização privada, extremamente popular nos Estados Unidos. Buscava-se evitar as benesses da televisão na Europa, pois acreditava-se que esse veículo de comunicação, se bem utilizado, poderia promover a democratização, ampliar as fronteiras culturais e alargar a ideia de nacionalidade.

Em discurso de inauguração *British Broadcasting Corporation* (BBC), John Reith, então diretor geral, já sinalizava qual seria a postura do país em relação à radiodifusão: dizia ele que fazer dinheiro não era negócio do rádio, também que a emissora de radiodifusão deveria ter independência do governo do dia. O objetivo do veículo de comunicação era oferecer à população “riquezas linguísticas, estéticas e ética dos povos e nações” (Leal Filho, 1997: 18) de maneira a garantir a democracia plena.

Como veremos mais adiante, cada país adotou um modelo de televisão pública. A França, por exemplo, usou uma lógica administrativa centralizadora de suas redes, através da criação da Rádio Televisão da França (RTF – *Rádio Télévision de France*), criada em 1946 e transformada em *Radiodiffusion Télévision Française*, no ano de 1964. Outros países atuaram com uma política descentralizadora, citamos aqui a Associação das Emissoras da Alemanha/Segunda Televisão Alemã (ARD/ZDF – *Allgemeine Rundfunkanstalten Deutschlands/ Zweites Deutsches Fernsehen*) como modelo público descentralizado ou ainda a Rádio Audição Italiana (RAI – *Radio Auditione Italiana*), modelos esses que favorecem a regionalização. Finalmente, a Grã Bretanha atuava com os dois modelos de televisão de coexistência relativamente equilibrada com canais públicos e privados (Wolton, 1996: 30).

Como vimos, na Europa, se sobressaiu um modelo de televisão voltado para o serviço público, já nos Estados Unidos a tevê seguiu uma estrutura comercial e a maioria das emissoras atuou dentro de uma orientação para o mercado. Há, assim, determinadas características que diferenciam esses modelos. Algumas delas foram destacadas pelos autores Dominique Wolton (1996) e Laurindo Leal Filho (1997) e podem ser determinadas a partir dos seguintes termos: cobertura abrangente, com objetivo final de abraçar todo o território nacional; pluralismo de público e de grade de

programação; proteção e isenção política, isto é, parte-se do pressuposto de que os operadores de televisão possuem uma certa proteção política podendo, justamente por isso, obter informações amplas e isentas. Além disso, nos países europeus, a implantação do serviço público correspondeu a uma vontade de eternizar o patrimônio cultural de determinada sociedade. Os franceses, por exemplo, a chamavam de “la voix de la France” (a voz da França); os italianos, por sua vez, intitulavam a sua televisão pública de “mamma”. E, finalmente, há um enorme distanciamento do mercado. As televisões públicas europeias nasceram desvinculadas dos grupos econômicos, usando a publicidade como fonte de renda complementar.

Mas, em relação à grade de programação, a tevê pública europeia, tal como as comerciais brasileiras e estadunidenses seguem o modelo generalista, isto é, a programação abrange dois grandes gêneros televisivos: a informação e o entretenimento, que se alternam em diferentes horários no intuito de promover a heterogeneidade na grade de programas. Segundo Wolton,

[...] a força da televisão é oferecer todos os dias um conjunto de programas, ao mesmo tempo idênticos e diferentes, que o espectador escolhe de maneira ao mesmo tempo idêntica e diferente (Wolton, 1996: 113)

A convivência de programas de caráter ora informativo ora de entretenimento provoca no público tanto uma pluralidade quanto uma aceitação geral dos gostos. Assim, ao conceber uma programação heterogênea, o público que frequenta o canal acaba necessariamente concordando com a diversidade imposta naquele espaço. Tal situação obriga, no fim das contas, a aceitação geral e plural de gostos. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a televisão generalista promove a integração social e a constituição de identidades coletivas. Nesse sentido, a televisão generalista, pública ou privada, possui mecanismos semelhantes à própria concepção de democracia. Há, assim, uma forte relação entre informação, programas e a dimensão democrática na grade generalista de televisão.

Porém, diferente da televisão pública, pelo menos em suas primeiras décadas de atuação, a tevê generalista comercial brasileira e estadunidense foi concebida sob a égide do consumo. Como veículo de comunicação de massa, o contato do grande

público é maior, situação que proporciona, no fim das contas, a formação de um vasto e potencial mercado consumidor e que traz, por conseguinte, mais lucros para a emissora e seus anunciantes (Wolton, 1996: 110-111).

A história das televisões públicas na Europa pode ser dividida em três períodos que refletem situações e posturas do público e dos poderes públicos bastante distintas. No primeiro período, entre os anos 1950 e 1970, ocorreu um enorme pioneirismo dos produtores que precisavam realizar programas educativos e populares. Esse é um período de grande referência tanto da historiografia que discute televisão, como das próprias emissoras públicas europeias, chamado por Wolton de “dominação do modelo de televisão de serviço público”.

Ao universo da comunicação adotou-se a tríade informar, distrair e educar. Além disso, determinados princípios que norteariam as emissoras públicas foram elaborados, primeiro pela BBC e, em seguida, reproduzidos de maneira mais ou menos homogênea em outras emissoras. Foram estes:

Diversidade: a programação pode ser diversificada, desde que atinja preceitos básicos de informação, formação e entretenimento; universalidade: baseava-se na ideia de que a televisão deveria chegar a todos os cidadãos em igualdade de condições; financiamento público: poderia ser por meio de uma taxa paga pelo cidadão ou através de recursos fornecidos pelo Estado; independência: esta questão está ligada a forma de financiamento – só é possível alcançar a independência ignorando a influência de fatores externos, sejam eles de ordem política; identidade nacional – preocupação com os sentimentos de identidade nacional e comunidade refletidos na programação; atenção às minorias – deficientes auditivos; criação orientação pública que devem servir para dar liberdade aos produtores ao invés de limitá-los. (Fidalgo, 2005: 25)

Esses princípios se encontram delimitados nas cartas ou estatutos das tevês públicas e ainda existem hoje. Também a TV Cultura possui um estatuto, que será analisado posteriormente. Além disso, veremos que, nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1980, após a expansão de projetos neoliberais e privatizantes, muitas emissoras abandonaram esses ideais.

Das emissoras públicas europeias implantadas na segunda metade do século XX, somente a televisão inglesa possuía um modelo aberto, baseado no duopólio dos

canais que se complementavam; de um lado a BBC, emissora pública de rádio e televisão fundada em 1922, de outro, a *Independent Television Authority* (ITA), uma agência criada em 1954 cuja responsabilidade é supervisionar a *Independent Television* (ITV), rede comercial. Todo o resto seguia um modelo centralizado, baseado na intervenção do Estado, responsável por gerir as emissoras, assim como legislar sobre temas relativos à radiodifusão, entre eles permitir a entrada de canais comerciais.

Quando os debates para implantação das televisões se iniciaram, no período pós-guerra, o modelo de televisão centralizado nas mãos do poder público parecia promissor e adequado às demandas sociais. Como vimos, o uso da comunicação em massa por grupos privados era ainda visto com ressalvas, além disso, repudiava-se a ideia de lucro para a televisão – pensavam num modelo de serviço público cujos princípios, como vimos, eram diversidade, universalidade, financiamento público, independência, identidade nacional, entre outros, que foram fundamentais na integração política, do idioma e da cultura. Porém, conforme as televisões públicas continentais foram se consolidando, aumentava a hostilidade dos partidários desse modelo de televisão às novas experiências e projetos. Na França, por exemplo, chegaram ao ponto de se opor a propostas de televisões regionais e comunitárias nos anos 1970 (Wolton, 1996: 28).

Assim, se, por um lado, houve um enorme sucesso das televisões públicas devido aos programas educativos e populares dos pioneiros da tevê, por outro lado, esse êxito foi fomentado pela própria estrutura de televisão pública implantada até aquele momento, baseada, sobretudo, no monopólio estatal para a concessão de aberturas de novas emissoras. O problema do controle político, nesse sentido, acabou ofuscando, de certa forma, essa euforia inicial das emissoras públicas europeias, e, até hoje, muitas delas são associadas a uma forte tradição paternalista (Fidalgo, 2005: 25).

Nas décadas seguintes, nos anos 1960 e 1970, tem início um amplo debate sobre a necessidade de criar mais canais públicos. Surgiram então alguns questionamentos – haveria a necessidade de se criar um segundo canal de televisão? Em caso positivo, quando isso deveria ocorrer? Essa segunda fase, segundo Wolton, foi marcada por desentendimentos e lentidão às demandas populares pela abertura de novos canais.

Com exceção da Grã-Bretanha, o calendário de criação de um segundo canal de televisão pública, e até de um terceiro canal, nos diferentes países europeus, mostra a prudência e a lentidão com que se respondeu à demanda. (Wolton, 1996: 26)

As discussões sobre a obrigatoriedade dos poderes públicos em criar novos canais somadas às constantes modernizações no processo de produção de programas e na transmissão culminaram numa série de novos debates, chamados de “Confronto dos dois modelos” por Wolton. É um momento de crise e reflexão e, na visão do autor, fundamental para entender os rumos da televisão pública na Europa. Percebe-se uma falência do sistema televisivo público, tanto pela falta de capacidade da equipe de gerência das produções e, em última instância, do próprio poder público em renovar os projetos e as produções, como pela resistência dos profissionais da área, que, ao invés de apresentar propostas alternativas e, de alguma maneira, dialogar com as demandas das novas tecnologias, decidiram apoiar um modelo de serviço público bastante burocrático. Nesse momento,

A televisão pública foi identificada com a politização e com a burocracia sindical; tornou-se objeto permanente de antagonismos e polêmicas de igual má-fé entre a esquerda e a direita, dando a sensação de que jamais conseguiria se regenerar. (Wolton, 1996: 29)

A ideologia da livre concorrência como fator de garantia da qualidade aliada a novos projetos e propostas de privatização do setor de comunicação assume de vez o tom do debate sobre televisão nos decênios seguintes, caracterizados por Worton como o período de “troca ou inversão”. Assim, os valores e propostas da tevê comercial, em especial a obsessão pela audiência, começam a aparecer nas linhas editoriais das principais televisões públicas. Em função dos índices de recepção do telespectador, algumas emissoras iniciam um processo de redução da diversidade da programação, como a diminuição de documentários científicos e culturais, por exemplo, outras procuram criar sistemas complementares de canais, visando atingir públicos específicos.

Os representantes de entidades civis e intelectuais, preocupados com a manutenção dos ideais do serviço público da televisão, encaminharam, então, diversas propostas e projetos de revitalização das emissoras públicas. Assim, visando evitar o desmantelamento desses projetos e ideais presentes no sistema público de televisão,

decidiu-se por desatrelar a emissora da política do Estado em muitas regiões da Europa. As discussões sobre publicidade e patrocínio passaram a ser atraentes ao grande público, além disso, o próprio debate sobre concessão de canais privados entrava na agenda do dia.

Vê-se, como apontou Wolton, uma inversão da relação de valores e projetos para a televisão; se nos anos 1970 repudiava-se a publicidade nas tevês públicas e a possibilidade de concorrência, nas décadas seguintes muitos canais de televisão passaram a implementar propagandas e/ou patrocínios de programas como complemento de suas atividades na esperança de revitalizar e manter a ideia de serviço público.

Na Inglaterra, a BBC também sofreu fortes pressões do então governo de Margareth Thatcher¹⁵, que via a necessidade de introduzir mecanismos comerciais no funcionamento da emissora. A *Broadcasting Research Unit*, um órgão independente de pesquisas mantido pela emissora, precisou realizar um extenso relatório demonstrando a necessidade de se manter determinados conceitos importantes de televisão pública, entre esses a ideia de isenção econômica de entidades privadas de serviço público. Após intensos debates entre o governo e representantes da *Broadcasting Research*, o relatório final acabou por comprovar, ao contrário do que desejava Thatcher, a necessidade de se manter a licença paga pelos telespectadores como a única forma de financiamento, e até hoje a BBC é gerenciada dessa maneira (Leal Filho, 1997: 60).

Em 1984, o então regime socialista francês, na contramão das perspectivas do seu partido e ideologia, mas emparelhado às novas propostas econômicas que determinavam a privatização como saída da crise, aprovou a concessão do Canal Plus, depois La Cinq e a TV6, todos privados. E, no final dos anos 1980, dos setes canais em exercício na França, quatro eram privados.

¹⁵Margaret Thatcher (1925-2013) foi primeira-ministra no Reino Unido em três mandatos consecutivos (1979-1990). Conhecida como “Dama de ferro”, adotou como prática econômica a desregulamentação do setor financeiro, imposição de uma legislação antissindical visando a flexibilização de mercado, a privatização de diversos setores, entre esses destaca-se a habitação, a indústria de aço, o setor elétrico, entre outros. Tal estratégia econômica ficou conhecida como neoliberal e foi replicada em diversos outros países da Europa e América Latina, entre esses o Brasil.

Essa reforma no sistema público de canais contrariava as principais prerrogativas amplamente debatidas até então sobre serviço público, além disso, ignorava os problemas de se permitir que a comunicação fosse realizada sob o domínio do capital privado. Como veremos adiante, ela foi a primeira de uma série de mudanças relacionadas à própria concepção sobre o que é televisão pública e para quem ela serve. Além disso, dizem muito sobre os projetos políticos adotados pelos poderes públicos, bem como do contexto social e econômico do país.

A súbita abertura da França para as televisões comerciais, a partir da segunda metade dos anos 1980, provocou uma reação em cadeia em toda a Europa continental. Países menores como Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca e Áustria não possuíam a capacidade de barrar, por exemplo, a transmissão por satélite das recém-implantadas tevês privadas francesas, que aos poucos invadiram os territórios vizinhos. Além do mais, tiveram a sensação de terem sido traídos e abandonados, pois já sofriam pressões internas do público para a abertura das televisões privadas.

No limite, essas atitudes provocaram a entrada tardia e desordenada de várias televisões públicas da Europa no mundo da concorrência em condições desleais. Da ideia de serviço público da televisão, baseada na missão informar, distrair e educar, as televisões públicas foram obrigadas a conviver com a lógica do *“laissez-faire laissez-passer”* como regra de conduta (Wolton, 1996: 31). Dessa forma, as demandas e os gostos do público, indicadas pelas modernas técnicas de medição de audiência, passaram a ser a única condição levada em conta pela produção das emissoras.

Mais do que inverter valores e projetos de serviço público, a lógica de mercado aplicada à estrutura das televisões públicas trouxe como consequência a banalização do que se pretende e se idealiza para o meio de comunicação de massa. O potencial da televisão foi rebaixado àquilo que ela tem de mais básico: a espetacularização das informações. Como a audiência se tornou elemento importante para se obter recursos financeiros, as emissoras públicas passaram a concorrer com as privadas pelos anunciantes. A televisão pública, tal como a privada, se transformou em mais uma indústria, a do espetáculo. A política de muitas emissoras públicas passou a ser informar de forma rápida e superficial, organizando sua programação a partir da lógica da audiência, com programas que apresentam pouco ou quase nada de proposta reflexiva,

abandonando, e muito, a missão e os princípios que regiam as televisões públicas até então.

Mais recentemente, a *France Télévision* voltou a ser tema de grande debate em relação ao seu modelo de financiamento. Se nos anos 1980, o país foi um dos primeiros a abrir concessões para televisões privadas, em meados de 2010, sob a gestão do então presidente Nicolas Sarkozy, ocorreu uma extensa reforma no sistema de televisão público francês e as propagandas foram completamente retiradas da programação noturna dos principais canais públicos. Chamada pelo presidente de “revolução cultural genuína”, a reforma foi instaurada sob o pretexto de que a publicidade interferia na missão da televisão pública. Até então, a publicidade representava quase 70% dos recursos orçamentários. Mas, com a reforma legislativa, as televisões públicas voltaram a sobreviver de impostos e repasses governamentais. Segundo a reforma, o governo deverá garantir financiamento anual de 450 milhões de euros para os próximos três anos, para compensar a falta da receita publicitária. A verba deve vir de duas novas taxas: imposto de 0,9% sobre a receita de operadores de telefone e provedores de internet e imposto de 1,5% a 3% sobre a receita publicitária dos canais de TV privados (Netto, 2009). A reforma do financiamento das emissoras de TV e de rádio públicas também dá ao presidente do país o direito de nomear o diretor presidente da *France Télévision* e da emissora pública de Rádio.

Em manifesto assinado por diversas categorias sindicais e intelectuais em todo o país afirma-se que esse projeto ameaça a estabilidade e autonomia da televisão, pois vincula os projetos editoriais da emissora às decisões da gestão do presidente e subordina todo o orçamento às assembleias do governo, que pode aumentar ou diminuir os valores concedidos de acordo com a receptividade do público, em outras palavras, os índices de audiência determinaram o valor das verbas públicas concedidas às emissoras.

Esse vai e vem das legislações relativas ao sistema público de televisão, especialmente na França, diz muito sobre os valores e expectativas que os dirigentes dos poderes públicos, os intelectuais e até mesmo população atribuem às redes de televisão pública.

É curioso notar, em primeiro lugar, que essas emissoras vêm sofrendo, ao longo dos anos, forte pressão para se revitalizar e se aprimorar incorporando, assim,

muitos valores e projetos incompatíveis com os princípios adotados por elas no momento de sua consolidação, ainda nos anos 1950. Assim, ao mesmo tempo em que devem manter a missão de formar, informar e entreter, as televisões públicas precisam “provar” para os dirigentes do Executivo, intelectuais e mesmo o público em geral que a sua atuação possui, de fato, repercussão social e cultural. Uma das maneiras de averiguar seus impactos é por meio de estudos de recepção e audiência, instrumentos de análise que pertencem ao universo da televisão comercial e privada. No fim das contas, a televisão pública está sendo avaliada a partir de uma lógica que não lhe compete.

Há mais nessa história. A reforma aprovada em 2010, na França, demonstra possíveis desdobramentos acerca do tratamento que será dado à televisão pública nos próximos anos. Como vimos, as televisões tiveram que acompanhar não só a tecnologia, mas entrar em um ambiente de concorrência com as tevês privadas. Para conseguir sobreviver a essas duras realidades, muitas emissoras públicas tiveram que reformular seus estatutos, incluindo artigos e emendas que aceitavam a publicidade e propaganda. A reforma proposta no governo de Sarkozy suprime a publicidade, mas não oferece, de fato, uma contrapartida às emissoras públicas, assim, possivelmente elas ficaram mais e mais atreladas às decisões do Parlamento. O projeto também modifica o sistema de nomeação da direção, submetida agora à indicação do presidente do país, afetando a autonomia e independência do sistema público de televisão.

Assim, ao contrário do que diz o presidente, essa reforma não retomará o caráter genuíno da televisão pública, corrompida, segundo ele, pelos comerciais. Ao contrário, possivelmente vai limitar a capacidade de se mostrar competitiva em relação às tevês privadas, atrelando o orçamento das emissoras ao parlamento. Também vai submeter a direção das televisões públicas à decisão do presidente, abandonando com isso, o princípio da autonomia. Resta saber se essa legislação ficará restrita ao universo francês, situação pouco provável, pois, como vimos, em outros momentos, as decisões tomadas na França foram reproduzidas mais ou menos de forma homogênea em outros países.

Um pouco diferente é o caso da BBC. Segundo considerações de Leal Filho (1997), ainda existe uma ideia de serviço público bastante similar àquela formulada ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial. O que não significa dizer que não há

batalhas constantes para a manutenção desse serviço. Como vimos, na Era Thatcher, a BBC por pouco não perdeu a garantia da taxaço de seus serviços. E, ainda hoje, a emissora produz relatórios cujo objetivo é mostrar sua eficiência. Um dos índices levados em consideração na produção desses documentos é a popularidade da emissora (conferir Tabela 2).

Há, por fim, que se destacar como a ação dos poderes públicos sobre as emissoras dizem muito dos próprios projetos políticos governamentais e do contexto social e político da França e até mesmo em outras regiões europeias. Com exceção da BBC, o destino da maioria das televisões públicas da Europa esteve sob a ação dos poderes públicos que ora decidiam pela centralização, ora pelo abandono das emissoras. Veremos adiante como a trajetória da TV Cultura reflete, e muito, a própria ação política das gestões do governo do Estado de São Paulo. Antes, contudo, apresentamos de forma geral as características das principais emissoras públicas da Europa e Estados Unidos. Por fim, elaboramos um quadro comparativo dessas emissoras no que diz respeito à estrutura funcional, verbas adquiridas e audiência para o período de 2000.

1.3.1. Panorama das principais televisões públicas da Europa e Estados Unidos

- ***Reino Unido: British Broadcasting Corporation (BBC)***

A emissora britânica – BBC – é a televisão pública mais conhecida no mundo. Mais que sua tradição, a rede se tornou fenômeno de audiência no Reino Unido e hoje possui oito canais nacionais, sendo seis digitais. A BBC 1 e BBC 2, as principais são analógicas e estão no topo da audiência; os canais digitais, também estão disponíveis na internet, www.bbc.co.uk (conhecido como BBCi), e são as BBC 3 e BBC4 (público mais jovem e programação cultural). CBBC e CBeebies (infantis), BBC Parliament (atividades parlamentares e políticas) e BBC news (canal de notícias 24 horas por dia).

Como corporação pública, é financiada por uma taxa anual cobrada por residência com televisor. O valor é de 116 libras para todos os cidadãos britânicos, com exceção dos idosos e pessoas que possuem aparelhos preto e branco. No ano de 2003, por exemplo, a BBC faturou, com essa arrecadação, cerca de 2,5 bilhões de libras,

equivalente a 12 bilhões de reais – esses valores de arrecadação de impostos costumam não variar muito, visto que o imposto é o mesmo ainda hoje (Mesquita, 2003: 29). Mas essa não é a única fonte de renda da BBC. A emissora também trabalha com parcerias ou cooperações comerciais criadas justamente para otimizar a rentabilidade da corporação. A BBC worldwide, braço comercial da BBC, vendeu um total de 660 milhões de libras no mesmo ano de 2003 (Conferir Tabela 2).

A base legal e jurídica da BBC está contida em uma carta régia (*Royal Charter*), que existe há cerca de oitenta anos, embora renovada com certa frequência. Essa carta é aprovada pelo Parlamento com a outorga da Rainha. Nela são instituídos os princípios básicos e de gestão da organização. Dois documentos – chamados licença e acordo – também estabelecem os detalhes operacionais da corporação, a cada dez anos, de acordo com consultas iniciadas pelo governo (Leal Filho, 1997: 34). O órgão máximo de decisão da emissora é o *Trust*. Esse conselho curador é composto por 12 pessoas (quatro representam cada país que compõe o Reino Unido) que possuem mandato fixo e remunerado. Os conselheiros são indicados pela Rainha, atendendo a conselho do Ministério da Cultura, e aprovados pelo *Office of the Commissioner for Public Appointments*, agência independente responsável pela análise das nomeações em órgãos públicos. O diretor geral da BBC é subordinado ao *Trust*, a quem cabe sua indicação ou substituição. Ao *Trust* cabe também discutir e aprovar o plano de trabalho submetido pelo diretor geral (Leal Filho, 1997: 34-37).

Em relação aos programas sobre ciência e tecnologia, a BBC produz uma série de documentários chamada *Horizon* de cerca de uma hora de duração desde 1964. Também possui uma divisão *Science and Nature* responsável por gerenciar, produzir e assessorar os principais programas relacionados a ciência e tecnologia. Sobre este programa, trataremos com detalhes no terceiro capítulo.

- ***Reino Unido: Independent Television (ITA)***

A *Independent Television Authority* (ITA) é um canal aberto explorado por concessionários privados com renda obtida por meio da venda de publicidade que foi ao ar a partir de 1955. A ITA fica responsável pela infraestrutura e pela regulação das

atividades da nova rede, e os operadores privados responsáveis pela produção dos programas. Segundo Leal Filho (1997, 49-53), não se pode mencionar a existência de um sistema comercial puro na Inglaterra. E tampouco emissoras comerciais, pois as empresas que compõem a ITA não possuem controle sobre o sistema de transmissão, realizado pela corporação pública (Jeanneney, 1996: 223).

- **Alemanha:** *Arbeitsgemeinschaft der Rundfunkanstalten Deutschlands* (Associação das Empresas Públicas de Radiodifusão da Alemanha) (ARD) e *Zweites Deutsches Fernsehen* (Segunda Televisão Alemã) (ZDF)

A transmissão pública dos meios de comunicação na Alemanha teve início com o rádio em 1923. A emissora era dos Correios, que tinham a propriedade dos equipamentos e transmissão e é assim ainda hoje – quem quiser ouvir rádio precisa comprar um aparelho e, em seguida, pagar uma taxa aos correios pelo equipamento de captação dos programas de rádio (conferir Tabela 1). No período pós Segunda Guerra, o sistema de radiodifusão foi organizado pelos “aliados” (Estados Unidos, Inglaterra e França), em 1955, tendo como características principais a independência perante o governo e a distribuição regional – são 12 televisões públicas para 16 estados. Nesse modelo, a tarifa ainda é cobrada pelos Correios, que, por sua vez, distribuem 80% do valor total recebido para as diversas regiões que compõem o país, os 20% restantes ficam para a instituição e servem para a manutenção de equipamentos (Rosenbaum, 2003: 44).

O controle e direção das emissoras de radiodifusão do direito público estão geralmente nas mãos de três órgãos: o Conselho de Radiodifusão ou de Televisão, o Conselho Administrativo e o diretor geral. Os membros do Conselho de Radiodifusão representam grupos da sociedade, cuidando dos interesses coletivos, além de exercerem o controle da radiodifusão de direito público. Eles são eleitos em Assembleias Legislativas estaduais ou nomeados diretamente pelos partidos, comunidades religiosas e organizações sociais. O Conselho de Radiodifusão tem a função de assessorar o Diretor Geral na grade de programação e observância entre a grade e as linhas editoriais que definem a televisão pública. Já o Conselho Administrativo aprova o plano orçamentário e controla a gestão de negócios da emissora. A cada quatro anos, as

televisões públicas devem apresentar relatórios discriminando suas atividades e justificando os aumentos de custo ou elevação da necessidade de recursos financeiros. Os valores balizados que cada emissora pública recebe são determinados em uma legislação ordinária e nas determinações legislativas (Rocha, 2006: 57).

Em parte, as emissoras cobrem os Estados onde estão sediadas como a Baviera e a SWR (Sudwestrundfunk) e em parte transmitem para mais de um estado. As emissoras estaduais reúnem-se no grupo de trabalho das Emissoras incorporadas ao Direito Público da Alemanha (ARD). Além de transmitir regionalmente, essas emissoras contribuem – com programas – para a televisão Primeira Televisão Nacional – *Erstes Deutsches Fernsehen* (Primeira Televisão Alemã) e Segunda Televisão Nacional – *Zweites Deutsches Fernsehen* (ZDF).

Em relação à programação, a ARD e ZDF dedicam espaço ao telejornalismo, documentários nacionais e internacionais, teleteatro, longas-metragens. Os noticiários e as reportagens internacionais, tal como na BBC, são de responsabilidade de uma rede de correspondentes e de estúdios próprios, sediados em diversos países.

- **França:** *Radiodiffusion Française (RDF/ORTF)*

No caso da França, a Segunda Guerra Mundial interrompeu as primeiras experiências de televisão pública, que só foram retomadas em 1947, com emissões experimentais. E, em 1949, com a promulgação da Lei de n.º 49-1032, houve a regularização da emissora pública francesa, que mudou o seu nome de *Radiodiffusion Télévision Française* (RTF) para *Office de Radiodiffusion Télévision Française* (ORTF) (Organismo da Radiodifusão e Televisão Francesa) e determinou que a emissora deveria se sustentar através de cobrança de impostos por televisores. Desde então, os recursos financeiros destinados a ORTF vêm do pagamento anual das *redevances*, um tipo de imposto pago pelo proprietário do aparelho de televisão que servia também de recursos às transmissões de rádio (conferir Tabela 2). Não se transmitia publicidade, a princípio.

Com a chegada do general Charles de Gaulle, nos 1950, tem início uma nova fase chamada de “monopólio do general”, caracterizada por um processo de dependência do ministro da informação. E, em fevereiro de 1959, apesar da ORTF se

transformar em estabelecimento público e jurídico, com orçamento autônomo, ainda era submetida ao conselho dos ministros do governo da França, que escolhiam os diretores. O ano de 1968 marcou uma transformação no rígido controle estatal do sistema, com a abertura para a veiculação de anúncios publicitários pelas emissoras públicas do país. Situação que se agravou na década de 1980, após a criação do Canal Plus, sociedade privada de economia mista, mas com concessão de serviço público. Também nesse período é instaurada a lei sobre a liberdade de comunicação (Lei n.º 86-1067), que substituiu a Comissão Nacional de Comunicação e das Liberdades (CNCL) pelo Conselho Superior do Audiovisual (CSA), formado pelo presidente da República e membros da Assembleia Nacional e Senado, e criado para garantir a liberdade de comunicação audiovisual. Também transformou a *France Télévision* em uma holding que congrega quatro emissoras, chamadas *Sociétés Nationales de Programme*.

Além disso, foi criado o Conselho de Administração, um órgão superior decisório aos conselhos de cada conglomerado formado por 14 membros, que também decide quem será o diretor geral. O CSA possui o poder de fiscalizar e de exigir o cumprimento de suas resoluções por parte das emissoras. Por outro lado, o conglomerado possui um contrato de gestão com o Poder Executivo. Todo ano a execução do contrato é apresentada às comissões temáticas do Congresso.

Na França, assim como no Reino Unido, o cidadão paga um imposto – IPTV – imposto sobre propriedade de aparelhos de televisão – encaminhado para a holding *France Télévision*, que abrange os canais France 2, France 3, France 4 (Arte) e o Cinquième (canal educativo). Também existem três emissoras privadas – TF1, M6 (*Metropole Télévision*) e Canal Plus, este último é um canal por assinatura. Além deles, há em torno de vinte emissoras que formam a TV a cabo nacionais e um extenso número de emissoras regionais que transmitem via satélite e TPS (Rocha: 2006, 72).

- ***Itália: Radio Audizioni Itália (RAI)***

As primeiras transmissões radiofônicas do sistema público italiano tiveram início em 1924. Nos anos 1930, a emissora obteve seu primeiro sucesso com a rádio

revista *Os quatro mosqueteiros*, chegando a atingir a marca de milhões de ouvintes¹⁶. Durante a II Guerra Mundial, no entanto, o rádio foi o principal instrumento de propaganda de Mussolini. Inclusive, devido a esse fato, o sistema de radiodifusão italiano mudou seu nome de Ente Italiano Audizioni Radiofoniche (EIAR) para Radio Audizioni Itália (RAI). Em 1947, foi instituída uma Comissão Parlamentar independente responsável por manter a sua objetividade informativa e vigiar qualquer veiculação política partidária do canal. As transmissões nacionais tiveram início na década de 1950, mesmo período no qual o canal autorizou a veiculação de propagandas. Anos mais tarde, em 1961, foi inaugurado um segundo canal, chamado RAI Due.

Acompanhando as transformações em toda Europa nos sistemas de canais público de televisão, o governo federal aprovou em 1975 a Lei de Número 103, que promovia o desenvolvimento interno da RAI (Rocha, 2006: 62-63). A emissora foi vinculada às estruturas do Departamento de Educação e aos Tribunais de Justiça e passou a ser tutelada pelo Parlamento. Em relação à publicidade, apesar de já ser admitida na emissora não era regulada. Com a aprovação da lei isso mudou, a partir da data da promulgação do decreto não poderia ultrapassar 5% da totalidade do tempo. Outro tema importante regulamentado na nova legislação diz respeito ao número de programas internacionais: a transmissão desses programas não poderia ultrapassar a difusão dos programas nacionais.

No início dos anos 1980, as televisões privadas, encabeçadas pelo grupo Fininvest, pertencente ao então empresário Silvio Berlusconi, eleito primeiro ministro da Itália em três mandatos consecutivos (1994-2011), foram aprovadas pelo Parlamento. A situação então passou a ser de duopólio entre as tevês públicas e as de propriedade de Berlusconi. Nos anos 1990, foi aprovada uma nova legislação de radiodifusão no país. A Lei Número 223 reconhecia a existência de um serviço misto composto por uma concessionária de serviço público e por um transmissor nacional privado em regime de concorrência. Situação que resultou em prejuízos para a RAI no confronto com as televisões privadas.

Basicamente o país controla o rádio e a televisão por intermédio do *gerente dela editoria*, uma espécie de defensor público, nomeado pelo parlamento. Ele é o

¹⁶ Informações obtidas no site: www.rai.it. [citado 18 jan. 2016].

responsável pela garantia de igual acesso de todos os partidos ao rádio e à televisão (Leal Filho, 1997: 22).

- ***Portugal: Rádio e Televisão de Portugal (RTP)***

Em Portugal, a televisão chegou em 1955, em um período marcado pela Ditadura Militar que, desde seus início, utilizou a emissora pública como propaganda de seu governo. Ela possui característica bastante semelhante à TV Cultura, visto que é gerida por uma sociedade anônima, possuindo um capital social, tripartido entre o Estado, emissoras de radiodifusão privadas e pessoas particulares (Rocha, 2006: 14). Nos anos 1970, a RTP criou seu segundo canal, o RTP 2, voltando para aspectos da arte e cultura. Nesta mesma década, a emissora passou a realizar transmissões aos arquipélagos de Madeira e Açores.

No que diz respeito à programação de ciência, foi possível entrevistar Vasco Trigo¹⁷, um dos principais jornalistas desta televisão e especialista no tema. Atual coordenador de comunicação do Instituto Universitário de Lisboa, Vasco Trigo, comentou que começou a trabalhar com divulgação científica em 1996, quando foi convidado pela direção executiva da RTP a editar e apresentar o programa *2001*, uma série com reportagens e entrevistas com os principais pesquisadores de Portugal e Algarves. Durante a entrevista, Trigo comentou que trabalhava com jornalismo na RTP desde a década de 1980 realizando cobertura de temas políticos. Segundo ele, o ano de 1995 foi muito importante para a ciência e tecnologia no país. Neste ano, José Mariano Rebelo Pires Gago (1948 — 2015) foi indicado para ser ministro da ciência e educação pelo então primeiro António Manuel de Oliveira Guterres.

Nesta altura, Mariano Gago havia publicado o *Manifesto para a Ciência* (1990), um livro referência sobre a necessidade de realizar investimentos em C&T. Ao assumir o ministério da Ciência e educação, Gago teve a oportunidade de colocar em práticas as propostas e estratégias sugeridas na obra. “Foi um momento importante para a vida política no país”, afirmou o jornalista. “Com Mariano Gago, teve início uma série

¹⁷ Entrevista concedida à autora em 22 de outubro de 2015. Cf. Anexo I contendo os roteiros de entrevistas.

de investimentos na área de educação científica, entre os quais a Expo 98, Pavilhão do Conhecimento e outros. Foi nesta época que a direção a RTP foi convocada pelo governo para criar um programa que discutisse temas relacionados à C&T, a direção executiva da televisão, por sua vez, me chamou para dirigir o *2001*, que teria o patrocínio direto da Telecom, empresa de telecomunicações multimídia. Eu tinha uma equipe inteira para fazer o programa”.

O programa *2001* era transmitido na RTP2, canal voltado para cultura e arte, semanalmente; os temas variavam entre biologia, internet nas escolas – era o início da popularização da internet – ciências da saúde, vida, biotecnologia, física, química. “A nossa preocupação era tratar do processo científico e dos métodos usados para se chegar aos resultados expostos. Interessava mais explicar ao público como os cientistas chegaram ao resultado do que apresentar qual era o resultado”. Vasco Trigo afirmou que o programa era, de fato, voltado às comunidades científicas que estavam interessadas em conhecer as diversas pesquisas espalhadas por laboratórios e centros de pesquisa de Portugal, mas, como a RTP é uma televisão que presta serviço público, o objetivo do programa era atingir o maior número de pessoas – de forma que a linguagem criada para falar sobre as pesquisas científicas deveria ser acessível ao público em geral.

“Falamos para comunidade científica, mas o canal é de serviço público, por isso, a linguagem usada deveria ser ampla e acessível a todos. Estabeleceu-se uma relação de confiança e respeito entre os cientistas, população e a equipe de reportagem. No decorrer dos anos e com o sucesso, o nome do programa mudou para *2010*. Porém, já nesta ocasião os tempos eram outros. E em 2006, o programa saiu do ar por falta de investimentos da RTP, que passava por intensa crise política e econômica.

Em 2007, Vasco Trigo sugeriu à direção da RTP a criação de um novo programa chamado *Com Ciência*, dirigido por ele, mas produzido externamente por uma produtora independente com contrato anual. Utilizando o mesmo formato e linguagem dos anteriores, as reportagens do *Com Ciência* passaram a fazer sucesso e o contrato com a produtora independente foi renovado por mais alguns anos. A partir de 2012, contudo, a direção da RTP decidiu importar séries de outras televisões. Desde então, há, segundo Vasco Trigo, poucos programas específicos de divulgação da ciência, sendo este tema tratado com mais frequência nos programas generalistas,

especialmente nos telejornais diários. “Infelizmente, a proposta de Mariano Gago criada nos anos 1990 de investir na educação para a ciência aos poucos foi definhando e hoje, inclusive, os museus de ciência têm dificuldade de sobreviver diante da falta de investimento do governo. Quanto à RTP, ela está na mesma situação e precisa sobreviver de patrocínios e investimentos privados”. No capítulo 3 desta tese, veremos que o Brasil tem características bastante semelhantes às descritas por Vasco Trigo.

- ***Estados Unidos: Public Broadcasting System (PBS) e Corporation for Public Broadcasting (CPB)***

O sistema de televisão pública nos Estados Unidos é formado por organizações nacionais e emissoras locais. Não é propriamente uma rede, mas sim uma organização que reúne 350 emissoras locais e canais nacionais como a PBS e CPB. Todas juntas forma a TV pública dos Estados Unidos. As emissoras de televisão estão localizadas em cidades como Nova Iorque, Los Angeles e Boston e em todos os estados, inclusive, Porto Rico (Myatt, 2003: 20-27).

Ainda sobre o sistema público de televisão estadunidense, a PBS oferece a programação não comercial para outros canais que as comprem. Também existe a CPB, criada em 1967 pelo governo dos Estados Unidos, é uma corporação pública que recebe financiamento anual governamental que, por sua vez, é repassado para a PBS. Para a década de 1990, o orçamento anual da PBS foi de 324 milhões de dólares, cerca de 13% da verbas que são destinadas a CPB. No entanto, o maior volume vem dos contribuintes – cerca de 25% da verba. Geralmente, as emissoras públicas que fazem parte da PBS fazem campanha três ou quatro vezes por ano para levantamento de recursos. Alguns programas e séries são financiados por empresas que pagam para colocar seus logotipos no final ou início do programa. Como outras emissoras públicas em outras partes do mundo, a PBS se defronta com a ameaça da perda de audiência, juntamente com a falta de habilidade de se diferenciar das outras emissoras. Assim, está comprometida em servir a todo tipo de público com uma extensa variedade de programas.

De forma geral, a programação da PBS é reconhecida pelo alto número de produção de séries permanentes, exibidas há muitos anos. Por exemplo, a *Master Piece*

Theater, no ar há 32 anos, o *Great Performances*, um programa de artes no ar há 30 anos e uma série de documentários para jovens, no ar há 15 anos. Sobre programas relacionados à ciência e tecnologia a PBS produz, desde 1983 a série *Frontline*. O programa tem destaque nacional e já produziu série especiais premiadas tais como *The Age of War da AIDS* ou *Bush's Wars*, entre outras. Também tem a série *Nova*, <http://www.pbs.org/wgbh/nova/>, que trata de assuntos variados relacionados à ciência e tecnologia.

Muito da verba que a PBS recebe é usada para manter e/ou renovar a produção desses programas. Outra parte da programação é destinada aos produtores independentes e às produções das emissoras locais, que oferecem seus programas ao canal. Esses programas, no entanto, precisam ser aprovados pela direção da PBS. Em seguida, as produtoras independentes partem para realizar a produção, necessitando, por sua vez, de financiamento. Em alguns casos essas produtoras recorrem à própria PBS, mas a maioria consegue financiamento de fundações privadas ou agências governamentais tais como a *National Endowment of Arts/NEA* (Fundação de Apoio às Artes) e a *National Science Foundation/NSF* (Fundação Nacional de Ciência).

Além de enfrentar problemas de espaço na programação local e de verba ou financiamentos para a produção de seus programas, a PBS também possui dificuldade em exibir uma programação nacional em todas as emissoras. Como os Estados Unidos possuem dois fusos horários, é comum as redes comerciais ajustarem a sua programação de acordo com os fusos. Além disso, embora a PBS transmita uma programação via satélite para todas as emissoras públicas, as quais têm autonomia para exibir ou não os programas.

Uma questão interessante que diferencia a PBS de outras emissoras públicas é o uso que se faz do website. O site www.pbs.org tem informações adicionais detalhadas sobre cada programa – é, inclusive, considerado o maior ponto org do mundo. Recebeu, por exemplo, no ano de 2007, em torno de 10 milhões de acessos por dia e oferecendo mais de 130 mil páginas de informação. Além desse site, há outros, para públicos específicos, como, por exemplo, crianças e/ou professores.

Tabela 1 – Taxas de licenças de países selecionados¹⁸

País	Valor (Euro €/ano)	Instituição Financiada
Alemanha	174	ARD, ZDF
França	98	France Télévision e RadioFrance
Reino Unido	163	BBC

Tabela 2 – Quadro comparativo do sistema de televisões públicas da Europa, Estados Unidos e Brasil (TV Cultura)¹⁹

Emissora	País	Estrutura	Conselho	Financiamento público	Índices de audiência
BBC	Reino Unido	8 tevês; 56 rádios; Agência de notícias.	12 membros indicados pela Monarquia	Orçamento (2007) €4,4 bilhões: 75% verbas públicas (taxas)	43%
RAI	Itália	16 tevês; 8 rádios; Agência de notícias.	9 membros nomeados pelo <i>gerente della editoria</i> , que, por sua vez, é eleito pelo Parlamento	Orçamento (2006) €3,14 bilhões: 47% verbas públicas (taxas)	43%
France Télévision	França	14 tevês; 7 rádios.	9 membros nomeados da seguinte forma: 3 pelo presidente da República, 3 pelo Presidente do Senado e 3 pelo presidente da Assembleia Nacional	Orçamento (2006) €3,14 bilhões: 68% verbas públicas (taxas)	42%
RTVE	Espanha	10 tevês; 12 rádios.	12 membros nomeados pelo Congresso	Orçamento (2006) €1,5 bilhões: 45,8% verbas públicas (orçamento trienal aprovado pelo Congresso)	38%
ARD/ZDF	Alemanha	14 tevês; 30 rádios.	77 membros indicados pelo Parlamento	Orçamento (2007) €8,2 bilhões: 84,4% verbas públicas (taxas)	42,50%
RTP	Portugal	7 tevês; 7 rádios.	5 membros escolhidos por Assembleia.	Orçamento (2006) €0,3 bilhões: 76,8% verbas públicas, sendo destes: 42,8% recurso orçamentário; 34% taxas.	30,80%

¹⁸ Disponível em: Bardeel, Johannes e d'Haenens, Leen. "Reinventing public service broadcasting in Europe: prospects, promises and problems Media". in: *Culture & Society* May 2008, Vol. 30. p 337-355. As taxas da tabela apresentam valores aproximados.

¹⁹ A Tabela 2 foi organizada a partir da análise dos relatórios produzidos pela Comissão da Comunidade Europeia de Sistema de televisão Público. CEC (Commission of the European Communities) (2001a) Application of State Aid Rules to Public Service Broadcasting, C 320/04, Brussels; do relatório apresentado no II Fórum de Televisões Públicas no Brasil em 2001. E, por fim, a partir da análise dos relatórios de atividades da Fundação Padre Anchieta, 2001. Arquivo da Fundação Padre Anchieta.

[CONTINUAÇÃO]

Emissora	País	Estrutura	Conselho	Financiamento público	Índices de audiência
PBS	Estados Unidos	860 tevês; 360 rádios; Agência de notícias; Provedora, produtora e distribuidora de conteúdos; 2 financiadoras.	Televisão: 27 membros; Rádio: 17 membros.	Orçamento (2005): US\$ 2,4 bilhões: 28,8 % verbas públicas, sendo destes: 16,3% Fundo governamental; 12,5% Governos Estaduais; 6,8% Doações de fundações civis; 26,5% Doações de cidadãos; 10,3% Universidades; 15,3% Comercialização de conteúdo (entre a rede ou para outras emissoras em outros países); 12,3% outros.	7º em 30 emissoras (a líder possui 7,4%)
TV Cultura	Brasil (TV estadual paulista com transmissão para todo o Brasil)	1 canal de televisão aberta; 2 canais digitais (TV Univesp e Multicultura); 1 rádio FM e AM.	Diretoria Executiva, nomeada pelo Conselho Curador; 47 membros, três são conselheiros vitalícios; 20 membros natos e os demais eleitos pelo próprio Conselho a cada três anos.	Orçamento (2006): aproximadamente R\$150 milhões: 50,4% verbas públicas (orçamento anual aprovado na Assembleia Legislativa); 49,6% com recursos da própria emissora (publicidade e patrocínio)	Não informado

1.4. A televisão brasileira em suas primeiras décadas

No Brasil, o período de surgimento da televisão foi caracterizado pelo avanço do parque industrial nacional e crescimento dos centros urbanos (Ortiz, 2006). A chegada da televisão, nos anos 1950, foi resultado de um movimento de modernização da sociedade brasileira em um momento de grandes mudanças de ordem conjuntural. “A TV Tupi Difusora começou transmitindo imagens para, apenas, cerca de 500 aparelhos receptores na cidade de São Paulo, mas três meses depois havia já dois mil aparelhos funcionando ali” (Jambeiro, Othon et alii, 1996: 57-59). O Brasil foi o primeiro país da América Latina a ter uma emissora de televisão e o sexto no mundo, perdendo apenas para Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha e Holanda.

Em suas primeiras décadas, a televisão só existia onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captar as imagens num raio máximo de 100 quilômetros em torno do transmissor. Cada estação de televisão necessitava prover sua própria programação. Já nesse começo, os anunciantes eram em sua grande

maioria estrangeiros ou internacionais, isso porque já tinham experiência com a televisão.

A televisão brasileira nasceu inspirada no modelo comercial norte-americano, com anunciantes e patrocinadores. A programação exibida, por exemplo, pela TV Tupi entrava no ar com o oferecimento de empresas como a Companhia Sul América de Seguros, a Laminação Antarctica, os Moinhos Santista, entre outros, que garantiram o primeiro ano de faturamento publicitário da emissora. Os patrocinadores ainda emprestavam seu nome aos programas, como *Teatrinho Trol*, *Gincana Kibon*, *Sabatina Maizena* e até aos telejornais, que receberam denominações como: *Telenotícias Panair*, *Repórter Esso*, *Telejornal Pirelli* (Barros Filho, 2011: 65).

Há muitas versões para o que se passou no dia 18 de setembro de 1950 no Palácio do Rádio, no Sumaré, quando se inaugurava a televisão. Entretanto, vários autores concordam com alguns fatos principais que marcaram a série de cerimônias. Primeiro, a bênção aos estúdios e às câmeras, tarefa do bispo auxiliar de São Paulo, Dom Paulo Rolim Loureiro. Em seguida, Assis Chateaubriand, proprietário da Diário Emissoras Associadas, fez um discurso e abriu a palavra para convidados, entre eles a poetisa Rosalina Coelho Lisboa Larragoiti, a madrinha da televisão. A transmissão do espetáculo inaugural *TV na Taba*, criado por Dermival Costa Lima e dirigido por Cassiano Gabus Mendes, estava prevista para ir ao ar às 21h. No entanto, começou com quase uma hora de atraso. Isso porque uma das câmeras quebrou e o técnico americano não conseguiu consertar. Alguns afirmam que a produção do programa teria sugerido um adiamento estratégico na estreia da programação, mas os técnicos brasileiros decidiram improvisar e colocar a emissora no ar. O improviso funcionou e a programação prevista para a primeira transmissão pública da televisão no Brasil terminou às 23h. Dois dias depois foi exibido o primeiro telejornal: *Imagens do Dia*, escrito minutos antes da transmissão por Ruy Resende (Rixa, 2000; Lorêdo, 2000; Mattos, 2002, 1996).

Nos primeiros anos, o improviso ainda dominava todas as etapas da produção de televisão. As transmissões eram ao vivo e frequentemente os textos acabavam de ser escritos para serem lidos no ar, pelos locutores, a maioria vinda do rádio para a tevê. O

fator econômico limitava a expansão da televisão durante os anos 1950, sendo que, nos dois primeiros anos, ela não passou de um brinquedo de luxo das elites do país.

Pode-se dizer que a fase inicial da televisão nacional foi marcada pela experimentação, baseada, sobretudo, na dramaturgia adaptada do teatro ou das “radionovelas”, ensaiadas em estúdio com as câmeras, para a posterior transmissão ao vivo. Durante sua primeira década, portanto, a programação televisiva era marcada por programas populares vindos do rádio.

Na década seguinte, houve uma enorme popularização desse meio de comunicação, principalmente devido à implantação do videoteipe (VT). Sua utilização, além de incrementar a programação, possibilitando a organização de formas mais racionais de produção, também interferiu diretamente no formato dos programas, que deixaram de ser exclusivamente ao vivo. Até a implementação do videoteipe, para cada programa, a produção necessitava montar e remontar o cenário e qualquer erro era imediatamente visto pelos telespectadores. Assim, com essa tecnologia, foi possível introduzir dois elementos fundamentais na televisão brasileira: a horizontalidade da programação e ainda a inserção do conceito “padrão de qualidade”. Ao reduzir a possibilidade de erros dos programas, com o uso das edições e cortes, em especial as telenovelas, que já estavam presentes na grade de programação, a televisão deixou de ter aquele amadorismo. Também a inserção do videoteipe contribuiu para gravação antecipada de vários programas, desafogando a produção das emissoras. Assim, em um só tempo, as emissoras tiveram uma melhora de sua qualidade e produtividade (Federico, 1982: 82-83; Rondini, 1996: 13; Leal Filho, 1988: 25-26).

Os anos 1960 também marcaram a definitiva separação do rádio e televisão, com predominância dessa última. Ao mesmo tempo em que o rádio perdia prestígio nacional e se regionalizava mais e mais, a televisão, ao contrário, se tornava popular, atingindo, de fato, o mercado. Pode-se dizer que a televisão, a partir dos anos 1970, substituiu o rádio e o papel que ele havia desempenhado até então (Jambeiro, 2002: 54). Nesse período, também se consolidou um padrão de programação que a historiografia sobre televisão no Brasil passou a chamar de “popularesco” (falsamente populares), cujos exemplos mais comuns eram os programas de auditórios apresentados pela Hebe Camargo, Silvio Santos, Flávio Cavalcanti, Chacrinha, entre outros, e estavam presentes

em quase todas as emissoras de televisão (Mattos, 1990: 16; Sodré, 1984:102). A grande maioria desses programas atingia os mais altos índices de audiência. Veremos adiante com detalhes que um dos objetivos da TV Cultura era apresentar uma programação alternativa a essas atrações, consideradas pelos formuladores da emissora pública de São Paulo como algo de ‘mau gosto’ (Leal Filho, 1988: 41-42).

No entanto, apesar do enorme sucesso que a televisão havia alcançado, ela ainda estava restrita ao eixo Rio–São Paulo em seus primeiros decênios de atuação. Em artigo sobre história da televisão no Brasil, Áureo Busetto (2008) afirmou que as principais emissoras atuavam no Sudeste e pertenciam a empresários vinculados ao rádio, políticos e industriais. As principais emissoras no Brasil nessa época eram: a TV Tupi, canal 6, do Rio de Janeiro, inaugurada em 1951, de propriedade dos Diários e Emissoras Associados; TV Paulista, canal 5, de São Paulo, instalada em 1952, inicialmente era propriedade do deputado Ortiz Monteiro, depois, em 1955, o empresário passou a ser Victor Costa, dono da organização Victor Costa (OVC), que também comandava as rádios Excelsior e a Rádio Nacional; TV Record, canal 7, de São Paulo, inaugurada em 1953, cujo dono era Paulo Machado de Carvalho; a TV Rio, canal 13, do Rio de Janeiro, que iniciou as transmissões em 1959, e cujos proprietários eram os irmãos Rubens (então deputado federal), Carlos e Murilo Beraldo, também sócios das rádios Continental e Metropolitana; a TV Excelsior, canal 9, de São Paulo, de propriedade dos empresários do ramo de exportação de café Mario Wallace Simonsen e João José Luiz Moura; a TV Cultura, canal 2, de São Paulo, em 1960, inicialmente integrada ao condomínio Diários e Emissoras Associados e, como vimos, adquirida em 1967 pelo governo paulista; a TV Globo, canal 4, do Rio de Janeiro, começou a atuar em 1965, seu proprietário era Roberto Marinho, que também adquiriu no mesmo ano a TV Paulista; TV Bandeirantes, canal 13 de São Paulo, em 1967, de João Saad. E, por fim, a TV Gazeta, canal 11 de São Paulo, criada em 1970 pela Fundação Cásper Líbero.

Apesar de já existirem dez emissoras de televisão nos anos 1950, a legislação relativa ao sistema de radiodifusão continuava bastante imprecisa. Desde os anos de 1930 havia sido estabelecido que o espectro eletromagnético nacional deveria ser de propriedade do Estado. No entanto, não havia ainda uma legislação específica sobre as regras de uso desse espaço. Os primeiros códigos sobre radiodifusão também determinavam que os meios de comunicação deveriam ser usados para fins educativos,

sem definir conteúdo e quais seriam as atribuições do rádio e televisão relativas ao tema.

Somente no governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961) o tema entrou na agenda política e o então presidente convocou os militares, detentores dos conhecimentos em telecomunicações, para auxiliar na elaboração do novo Código Brasileiro de Televisão. Marcado por uma política de investimentos aos setores de infraestrutura e incentivo à industrialização, o governo JK assumiu abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes, inclusive, grandes facilidades. As orientações de tendência nacionalista que estavam presentes nos decretos sobre radiodifusão elaborados nos anos anteriores perderam espaço nos debates para o novo Código. Nesse contexto, a televisão brasileira adquire caráter essencialmente comercial. O novo Código Brasileiro de Telecomunicações, no entanto, só foi aprovado no Congresso no governo de João Goulart (1962-1964) pela Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962.

A nova legislação contou com a presença significativa de representantes das Forças Armadas, alinhados com a Doutrina de Segurança Nacional. Buscava-se promover uma identidade nacional e os meios de comunicação de massa, sobretudo o rádio e a televisão, passaram a ser usados como veículo portador desses ideais (Borges, 2003: 13; Mattos, 2002: 32-34).

A união entre radiodifusores e militares resultou em um documento focado em telefonia e radiodifusão aberta, com pouco ou nenhuma menção ao sistema de televisão público. O Código determinava que os meios de comunicação fossem de responsabilidade da União, que, por intermédio de concessão pública, transferiam a terceiros (entidades de direito público ou privado, estados, municípios, universidades, entre outras) o direito de uso. A concessão, segundo prerrogativa do Código, consistia no ato presidencial que concede a uma pessoa o direito de explorar serviços de radiodifusão durante um período. Esta definição se difere da permissão, entendida como autorização para retransmitir sinais de tevê, emitidos por estação de radiodifusão. A concessão, segundo o Código, poderia ser dada somente pelo presidente, já a permissão, poderia ser concedida pelos governadores ou pelo ministro da Comunicação. O Código também determinava que o tempo concedido pelo poder público para se explorar uma

concessão de tevê seria de 15 anos, com possibilidades de renovação por igual período. Entretanto, para renovação da outorga, as emissoras deveriam obedecer a propósitos legais e constitucionais durante o uso da concessão, como privilegiar a educação, a cultura nacional e regional, a informação no conteúdo das programações, não formar monopólio ou oligopólio de propriedade, entre outras metas de cunho moral, financeiro e fiscal²⁰.

Apesar de ter sido inovador em relação à conceituação jurídica das concessões de rádio e televisão, o novo Código continuava atribuindo ao executivo o poder de julgar e decidir a aplicação das sanções ou renovação das concessões, situação que só foi revista nos anos 1980, com a promulgação da Constituição de 1988. Além disso, o marco regulatório dos serviços de televisão por radiodifusão não diferenciava os conceitos entre as televisões privadas e públicas e sequer estabelecia regimes jurídicos diferentes para esses modelos, embora haja referências a tevês educativas no texto da lei.

Em 1963, tomando o Código como base, o governo federal elaborou e publicou o regulamento dos serviços de radiodifusão que se mantém em vigor até os dias de hoje com algumas alterações introduzidas no Regime Militar em 1967. Mas sobre a atuação dos militares na comunicação trataremos de forma mais detalhada adiante, no capítulo 2 desta tese.

Como vimos, o Código Brasileiro de Telecomunicações expressava preocupação com interesses ditos nacionais e ficava, inclusive, sob responsabilidade da União e do Poder Executivo a exploração do sistema de radiodifusão, podendo conceder a terceiros a sua exploração, contanto que estivesse de acordo com os interesses ditos nacionais, isto é, que promovesse a integração do território, contribuísse para a construção da identidade nacional e, por fim, atuasse como um instrumento de ordem e paz (Mattos, 2002: 31-32).

Essas indicações, expressas no Código, dizem muito dos grupos responsáveis pela sua elaboração. Apesar de o Código ter sido aprovado na gestão de João Goulart,

²⁰ Cf. em Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962. [citado 18 jan. 2016]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.html

vimos que, desde o governo JK, os debates para a formulação da nova legislação foram encabeçados pelos militares, em especial pelo grupo formado na Escola Superior de Guerra. Segundo Mattos, na obra *História da televisão brasileira* (2002), esses militares eram conhecidos como “grupo da Sorbonne” e faziam parte de uma elite que havia atuado em outras frentes de batalha, entre essas na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos e Itália, além de terem tido formação em escolas estrangeiras. Atento à capacidade e potencialidade desse veículo de comunicação, o grupo utilizou os meios de comunicação para difundir o nacionalismo e a necessidade de um governo forte e centralizador. Veremos adiante que, no período do Regime Militar, se ampliou ainda mais o uso da televisão para esses fins.

Outro ponto interessante do Código Brasileiro de Telecomunicação diz respeito aos dispositivos de concessão a terceiros. Ficava evidente que, ao Estado, cabia a fiscalização e concessão de emissoras para terceiros, que, por sua vez, eram os responsáveis por veicular os conteúdos, elaborar a grade de programação e imprimir àquela emissora a sua linha editorial. Assim, apesar de ficar expresso na lei que a radiodifusão é um serviço público e de interesse nacional, com propósitos, inclusive, educacionais, no fim das contas, quem determinava como seria o serviço e o formato das tevês eram os grupos particulares, comandados, como se viu, por setores representativos do cenário político e industrial ou ainda empresários vinculados ao capital estrangeiro. Assim, os interesses desses grupos apareciam em seus canais de forma mais ou menos explícita.

Essa é uma diferença fundamental entre o sistema de televisão brasileiro e o europeu. Enquanto no Brasil as concessões permitiam um caráter comercial das emissoras e, por meio do Código Brasileiro de Telecomunicações, o governo apenas sugeria a inserção de programas educativos na grade, o modelo de televisão predominante na Europa baseava-se na ideia do serviço público. Nesse caso, quem determinava a programação era o Estado que tinha, por sua vez, como prerrogativa a missão de informar, educar e entreter. Ou seja, na televisão brasileira, de forma geral, o público era – e ainda é – tido como um consumidor, já o modelo de televisão europeu trata o telespectador como um cidadão.

Por fim, o Código Nacional de Telecomunicações permitiu o estabelecimento de duas estruturas para o serviço público de radiodifusão: o sistema Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão), responsável pelas estações de rádio e TV de propriedade direta do governo federal e a Fundação Roquette Pinto, entidade sem fins lucrativos, proibida de perseguir objetivos comerciais, cujo objetivo era coordenar o Sistema Brasileiro de Radiodifusão Educativa. A criação tanto da TV Educativa como da Radiobrás, segundo conclusões de Jambeiro (2002: 64), não era uma ameaça à exploração privada dos serviços de tevê. Isso porque o objetivo de ambas as estruturas era complementar os serviços privados de televisão. Em especial a Radiobrás, que estava permitida em operar apenas em localidades onde os serviços privados não podiam ou não queriam estar presentes. Inclusive, sua proposta e atuação ao longo dos anos foram mal executadas, chegando ao fim nos anos 1980 com pouca abrangência nacional e muitas dívidas. Pode-se dizer, nesse sentido, que a proposta de um sistema de rádio nacional público falhou, tanto em termos operacionais como financeiros. Já o sistema público de TV Educativa será objeto de análise mais detalhada a seguir.

Em 1967, o decreto de n.º 236 estabeleceu algumas modificações no Código Nacional de Telecomunicações. Em relação às tevês educativas, ficava estabelecido que, além de só transmitirem programas educacionais, não poderiam aceitar publicidade direta e indireta nem patrocínio. Somente os governos federal, estadual e municipal, universidades e fundações de direito público poderiam operar tevês educativas.

A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates. Parágrafo único – A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos²¹.

Percebe-se que as televisões públicas ficaram impedidas de veicular qualquer propaganda ou publicidade. Ao mesmo tempo, no decreto de 1967, não há qualquer menção a taxa ou imposto que poderia ser aplicada à população, no intuito de contribuir para a manutenção dos canais públicos, tal como ocorria nos principais sistemas de televisão pública europeia. As verbas destinadas à manutenção desses canais eram

²¹ Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967. [citado 18 jan. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117compilada.htm

garantidas pelo Ministério da Educação (MEC) ou órgãos estaduais, municipais ou ainda as universidades que aceitassem criar uma televisão educativa (Jambeiro, 1996: 85-85).

Assim, ao contrário do que foi visto sobre propostas de sistema de televisão pública em outras localidades, no Brasil, as televisões educativas foram inseridas na lógica de um sistema de televisão estatal, sendo, portanto, estruturadas de forma bastante frágil e muito dependente de investimentos da União. Tal situação só se agravou nos anos seguintes e, até os dias de hoje, por exemplo, a questão da publicidade ainda é um problema para as tevês educativas. A TV Cultura, que criou uma fundação para administrar a emissora, depende, desde sua fundação, de verba anual aprovada em Assembleia Legislativa. Nos anos 1990, inclusive, tanto ela como outras emissoras decidiram mudar seus estatutos e aceitar patrocínios, embora seja proibido pela legislação. Em 1993, por exemplo, a TV Cultura arrecadou cerca de quatro milhões de dólares, para um orçamento de trezentos milhões de dólares recebidos do governo do estado de São Paulo. Foi, então, multada pelo Ministério das Comunicações e até hoje mantém a prática de receber patrocínios, mesmo sendo ilegal (Jambeiro: 1996, 142).

Sobre as primeiras experiências de televisão educativa, a historiografia sobre o tema aponta que a TV Continental, do Rio de Janeiro e a TV Tupi Difusora, de São Paulo, lançaram no mesmo período aulas básicas do Curso Madureza no início dos anos 1970 (Rocha, 2006: 75). A TV Cultura, como vimos, embora privada, transmitia cursos de admissão ginásial nesta mesma época.

Por meio de decreto, foi instituído, em 1966, um Fundo de Financiamento de Televisão Educativa. No ano seguinte, foi criada a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE). No mesmo ano em que o governo de São Paulo criou a Fundação Padre Anchieta, em 1967, foi criada a TV Universitária de Pernambuco, considerada a primeira emissora educativa a entrar no ar (Jambeiro, 1996: 74) Entre os anos de 1967 e 1974, surgiram cerca de nove canais educativos de vinculação diversa. Entre esses podemos citar: a razão social da emissora TVE do Amazonas, a TVE do Rio Grande do Norte, que tinha razão social de Universidade Federal e vínculos com o Ministério da Educação. Nos anos 1980, já existiam no país mais de 100 emissoras comerciais e 12 estatais (Jambeiro, 1996: 79; Rocha, 2006: 75-76).

Sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida na Escola Superior de Guerra, os militares assumiram o poder em 1964 e passaram a ditar as ordens, por um período que se prolongaria por 20 anos. As relações dos militares com os meios de comunicação devem ser analisadas sob a lógica da Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1967, que garantia as realizações nacionais contra toda e qualquer oposição, interna ou externa (Capparelli, 1982: 84).

Segundo Mattos, os veículos de comunicação de massa passaram a ser usados pelos militares como veículo de persuasão e difusão dos valores e propostas do novo regime:

Observe que os veículos de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão, foram usadas pelos militares para promover a nova ordem social e o desenvolvimento. O regime usou a mídia eletrônica a fim de construir o espírito nacional baseado na preservação das crenças, culturas e valores. Foi através da mídia que as aspirações e conceitos de identidade nacional e ordem foram impostos à população (Mattos, 2002: 58).

Assim, demonstrando a importância estratégica que se dirigia a área de comunicação, foram criados o Ministério das Comunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações (Embratel) e o Conselho Nacional de Telecomunicações. O objetivo era facilitar, por um lado, o desenvolvimento e expansão da tevê em todo o território nacional, visando a garantir com isso maior eficiência a sua política de integração nacional. Mas também, permitir, por outro lado, a formação de um mercado consumidor padrão e unificado em todo o território. Segundo estudo de Renato Ortiz, outro importante projeto do Regime Militar consistia em implantar uma nova ordem econômica alinhada aos interesses internacionais do capital. Segundo o autor:

Não se pode esquecer que a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares, muito embora ela seja interpretada pelos industriais em termos diferenciados. Ambos os setores veem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado (Ortiz, 2006: 118).

Assim, pode-se perceber uma confluência de vantagens em torno do projeto “integração nacional”, que buscava a disseminação de valores relacionados aos ideais de

nação e ainda a generalização do consumo, oferecendo, dessa forma, suporte ao desenvolvimento industrial. Mas, para que esses objetivos se concretizassem, era necessário que se desse à televisão e, por sua vez, aos proprietários das emissoras, condições para que pudessem desenvolvê-las. Nesse sentido, o Regime Militar criou condições operacionais para promover e consolidar o sistema de telecomunicação através da criação de ministérios, departamentos e alterações do Código Brasileiro de Telecomunicação.

Por outro lado, contudo, o Regime Militar fez questão de vigiar o conteúdo que seria passado no sistema de telecomunicação – tanto é que promulgou o Ato Institucional n.º 5, que estabelecia a censura. Assim, ao mesmo tempo em que investia em tecnologia e comunicação, limitava, por meio da censura, o que seria divulgado nas emissoras, tanto as privadas como as públicas. Ao mesmo tempo em que era inovador, o regime reprimia e assegurava, pela imposição, a divulgação de valores que lhe eram pertinentes. Veremos adiante, no capítulo seguinte, como a TV Cultura lidava com os censores e a estrutura da ditadura.

O Decreto-Lei de 1967 também eximiu a necessidade de publicação em edital para realização da concessão pública de abertura das tevês educativas, como previa o Código Brasileiro de Telecomunicação. Na prática, esse dispositivo acabou sendo usado como barganha política entre governo e interessados em possuir uma emissora. Na gestão do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), por exemplo, apesar de aprovar Decreto de n.º 1.720/95, que estendia à radiodifusão as exigências previstas pela Lei das licitações e Contratos, dispensava-se, mais uma vez, as tevês educativas desse processo de licitação. No mesmo governo de Fernando Henrique Cardoso, constatou-se a autorização de mais de 350 concessionárias de tevês educativas sem licitação. Dessas concessões, ao menos 30 foram para políticos. No governo Lula (2002-2010), foram aprovadas 110 emissoras educativas entre rádios e tevês; dessas, 27 estavam ligadas a políticos. Estudos sobre esse dispositivo da lei acabaram indicando que o uso de concessões foi – e ainda é – usado como moeda de troca de favores entre governo e políticos, ficando conhecido como “coronelismo eletrônico” (Lima, 2013; Pierantti, 2007).

Voltando ao período do Regime Militar, nos anos 1970, foi incluída a ideia de que televisão poderia promover também a educação ao plano de integração nacional. Com a portaria de n.º 408/70, foi instituído que as emissoras de rádio e televisão comerciais veiculassem, gratuitamente, programas educativos durante cinco horas semanais e em horários determinados. Passava a ser função do Conselho Nacional de *Telecomunicações* (Contel), criado em 1962, ampliar os canais educativos para outras regiões do país e criar normas para a transmissão de programas educativos em tevês comerciais²². Juntamente com a ascensão das televisões privadas surgiram, no Brasil, iniciativas para a formação de televisões educativas de caráter estatal.

Essas informações nos trazem novas interpretações para o ressurgimento da TV Cultura associada ao governo do estado de São Paulo, em 1969. Como vimos, o Regime Militar incentivou a criação de tevês educativas. Nesse sentido, é possível sugerir que havia não só um interesse por parte do então governador Abreu Sodré em oferecer à população paulistana uma tevê pública alternativa aos “programas popularescos” do momento, mas uma indicação de alinhamento aos militares e sua política de integração nacional.

Durante o lento período de transição para o regime democrático, foi instaurada uma Assembleia Constituinte, em 1986, que reformulou e aprovou uma nova Constituição para o país dois anos depois.

A Constituição brasileira de 1988 vigora até os dias atuais e apresenta um texto específico sobre comunicação social (“Capítulo V: Da comunicação Social”). No artigo 220, fica determinado que a manifestação do pensamento não sofrerá qualquer restrição e, nos parágrafos 1.º e 2º é vedada totalmente a censura, impedindo, inclusive, a existência de qualquer dispositivo legal que possa constituir embargo à plena liberdade de informação jornalística, em qualquer veículo de comunicação. Entretanto, em 1993, a novela *O Marajá*, escrita por José Louzeiro, anunciada como paródia do momento no qual vivia o país, foi impedida de entrar no ar devido a uma liminar impetrada em nome do ex-presidente Fernando Collor de Mello, como base no artigo 5.º da Constituição Federal, que garante a qualquer cidadão o direito de não ter sua imagem utilizada pelos

²² Cf. em Portaria 408/70. [citado 18 jan. 2016] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm.

meios de comunicação sem sua prévia autorização (Simões, 2000: 92). Esse não foi o único exemplo de censura aplicada à televisão nos anos posteriores à Ditadura Civil Militar e demonstra a existência de precedentes perigosos que passaram a ser usados para inibir a criação artística ou críticas ao governo.

Mas, voltando à Constituição de 1988, no parágrafo 5.º do artigo 220, fica proibida a formação de monopólio ou oligopólios dos meios de comunicação social. Permaneceram ainda, nesta Constituição, os dispositivos que exigiam a promoção de programas com finalidades educativas, através do artigo 221. Em relação à concessão, ficava estabelecido no artigo 224 que as permissões e autorizações para utilização de canais de rádio ou televisão ficariam sob análises do Congresso e não mais de prerrogativas do presidente (Mattos, 2000: 118-119)²³.

A Constituição também instituiu o modelo tríplice para a televisão brasileira através do princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No entanto, há, na prática, confusão conceitual entre os modelos. Segundo documento elaborado a partir dos debates propostos no II Fórum Nacional de TVs públicas, ocorrido em 2009, se concluiu que a imprecisão sobre os termos ocorre, pois, os dispositivos da Constituição não são claros em relação à liberdade de atuação entre os sistemas estatal e público. A primeira está vinculada à titularidade exclusiva e o controle do Estado sobre a programação. O núcleo de sua definição corresponde às ideias de competência estatal quanto à organização e prestação do serviço de televisão por radiodifusão. Daí ocorre incompatibilidade entre a livre iniciativa e o sistema estatal. Isso porque, como vimos, em um sistema de radiodifusão pública, a concretização dos direitos à educação e à cultura se dá por intermédio das televisões educativas e só é possível de ocorrer em um ambiente desvinculado da ação e dependência do Estado. Essas prerrogativas não constam na Constituição de 1988, mas são atualmente discutidas em fóruns que visam à regularização do sistema de televisão público no país.

Segundo Bolaño, na obra *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil* (2007), a década de 1990 foi marcada por intensas modificações no setor da

²³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo V: Da comunicação social. . [citado 18 jan. 2016]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

comunicação. De um lado, a aprovação da Lei do Cabo²⁴, considerada uma importante vitória política dos grupos de mídia alternativa que lideravam os fóruns de tevês públicas, impediu que as decisões fossem tomadas através de portarias ministeriais. Além disso, a lei instituiu canais de uso gratuito, tais como o comunitário, educativo-cultural, os legislativos (do Senado, Câmara Federal, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores) e o universitário, acrescidos mais tarde do canal judiciário. Porém, por outro lado, os anos 1990 representam um período de intensa privatização; não seria diferente no setor da comunicação. As crises nas quais muitas vezes se encontraram as emissoras públicas educativas, relacionadas a essas políticas neoliberais fizeram com que muitas se transformassem em Organizações Sociais (OSs) ou Fundações Públicas de Direito Privado. Esta mudança permitiu que as emissoras recebessem recursos oriundos de patrocínios e publicidade institucional, advindas, sobretudo, das Leis Sarney e Rouanet, que serão analisadas posteriormente no tópico a seguir, que trata da história da TV Cultura. No entanto, esses investimentos foram obtidos de forma bastante desestruturada ou ainda “trapaceando” a regulamentação, contida dentro dos limites do Código Brasileiro de Telecomunicação de 1967.

1.4.1. Características principais da televisão brasileira

Desde o início das transmissões, nos anos 1950, os canais estão sediados em áreas urbanas – o que nos leva a concluir que grande parte da sua programação está dirigida ao público que vive nas cidades. Além disso, a tevê brasileira, de modo geral, é dependente das verbas publicitárias – o Estado, através da implantação dos canais educativos e/ou estatais ocupa determinados vazios deixados pela livre iniciativa.

Como vimos, o sistema brasileiro de radiodifusão é considerado um serviço público. Nesse sentido, as empresas privadas que pretendem atuar no sistema de comunicação precisam de concessões do Estado, que podem variar de acordo com a legislação – antes era o presidente que dava a concessão (não havia critérios muito claros de avaliação das empresas e, assim, os grupos ricos e ligados ao governo

²⁴ Cf. em Lei n.º 8.977, de 6 de Janeiro de 1995. . [citado 18 jan. 2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18977.htm.

acabavam conseguindo as concessões. A mesma situação ocorreu durante o Regime Militar). Somente com a Constituição de 1988, a concessão passou a ser aprovada sob análise do Congresso²⁵. O resultado dessa lógica de concessão foi que se estabeleceu no Brasil uma estrutura com caráter de conglomeração de concessionárias.

O processo de regulação da indústria brasileira de televisão, no contexto dos debates políticos dos anos 1960, inseriu uma proposta de televisão voltada para o mercado, visando à obtenção do lucro e exploração comercial. Assim, se nos anos 1930 o sistema de radiodifusão possuía determinados dispositivos educativos, a partir do governo de JK teve início um processo de progressivo abandono desse projeto. Na prática, a televisão adotou um modelo comercial, baseado na concessão das emissoras, cuja autorização era concedida pelo presidente da República e, a partir de 1988, pelo Congresso Nacional. O resultado desse processo é que a publicidade e propaganda determinam, e muito, o caráter da televisão. Assim, em termos de programação, a TV comercial é massivamente dominada por programas de entretenimento, e como as não comerciais têm vivido em condições precárias, há pouca ou quase nenhuma emissora atraentes ao telespectador.

Como vimos, o Brasil ainda não dispõe de uma legislação para a comunicação de massa. A legislação em vigor, que data de 1962, foi reformulada em 1967 durante o Regime Militar. Nesse sentido, ainda está carregada de dispositivos e conceitos relativos àquela ordem social e política.

Em termos concretos, existem atualmente apenas dois tipos de concessão de outorgas para televisão: as genéricas para serviços de radiodifusão de sons e imagens, geralmente utilizadas para fins comerciais, e as educativas. De forma que, no Brasil, há um campo público de radiodifusão, mas não um sistema de televisão pública de fato.

A emissora que mais se aproxima do modelo público de televisão, como veremos a seguir é a TV Cultura, de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta. Mesmo assim, em seus 35 anos de existência, está longe de possuir a necessária

²⁵ O Capítulo da Comunicação Social da Constituição de 1988 estabeleceu novas normas e diretrizes para a concessão de emissoras de rádio e televisão. A partir da promulgação da Constituição de 1988 o ato de outorga ou renovação da concessão de uma emissora passou a depender da aprovação do Congresso.

independência financeira, a fim de cumprir, efetivamente, a missão de educar e dar ênfase às questões da cidadania.

1.5. Histórias de uma Televisão

“A partir do dia 16 de junho de 1969, a nova emissora de televisão que surgia passou a se destacar das demais, pelo aspecto cultural e educativo de sua programação e pelo nível mais elevado de suas realizações.” (Sodré, 1989: 7)

Figura 1 –

O “indiozinho” era o símbolo da TV Cultura

Fonte: GALVÃO, Walmes Nogueira e GALVÃO, Waldimas Nogueira (Org). *Cultura 20 anos*. Fundação Padre Anchieta. Centro Paulista de Rádio e televisão Educativas. IMESP: São Paulo, 1989. p. 25.

Como se vê pela imagem (Figura 1), o indiozinho, símbolo das Associadas, deixou de existir no novo canal público. Mas, o nome permaneceu – TV Cultura – Canal 2. A primeira cobertura do novo canal teve início com o pronunciamento do então governador Abreu Sodré, seguido do primeiro presidente da Fundação Padre Anchieta, José Bonifácio Coutinho Nogueira. Após discursos oficiais, foi exibido um vídeo mostrando o surgimento da emissora, os planos para o futuro e uma descrição da grade de programação. Além disso, exibiram uma missa com o Papa Paulo VI, dando benção à TV Cultura.

A TV Cultura, Canal 2, surgiu privada, vinculada a uma das empresas mais lucrativas de televisão até aquele momento – a Associado Emissoras, de Assis Chateaubriand. No entanto, devido a inúmeros problemas, a TV Tupi faliu e o Canal 2 foi vendido, em um processo de licitação, para o governo de São Paulo. Em 1967, resolvidos os problemas jurídicos e financeiros da emissora, o governo de São Paulo decidiu criar uma entidade civil – Fundação Padre Anchieta – responsável por gerir e administrar a tevê. Em 1969, teve início a sua programação.

A emissora surgiu no auge de um período de transição política e econômica, iniciado quatro anos antes, com o golpe militar. A televisão era vista pelos militares como instrumento para divulgação de seus ideais. Por meio dela, o governo também poderia realizar instrução rápida e eficiente. O projeto institucional do Regime Militar era ousado – havia cerca de 15 milhões de jovens e adultos sem escolarização, futuros trabalhadores que precisavam ser alfabetizados rapidamente para atender as demandas dos setores industriais e de bens de serviço e compor o novo quadro de operários brasileiros.

A TV Cultura, nesse sentido, foi criada para atender as demandas educativas. No entanto, também nasceu vinculada a um grupo social e político – com destaque para os intelectuais da Universidade de São Paulo, os liberais do jornal do *Estado de São Paulo* e alguns políticos vinculados à gestão de Abreu Sodré – que insistia na necessidade da emissora ser uma alternativa aos chamados “programas popularescos”, tendo, inclusive, como veremos adiante, uma missão civilizacional.

Assim, como emissora educativa que sobrevivia – e sobrevive ainda hoje – com recursos públicos, a TV Cultura deveria alcançar, por um lado, a grande massa da população que não tinha acesso à educação formal, por outro lado, no entanto, apresentava em sua grade de programação espetáculos de arte tais como óperas e orquestras sinfônicas que atendiam a uma parte da população, cansada de ver os “programas popularescos” da maioria das televisões abertas. Um dos desafios da emissora era elaborar uma programação erudita, mas que também atendesse às massas de trabalhadores, acostumados, em sua maioria a assistir estes programas popularescos. Como, então, montar uma programação culta que atingisse o grande público? Essa preocupação, expressa diversas vezes em relatórios e obras institucionais, é também

reveladora de uma das principais contradições da emissora. Ao mesmo tempo em que apresentava, em discursos oficiais, a necessidade de dialogar com a classe trabalhadora e levar cultura e entretenimento, na prática, pouco se importava se a programação, baseada em uma linguagem erudita, muito distante da realidade do público que se pretendia atingir era, de fato, assistida por este grupo. Acabou se transformando, como afirmou Leal Filho (1988, 35), em uma televisão de e para a elite.

Veremos a seguir o percurso e as peculiaridades da TV Cultura, em seu caráter específico de televisão pública e educativa, assim como os projetos político-pedagógicos adotados pela emissora ao longo de 35 anos a partir da análise de seus estatutos, obras oficiais e depoimentos de funcionários. Buscou-se compreender os interesses que motivaram a criação, em 1986, do *Roda Viva*, um programa de *talk show* baseado na ideia de arena pública e debate.

Um dos documentos mais usados para a elaboração desse capítulo foram os relatórios das atividades anuais, produzidos entre os anos de 1969 a 2006, pelos departamentos de programação e administração e que, por sua vez, são encaminhados ao Conselho Curador e ao governador do estado de São Paulo no início de cada ano e referentes ao exercício do ano anterior. O documento é assinado pelo diretor da Fundação Padre Anchieta e tem como finalidade relatar as atividades dos departamentos envolvidos com a produção e balanço do setor jurídico-administrativo do ano anterior. Como documento oficial, esses relatórios apresentam de forma mais ou menos sistematizada o que foi realizado na emissora em termos técnicos e de produção. Assim, grande parte desse material contém descrições sobre compras de novos equipamentos ou ainda construção de novas instalações; outra parte do relatório é reservada para descrição do processo de ampliação da rede, a interiorização da emissora, entre outros. Há, por fim, uma seção relativa às questões judiciais, em que são apresentados gastos e investimentos da emissora para contratação e/ou demissão de funcionários.

Mas, apesar do tom burocrático dessa documentação, acredita-se que o objetivo principal desses relatórios é apresentar ao Conselho os pontos positivos e as conquistas realizadas pela emissora. Justamente por isso, esses documentos devem ser analisados como instrumento político e de propaganda de uma equipe que pretendia permanecer vinculada à emissora. O que não significa dizer que são textos “falsificados”. Ao

contrário, é possível perceber, pela análise desse material, a situação institucional da emissora. Podemos perceber, por exemplo, que nos momentos de baixa produção ou crise de gestão os relatórios apresentam-se de forma mais objetiva, isto é, os relatórios se limitam a fazer o balanço do departamento jurídico e do setor administrativo, ao mesmo tempo em que os departamentos de produção são brevemente mencionados. Em outras situações, especialmente entre os anos de 1985 a 1990, considerado um dos períodos de maior produtividade artística da emissora, com a criação, por exemplo, do programa *Roda Viva*, as descrições dos relatórios acerca dos projetos dos programas, com detalhes sobre o público que se pretende atingir, os objetivos gerais e formato são extensos e detalhados.

Também foram analisados os estatutos da Fundação Padre Anchieta – ao todo foram produzidos três estatutos que contêm as prerrogativas e a missão da emissora, assim como os nomes dos indivíduos que compuseram o conselho curador e suas respectivas funções. Mais do que um compilado de posturas, esses decretos nos fornecem informações importantes sobre os procedimentos burocráticos da emissora e mais, traduzem as disputas políticas na qual ela se encontrava. Veremos adiante que a reformulação dos estatutos se deu em momentos específicos, e quase sempre, vinculados a uma crise – seja de gestão ou econômica. Não há, entretanto, qualquer registro que mencione o processo de reformulação desses documentos, inclusive, cabe aqui pontuar que o arquivo da Fundação Padre Anchieta é bastante escasso em relação à documentação e muito mal estruturado. Ao lado dos textos e relatórios, ficam, por exemplo, objetos que pertenceram aos cenários de alguns programas, troféus, materiais para restauração, entre outros.

De forma geral, a partir da análise dos seus relatórios e estatutos foi dividida a história da emissora em três momentos ou fases. Pode-se dizer que o primeiro período, de institucionalização, tem caráter essencialmente educativo. No relatório de 1969, percebe-se que a orientação geral da emissora era a de “contribuir para a orientação e enriquecimento da cultura brasileira na linha das opções civilizacionais do país”²⁶. Nesse período também a emissora se preocupou em organizar centros de teleaulas, tais como o Madureza ginásial e ainda os cursos de línguas – francês e inglês. A partir de

²⁶ Relatório de Atividades para o ano de 1969. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

1986, sob nova direção, a TV Cultura apresenta-se como “um empreendimento de comunicação de massa, voltado para servir a comunidade na educação e na cultura, democratizando oportunidades, complementadora de formação e agregadora de novos conhecimentos e disseminadora de valores brasileiros.”²⁷ Foi um período de renovação artística e de investimento em programas de entretenimento, em especial para o público infantil. Nos anos 1990, após inúmeras disputas pela direção da Fundação Padre Anchieta, o projeto político pedagógico da emissora passou a ser “a filosofia que orienta a programação da TV Cultura permite o permanente resgate e registro do que de mais significativo oferece a história cultural do país”²⁸.

O primeiro estatuto da Fundação foi elaborado por Nelson Marcondes do Amaral (então secretário do governador e, posteriormente, presidente do Tribunal de Contas do Estado), que também viria a fazer parte do primeiro Conselho da Fundação e definia dois pontos principais e estruturais – a Fundação como pessoa jurídica de direito privado e a proibição de sua utilização para fins políticos partidários. Ficava decidido nesse estatuto que:

Art. 9º Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor Vice-Presidente serão exercidos por personalidades e de reconhecido mérito idoneidade, escolhidos pelo *Governador do Estado* [grifos meus] dentre os nomes indicados, em lista tríplice, pelo Conselho Curador, e o seu desempenho será considerado serviço relevante para o Estado de São Paulo.

Art. 12 O conselho curador será constituído de 25 membros escolhidos entre personalidades de notória dedicação a assuntos educacionais, culturais e artísticos.

Art. 15 A presidência do Conselho Curador será exercida pelo Conselheiro que representar o Poder Executivo do Estado.

Segundo Decreto, nº 50.191 (publicado ainda sob a gestão de Sodré).

Art. 9 Os cargos do Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Econômico, serão exercidos por personalidades de reconhecidos méritos e idoneidade, escolhidos e eleitos pelo Conselho Curador [grifos meus] por maioria absoluta e o seu desempenho considerado como serviço relevante para o Estado de São Paulo.

²⁷ Relatório de Atividades para o ano de 1988. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

²⁸ Relatório de Atividades para o ano de 1994. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

Art. 10 O Conselho Curador será constituído de 35 membros, sendo 11 natos e 24 eleitos, por maioria absoluta, pelo próprio Conselho, sendo estes escolhidos entre personalidades de notória dedicação a assuntos educacionais, culturais e artísticos.²⁹

Podemos perceber que, no primeiro decreto do Estatuto, quem indicaria o presidente da Fundação seria o governador, o então Abreu Sodré. Após escolha de seu grupo e pares na direção da Fundação e, antes do final do seu mandato, o então governador decidiu modificar o Estatuto, diminuindo os membros natos do Conselho e aumentando, por outro lado, os números de participantes, todos, presidentes e conselheiros, eleitos pelo próprio Conselho Curador. O decreto também possibilitava a manutenção do Conselho Curador, já que não inseria nenhum dispositivo que permitia a contestação da sua recondução. Dessa forma, o próprio Abreu Sodré, após saída do Poder Executivo, garantiu sua participação no Conselho, tendo sido conduzido à presidência da Fundação no início dos anos 1980. (Conferir Tabela 6)

A artimanha jurídica do então governador de São Paulo buscava garantir à Fundação certa autonomia e independência em relação às possibilidades de ingerência direta por parte do Governo do Estado de São Paulo. Mas não as indiretas. Veremos a seguir que as interferências indiretas continuaram em outros governos devido, primeiro à vinculação financeira, que fez com que a fundação sobrevivesse até os dias de hoje de auxílios anuais do Estado. Além disso, grande parte do Conselho Curador era formada por indivíduos que ocupavam uma cadeira política, que, por sua vez, era indicada pelo governador do estado de São Paulo. Dessa forma, mais uma vez, de forma indireta, a Fundação Padre Anchieta era gerenciada por figuras relacionadas ao poder Executivo.

Como se vê nos artigos acima, o Conselho Curador era constituído de 35 membros, sendo onze natos e 24 eleitos pelo próprio Conselho, escolhidos entre as personalidades de notória dedicação a assuntos educacionais, culturais e artísticos. Os onze membros natos eram: secretário de Educação; secretário Estadual da Fazenda; representante do Conselho Estadual de Educação; representante do Conselho Estadual de Cultura; representante da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp); representante da Pontifícia Universidade Católica (PUC); representante da Universidade de São Paulo

²⁹ Primeiro Decreto da Fundação n. 48.660. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

(USP); representante da Universidade Mackenzie e, finalmente, três representantes da Sra. Renata Crespi da Silva Prado, esposa do ex-prefeito de São Paulo (1934-1938) Fábio Prado, esses últimos vitalícios. Como o solar Fábio Prado foi doado para sediar a nova emissora, em contrapartida, a Fundação ofereceu três cargos de membros vitalícios do Conselho Curador à família.

Percebe-se pela formação dos 11 membros natos que apesar de estar previsto no estatuto que não seria correta a vinculação para fins partidários, a maioria desses cargos, de secretários, são indicados e compõem a gestão de um governo. Nesse sentido, se na teoria o estatuto impedia a vinculação partidária, na prática, tal situação era inviável.

Em relação às propagandas, a TV Cultura, desde sua fundação, se manteve inteiramente dependente das verbas estatais, distanciando-se das demandas comerciais que pautavam a programação de outras televisões de São Paulo.

Parágrafo único: Fica ressalvada a notícia de subsídios e doações, que só poderão ser transmitidas em termos de referência a um produto em geral ou à denominação da forma doadora, jamais com caráter de propaganda de marcas ou individuais.³⁰

É possível constatar, por esse trecho, que a emissora seguia as propostas do próprio Código Brasileiro de Telecomunicações, que definia as funções da televisão educativa e das televisões em geral, especificando o caráter não comercial dos programas educativos. Também estava articulada ao próprio projeto de integração nacional, desenvolvido pelos militares, que, juntamente com empresários brasileiros, difundiram uma imagem de país cujos valores eram defendidos por esses grupos. A ideia era garantir os interesses internacionais do capital e uma ordem política integradora. O relatório de 1970, por exemplo, oferece um interessante perfil do telespectador que a TV Cultura pretendia atingir:

Para estabelecer sua programação de ensino o Departamento de Ensino da TV Cultura teve em conta os seguintes fatos: primeiro: população do país de 07 a 25 anos e [constatou] que 80% estão à margem da rede escolar, são analfabetos e/ou evadidos da escola;

³⁰ Estatuto da Fundação Padre Anchieta. Lei de nº 9.849, de 26 de setembro de 1967. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

segundo: a rede escolar (1º grau, 2º grau e superior), apesar dos esforços públicos e particulares, no sentido de ampliá-la, reformulá-la e aprimorá-la, passa por séria crise (falta de professores, recursos didáticos e métodos de ensino antiquados); terceiro: só a rádio e a TV Educativa podem atingir a massa dos 80% de marginalizados da rede escolar e só a moderna tecnologia da Educação pode contribuir, para, em curto prazo, superar a crise do ensino escolar.³¹

A rádio e a TV são consideradas meios próprios para a chamada educação de massas. Toda sua especificidade de procedimentos, de alcance e de efetivos não se confundem com os meios da chamada “educação escolar”. Para utilização desses meios, o crítico é projetar cada um para ver de sua exequibilidade, e depois saber coordená-las (sic) entre si e com outros meios, isto é, texto de apoio, correspondência, imprensa, centros de recepção organizada com seus monitores, sistema de avaliação periódica.³²

Vê-se, por esses relatos, que interessava à TV Cultura produzir cursos educativos. No entanto, o próprio relatório indicava a necessidade de aumentar o alcance da rede e realizar um trabalho em conjunto com as secretarias e outras instituições. O que, de fato, ocorreu logo em seguida, quando a emissora estabeleceu parcerias com a Secretaria de Educação e com a Fundação Roberto Marinho e passou a transmitir em 1978 o *Telecurso 2º Grau*.

Mas, além desses programas educativos, interessava, aos idealizadores da TV Cultura, elaborar uma programação que oferecesse “elevado nível cultural às massas”.

O caráter didático da emissora não estava só em oferecer cursos básicos de formação média, visando à formação de futuros trabalhadores. De maneira geral, pretendia-se ensinar a população a desenvolver o gosto pela arte.

Assim, a grade de programas, em seus primeiros anos, era composta de música clássica, erudita, popular e ainda cursos sobre história da arte, espetáculos de balé, ópera, entre outros. Segundo estudos de Luiz C. Rondini (1996: 65), dos 34 programas oferecidos pela emissora nos anos 1970, 24 (70%) eram de música, sendo 19 (55%) de música erudita, quatro de música popular e um de jazz. Para os idealizadores da TV Cultura, o entretenimento estava restrito à cultura europeia, considerada por eles a

³¹ Relatório de atividades da TV Cultura para o ano de 1972. Arquivo da TV Cultura.

³² Idem Ibid.

verdadeira e legítima cultura. A programação, nesse sentido, estava carregada de certa dose de autoritarismo e de falta de alteridade acerca da produção cultural brasileira.

Justamente por isso, como era de esperar, a programação acabou não dialogando com as vontades ou desejos populares, e os índices de audiência da emissora nas primeiras décadas eram muito baixos, sendo, inclusive, alvo de críticas da imprensa paulista. Várias matérias do jornal *Estado de São Paulo*, produzidas nos anos 1970, criticavam a grade de programação da tevê. Além disso, no conteúdo dos artigos havia sugestões de como deveria ser a programação. O jornal, por exemplo, defendia que os programas de música clássica e erudita deveriam ficar restritos aos horários menos nobres. Falava-se ainda da necessidade dessa televisão atingir o povo, e isso só poderia ser alcançado se a programação fosse alterada³³. Coincidência ao não, após críticas e denúncias do *Estado de São Paulo* contra a TV Cultura, foi produzida, tempos depois, a primeira telenovela da emissora – *Meu pedacinho de chão*, em 1972.

Porém, em 1971, com a entrada de Laudo Natel no governo do estado de São Paulo, iniciaram as pressões políticas que se reproduziram até o começo dos anos 1980 (Conferir Tabela 3). O período de maior crise começou em janeiro daquele ano, quando José Bonifácio Coutinho Nogueira, então diretor presidente da Fundação, estava de férias.

Em um programa de entrevistas, o ex-procurador de Justiça Hélio Bicudo criticou duramente o sistema carcerário do Estado. Logo após a transmissão do programa, Flávio Pinho de Almeida, presidente em exercício da Fundação e o Coronel Wilson França, diretor administrativo, foram chamados pelo secretário do Estado, que dava o seguinte recado dos censores: enquanto o produtor responsável não fosse demitido, nenhuma verba seria liberada para a emissora (Leal Filho, 1988: 65).

³³ Sobre a relação do jornal Estado de São Paulo e a TV Cultura Cf. BARROS FILHO, Eduardo Amando de. *Op. Cit.*

Tabela 3 – Lista de governadores Estado de São Paulo (1967-2006)

Governador	Ano de exercício do cargo	Partido	Eleição
Roberto de Abreu Sodré	(1967-1971)	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	indireta (eleito pela Assembléia Legislativa)
Laudo Natel	(1971-1975)	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	indireta (eleito pela Assembléia Legislativa)
Paulo Egydio Martins	(1975-1979)	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	indireta (eleito pela Assembléia Legislativa)
Paulo Salim Maluf	(1979-1982)	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)	indireta (eleito pelo Colégio Eleitoral)
José Maria Marin	(1982-1983)	Partido Democrático Social (PDS)	indireta (eleito pelo Colégio Eleitoral)
André Franco Montoro	(1983- 1987)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	direta (sufrágio universal)
Orestes Quércia	(1987-1991)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	direta (sufrágio universal)
Luiz Antônio Fleury Filho	(1991- 1995)	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	direta (sufrágio universal)
Mário Covas	(1995-1999)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	direta (sufrágio universal)
Mário Covas	(1999- 2001)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	reeleito (sufrágio universal). Faleceu e assumiu Geraldo Alckmin (2001-2003, também do PSDB)
Geraldo Alckmin	(2003-2006)	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	direta (sufrágio universal)

Fonte: Governo do Estado de São Paulo.

No mesmo ano, foram convocadas eleições para diretoria executiva da Fundação e a chapa indicada pelo então governador, foi a vencedora. Raphael de Souza Noschese, pessoa de confiança do governador ocupou o cargo com a condição de que sua autonomia seria respeitada. No entanto, meses depois, foi lhe solicitado para

readmitir um afilhado do governador, que havia sido demitido pelo ex-presidente da Fundação (Leal Filho, 1988: 88; Coutinho, 2003: 47).

O caso citado é mais um forte indício de que, durante o governo de Natel, aumentaram consideravelmente as interferências do governo de São Paulo sobre as atividades da emissora. Nesse período também, o maior telejornal da TV Cultura, *Hora da Notícia*, foi pressionado a produzir matérias jornalísticas institucionais, enaltecendo as ações do governo federal. Os funcionários do jornal, por sua vez, estavam bastante insatisfeitos com essa condição. Em 1974, a situação ficou insustentável e a boa parte da equipe de jornalismo foi demitida após transmissão de uma matéria sobre demissões de trabalhadores de uma empresa pesqueira, cujo proprietário era ligado ao chefe da Casa Civil do Governo (Leal Filho, 1988: 54). Além disso, havia uma clara incompatibilidade de projetos de produção, especialmente em relação à manutenção ou não de telenovelas. Nesse ínterim, Antônio Guimarães Ferri assumiu o cargo de presidente da Fundação.

Os piores momentos do departamento de jornalismo, e da emissora, ainda estavam por vir. Com a posse do novo governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, tem início um governo mais liberal em relação ao antecessor; tais prerrogativas afetavam, e muito, a TV Cultura. O novo governador pretendia elaborar um novo projeto de comunicação social e a emissora era seu principal foco. Assim, um relatório realizado pela sua equipe apontava graves defeitos na programação da TV Cultura, como indefinição de objetivos, desconhecimento do público a que se dirigia, amadorismo na escolha de temas e na própria realização dos programas e, por fim, um elitismo que levava à baixa audiência. O grupo, então, recomendou que ela fosse utilizada não apenas para divulgar atos e intenções do governo, mas para permitir uma aproximação com o público que lhe assistia (Markun, 2005: 76). O secretário da Cultura decidiu convidar o jornalista Vladimir Herzog para ser chefe da equipe de jornalismo da emissora. Em 1975, recém-empossado diretor de jornalismo da TV Cultura, Herzog foi intimado pelo DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) a prestar depoimentos sobre suas atividades e morreu nas dependências da instituição após sofrer inúmeras torturas físicas. A morte do jornalista provocou uma série de manifestações sociais, que levaram centenas de pessoas às ruas. Contudo, não foram suficientes para promover o retorno ao regime democrático, e a Ditadura Militar continuou por mais alguns anos. Na TV Cultura, a morte de Vlado –

como era conhecido – não só chocou amigos, como inaugurou uma fase de temor e medo. Muitos jornalistas foram presos e afastados posteriormente.

Aparentemente, entre 1977 e 1979, na primeira fase da direção de Antônio Soares Amora, ainda durante o governo de Paulo Egydio Martins, a tevê educativa de São Paulo conseguiu desenvolver-se com certa tranquilidade. Tendo como diretor do Departamento Cultural Walter Jorge Durst, a emissora começou a desenvolver projetos que buscavam estabelecer um ponto de equilíbrio entre os moldes das televisões comerciais, considerada pelos idealizadores muito “popularesca”, e o modelo usado até então, considerado elitista, e que não oferecia bons índices de audiência. Além disso, a TV Cultura precisava trabalhar melhor os recursos próprios dos meios televisivos. Isto é, era importante se adequar às novas tecnologias e adotar em seus programas uma linguagem mais acessível³⁴.

Em fins dos anos 1970, as manifestações pelo fim da Ditadura Civil Militar vinham crescendo cada vez mais e envolviam então estudantes, artistas, integrantes de partidos. Em 1977, por exemplo, em frente à faculdade de Direito, em São Paulo, o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. leu um documento reivindicando o retorno imediato à democracia e, nesse mesmo ano, ocorreram várias passeatas no centro da capital paulista contra a violência do Estado. No ano seguinte, uma série de greves na região do ABC reuniu milhares de trabalhadores, desafiando a Lei de Greve.

Como veremos no capítulo seguinte, o cenário de abertura política provocou uma importante e nova configuração ao conteúdo televisivo. Por um lado, a pauta foi ampliada, e passou a incluir assuntos de cunho social e cotidiano, com o evidente objetivo de aproximar o público. Por outro lado, a nova programação buscava ratificar os valores democráticos que os movimentos sociais e representantes de entidades civis demandavam através de passeatas e greves. Nesse contexto, os *talk shows*, especialmente os jornalísticos, explodiram na programação televisiva. Muitos programas criados nesse período, tais como *Canal Livre*, da TV Bandeirantes, *Sem Censura*, da TV Brasil e *Abertura*, da extinta TV Tupi, expressam tais expectativas políticas. É, nesse momento, que surgiu o programa de entrevistas *Vox Populi*, um importante precursor do *Roda Viva* idealizado por Carlos Queiroz Telles e Roberto

³⁴ Relatório de Atividades para os anos 1979. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

Muylaert, que contava com a participação de diversas figuras polêmicas do cenário nacional. Veremos mais adiante como funcionavam estes programas e qual a relação deles com o fim da Ditadura Civil Militar no Brasil

Também em 1979, Paulo Maluf assumiu o governo do estado de São Paulo na última eleição indireta. Ao tomar posse, deu atenção especial à TV Cultura. Visando à Presidência da República, o então governador de São Paulo alterou a proposta da emissora com a clara intenção de aumentar a audiência. Em sua gestão, indicou Abreu Sodré como presidente da Fundação Padre Anchieta, que ficou no cargo até 1983 (conferir Tabela 6).

Nesse período, a rede de transmissão da tevê foi ampliada significativamente. Além disso, foram criados diversos programas de auditório, que tinham por objetivo aumentar os índices de audiência. São dessa época, por exemplo, programas tais como *Qual é o grilo?* e *Quem sabe, sabe*, de perguntas e respostas ou musicais como *Bambalalão* e *Viola minha viola*, estes dois últimos tiveram boa repercussão entre os telespectadores e permaneceram na grade de programação durante anos, mesmo após a mudança de direção da Fundação.

Tabela 4 – Lista de presidentes da Fundação Padre Anchieta

Nome	Assume a presidência da Fundação	Ano exercício do cargo
José Bonifácio Coutinho Nogueira	Indicado	(1967-1971)
Raphael de Souza Noschese	Indicado	(1972-1973)
Antônio Guimarães Ferri	Eleito	(1973-1975)
Rui de campos Nogueira Martins	Indicado	1975
Geraldo Sales Colonese	Indicado	1976
Antônio Soares Amora	Eleito	(1976-1979)
Abreu Sodré	Indicado	(1979-1983)
Renato Ferrari	Indicado	(1983-1986)
Virgílio Lopes Silva	Indicado	1986
Roberto Muylaert	Eleito (três mandatos)	(1986-1995)
Jorge Cunha Lima	Eleito (dois mandatos)	(1995-2001)
Marcos Mendonça	Eleito	(2004-2007)

Fonte: Relatórios de Atividades. Arquivo Fundação Padre Anchieta.

A gestão de Paulo Maluf foi marcada por conflitos e acusações que envolviam a Fundação Padre Anchieta. Franco Montoro, à época senador, fez uma série de denúncias das infrações cometidas pelo governador de São Paulo, em especial, pelo uso que se fazia de jornais e outros programas para fazer campanha política. Também Maluf, segundo denúncias do senador, usava o programa *Vox Populi* para divulgar suas ações e obras. Prevendo possíveis conflitos com a Fundação Padre Anchieta, ao assumir o governo de São Paulo depois da saída de Maluf para concorrer à presidência, José Maria Marin assinou dois importantes decretos dirigidos à Fundação; no primeiro, ele demitia a maioria do Conselho Curador e Diretoria Executiva, colocando em seu lugar pessoas ligadas ao seu governo. O segundo decreto realizou alteração dos estatutos da Fundação de modo a modificar seus objetivos e atrelar administrativamente a organização ao governo do Estado de São Paulo. Tem início uma batalha jurídica e, após inúmeros embates, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu a favor da Fundação Padre Anchieta e reafirmou que competia somente ao Conselho Curador o poder de alterar seu estatuto e eleger seus próprios membros e Diretoria Executiva.

As eleições de 1982 para governador de São Paulo ocorreram em um clima de pressão por democracia. E, em 1983, Franco Montoro tomou posse como governador de São Paulo assumindo o compromisso de modificar os estatutos da Fundação. Nesse momento, Roberto Muijsers assumiu a presidência da Fundação e tomou a frente das discussões para elaboração de novo estatuto.

O novo estatuto da Fundação Padre Anchieta aumentava o número de conselheiros de 35 para 45 membros, e o de conselheiros natos de 11 para 20 membros, introduzindo a essa categoria novos representantes da sociedade civil, tais como reitores da Unicamp, da Universidade de São Paulo e até mesmo do presidente da União Estadual dos Estudantes. De fato, essas alterações refletem o próprio clima de mudança da época. Devido às disputas jurídicas ocorridas na gestão de José Marin, o estatuto da Fundação – assim como a própria estrutura e forma de gestão da TV Cultura – passou a ser objeto de debates na Assembleia Legislativa de São Paulo. Muitos vereadores apresentaram projetos de alterações do documento. Algumas sugestões debatidas na Assembleia, inclusive, foram incorporadas ao Estatuto, entre essas: os mandatos do Presidente do Conselho e do Presidente da Diretoria Executiva passaram a ser coincidentes. Além disso, o cargo de diretor executivo passou a ser remunerado. Com

essas medidas, buscava-se evitar que o cargo fosse usado para obtenção de favores políticos. Por fim, a mudança mais importante estava vinculada à inserção de propaganda. Ficava decidido, no artigo 5º, parágrafo III que:

Não poderá a Fundação utilizar, sob qualquer forma, a rádio e a televisão educativas para finalidades publicitárias.

Fica ressalvada a notícia de subsídios e doações, em termos de simples referência ao bem doado ou à identificação do doador, sem caráter de propaganda³⁵.

Em outras palavras, na gestão de Roberto Muylaert foram inseridos determinados dispositivos que permitiam a captação de recursos externos, em forma de apoio cultural. Impulsionado pela Lei Sarney de 1987³⁶, transformada posteriormente em Lei Rouanet, foi permitido a empresas que quisessem patrocinar programas sem fazer, contudo, propagandas ter seu nome vinculado a esses programas em forma de apoio cultural. As empresas, em contrapartida, receberiam bônus de incentivo fiscal por esse apoio. Veremos adiante que essa saída foi crucial para a manutenção da programação e muito usada nas gestões posteriores. A partir da gestão de Marcos Mendonça, em 2004, contudo, além de apoio cultural e patrocínios, a TV Cultura permite propagandas comerciais.

Em sua gestão, Muylaert realizou uma enorme reformulação de departamentos e centrais. Nos anos 1970, os departamentos artístico, educacional e cultural eram estruturados de forma independente. Assim, cabia à Divisão de Ensino a produção dos programas educativos institucionais – os que seriam transmitidos nas salas de aulas –, à Divisão Cultural o resto da produção relacionada à educação – tais como documentários e, por fim, a Divisão Artística ficava responsável pelos shows, musicais, teleteatros, entre outros. Com a nova orientação, as áreas passaram a ser agrupadas segundo coordenadorias de programação que, por sua vez, organizava a Assessoria Cultural, Assessoria de Educação e o Departamento de Jornalismo. Esse último se tornou independente da Divisão Cultural. Além disso, foi criado um novo núcleo – de

³⁵ Estatuto Fundação Padre Anchieta 1986.

³⁶ Lei nº 7.511, de 7 de Julho de 1986. [citado 7 jan. 2016].

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17511.htm

variedade – responsável pela produção dos programas infanto-juvenis da emissora. Pela nova atribuição, a Assessoria de Educação ficaria responsável por cuidar somente do conteúdo dos programas e prestar assistência a diferentes núcleos, deixando, portanto, de ter encargos de produção.

O objetivo de Muylaert era proporcionar a agilidade necessária para manter a dinâmica de um veículo de comunicação que precisa colocar todos os dias programas novos no ar, incompatível, segundo ele, com a mentalidade estatal que havia sido instaurada na instituição. Suas propostas caminhavam no sentido de dar ênfase ao que ele chamou de “atividade fim”. Ou seja, os esforços da emissora deveriam se concentrar na produção e programação e não nas atividades burocráticas da Fundação, como acontecia até então.

Ao mesmo tempo, em 28 de fevereiro de 1986, poucos meses antes da posse de Muylaert e no dia da implantação do Plano Cruzado, que congelou toda a economia do país, um incêndio, que começou às 4 horas da manhã, destruiu mais de 80% da capacidade produtiva da TV Cultura. De 1986 para 1992, foram gastos 25 milhões de dólares na recuperação e reequipamento do setor técnico e de infraestrutura operacional³⁷.

Se por um lado a TV Cultura investiu recursos humanos e tempo para realizar o treinamento do pessoal para adaptar-se à nova tecnologia, por outro, possuía equipamentos sofisticados, situação que favoreceu uma reestruturação do layout da emissora:

Foram estudadas as áreas e suas funções e a interligação entre os setores; todas as fases de produção de um programa desde a criação até a apresentação no ar; fluxo, tráfego e trânsito de pessoas, veículos e material³⁸.

Com novos equipamentos e novo Estatuto que dava possibilidade de obter mais recursos financeiros, Muylaert adotou uma nova filosofia para a TV Cultura. A emissora pública de São Paulo teria a missão de entreter e complementar as atividades

³⁷ Fundação Padre Anchieta. *Documento Comemorativo do Lançamento da nova Antena*. São Paulo. 1992. p, 5

³⁸ Fundação Padre Anchieta. *Cultura 20 anos*. São Paulo: IMESP. 1989, p. 32

educativas e telecursos. Como se vê, os valores instituídos na emissora passaram a ser semelhantes aos da PBS e BBC. Além disso, a nova direção, sob o comando de Muylaert, destinou boa parte da programação a um novo público-alvo – o infanto-juvenil. Ele acreditava que era fundamental a TV Cultura apresentar seus programas com uma forma diferenciada, “uma embalagem atraente envolvendo um conteúdo de qualidade. A qualidade da forma ressalta a qualidade do conteúdo.”³⁹

Nesse sentido, foram criados novos programas para o mesmo público cativo e frequentador da emissora, tais como *Roda Viva*, *Vitória*, *Vídeo Magia*. E outros foram reformulados tais como *Bambalalão*, *Metrópolis* e o *RTC Notícia* passou a se chamar *Jornal da Cultura*. Os horários foram reformulados de acordo com a grade de outros canais, buscando-se com isso oferecer alternativas às diversas faixas etárias. A orientação geral era estruturar a TV Cultura no sentido de transformá-la numa rede de televisão alternativa e atraente. A aproximação com os modelos de organização das tevês comerciais era evidente. Por fim, programas importados foram introduzidos na programação desde 1986, e adquiriram preponderância na melhora de qualidade da programação.

Em 1985, 80% da programação era produzida pela própria TV Cultura, 12% por terceiros (campanhas institucionais e programas de tevês educativas de outros estados) e 8% vinham do estrangeiro (programas que eram cedidos ou vendidos a baixo custo pelas embaixadas, muitos deles eram programas institucionais referentes aos respectivos países). Nos anos seguintes, em especial a partir de 1988, os programas estrangeiros passaram a ser importados segundo os critérios da emissora. A partir de então, a TV Cultura começou a retransmitir com exclusividade os programas premiados da BBC de Londres e outras.

³⁹ Idem Ibid. p.34

Tabela 5 – Programas da TV Cultura e Índices do IBOPE

Programas – TV Cultura	Índices
Mundo da Lua	9%
Rá-Tim-Bum	9%
Roda Viva	9%
Glub-Glub	6%
Lucas e Juquinha	4%

Fonte: Pesquisa do IBOPE, Grande São Paulo de 19 a 25 de outubro de 1992.
Folha de São Paulo. 27 de dezembro de 1992.

A programação infantil, o novo carro-chefe da emissora, foi vencedora de vários prêmios (11 ao total) e o programa *Roda Viva*, que desde o seu lançamento passava em horário mais tarde, atingiu nos anos 1980 e 1990 bons índices de audiência, como demonstra acima, (Tabela 5).

Em depoimento, Heródoto Barbeiro, apresentador do programa entre anos 1980 e nos anos 2000, afirmou:

O período de maior fecundidade do *Roda Viva* foi durante o período Roberto Mulyaert [...] especialmente por causa da quantidade de pessoas polêmicas que foram convidadas para fazer o programa e a quantidade de pessoas polêmicas que faziam parte da bancada.

Anos depois, em março de 1992, ao custo de 5,5 milhões de dólares, foi inaugurada a nova antena da TV Cultura, localizada num dos pontos mais altos da região central de São Paulo, no bairro do Sumaré. O novo sistema de transmissão implantado junto com a nova antena colocou a TV Cultura em pé de igualdade com as emissoras comerciais mais desenvolvidas tecnologicamente, através do sistema de transmissão de programa em estéreo e no idioma original. Melhorou em torno de 50% o alcance de transmissão e resolveu a questão das regiões da Grande São Paulo onde o sinal não chegava ou chegava com pouca nitidez, além de melhorar a qualidade das imagens como um todo.

O canal de satélite foi obtido em 1993. Até essa data, a tevê atingia o interior de São Paulo através de linhas de reserva da Telesp (além das tevês educativas da

região, que costumavam retransmitir alguns programas da emissora). Desde 1986, a TV Cultura pleiteava junto ao governo federal um canal de satélite e teria conseguido essa concessão mais cedo se não houvesse divergências de ordem política. Em entrevista, Muylaert afirmou que as negociações para obtenção do canal de satélite ocorriam conforme o combinado. Porém, em 1986, o programa *Roda Viva* entrevistou Leonel Brizola (1922-2004) e o então ministro das comunicações Antônio Carlos Magalhães (1985-1990) vetou o satélite da TV Cultura. (Albuquerque e Amorim, 2013). À época, Leonel Brizola era governador do Rio de Janeiro e adversário histórico da antiga UDN (União Democrática Nacional) transformada em PFL (Partido Frente Liberal), partido de Antônio Carlos Magalhães (ACM). Durante a entrevista, Brizola criticou duramente as ações do governo federal, dizendo, inclusive, que o Plano Cruzado de combate à inflação era estratégia do governo para garantir vitória do PMDB e seus aliados. Por cinco anos, ACM impediu que a TV Cultura utilizasse o satélite controlado pelo governo. A respeito desse episódio, cabe lembrar, por fim, que a família de Antônio Carlos Magalhães obteve concessão para abrir um novo canal no estado da Bahia no mesmo período. A TV Bahia retransmitia a programação da rede Manchete, concorrente da TV Cultura no estado de São Paulo.

O incidente envolvendo Leonel Brizola e Antônio Carlos Magalhães traz indícios interessantes acerca da importância do programa no cenário político nacional. Vimos que foi negado à TV Cultura o satélite devido à entrevista com Brizola, então adversário político do governo federal. Assim, é possível concluir que havia expressiva repercussão dos debates suscitados no programa, que adquiriu bastante credibilidade junto ao público, ao longo dos anos. Constatação pertinente, pois, veremos a seguir, é que o *Roda Viva* sofreu inúmeras interferências da direção da Fundação Padre Anchieta no fim dos anos 1990, e acabou se transformando em um programa a serviço do governo do estado de São Paulo.

Também, na gestão de Muylaert, foi implantando ao Departamento de Jornalismo uma nova política de gerenciamento – conhecida como gerenciamento por objetivos – resultando em uma série de cursos internos de aperfeiçoamento e de reuniões de avaliação, que permitiram uma redefinição conceitual dos objetivos do telejornalismo da TV Cultura. Segundo depoimento do jornalista Evaldo Dell’Omo, chefe de reportagem nas gestões de Roberto Muylaert e Jorge Cunha Lima, o novo

direcionamento trouxe ao departamento importante dinamismo para o telejornalismo da TV Cultura, pois dava a possibilidade aos jornalistas para sugerir todo o tipo de pauta, não só nas reuniões de cada programa, como também as gerais.

O clima de prosperidade e euforia dos anos 1980, contudo, foi substituído por uma enorme crise orçamentária nas décadas seguintes. “Não foi fácil o ano de 1995” – diz o relatório das atividades produzidas para esse ano.

A partir desse ano, é possível perceber uma quebra violenta de orçamento da Fundação, que sofreu corte de verbas pelo governo Mário Covas. O jornalista Jorge da Cunha Lima assumiu a presidência da Fundação Padre Anchieta em junho de 1995. Produtor experiente, Cunha Lima havia passado pela TV Gazeta e o Jornal *A última Hora*, da própria TV Cultura. Ele também ocupou cargos políticos, como o de secretário de Cultura do governo Franco Montoro (1983-1986). Ao assumir a direção da Fundação, Cunha Lima encontrou uma emissora com sérios problemas orçamentários, com dívida de cerca de R\$ 30 milhões, sem contar os débitos trabalhistas. Um dos primeiros documentos oficiais produzidos em sua gestão, o Relatório de Atividade, procurava, de certa maneira, justificar a crise na qual se encontrava a tevê.

Em 1995, a Fundação Padre Anchieta sentiu os efeitos de duas transformações muito importantes, uma interna em nosso país, de caráter econômico, outra, internacional, de caráter tecnológico. No Brasil mudou a economia, consolidou-se a moeda, a produtividade tornou-se uma condição de sobrevivência e a privatização um dogma. As verbas para instituições subsidiadas pelo poder público foram congeladas. A produtividade, em todos os níveis, tornou-se meta de rotina para qualquer empresa que deseja sobreviver. No caso da Fundação Padre Anchieta, cerca de 30% do orçamento deverão ser cobertos com serviços, licensing, apoios culturais e parcerias. No plano internacional, a tecnologia proporcionou avanços inacreditáveis: a TV a cabo, Direct TV, Pay TV, Processo Digital, Internet, etc. [...] Disso tudo resulta que os canais se multiplicarão indefinidamente no caminho da segmentação, pois não há mais mercado para a multiplicação dos canais generalistas⁴⁰.

O documento traz informações interessantes sobre o tratamento que o poder executivo de São Paulo na gestão de Mário Covas (PSDB) passou a dispensar à TV Cultura. Além disso, revela o novo “inimigo” da Fundação Padre Anchieta – a televisão

⁴⁰ Relatório de Atividades para o ano de 1995. fl. 1.

a cabo –, já que o público que assistia à emissora era o mesmo que consumia os programas da tevê paga.

Segundo Cunha Lima, a tevê enfrentava dificuldades de orçamento devido a duas situações – a primeira, de ordem econômica. A gestão de Mário Covas impunha às empresas estatais posturas equivalentes a de empresas privadas; era necessário ser produtivo em todos os níveis. Assim, baseada na política de privatização de setores públicos e no entendimento de que a Fundação, como empresa, deveria se garantir sozinha, o governo do estado de São Paulo cortou verbas que seriam destinadas à emissora. Para o então governador, a TV Cultura recebia dinheiro demais do Estado, sendo ela própria culpada pela incapacidade de não gerar receita suficiente para se manter sozinha (Rocha, 2006: 98; Kunsch, 1999: 216). Em segundo lugar, com a nova tecnologia e o surgimento de novos tipos de televisão – a tevê por assinatura, por exemplo –, a concorrência da TV Cultura aumentava. Os índices de audiência da emissora, por sua vez, passaram a ser cada vez menores. Como vimos, ao longo dos anos 1990, devido à política de incentivo fiscal, boa parte do orçamento da emissora tinha origem de patrocínios e apoios culturais. Com índices baixos, no entanto, a TV Cultura também perdia esse financiamento privado.

É curioso notar que Cunha Lima não vai contra a política do governo do Estado, só constata que a partir daquele momento a Fundação deveria se adequar às exigências do poder executivo. Assim, ao invés de se opor à política do novo governo, Cunha Lima optou por: reduzir o número de funcionários (ao todo foram demitidos cerca de 400 pessoas), ajustar a grade de programação e suspender a gravação de programas novos. Era necessário reverter o quadro de déficit orçamentário, sem, contudo, enfrentar o governo do estado.

O problema de orçamento, no entanto, parecia não ter fim. Em 1996, o jornal *Estado de São Paulo* anunciava:

Fundação Padre Anchieta vive nova crise econômica: TV Cultura não está conseguindo produzir todos os programas que planejava para este ano.

O motivo da nova crise na fundação é o repasse de verba para instituição pelo governo do Estado. A TV Cultura tinha um orçamento

previsto de R\$45 milhões para 1996, o que daria cerca de R\$3,4 milhões mensais para a emissora pagar despesas de administração, produção e programação. Outros R\$5 milhões vêm da própria arrecadação da emissora com apoios culturais e propaganda institucional. Mas a tevê está recebendo apenas R\$2,7 milhões, o que paga somente as despesas da folha de pagamento. O motivo: no começo deste ano, o governo do estado de São Paulo resolveu congelar 30% das verbas orçamentárias de todas as suas secretarias e organismos. Segundo o deputado César Callegari (PMDB-SP), da Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa, essa é uma medida usual no governo. O Estado, ao rever as projeções, revê também a disponibilidade do seu orçamento e resolve tomar uma medida de cautela para evitar estouro⁴¹

As dificuldades enfrentadas pela TV Cultura não eram só de ordem financeira. A gestão de Jorge Cunha Lima também sofreu investigações na Assembleia Legislativa e a intervenção de uma auditoria pública.

Tudo isso afetava, e muito, a programação. As reprises eram evidentes para o público. Segundo Liana Rocha durante mais de um ano o programa *Vitrine* exibiu retrospectivas dos melhores momentos, sem transmitir, contudo, nenhum programa novo. O infantil *Ilha Ra-Tim-Bum* não fez o sucesso desejado. Já as entrevistas do programa *Roda Viva* deixaram de acompanhar os temas e as pautas nacionais. Ao que tudo indica, não era interessante para a equipe de produção entrevistar pessoas e trazer assuntos controversos e de interesse público para o centro da roda. Em depoimento, Heródoto Barbeiro afirmou:

[...] tinha a impressão que a orientação que a TV Cultura passou a ter naquele momento era a de se livrar dos assuntos polêmicos, entendeu? Então, o programa caiu num debate só de temas acadêmicos [...] Os entrevistados e os entrevistadores eram acadêmicos e isso não fazia sentido em um programa que se consolidou tratando de assuntos sociais, de temas que interessavam à sociedade. Não que os assuntos acadêmicos não sejam importantes, mas, muitas vezes, parecia um debate de pessoas que ficavam ali, defendendo sua teses.⁴²

Para o jornalista, essa mudança na linha editorial do *Roda Viva* ocorreu devido a fortes interferências que o programa passou a sofrer com a entrada de Jorge Cunha

⁴¹ Edição 09 de março de 1996. Jornal *Estado de São Paulo*. Caderno 2. Política Cultural.

⁴² Entrevista concedida para a autora em Agosto de 2013.

Lima. Ao ser questionado sobre como funcionava o processo de elaboração das pautas, Heródoto Barbeiro respondeu:

O processo de elaboração das pautas ocorria na redação. E ocorre o seguinte: as pautas eram submetidas à Direção da empresa, em específico à Diretoria Executiva. O presidente opinava sobre todos os entrevistados e sobre os entrevistadores. O que eu achava um absurdo [...] ⁴³

Ao ser questionado sobre os eventuais motivos de tal intervenção, Barbeiro argumentou.

Muitas vezes os entrevistados eram amigos. E você não vai chamar para entrevistar seu amigo, os inimigos dele ⁴⁴.

Nos capítulos seguintes veremos com detalhes como se deu a modificação das pautas, que protagonistas representativos da ciência passaram a ser convidados e quais ciências foram divulgadas e debatidas no programa nesse contexto.

Foi citado anteriormente que a TV Cultura, mesmo sendo uma entidade civil desvinculada do governo do estado de São Paulo, nunca alcançou autonomia de fato, já que necessitava das verbas públicas. As mudanças de linha editorial, mencionadas por Heródoto Barbeiro, sugerem, contudo, não só dependência econômica entre a Fundação Padre Anchieta e o poder executivo do estado de São Paulo, mas uso político da emissora. No intuito de se evitar futuros conflitos com o governo, cada vez mais, os nomes dos entrevistados e entrevistadores passaram a ser submetidos pela direção que precisava a qualquer custo receber a verba orçamentária.

Em abril de 2004, a relação entre o então diretor Jorge Cunha Lima e o atual governo, agora sob a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) ficou insustentável. Já há nove anos no comando da Fundação, ao tentar reeleição pela quarta vez consecutiva, Jorge Cunha Lima teve que enfrentar um adversário indicado pelo governo: Marcos Mendonça, ex-secretário de Cultura da gestão Mário Covas. Geralmente, no processo de escolha do diretor da Fundação, ocorria um consenso entre cavalheiros e somente uma

⁴³ Idem Ibid.

⁴⁴ Idem Ibid.

pessoa, normalmente alguém do próprio Conselho Curador, se candidatava. Com a entrada de Mendonça para concorrer ao cargo, tem início uma disputa que só terminou após acordo entre os candidatos; Jorge Cunha Lima desistiu do quarto mandato em favor de Marcos Mendonça. Mas, em troca dessa desistência, o ex-diretor da Fundação Padre Anchieta recebeu um novo cargo vitalício – presidência do Conselho Curador.

Quando Marcos Mendonça assume a presidência da Fundação Padre Anchieta, há uma espécie de privatização da emissora. Predomina nesse período uma forte preocupação com os índices de audiência e rendimentos. O Conselho da Fundação passou a permitir, a partir de então, a veiculação de propagandas e a criação e manutenção da TV Rá-tim-bum, veiculada somente na TV por assinatura.

Hoje, a TV Cultura se encontra bastante endividada, completamente dependente da verba pública e com baixos índices de audiência.

Inclusive, a respeito do público que assiste a emissora, vimos que, inicialmente, o projeto da TV Cultura era se constituir como tevê educativa pública, ou seja, uma de suas funções era promover cursos escolares (de primeiro e segundo grau), técnicos, entre outros, a uma enorme parcela da população brasileira. No entanto, também teve, desde sua concepção, um viés elitista (era uma televisão “de e para uma elite”). Com a entrada de Muylaert, esse traço elitista deixou de ser apenas uma linha que define a programação da emissora, para se constituir numa estratégia de conquista de público. Por outro lado, contudo, a emissora não soube se adaptar à concorrência da tevê paga em fins dos anos 1990, perdendo de vez seu público. Inclusive, uma das maneiras de retomar o telespectador infanto-juvenil foi criar uma emissora à cabo, a TV Rá Tim Bum. Esse fato revela uma enorme contradição da TV Cultura, que se constituiu como pública, recebe verbas públicas, mas não consegue atingir o grande público, ficando restrita às classes A e B.

Tabela 6 – Lista de presidentes da Fundação Padre Anchieta

Nome	Assume a presidência da Fundação	Ano exercício do cargo
José Bonifácio Coutinho Nogueira	Indicado	(1967-1971)
Raphael de Souza Noschese	Indicado	(1972-1973)
Antônio Guimarães Ferri	Eleito	(1973-1975)
Rui de campos Nogueira Martins	Indicado	1975
Geraldo Sales Colonese	Indicado	1976
Antônio Soares Amora	Eleito	(1976-1979)
Abreu Sodré	Indicado	(1979-1983)
Renato Ferrari	Indicado	(1983-1986)
Virgílio Lopes Silva	Indicado	1986
Roberto Muylaert	Eleito (três mandatos)	(1986-1995)
Jorge Cunha Lima	Eleito (dois mandatos)	(1995-2001)
Marcos Mendonça	Eleito	(2004-2007)

Fonte: Relatórios de Atividades. Arquivo Fundação Padre Anchieta.

Vimos, nesse capítulo, que, ao longo dos anos, houve inúmeras tentativas, por parte de governadores e até mesmo Assembleia Legislativa, de querer interferir e modificar o estatuto da TV Cultura. O Conselho Curador, por sua vez, usando dos dispositivos que dão à emissora autonomia legal, lutou na Justiça para evitar que essas interferências ocorressem, de fato. Hoje, qualquer tentativa externa de ingerência sobre a tevê é barrada na Comissão de Constituição e Justiça porque é considerada ilegal. Por outro lado, quase 50% da receita da emissora vêm de verbas públicas aprovadas pelo governo do estado. Assim, em muitos momentos, quando o controle político não era total sobre a emissora, a liberação de verba não era autorizada, o que acabava inviabilizando o funcionamento ou tornando a situação da emissora extremamente frágil.

Outro problema da TV Cultura está no Conselho. Vimos que não há qualquer ressalva no Estatuto que impeça a reeleição ou mesmo manutenção dos conselheiros da Fundação. E, quando há renovações – que podem ocorrer a cada três anos – elas são indicadas pelos membros do próprio Conselho Curador. Assim, além dos três conselheiros vitalícios, há os que representam instituições – chamados de Conselheiros

Natos. Geralmente são reitores de universidades, o Secretário de Educação do município, o Secretário de Educação do Estado, o Presidente da Comissão de Educação da Assembleia; são todos cargos políticos. Por fim, há os que não representam instituição alguma, são pessoas da sociedade escolhidas e indicadas pelo próprio Conselho – são chamados de Conselheiro Eletivo.

O que se vê, então, no Conselho de Curadores da Fundação Padre Anchieta é uma espécie de “clube fechado”. Isso faz com que não haja uma circulação de ideias, de propostas. O resultado disso é a existência de uma emissora pública que sobrevive das verbas do estado, mas que não dialoga com a sociedade. E mais, é mantida por uma elite paulista, composta por membros partidários, intelectuais de universidades e outros meios acadêmicos, que transmite determinados valores e projetos próprios.

No capítulo seguinte buscou-se analisar os programas de entrevista e debates criados no contexto de redemocratização no Brasil, entre eles, o objeto de análise desta tese o *Roda Viva*, procurando detalhar as características do Roda no que diz respeito ao formato, linguagem e concepção. Neste capítulo, apresento os depoimentos dos principais apresentadores do *Roda* ao longo destes vinte anos. Por fim, realizamos um debate historiográfica acerca do processo político do fim do regime militar no Brasil e a relação da censura com a televisão.

Capítulo 2: *Roda Viva*: criação e funcionamento

2.1. Apresentação

Ao colocar no centro da arena personalidades que marcaram para sempre a história deste país; ao questioná-las por meio dos mais combativos jornalistas brasileiros, o programa *Roda Viva* [...] atingiu sua maioria, abriu caminhos, inovou formatos, fortaleceu a democracia, apresentou, decodificou e, por que não, desmistificou para o público poderosos e trabalhadores, políticas e propostas que vêm passando a limpo o Brasil dos últimos anos.

Marcos Mendonça⁴⁵

Na abertura do livro comemorativo de 18 anos do programa *Roda Viva*, em 2004, Marcos Mendonça define a imagem que a TV Cultura criou para o semanário. Segundo o presidente da Fundação, desde sua criação, o *Roda Viva* entrevistou personalidades representativas do Brasil no intuito de decodificar e desmistificar políticas e propostas para e sobre o país, visando, por meio do debate, ao fortalecimento da democracia.

No ar desde 1986, o *Roda Viva* já entrevistou mais de 900 personalidades das áreas econômica, política, social, esportiva, científica e tecnológica. Com o slogan *O Brasil passa por aqui*, o programa encontrou seu lugar na grade de programação brasileira realizando ora entrevistas com figuras representativas de assuntos relativos à vida pública ora programas de debates com vários especialistas, pautados a partir de temáticas amplamente abordadas em outros meios de comunicação. Apesar de sofrer algumas alterações ao longo dos anos, o cenário mantém a mesmo formato do primeiro programa: há uma cadeira giratória localizada no centro do estúdio, reservada ao entrevistado da noite, e ao seu redor ficam posicionados o mediador e os entrevistadores.

Quando foi ao ar recebeu críticas importantes da imprensa. O jornal *Folha de S. Paulo* assegurou que se mantivesse aquele cenário stalinista e um repórter da TV

⁴⁵ Presidente da Fundação Padre Anchieta. Cf. *Roda Viva 18 anos*.

Globo (na época o apresentador do *Roda Viva* era Rodolpho Gamberini, que antes apresentava o telejornal *Bom dia Brasil*, pela TV Globo) certamente o programa estaria fadado ao fracasso. A revista *Veja*, por sua vez, afirmou que o semanário “se equilibra entre sobriedade, a informalidade e os debates. Seu principal trunfo é a clareza: os entrevistados têm oportunidade de replicar e discordar, sem que o programa vire um bate-boca confuso”⁴⁶.

A própria televisão brasileira se reestruturava nos anos de 1970 e passou a investir em programas com novos formatos jornalísticos que se diferenciavam dos telejornais. A expectativa de uma liberalização política que levasse à redemocratização crescia entre os brasileiros.

Nesse período, diversos grupos de esquerda brasileiros se reorganizaram e, realizando um esforço de sair da clandestinidade, passaram a participar mais da política, ganhando assim ampla visibilidade nacional. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a aceitar a presença de setores de esquerda e, após a vitória da eleição legislativa em novembro de 1974, saiu da condição de oposição consentida para oposição de fato, mostrando-se como um importante veículo aglutinador de diferentes forças descontentes (Kinzo, 1988; Lamounier, 1988; Nader, 1988). Em São Paulo, a luta do Cardeal Dom Evaristo Arns e da Pastoral da Terra ganhou visibilidade, e seu engajamento contra a tortura deu origem ao movimento *Brasil nunca mais*⁴⁷. Também o movimento estudantil, que até então estava na ilegalidade após a prisão de diversos de seus líderes em 1968, voltou a crescer com as ações do movimento Liberdade e Luta – conhecido como Libelu – que tinha, na época, cerca de 800 mil militantes e foram responsáveis por diversas passeatas e manifestações em São Paulo e em outras capitais do Brasil. Além das organizações sociais, entidades de classe como o Ordem dos Advogados (OAB) e os sindicatos, especialmente o dos metalúrgicos, ganharam força, realizando diversas greves na região do ABC paulista.

⁴⁶ Revista *Veja*, setembro 1987. Cf Anexo II.

⁴⁷ O projeto *Brasil nunca mais* foi desenvolvido por um grupo de lideranças religiosas como Dom Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Eles coordenaram uma equipe com vários advogados que tinham acesso a documentação sigilosa sobre tortura e organizaram um dossiê sobre o assunto. Arns, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*.

Entre os avanços e retrocessos desse período, em especial após a posse do presidente Ernesto Geisel em 1974, setores interessados no retorno da ordem democrática, que até então estavam afastados, ganharam espaço na gestão política e a ideia de abertura "lenta, gradual e segura" ganhou fôlego. Assim, em meio às experiências de censura, censura prévia e da autocensura nas quais vivia a imprensa, alguns grupos ligados à mídia passaram a discutir e apresentar pautas novas e ousadas, relacionadas agora às temáticas sociais e políticas.

Foi então o momento oportuno para reconfigurar o conteúdo jornalístico. Os programas de tevê ampliaram a agenda de discussão, e passaram a incluir, em sua grade de programação, assuntos de cunho social e político. Também foi o momento de estar mais próximo do telespectador, corroborando assim com os valores democráticos que a sociedade, os críticos e os jornalistas demandavam.

Nesse contexto, o debate público ganhou espaço nas emissoras televisivas, que investiram na criação de programas de entrevista, como o *Vox Populi* (1977), na TV Cultura; *Abertura* (1979), na TV Tupi; *Sem Censura* (1985), na TVE; *Canal livre* (1973), na Rede Bandeirantes; *Crítica e Autocrítica* (1980), da mesma rede. A ideia era criar programas que possibilitassem o retorno da confiança na mídia – que passou anos sob censura e não publicava muito do que se vivia no país. Os *talk shows* jornalísticos, devido ao seu formato e conteúdo, possibilitavam tal reconquista, na medida em que traziam para a cena televisiva figuras desconhecidas da população em geral. Além disso, assuntos relacionados às temáticas políticas e sociais passaram a ser recorrentes nesses programas; com o *Roda Viva* não foi diferente.

Em 1987, durante o programa, o apresentador Rodolpho Gamberini interrompeu a entrevista e chamou o jornalista da TV Cultura, Tonico Ferreira, para comentar as decisões tomadas na Assembleia Constituinte⁴⁸. Em meio às primeiras eleições diretas do Brasil, o programa entrevistou nove, dos 22 candidatos a presidente⁴⁹.

⁴⁸ No dia da entrevista, a Assembleia Constituinte elegia seu presidente. Concorriam ao cargo Ulysses Guimarães e o deputado Lisâneas Maciel, do PDT do Rio de Janeiro. [citado 7 jan. 2016]. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/162/muylaert/entrevistados/eduardo_muylaert_1987.htm.

⁴⁹ Na ocasião, o programa entrevistou em uma semana nove candidatos à presidência: Mario Covas, do Partido Social Democrata (PSDB) no dia 7 de agosto; Fernando Collor de Mello, do Partido da

Procurou-se discutir a seguir a estrutura e a proposta de alguns programas de entrevista produzidos nos anos finais da Ditadura Civil Militar e como os temas de cunho político e social foram abordados. A conjuntura da última década de regime militar e o processo de extinção da censura no país também serão abordados neste capítulo.

Figura 2 – O líder sindical e candidato à presidência

Luís Inácio Lula da Silva, no programa *Roda Viva*, em 1989. Há fotógrafos de outros veículos de comunicação registrando o momento. É possível constatar, pela imagem, a relevância do entrevistado. Fonte: *Roda Viva 18 anos*.

Vê-se também que as temáticas sociais e a proposta de trazer para o centro do *Roda Viva* personalidades representativas das diferentes áreas, tão presentes nos anos iniciais do programa, passaram a ser menos frequentes com o passar dos anos. Ao que tudo indica, a linha editorial mudou sua perspectiva e proposta, mas manteve a imagem

Reconstrução Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no dia 8 de agosto; Aureliano Chaves, do Partido da Frente Liberal (PFL) e Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no dia 9 de agosto; Roberto Freire, do Partido Comunista do Brasil (PCB) e Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal (PL) no dia 10 de agosto. E, por fim, Ulysses Guimarães, do Partido Movimento Democrático do Brasil (PMDB) e Ronaldo Caiado, da União Democrática dos Ruralistas (UDR), no dia 11 de agosto.

de semanário que apresentava, decodificava e desmistificava políticas e propostas para e sobre o país.

O relatório de atividades anuais da emissora⁵⁰ para o ano de 2004 afirmava: "[o *Roda Viva*] ganhou prêmios da APCA de melhor programa de entrevista em 1987 e 1988; possui credibilidade inquestionável junto ao público e à crítica com repercussão de suas entrevistas em todos os principais veículo de comunicação"⁵¹. Como se viu no primeiro capítulo, a emissora enfrentou graves crises econômicas a partir dos anos 1990 em decorrência principalmente das exigências do governo do Estado de São Paulo por maior audiência. Esse relatório foi produzido nesse contexto de desconfiança entre a direção e a gestão estadual.

De fato, como muitos jornalistas da imprensa eram chamados para compor a bancada de entrevistadores, passou a ser frequente encontrar trechos das entrevistas do *Roda Viva* reproduzidos em jornais e revistas de veiculação nacional, como *Estado de S. Paulo* e *Veja*⁵². O que não significa afirmar que o *Roda Viva* influenciava a agenda de outros veículos de comunicação. O relatório sobre o programa apresentado em 2004 sugere mais uma autopromoção do que uma constatação.

Ao acompanhar outros relatórios institucionais e livros de publicação comemorativos da TV Cultura, encontrou-se, frequentemente, sentenças semelhantes às proferidas no relatório de 2004. Assim como, ao se realizar entrevistas com os apresentadores e produtores do *Roda Viva*, foi recorrente escutar desses mediadores: “apresentava um formato e proposta inovadora”; “forçava o entrevistado a expor suas opiniões”; “impunha, pela relevância dos temas discutidos e do entrevistado, uma agenda para outros veículos de comunicação”. Tudo indica que o *Roda Viva* construiu para si uma imagem de programa imparcial, sério e de grande relevância nacional. Mas essa imagem corresponde, de fato, a uma realidade? A ideia original de trazer

⁵⁰ Os relatórios das atividades anuais, produzidos entre os anos de 1969 a 2006, pelos departamentos de programação e administração e que, por sua vez, eram encaminhados ao Conselho Curador e ao governador do Estado de São Paulo no início de cada ano e referentes ao exercício do ano anterior foram analisados no capítulo 1.

⁵¹ Relatório de Atividades de 2004. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

⁵² No dia 27 de março de 2000, por exemplo, o general Newton Cruz foi entrevistado pelo programa e revelou um suposto golpe militar envolvendo Paulo Maluf. Tal declaração gerou uma investigação de outros jornais. Foram produzidas muitas matérias sobre o assunto na imprensa em geral. Cf. Captação Média IBOPE, destaque *Roda Viva*, setembro 2004.

personalidades representativas da sociedade e do momento político-econômico do país se manteve ao longo dos anos ou o programa se tornou ferramenta institucional do governo do Estado de São Paulo?

Objetiva-se neste capítulo apontar que, apesar do cenário e concepção do *Roda Viva* ainda serem originais, determinados traços fundamentais que compõem este semanário aos poucos deixaram de ser importantes. E mais, muitas dessas alterações ocorreram devido às inúmeras interferências da direção executiva da Fundação Padre Anchieta que, ora preocupada com a audiência ora usando o programa como instrumento do governo do Estado de São Paulo, alterou, ao longo dos anos, a proposta original do *programa*.

Para discutir o funcionamento e a dinâmica dos bastidores e produção do semanário, foram entrevistados os principais apresentadores do programa e também o chefe de jornalismo da TV Cultura nos anos 1980⁵³. O objetivo foi entender como esses jornalistas interagiram com outros veículos de comunicação, como era o processo de escolha de uma pauta e qual era o limite de influência do governo de São Paulo, ou melhor, como se dava essa influência. E mais, interessou compreender a dinâmica da produção do programa: quem elaborava as pautas e como ocorriam as reuniões, entre outros. Também foram apresentadas as características da imprensa brasileira na época da redemocratização, destacando particularmente a atuação da censura na produção jornalística, tanto na imprensa como na televisão, nos anos finais da Ditadura Civil Militar.

2.2. A censura na televisão

Após o fim da Ditadura Civil Militar no Brasil, ficou na memória de grande parte da população brasileira uma imagem bastante simplista, que atribuía a responsabilidade aos militares no processo de condução do regime de exceção, iniciado em 1964, e inocentava a mídia em geral, que se manteve calada forçadamente durante

⁵³ A respeito das entrevistas e do roteiro de perguntas com os apresentadores do *Roda Viva* e outros jornalistas que passaram pelo Departamento de Jornalismo da TV Cultura, assim como com Roberto Mulyaert Cf. Anexo I.

todo esse período. Tal particularização excluía a influência e/ou apoio da sociedade, considerada vítima da ação militar. Também foi responsável pela formação de um imaginário dicotômico a respeito da postura da imprensa e sua relação com o *establishment*. De um lado, estava o Estado repressivo e autoritário e de outro a mídia politizada e enfraquecida pela censura, prisões e assassinatos.

A idealização das ações dos civis e dos jornais e jornalistas tem como resultado a formação de uma imagem problemática para a compreensão desse período, pois excluiu-se o desejo de parcela da sociedade que, insatisfeita com o regime de João Goulart e receosa de um certo avanço comunista, não só aprovou a intervenção militar como a consentiu por aproximadamente vinte anos. Também não aponta que muitos empresários ligados à imprensa enriqueceram durante esse regime de exceção.

Discutiu-se, no primeiro capítulo, sobre a complexa relação entre o empresariado televisivo e o Estado autoritário. Há de se acrescentar também que, além da postura ideológica e alinhamento, as contas publicitárias do governo militar representavam enorme fatia de arrecadação das tevês. As propagandas feitas pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp)⁵⁴, ligada diretamente ao governo da União, eram amplamente divulgadas na televisão, já que representavam a principal verba das emissoras.

Alguns programas televisivos eram explicitamente pró regime. O programa Silvio Santos, veiculado aos domingos, é um exemplo de iniciativa privada que colaborou para fortalecer o nome de políticos do governo junto ao público (Maia, 2014, 47). Seu programa de auditório iniciava com a entrada dos jurados e o auditório cantando "E o presidente Médici, é coisa nossa", "E o presidente Geisel, é coisa nossa!"; e assim mudava o nome de acordo com o presidente em exercício. Essas ações, no final das contas, eram claras tentativas do empresário em obter mais concessão. Nos anos 1980, Silvio Santos criou o programa *Semana do presidente*. Todo esse esforço pró-regime não foi em vão. Cassada pelo governo, a Rede Tupi foi repartida entre Sílvio Santos, que criou o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e Adolfo Bloch, que criou a

⁵⁴ A Aerp estava ligada ao Ministério das Comunicações. Cf em Carlos Fico (1996) e em Thomas Skidmore (1998).

TV Manchete, considerados mais “dóceis” e “submissos” ao regime do que os concorrentes Jornal do Brasil e Editora Abril (Maia, 2014: 47; Leal Filho, 2004: 42).

Há de se considerar que o empresariado da área de comunicações que aderiu ao Golpe Civil Militar de 1964 se manteve numa situação privilegiada, principalmente no que diz respeito às concessões de novas retransmissoras de televisão, espalhadas por todo o país, o que permitiu o crescimento de redes (Maia, 2014: 47).

Viu-se, ainda no primeiro capítulo, que a TV Excelsior, do empresário Mario Wallace Simonsen, importante produtor de café, faliu nos anos seguintes ao Golpe, pois optou por apoiar o governo de João Goulart, sendo assim, não se manifestou em apoio ao novo regime. Aos poucos, essa emissora perdeu espaço na televisão, devido às perseguições sistemáticas. Essas questões empresariais devem ser levadas em consideração, e serão discutidas mais adiante. No caso da TV Cultura, apesar de ser pública, precisava atender, na prática, aos interesses do governador do Estado, de forma que era necessário estar de acordo com as perspectivas institucionais da gestão política administrativa estadual do momento.

Outro equívoco relacionado à imagem simplista sobre a mídia diz respeito à censura que sofreu durante o regime de exceção. Autora da obra *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*, Beatriz Kushnir analisou o processo de implantação da censura e atuação dos censores no Brasil no pós AI-5 até a implantação da Constituição Cidadã, em 1988. A autora mapeou os locais de atuação institucional das agências de censura no aparelho de Estado, a legislação sobre o tema, construídas no período republicano, e o cotidiano do DCDP (Departamento de Censura de Diversão Pública). Também analisou a trajetória do periódico *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã, acusado de colaborar com o regime. Uma das conclusões que chegou a autora é que a censura não era algo externo às redações, ao contrário, em muitos casos, era comum a prática da autocensura, além disso, policiais atuavam como jornalistas em muitos locais, de forma que não havia a necessidade dos censores oficiais.

O Decreto Lei nº 1.077/70, instaurado logo nos primeiros dias de janeiro de 1970, segundo Kushnir, legalizava uma prática que passaria a ser bastante comum e corriqueira nos anos de ditadura – a censura prévia. O serviço de censura, a partir da

promulgação do decreto, deveria antecipadamente analisar e aprovar todas as exhibições de cinema, teatro, shows, execução de discos, propagandas, anúncios e programas de televisão. E mais, proibia publicações nacionais e importadas incompatíveis com os objetivos gerais da nação naquele momento. Assim, utilizando a justificativa de resguardar a moral e os bons costumes, foi instaurado e normatizado o serviço de censura tanto no órgão central em Brasília, como nas delegacias regionais. Na prática, as regras da censura prévia praticadas a partir do AI-5 apareciam na forma de circulares enviadas às redações dos jornais (Kushnir, 2006: 520).

Ao conferir os relatórios da TV Cultura no mesmo período, constatou-se o seguinte informe:

As constantes mudanças de orientação, de exigências e de censores tumultuaram o cumprimento pelas emissoras de rádio e TV das normas baixadas pela censura. Entretanto, a partir de outubro de 1970, a Fundação conseguiu acompanhar as mudanças acima mencionadas tendo, mesmo recebido elogios da nova turma da Censura em São Paulo. No momento, todos os que participam ou podem participar, direta ou indiretamente, da produção estão sendo registrados na Censura. Convém ressaltar que a Fundação não goza de nenhum tratamento especial por parte da Censura, em relação às demais emissoras⁵⁵.

Ao que tudo indica, a TV Cultura, como qualquer outra emissora de televisão, passou a receber, no pós AI-5, os censores do DCDP de São Paulo para realizar cortes e fazer aprovação prévia de sua programação. Vemos ainda pelo trecho que, em outubro de 1970, meses depois da promulgação do decreto que sancionava a censura prévia, a emissora já estava apta para acompanhar as novas normas relacionadas aos procedimentos de censura, entre os quais é possível destacar a análise do conteúdo prévio da censura, que deveria ser assentido, bem como os nomes dos produtores e equipe de produção, que deveriam ser confirmados pelos censores paulistas. O documento também aponta que a emissora, até o momento, recebera elogios da “nova turma” – isto é, a nova equipe de censores que assistia à programação estava satisfeita com o que via – ou seja, tudo estava de acordo com a moral e os bons costumes.

⁵⁵ Relatório de Atividades de 1972. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

Como vimos, o estabelecimento da censura prévia significava ter as matérias analisadas por um censor na própria redação ou envio do material ao Departamento de Polícia Federal (DPF) da cidade ou à sua sede, em Brasília. Possivelmente, segundo o trecho acima, a emissora tinha seus próprios censores. Porém, apesar de ter sido exercido em diversas redações entre 1969 e 1978, o mecanismo complicava muito a tarefa de publicar notícias atualizadas – alma e objetivo da imprensa escrita e televisionada (Kushnir, 2012: 43).

Assim, além da censura prévia, no período de 1972 a 1975, foi criada uma nova estratégia do DPF para controlar as informações divulgadas pela imprensa. Conhecidos como “bilhetinhos”, os censores passaram a sistematicamente enviar recados às redações com instruções aos jornais sobre o que não deveria ser publicado. Geralmente, os “bilhetinhos” ficavam fixados nos murais dos principais telejornais. Para Kushnir, as intervenções do governo no controle das informações a serem divulgadas na grande imprensa aconteceram segundo duas estratégias: ou se tinha um censor na redação, ou se aceitavam esses informes e se realizava, nas redações, a autocensura. O trecho do relatório das atividades da TV Cultura nos informa que a emissora recebia censores. Porém, seria possível que o Departamento de Jornalismo da emissora recebesse os tais “bilhetinhos”?

Na TV Cultura, entre os anos de 1973 e 1974, foi possível visualizar uma certa “dança das cadeiras” no Departamento de Produção e de Cultura e no Departamento de Jornalismo. No ano de 1973, por exemplo, os principais assessores dessa área foram demitidos. No ano seguinte, há uma nova troca de pessoal e assumiu a seguinte equipe: “Chefes de departamento: André Casquel Madrid – Departamento de Coordenação e Produção; Orlando Duarte Figueiredo e João Walter Sampaio telejornalismo”⁵⁶.

A nova equipe de jornalismo assumiu junto com uma “... radical transformação nos critérios editoriais, mostrando absoluta isenção e comprometimento com a sociedade no trato da matéria jornalística.”⁵⁷

Segundo Laurindo Leal Filho (o Lalo), jornalista que trabalhou na emissora nesse período, os jornais da TV Cultura, talvez pela pouca audiência, tinham mais

⁵⁶ Relatório de Atividades de 1974. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

⁵⁷ Idem Ibidem.

liberdade de produção e, apesar de receberem a lista das proibições da censura federal – os conhecidos bilhetinhos – não o seguiam à risca como outras emissoras (Leal Filho, 2004: 46). Além do jornalista Lalo, trabalhavam nessa época na equipe de jornalismo, João Baptista de Andrade, Fernando Pacheco Jordão e Wladimir Herzog – eles criaram o *Hora da Notícia*, um telejornal convencional na forma, mas inovador no conteúdo, na medida em que mostrava ao telespectador paulistano a periferia de São Paulo e seus problemas. Por ter pouco dinheiro, o jornal procurava inovar em outras questões e acabava realizando um trabalho minucioso de pesquisa, apresentando, assim, reportagens com temáticas sociais, muito diferentes das outras emissoras que possuíam verbas para noticiar grandes eventos. Essas reportagens provocativas certamente incomodaram o governo do Estado de São Paulo.

A produção do programa passou, então, a receber telefonemas e bilhetinhos dos censores, que consideravam tudo que era produzido ali subversivo e incômodo à moral e aos bons costumes. Maria do Rosário Caetano (Caetano, 2004: 87) afirma que "o problema, para os censores de todos os tipos, é que essas matérias, qualquer que fosse o assunto, traziam sempre uma carga para eles indesejável de denúncia social, o retrato da miséria brasileira, e isso era, justamente, o que incomodava".

Após acúmulos de reclamações do comando geral da emissora e do departamento de censura o *Hora do Notícia* foi retirado do ar em 1974 e sua equipe substituída, como demonstra o relatório para o mesmo ano. Segundo Leal Filho,

A direção do jornalismo foi substituída e o novo diretor, Walter Sampaio, chegou dizendo que a censura da Polícia Federal estava abolida e que a “censura era ele mesmo”. A partir daquele momento até a palavra “pobre” estava vetada do noticiário porque, como todos sabiam, não havia pobre no Brasil (Laurindo Leal Filho, 1980).

Em relação à conjuntura nacional, para este mesmo ano, um mês antes da posse de Geisel, foram divulgados 26 tópicos proibidos de serem publicados em qualquer veículo de comunicação, seja impresso ou televisivo, para evitar censura prévia. Coincidência ou não, falar sobre as mazelas da população (incluindo-se aí a pobreza) não era permitido. Assim, ou se perpetrava a autocensura ou se conviveria com um censor na redação (Kushnir, 2012: 192). Talvez por isso, a direção da Fundação Padre Anchieta optou por alterar o quadro de técnicos do jornalismo.

Em 1975, no entanto, influenciados pela possibilidade da abertura política, Walter Sampaio foi substituído por Wladimir Herzog, que retornou ao jornalismo da tevê, agora como editor chefe. Após inúmeros incidentes e pressões externas, especialmente da Assembleia Legislativa de São Paulo e do jornal de serviços e vendas *Shopping News*, voltado para as donas de casa⁵⁸, Herzog foi preso e sucedeu-se a tragédia já analisada e discutida no primeiro capítulo.

A atuação de Walter Sampaio no Departamento de Jornalismo da TV Cultura não foi isolada. Kushnir aponta para outro aspecto importante discutido nos estudos recentes sobre os procedimentos de censura no Brasil no período da Ditadura Civil Militar. Esses trabalhos analisam o colaboracionismo de parte da imprensa com os órgãos de repressão no momento pós AI-5 (Kushnir, 2012; Fico, 2010; Maia, 1999). O que não significa dizer que não havia jornalistas comprometidos com certa ética e comunicação pública. Mino Carta no seu livro *O castelo de âmbar* (2000) comenta a relação que estabeleceu com os censores nos anos 1970 como editor chefe da revista *Veja* e da sua saída após a morte de Herzog, já que a revista, proibida de noticiar sua morte, fez uma bela homenagem em seu editorial sem citar seu nome.

A presença de artistas de esquerda integrando o quadro de funcionários de emissoras, como a Rede Globo, que contava com a presença de Dias Gomes, João Batista de Andrade (demitido da TV Cultura, passou a trabalhar no programa *Globo Repórter*), Eduardo Coutinho, Oduvaldo Vianna Filho, nas décadas seguintes também é um importante contraponto acerca da ideia de colaboracionismo direto das emissoras de televisão.

Contudo, a censura interna, autocensura e censura empresarial eram reais e muito comuns nos bastidores das redações dos jornais e nos departamentos de jornalismo das televisões. À época de exibição da novela *Bem Amado*, por exemplo, a Rede Globo decidiu incrementar o “padrão globo de jornalismo”, assim, além da qualidade técnica, foram contratados censores aposentados para realizarem possíveis

⁵⁸ Na Assembleia de São Paulo, o deputado Wadih Helú afirmava que a TV Cultura fazia propaganda do comunismo em vez de promover o Governo do Estado de São Paulo. Cf. em Paulo Markun (2005). Já no jornal *Shopping News* havia uma coluna assinada pelo jornalista Cláudio Martins Marques, que fez intensa campanha contra Herzog, acusando a emissora de ser pró-Vietnã. Chamou o então secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia José Mindlin de “secretário cor-de-rosa” e de “cripo-comunista”. Cf. Beatriz Kushnir (2012).

cortes nas novelas, seriados e outros programas. A ideia veio do diretor de produção, Walter Clark, que, cansado de receber os cortes dos censores nos capítulos da novela de Dias Gomes, optou por contratar Edgar Manoel Ericson e o coronel Paiva Chaves para “fazer ponte entre a emissora e o regime. Tinham boa relação e poderiam quebrar o galho quando surgissem problemas na área de segurança” (Clark: 1991, 228 apud Kushnir, 2012: 189).

No que se refere às redações de jornais impressos, as relativas ao grupo *Folha da Manhã*, da família Frias (*Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde* e outros) optaram pela autocensura por questão de sobrevivência. Segundo Boris Casoy, então editor chefe da *Folha de S. Paulo*, o Grupo Folha decidiu não enfrentar o regime e optou pela prática da autocensura. Nos idos de 1967, o grupo Frias criou uma agência de notícias que redistribuía as informações para todos os jornais do conglomerado. A partir de 1970 até 1982, o diretor da agência recebia os telefones da censura e repassava para as filiais do grupo. Era assim que os editores dos cadernos de notícia realizavam cortes nos textos. O grupo Folha da Manhã também criou seu próprio manual, baseado nos “manuais de comportamento”, enviado às diversas redações no dia 13 de dezembro de 1968, contendo o que deveria e o que não deveria ser publicado (Kushnir, 2012: 323).

A ferramenta da autocensura poderia ser maior ainda na televisão. Diferentemente dos jornais impressos, os canais de televisão eram concessões estatais. Tal situação criava expectativas negativas no empresariado desse setor, visto que o perigo de cassação dos direitos de transmissão ainda se fazia presente. Assim, nenhum empresário do setor queria arriscar. Nesse sentido, o *Vox Populi*, como veremos adiante, um dos primeiros programas a inserir a voz do povo no ar, só poderia ter saído de uma emissora pública que tinha pouca audiência. Mais do que isso, o governador de São Paulo, Paulo Egydio Martins, era da mesma linha política de Golbery⁵⁹, que junto com outros militares procuravam meios para assegurar uma certa abertura “lenta e gradual”. Diferente das televisões abertas, que, como vimos anteriormente, utilizaram diferentes mecanismos de autocensura para evitar possíveis constrangimentos com o governo federal.

⁵⁹ Golbery do Couto e Silva (1911 — 1987) ficou conhecido por ser um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional. Foi o principal responsável pela chamada política de distensão, que marcou o início do processo de abertura política, quando assumiu a Casa Civil no governo de Ernesto Geisel, em 1974. Sobre o processo de abertura política e a atuação de Golbery, Cf. Codato (2005).

Outro ponto a se considerar em relação à prática de autocensura relaciona-se ao fato de que tal estratégia não é ética com o leitor ou espectador. Segundo Kucinski,

[...] a autocensura determinou o padrão de controle de informação durante quinze anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura. A autocensura é a supressão intencional da informação ou de parte dela pelo jornalista ou pela empresa jornalística, de forma a iludir o eleitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas da intenção de esconder a verdade (Kucinski, 1998: 51)

Viu-se, portanto, que apesar de a censura não ter atuado de maneira uniforme durante os 15 anos da ditadura, havendo períodos de maior e de menor intensidade, trouxe consequências para o modo de se fazer notícia e criar a programação televisiva. A expansão mais acelerada de tal ação se deu no período mais obscuro pelo qual o país passou – do AI5, em dezembro de 1968, no governo Costa e Silva, até o fim do governo Garrastazu Médici. Durante o governo Geisel (1974-1979) foram verificados aspectos mais gritantes desse mecanismo de controle. Nesse período, as principais redações já estavam atentas aos manuais de comportamento e haviam criado estratégias próprias para lidar com os censores. Os veículos de comunicação que não compactuaram tiveram a difícil tarefa de aceitar a intromissão de censores na redação.

A partir de 1976, data em que se afirma o governo Geisel controlou a linha dura, houve uma clara diminuição de atividades relacionadas à censura, sem, contudo, eliminar definitivamente seus instrumentos de controle e proibição. Foi somente no final do governo Geisel e início do governo Figueiredo que a liberdade de imprensa foi restaurada no Brasil. No entanto, as marcas deixadas pelos anos de autoritarismo somadas às posturas das equipes de muitas redações de jornais podem ter contribuído para uma configuração bastante peculiar nos veículos de comunicação no Brasil – a tradição da reportagem estar sempre pendente da aprovação da direção do jornal. Assim, mesmo em tempos de liberdade e de redemocratização, os dispositivos regularizadores de inspiração centralizadora foram preservados na forma da chefia. Tal aspecto será abordado nas páginas seguintes.

Depois da expectativa criada em torno da abertura política anunciada no governo de Ernesto Geisel, algumas medidas foram tomadas no sentido de se levar adiante a redemocratização. Entre os decretos mais significativos criados nesse período tem-se o fim da censura prévia nos jornais, em 1975, e a extinção do AI-5, em 1979. Já no governo João Baptista Figueiredo, decretou-se o fim do bipartidarismo e aprovou-se a Lei de Anistia, com isso, a possibilidade da abertura política se ampliou. Outras medidas importantes foram tomadas no governo Figueiredo – eleições para governadores e ampliação da liberdade de imprensa televisiva ganhavam a atenção da população. Euforia para uns, não era expressão de consenso entre os grupos militares que atuavam nas Forças Armadas (Maia: 2014, 80). Tudo indicava que o regime de exceção estava chegando ao fim.

Em julho de 1979, o então ministro da Justiça Petrônio Portella criou o Conselho Superior de Censura (CSC), órgão formado por diversas entidades representativas da sociedade, responsável por estabelecer um diálogo com os censores do DCDP, especialmente no que diz respeito à produção cultural televisiva e cinematográfica, com o objetivo de fazer a transição para o fim da censura. Se antes imperava a proibição do conteúdo, com a criação do CSC, procurava-se discutir a classificação do que deveria ser publicado e/ou exibido. No ano seguinte, contudo, Petrônio Portella morreu e, em seu lugar assumiu o linha-dura Ibrahim Abi-Ackel. O então diretor da DCPD também foi substituído, entrando no lugar de Vieira Madeira a “historiadora pela Universidade de São Paulo e braço direito da censura política (o Sigab) em São Paulo, Solange Hernandez” (Kushnir, 2006: 535). Conhecida como Solange Tesourinha, a professora da USP ficou no cargo de 1980 a 1984 e foi responsável por inúmeros cortes e proibições de filmes e novelas⁶⁰. Sua posse significou para muitos um retrocesso. Como se pôde perceber, embora o governo acenasse para

⁶⁰ A censora em questão era bastante conhecida no meio artístico. Foi ela quem proibiu a exibição do filme *Pra Frente, Brasil* (1981), mesmo após ter sido liberado pelo CSC. Também foi musa inspiradora do cantor Léo Jaime, que escreveu *Solange*, em sua homenagem. Em entrevista, Aguinaldo Silva, escritor da novela *Roque Santeiro*, afirmou que incorporou os trejeitos de balançar as pulseiras ao decretar “tô certo ou tô errado” do personagem Sinhozinho Malta após ter conversado com Solange em Brasília. Era comum escritores e roteiristas de programas televisivos se encontrarem para acertar os “cortes” das edições. [citado 7 jan. 2016]. Disponível em <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/17/marca-registrada-de-sinhozinho-malta-em-roque-santeiro-foi-copiada-de-censora.htm>.

uma abertura política, setores mais conservadores insistiam em manter uma centralização das decisões da censura.

No bojo desse processo, a programação televisiva, apesar de manter uma estrutura conservadora na programação e no conteúdo, abriu-se para novas perspectivas e apostou na criação de programas mais críticos. A imprensa e a televisão continuavam sob o olhar vigilante do governo militar durante o período de abertura política, mas a exibição de alguns programas – desde as novelas, tais como *O bem amado*, e seriados, entre os quais *A grande família* e *Malu mulher*, e, especialmente, os programas jornalísticos, como o *Globo Repórter*, são sinais evidentes de que, mesmo com censura e autocensura, foi possível criar, na televisão, pequenos espaços de liberdade de pensamento.

A seguir busca-se apresentar os principais *talk shows* produzidos pelas televisões públicas e abertas nos anos finais da Ditadura Civil Militar no Brasil. É importante considerar a existência destes programas jornalísticos não como espaços de resistência ou símbolos de luta, mas como produto de uma sociedade que buscava ampliar o debate nacional, incorporando temáticas sociais e políticas na pauta.

2.3. Os programas de entrevistas na televisão brasileira nos anos finais da Ditadura

2.3.1. Vox Populi

Em março de 1976, o professor Soares Amora foi empossado presidente da Fundação Padre Anchieta. Apresentando uma proposta conciliadora em tempos de redemocratização e abertura política, o novo presidente da Fundação buscou, por um lado, implantar reformas administrativas na estrutura da tevê, submetendo, por exemplo, os departamentos de Cultura e Educação a uma Coordenadoria de Programação, visando unificar a grade e os programas emitidos pelo emissora, e, por outro, propôs a reformulação nos estatutos da fundação criando novas coordenadorias que seriam

escolhidas pelo presidente da Fundação em exercício e aprovadas pelo Conselho Curador (Lima, 2008: 118).

Em relação ao conteúdo, com o governador Paulo Egydio Martins (1975-1979) e seu secretariado, predominou uma certa tendência liberal na emissora⁶¹. Há, nesse sentido, maior autonomia dos departamentos de criação em especial o de Jornalismo.

Nesse contexto, Max Feffer⁶², então secretário estadual da Cultura, convidou Roberto Muiyler para elaborar um novo programa de entrevistas atraente à população. Ele, por sua vez, chamou o publicitário e diretor de teatro Carlos Queiroz Telles⁶³, para, juntos, criar o *Vox Populi*, um dos primeiros programas de entrevista produzidos no contexto da redemocratização, vencedor de prêmios como o Melhor Jornalismo pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1977; prêmio Sanyo, em 1978; e o de melhor programa de debates/entrevista da APCA, em 1982. O sucesso de crítica e público foi tão grande que algumas televisões educativas de outros estados passaram a pedir que o *Vox Populi* fosse exibido em sua programação. No relatório de 1978, ressalta-se que:

[...] em consequência da ampla divulgação e qualidade dos trabalhos realizados pela equipe de jornalismo, a TV Cultura passou a ter seus produtos jornalísticos consideravelmente conhecidos, até em âmbito nacional. A repercussão das entrevistas no *Vox Populi*, por exemplo, possibilitou contatos com outros centros de televisão e o resultado foi a exibição de várias dessas produções em outros estados⁶⁴.

O nome do programa fazia referência ao ditado em latim *Vox populi, vox dei* – a voz do povo é a voz de Deus. Seu título já indicava ao que vinha – evidenciar o cidadão comum e trazer sua dúvida, crítica e opinião diretamente para o entrevistado, sem intermédio de outro jornalista ou de um telefonista. Geralmente, o entrevistado da noite era uma personalidade que estava em evidência na área da cultura ou da política,.

⁶¹ Paulo Egydio Marin fazia parte do grupo de civis que apoiavam Geisel e a abertura política.

⁶² Max Feffer foi uma figura importante no meio cultural de São Paulo. Além de exercer o cargo de secretário da cultura e desenvolver importantes projetos na área da cultura, entre esses, o Festival de jazz de Campos do Jordão.

⁶³ Carlos Queiroz Telles (1936-1993) foi um dramaturgo importante do cenário cultural de São Paulo. Seu primeiro texto *A ponte*, escrito em 1958 foi encenado pelo grupo Teatro Oficina no mesmo ano. Em 1972, com a peça *A viagem*, Queiroz Telles é premiado como melhor autor pela Associação de Críticos de Arte (APCA). Completam sua obra *A heroica pancada*, *Um trágico acidente*, e o infantil *A revolta dos perus*, de 1985. Cf. em Gueira (1993).

⁶⁴ Relatório de Atividades de 1978. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

As perguntas, elaboradas pelas pessoas que passavam pelas ruas, eram feitas sem conhecimento prévio do convidado.

Na vinheta de abertura do Vox Populi, havia uma sequência de imagens com diversas pessoas nas ruas, ao fundo, sons de vozes entrecortadas, uma espécie de conversa, na qual não se identifica ao certo o que está em discussão. No fim da vinheta, se dava um close em uma pessoa que abria a boca e, então, surgia, da boca do cidadão, a palavra Vox Populi em caixa alta, como mostra a Figura 3.

Figura 3 –

Imagem inicial do programa *Vox Populi*

Fonte: <http://tvcultura.cmais.com.br/vox-populi>
[citado 20 fev 2016]

Figura 4 –

Primeiro anúncio do programa *Vox Populi*

Fonte: Lima, Jorge Cunha. Uma história da TV Cultura. Imprensa oficial do estado de São Paulo Cultura – Fundação Padre Anchieta: 2008.

Após vinheta de abertura, o apresentador do programa, Paulo Roberto de Andrade, de costas para o telespectador, apresentava um perfil do entrevistado, que também tinha a função de intervir para esclarecer dúvidas que viessem a surgir. O

cenário do programa era bem simples – havia uma cadeira, uma câmera e uma tela na qual apareciam os vídeos gravados dos transeuntes com as perguntas para o entrevistado da noite (conferir Figura 5). Ao ser questionado se o nome fazia referência ao ditado popular, Roberto Muylaert afirmou: “Sim, claro *Vox populi, vox dei*. Pra gente funcionava assim: voz do povo eram as perguntas da população. Mas o que talvez não saibam é que a *vox dei* era o apresentador, que ficava de costas.”

Entre as personalidades importantes que foram entrevistadas estavam Elis Regina, Chico Buarque, Lula, o antropólogo Gilberto Freire, o compositor Paulo Vanzolini, o cirurgião plástico Ivo Pitanguy, o cantor Aguinaldo Timóteo, entre outros.

Figura 5 –

Cenário do programa
*Vox Populi*⁶⁵

Fonte:
<http://tvcultura.cmais.com.br/vox-populi>
[citado 20 fev 2016]

Convidar pessoas para falar para as câmeras era uma prática nova no meio televisivo. Até aquele momento só o jornal *Hora da Notícia*, 1ª edição, da TV Cultura, comandado por Fernando Pacheco Jordão, havia realizado tal estratégia. Segundo conta João Baptista de Andrade, sua equipe frequentemente saía para a rua e perguntava às pessoas sobre o que pensavam acerca dos problemas mais recorrentes da cidade de São Paulo. Por exemplo, assim que Médici indicou Geisel para presidente, Baptista de

⁶⁵ Ao fundo, é possível constatar que a capa do *Jornal da Tarde*, que estampou a vitória do Brasil por 1 a 0 contra a Inglaterra, na Copa de Mundo de 1970, faz parte do cenário. Diferente da maioria dos jornais, ao invés de trazer para a capa a foto do gol da vitória, o JT optou por publicar essa sequência de fotos que estampam a reação de um anônimo torcedor. É uma capa emblemática, pois dá destaque para o cidadão comum brasileiro, tal como o *Vox Populi*, que tinha como proposta expor a opinião da população.

Andrade e sua equipe foram para o centro da Lapa, colocaram a câmera no tripé e solicitaram às pessoas para ler o telegrama que indicava Geisel como novo presidente do Brasil. Ao ler o que estava escrito, “a população já dava sua opinião sobre a entrada do novo presidente, assim, naturalmente. Foi uma experiência interessante. Era algo que pouca gente fazia” (Lima, 2008: 100).

Essa tradição de “ouvir as pessoas nas ruas”, foi, em grande parte, a medida do sucesso do *Vox Populi*. Ao realizar tal prática, o programa dava a oportunidade a uma parcela da sociedade de se posicionar. Eram operários, domésticas, moradores de bairros distantes, trabalhadores que apareciam no *Vox Populi* e falavam o que pensavam para o entrevistado. Tal estratégia conferia ao público uma certa identificação, era como se um igual estivesse ali, fazendo as perguntas que qualquer um queria fazer para aquela personalidade.

Também foi uma estratégia criada por Roberto Muylaert e Queiroz Telles para se livrar da perseguição dos censores. Segundo o ex-presidente da TV Cultura

[...] esse artificialismo todo – colocar as perguntas da população, fazer um cenário intimista, entrevistado sozinho na cadeira e apresentador de costas – era um disfarce para o programa não ser enquadrado pelos censores. Naquela época, ainda tudo tinha a ver com a política, com os militares. Então, a gente usava desses artifícios para dizer – olha, não é a tevê que está perguntando, não é um entrevistador, é o povo (Roberto Muylaert)

No que se refere à estrutura, os jornalistas que participaram de sua produção falam das dificuldades de se fazer o programa. A equipe de produção se preocupava em coletar as mais variadas e inusitadas perguntas e opiniões sobre e para o entrevistado da noite. Para tanto, procurava gravar em diferentes locações. Assim que chegava no lugar indicado, a equipe colocava o tripé com a câmera, dava o microfone para a pessoa que estivesse passando, e perguntava: “Você gostaria de fazer uma pergunta para...”. Tudo era gravado em 16 milímetros, e só depois de reveladas, as perguntas eram editadas para serem selecionadas para o entrevistado da noite. Para o jornalista Gabriel Priolli, que trabalhou no programa em 1980 e 1981, “a verba era pequena... Contávamos com a ajuda de outros jornalistas de outros veículos de comunicação e acho que por isso o programa foi rico, tínhamos que usar a criatividade para fazer um bom programa”.

Apesar de pertencer a uma emissora pública, que tinha pouca audiência, a relação do programa com os censores não era tão fácil. Muylaert relatou que já se pensava em chamar o Lula desde a concepção do programa, mas antevendo que tal entrevista seria cortada, optou por começar com “doçura” entrevistando a “queridinha do Brasil na época”, Regina Duarte – ela foi a primeira entrevistada do programa (o cartaz com a chamada dessa entrevista foi publicado no jornal *Estado de S. Paulo* e pode ser conferido na Figura 4). Em seguida, a equipe do *Vox Populi* convidou para o programa o secretário de Segurança Pública de São Paulo, o coronel Erasmo Dias. Muylaert se recorda que todos estavam bastante receosos com essa entrevista. “Todos estavam com medo de serem presos. O operador de câmera pediu para ser substituído, mas começamos o programa.”

E, finalmente, a entrevista no dia 17 de maio de 1978, com Lula, na época líder sindical, foi emblemática. Por pouco não foi exibida. Segundo Muylaert,

Lula estava começando sua carreira de militância, de líder sindical e, se não me falhe a memória, foi sua primeira entrevista para a televisão. Mino Carta até tinha feito uma entrevista para a revista, mas era a primeira na televisão. E então, para o Lula poder ser entrevistado começamos a mexer os pauzinhos. Fizemos uma reunião com o Paulo Egydio Martins que, por sua vez, conversou com o comandante do II Exército... O argumento usado era o de que seria muito bom para os militares essa entrevista, pois mostrava que não havia essa censura toda... O Paulo Egydio convidou o comandante do II Exército para assistir o programa lá no Palácio. Também foi o Max Feffer. E eu fiquei no estúdio domingo à noite esperando a hora do programa ser exibido. Então, quando faltava uma hora mais ou menos para entrar, chegou um militar, membro do corpo paraquedista – depois me contaram que era um paraquedista por conta da calça que estava usando – e ele chegou já falando: olha, a entrevista com o Lula não vai entrar, eu quero as fitas dessa entrevista. E eu, então, entrei em contato com o governador, que por sua vez ligou para o ministro da Justiça, na época era o Armando Falcão, lembra dele? Mas então, enquanto esperava a ligação levei o militar para conhecer a emissora e ele sempre falando – mas eu quero as fitas. Por fim, o ministro mandou o telex autorizando a exibição do programa e militar saiu muito bravo, “batendo as botas”. Só que na Tv Cultura, como ninguém assistia, o cara que colocava as fitas [o programador] no ar ele ia colocando na ordem e não tinha muito controle de horário. E, naquele dia, tal como em outro qualquer, tinha atrasado a programação. Ele foi colocando a programação em sequência. Então, quando deu oito horas da noite, horário da entrevista, eu tinha até colocado um anúncio no [jornal] *Estado de S. Paulo* para dar mais audiência né? E aí, na hora da entrevista com o Lula esse cara [o programador] colocou no ar um programa sobre moluscos... Aí foi

telefonema para todos os lados. Todo mundo me perguntando o que tinha acontecido. Então, eu fui até a sala do programador correndo e falei: não, essa fita não! Coloca a entrevista do Lula. O programa entrou sete minutos atrasado e muita gente achou que era por conta da censura, mas naquele específico era um problema da TV Cultura mesmo, que se atrapalhava com a programação. (Roberto Muylaert)

Vê-se por esse longo relato que os atos da censura ainda eram recorrentes mesmo com ampla discussão sobre a abertura política. O depoimento também revela o caminho da equipe de produção para realizar a exibição da entrevista com um líder sindical em pleno processo de redemocratização. Primeiro, Muylaert e Queiroz Telles realizaram uma reunião com o então governador. Usaram o discurso do dominante para obter autorização de Paulo Egydio Martins. Ele, por sua vez, reproduziu esse argumento para o ministro, que aceitou. Vê-se uma certa tensão entre os grupos que buscavam a redemocratização e outros que ainda optavam pela manutenção do regime militar.

O relato, por fim, aponta a existência de um descaso institucional para com a emissora. Dá a impressão que a TV Cultura estava abandonada pela gestão do Antônio Soares Amora. Em outro momento, Muylaert, inclusive afirmou que ninguém assistia ao canal – isso até foi usado como justificativa para criar o programa *Vox Populi*.

Vimos no primeiro capítulo, que, ao contrário do que aponta Muylaert, havia um enorme interesse pela TV Cultura. Mas, à época de exibição do *Vox Populi*, o entrevistado não era ainda presidente da emissora. Jacy Alves de Seixas (2001) em artigo sobre a relação história e memória nos alerta para o efeito da memória e suas intencionalidades. Segundo a autora, toda memória é uma reconstrução engajada do passado e desempenha, entre outras funções, um papel reivindicatório de direito ao reconhecimento sobre uma determinada ação. Assim, é importante considerar que há, no relato do Muylaert, uma intencionalidade – a de apresentar uma imagem de televisão negligenciada pelo governo do Estado, que não se preocupava com a audiência, e que foi completamente reestruturada em sua gestão. Aponta-se aqui para uma certa contradição em seu relato, visto que o programa conseguiu entrevistar personalidades do cenário nacional importantes mesmo sem ter audiência. De forma que, não pude deixar de intervir nesse momento durante a entrevista e perguntar: “mas se era uma televisão com tão pouca audiência, como vocês conseguiram levar um Chico Buarque, um Nelson Rodrigues?” Prontamente Muylaert me respondeu:

É verdade, mas, no fundo, esses programas sempre se tornam caixa de ressonância, sempre tem um retorno. E outra, estar ali era uma janela, uma oportunidade de falar numa época em que se começava a fazer programas assim. O *Vox Populi* era um dos primeiros programas de entrevista. A censura não gostava muito de programas de entrevista. (Roberto Mulyaert)

Em 1986, o *Vox Populi* foi substituído pelo *Roda Viva*, considerado a nova aposta da TV Cultura para o formato de entrevista, possuía estrutura semelhante ao *Vox Populi*, na medida em que propunha realizar entrevistas com personalidades significativas do país, no entanto, se diferenciava no método. Ao contrário do *Vox Populi*, que tinha um cenário intimista e escuro, no qual o apresentador se encontrava de costas para o público, no *Roda Viva*, há um cenário aberto e iluminado, uma verdadeira arena romana de debate, com diversos jornalistas e especialistas expondo-se num confronto de ideais e posições. Os tempos eram outros.

2.3.2. Abertura

"No dia 4 de fevereiro de 1979 às 22h30 estreava o programa Abertura, criado e dirigido por Fernando Barbosa Lima, que seria o primeiro passo do telejornalismo brasileiro para o chamado fim do silêncio da censura"⁶⁶, diz o texto do especial de Vizeu e Sargentelli sobre o programa da Rede Tupi.

⁶⁶ Especial sobre o programa *Abertura*, da Rede Tupi de Televisão, produzido pela TV Brasil. Produção: Carlos Aberto Vizeu e Osvaldo Sargentelli Entrevista: Flávio Cavalcante. [citado 7 jan. 2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K6HiGCpHXCc>.

Figura 6 –

Apresentador do programa,
Luiz Jatobá⁶⁷

Fonte: Baú da tevê.

Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=YahbxjiBWMo>

[citado 20 fev. 2016]

Em 1979, foi ao ar na TV Tupi o programa *Abertura*, produzido por Fernando Barbosa Lima, de entrevistas e reportagens com pessoas comuns “a fim de mostrar uma realidade brasileira que não estava no vídeo” (Silva, 2010: 125). O conceito era o de um programa sem quadro fixos, alternando entrevistas com personalidades do mundo da política, cultura, esportes com clipes musicais, recitação de poesia ou ainda imagens do e sobre o país. O conteúdo do que se discutia no programa, porém, ao contrário do seu formato, estava bem definido – procurava-se, em todos os blocos, discutir sobre as formas e possibilidades da abertura política. O programa frequentemente apresentava os problemas sociais do país. Destacam-se alguns nomes importantes que fizeram parte do projeto: Norma Bengell, Roberto D’Avila (repórter internacional), Glauber Rocha, entre outros.

O programa era exibido aos domingos no horário das 22h30 logo após o programa *Flávio Cavalcanti*, de grande sucesso de público. Também não entrava no mesmo horário que seu concorrente direto, o *Fantástico*, da TV Globo. A Tupi, naquela época vivia seus piores momentos, perdia concessões e não conseguia manter a folha de pagamento de seus empregados. Por isso, uma das estratégias do Fernando Barbosa Lima foi encontrar patrocinadores para o programa (Maia, 2014: 156).

⁶⁷ Jatobá era veterano locutor de rádio e apresentador de televisão, que também compôs o elenco do *Jornal de Vanguarda*. A voz grave era sua marca, anunciava as atrações e apresentava os editoriais do programa, sempre com tom provocativo.

Bastante diverso do *Vox Populi*, que possuía cenário fixo, com uma cadeira para o entrevistado e os vídeos com as perguntas dos transeuntes, o *Abertura* era gravado em diferentes locações. Realizavam entrevistas com personalidades políticas importantes, tais como o ministro da Justiça Petrônio Portella, mas também com pessoas que estavam na rua. Percebe-se que a iniciativa de dar “voz” ao homem comum marcou muito os dois programas; “estou devolvendo o poder ao povo” – era o bordão usado no programa acompanhado da entrega de um microfone (Maia, 2014: 164).

Geralmente, o *Abertura* começava com uma chamada "Atenção Rede Tupi de Televisão, atenção Embratel, ligação direta com todo o Brasil". A voz feminina anunciava que o programa estava prestes a começar. A câmera, então, dava um close num olho desenhado na parede e em sua íris aparecia um marcador de contagem regressiva – cada segundo intercalava o nome do patrocinador "Caixa Econômica Federal" e ao zerar apareciam as principais atrações daquela noite. Ao fim, era apresentada uma série de fotos das principais personalidades da política, esportes, literatura e música.

Ao som de um tambor, a vinheta de abertura do programa apresentava, em ordem cronológica, os presidentes do Brasil e, após a imagem de Figueiredo, surgia o anúncio "A Rede Tupi de Televisão apresenta Abertura", ao fundo o som da máquina de escrever com várias imagens do país e de personalidades públicas importantes.

Diferente do *Vox Populi*, o *Abertura* era considerado mais “ácido” e escrachado. O entrevistado podia, por exemplo, reclamar das perguntas que considerava grosseiras, já os entrevistadores questionavam as respostas que consideravam estúpidas. Entre os blocos do programa, Norma Bengell cantava ou recitava uma poesia. Também apresentavam, na entrada de cada quadro, recortes de imagens com figuras políticas importantes no período. Era uma grande miscelânea, com temáticas que discorriam sobre a mesma questão – a abertura política que o país vivia em 1979.

Não se pode deixar de comentar, por fim, que um programa como esse foi exibido porque o produtor Fernando Barbosa Lima foi pessoalmente a Brasília pedir autorização ao então ministro da Justiça Petrônio Portella para sua realização (Maia: 2014, 57). Ele, por sua vez, atendeu prontamente o pedido do produtor e ainda sugeriu

que o banco estatal Caixa Econômica Federal patrocinasse tal iniciativa. Novamente, vê-se a iniciativa de diversos setores do governo para ampliar o debate sobre abertura política.

Porém, ao contrário do *Vox Populi*, o *Abertura* teve curta duração. Em 16 de julho de 1980, devido aos vários problemas administrativos e financeiros, a concessão foi cassada pelo governo.

2.3.3. Outros programas de entrevistas

Outros programas no formato de entrevista também foram criados nesse período, entre eles *Canal livre*, da Rede Bandeirantes; *Crítica e autocrítica*, da mesma rede; *Sem censura*, da TVE. Sobre este último, a primeira edição foi ao ar em 1º de julho de 1985, das 13h às 15h, apresentado pela jornalista Tetê Muniz.

Figura 7 –

Márcia Peltier e a bancada do
Sem Censura

Fonte:

<http://tvbrasil.ebc.com.br/semcensura/bastidores/sem-censura-completa-25-anos>
[citado 20 fev 2016]

Como se vê pela Figura 7, a bancada do programa *Sem Censura* era em formato de semicírculo, assistido em 180° pela jornalista Leda Nagle. Por vários anos, o programa foi elogiado pela crítica e está no ar ainda hoje, ao vivo, de segunda a sexta-feira, às 16h. Uma marca importante do programa é que ele sempre foi coordenado e apresentado por mulheres.

O *Canal livre* surgiu em 1980, na TV Bandeirantes e foi uma tentativa de substituir o *Abertura*. Sob direção de Fernando Barbosa Lima, o programa era mais

sóbrio que o seu antecessor. No que se refere à estrutura e ao formato, o *Canal livre* possuía quatro jornalistas que se alternavam nas exibições do programa como apresentadores. No início eram Sebastião Nery, Tarcísio Holanda, Flávio Tavares e Tarso de Castro. Sargentelli participava de todos os programas fazendo perguntas em *off*, e lendo trechos da Declaração dos Direitos Humanos. Por fim, o programa contava com a participação de uma plateia, que tinha o direito de fazer perguntas. Novamente a ideia de convidar pessoas comuns para representar a população era usada como estratégia de conversação e identificação com o telespectador.

Passaram por lá figuras importantes do cenário político e cultural como: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Jorge Amado, Caetano Veloso, Darcy Ribeiro, Tom Jobim, Chico Buarque, Alceu Amoroso Lima, Vargas Llosa, Shimon Perez e Daniel Ortega.

Em 1987, a jornalista Marília Gabriela assumiu o programa. No ano seguinte, ela ficou à frente de outra produção, *Cara a Cara*, exibida até 1994, tornando-se uma das entrevistadoras mais conhecidas do país. A jornalista, inclusive, teve uma rápida participação como apresentadora do *Roda Viva* em um projeto que não obteve muito êxito. Ela foi apresentadora do programa entre 2010 e 2011; sob seu comando, o cenário ficou mais escuro e intimista, a bancada de jornalistas foi alterada e se estruturou no mesmo nível do participante. Além disso, exigiu que as entrevistas fossem gravadas.

Figura 8 –

Programa *Roda Viva* em 2010 sob direção e apresentação de Marília Gabriela

Fonte:
<http://tvcultura.com.br/programas/rodaviva/>
[citado 20 fev 2016]

Como se vê pela Figura 8, com a entrada de Marília Gabriela, o *Roda Viva* adquiriu novo formato; deixou de ser exibido ao vivo e passou a ser gravado, impedindo, por exemplo, a participação do telespectador, um ponto forte do programa. Essas alterações não agradaram o público. Além disso, o SBT exigiu exclusividade da apresentadora. O *Roda Viva* possui claras referências a esses programas de entretenimento, mas apresentou-se, desde sua concepção, como uma exceção da modalidade de entrevistas. Sua marca essencial é o diálogo estabelecido entre um entrevistado e vários entrevistadores. Outra marca representativa desse semanário é a possibilidade de receber jornalistas representantes de diferentes veículos de comunicação e, ainda, especialistas estabelecendo interlocução com o entrevistado. Nada mais comum, portanto, que, nas entrevistas do *Roda Viva*, haja conflitos de ideias e posturas, às vezes, diametralmente opostas.

Figura 9 –

Programa *Roda Viva*, 1987, entrevista com o empresário João Augusto do Amaral Gurgel

Fonte: Roda Viva 18 anos.

Entre os gêneros jornalísticos televisivos, os programas de debate são marcados pela troca de comentários acerca de um determinado tema e vinculam-se com a dimensão de esfera pública habermasiana, cunhado na obra *Mudança estrutural da esfera pública* (Habermas: 2003). Tal conceito, longe de ser consenso entre os estudiosos, estabelece, em linha gerais a relação entre opinião pública e controle do Estado. Segundo Habermas, a ascensão de novos grupos com acesso à leitura somada ao surgimento da imprensa e outros fatores criou condições ideais para a formação de uma esfera na qual os sujeitos são capazes de construir e manifestar uma opinião sobre assuntos de interesse geral. Para o autor, então, a opinião do sujeito dentro dessa esfera pública adquiriu uma função importante de controlar o exercício do poder público. Dessa forma, é possível afirmar que os programas jornalísticos de entrevistas, em muitos casos, reproduzem os debates públicos, sendo, então, importantes instrumentos de atuação da opinião pública. Veremos a seguir as principais características do programa e sua relação com a direção da Fundação Padre Anchieta.

2.4. *Roda Viva*, a redenção da censura

2.4.1 Sobre os depoimentos: decisões e perspectivas

As ponderações sobre a atuação dos sujeitos que participaram do *Roda Viva* ancoram-se em uma temática contemporânea intitulada história do tempo presente, que utiliza como método, entre outros, a história oral. Buscou-se analisar os depoimentos dos principais apresentadores do programa, bem como dos produtores, para ajudar na construção de uma memória que resgatasse uma imagem social do semanário e que possibilitasse, por sua vez, o confronto com outras fontes. Compreender as regras vigentes no interior do *Roda Viva* permite pontuar e entender melhor sua estrutura, linha editorial, decisões, escolhas e caminhos traçados pelos sujeitos que participaram de sua produção.

Assim, o relato memorialístico dos entrevistados será usado como estratégia para entender a lógica da TV Cultura. Nesse sentido, é importante ter noção das

possibilidades e limites desses depoimentos abordando-os como documentos construídos. Tal qual afirma Le Goff (1999), o relato pode ser entendido como um campo de luta do que é revelado e do que é esquecido, intencionalmente ou não. As escolhas feitas pelos sujeitos entrevistados daquilo que se escolheu destacar, por mais que não sejam intencionais, fazem parte do esforço de se perpetuar no futuro uma autoimagem. O desafio de uma pesquisa que acessa os depoimentos orais como fonte está na capacidade de confrontar essas visões com outros documentos.

A história oral é uma fonte de inovação, um ganho – “rememorar, lembrar, são processos de reflexão que constroem uma memória não só pessoal, mas também coletiva e social, um testemunho” (Halbwachs, 2004; Pollak, 1999 apud Kushnir, 2012: 60). Este trabalho, portanto, parte do pressuposto de que as entrevistas com os jornalistas que trabalharam no programa podem preencher lacunas deixadas pelas fontes escritas, mas também considera a memória como um objeto de estudo.

O historiador, nesta metodologia, acaba sendo responsável não só por confrontar os depoimentos, como também mobilizar perguntas visando resgatar e estabelecer conexões com as memórias dos entrevistados. Registrar essa produção de relatos se configura no trabalho de transcrever um discurso até então preso às transmissões entre as gerações, muito restrito à intimidade dos sujeitos envolvidos. O historiador torna públicas essas histórias particulares confrontando-as com uma memória oficial.

Habermas (1984) pondera que, entre as relações que permeiam a sociedade moderna civil, a noção de liberdade de imprensa é o resultado dos embates pela autonomia da esfera pública burguesa ante o Estado. A imprensa pode ser analisada como o canal de pressão e expressão dos conflitos sociais. Os sujeitos que atuaram na produção das matérias jornalísticas são moldados segundo o lugar onde se encontram. E, principalmente, com os interesses de quem a percebe como mais um serviço, um negócio.

O acontecimento, isto é, aquilo que se deseja estudar, é dinâmico e se dá numa rede complexa de situações de curta e curtíssima duração com ação de sujeitos que, muitas vezes, têm posturas ambíguas e contraditórias. Busca-se analisar o funcionamento do programa sobre a sua prerrogativa interna, mas também verificar as

possíveis intervenções da direção da Fundação Padre Anchieta e até mesmo a possibilidade de existência de uma censura mascarada sob a forma de linha editorial. Ver-se-á a seguir como a proposta inicial do programa, de ser plural, desmistificar o entrevistado e contribuir, assim, com a democracia, aos poucos foi alterada. Assim, embora o *Roda Viva* mantenha o mesmo cenário e estrutura, adquiriu novo tom e estilo, alterando assim sua configuração original.

2.4.2. Breve panorama político do Brasil e de São Paulo no ano de estreia do *Roda Viva*

O quadro geral na política brasileira em 1986 era mais ou menos o seguinte: já fazia dois anos que o Brasil tinha, em sua cadeira de presidente, um civil eleito indiretamente. Em São Paulo, Franco Montoro terminava seu mandato de governador, após vencer o pleito da primeira eleição direta para o cargo, após 20 anos de Ditadura Civil Militar. Era o ano de eleições estaduais e tudo indicava a vitória de Orestes Quércia, também do PMDB.

Os festivais de cinema brasileiro ganharam enorme visibilidade, assim como os programas de entretenimento – novelas e seriados – passaram a ser censurados de acordo com a classificação e não mais por conteúdo, como era há 15 anos. O PMDB obteve a maioria das cadeiras no Congresso. O partido passou a ser responsável por 54% das cadeiras, sendo o principal articulador no projeto de revisão da constituição. No ano seguinte, liderou a Assembleia Nacional Constituinte, com ampla participação pública. Em todo o país, os plenários pró-participação popular na Constituinte estavam se estruturando. No que diz respeito à economia, o novo presidente, José Sarney, anunciava o Plano Cruzado. A possibilidade da redemocratização política estava mais próxima que nunca. Apostava-se também numa virada econômica, já que o novo plano de contenção de gastos ganhava relativo sucesso.

Legalmente, a censura que sustentou o regime militar no poder acabou, com a promulgação da Constituição em 1988, de forma que, nos três primeiros anos de exibição do *Roda Viva*, o DCDP ainda respondia pela exibição dos filmes, peças teatrais e programas televisivos. A Divisão de Censura Federal, em 1988, foi substituída pelo

Departamento de Classificação Indicativa, que passou a recomendar horário e limite de idade para a programação na televisão e limite de idade para as salas de cinema. Por exatos vinte e quatro anos, seis meses e quatro dias, os veículos de comunicação impressos e televisivos sofreram processos de censura.

2.5. O projeto do programa

Ao assumir a presidência, em 1986, Roberto Muylaert foi designado para uma importante função “fazer da TV Cultura uma emissora a serviço da comunidade e limpar a pecha do jornalismo chapa-branca”⁶⁸. Até então sua experiência com televisão estava limitada ao projeto *Vox Populi*.

Vimos anteriormente que Muylaert realizou importantes mudanças na estrutura da Fundação. Sua gestão investiu no aperfeiçoamento da recepção do canal. Ele também promoveu uma revisão do estatuto da Fundação, inserindo um novo dispositivo – apoio cultural – que possibilitava a entrada de patrocinadores. Visando tornar a televisão mais competitiva decidiu convidar o produtor Roberto de Oliveira para coordenar novos projetos para a emissora, que, por sua vez, convidou Valdir Zwetsch para dirigir o jornalismo, ambos já tinham experiência com televisão aberta. Todas essas mudanças trouxeram contribuições significativas para a TV Cultura.

Também foi na sua gestão que a grade de programação foi alterada, após a entrada de importantes programas, entre os quais o *Roda Viva*. Veremos a seguir como se concebeu o projeto de um programa jornalístico de entrevistas com a função de substituir o *Vox Populi*.

Após longas reuniões, os recém-empossados produtores decidiram fazer um programa de entrevistas, “[...] com jornalistas dos principais órgãos de imprensa, que botassem contra a parede um entrevistado do primeiríssimo time de qualquer área da

⁶⁸ Em entrevista concedida à autora no dia 11 de maio de 2015, Roberto Muylaert falou sobre o período que foi presidente da emissora. É possível conferir o roteiro de perguntas feitas para o ex-presidente da FPA no Anexo I desta tese.

vida nacional – política, economia, sociedade, esportes, cultura, ciência [...]”, lembra Roberto de Oliveira.

A ambição, segundo o primeiro apresentador do programa, Rodolpho Gamberini, era transformar o *Roda Viva* no principal espaço de discussão de grandes temas nacionais: “Todos nós sabíamos que não bastava ser um entrevistado relevante; era preciso fazer uma entrevista relevante. Os temas teriam de ser polêmicos e aprofundados a ponto de arrancar confissões, fatos inéditos e gerar notícia”.

Mas como fazer isso? Após inúmeras reuniões o então diretor de jornalismo da TV Cultura Marcos Weinstock chegou a uma conclusão: era necessário inserir o entrevistado em uma arena, cercado por entrevistadores e outros representantes da sociedade “como se fosse um gladiador entregue aos leões”, diz Rodolpho Gamberini. A equipe de produção precisava colocar em prática essa concepção, considerada de difícil execução, já que não havia um plano fixo nem eixo definido.

Decidimos que, em vez de horizontal, como manda a regra, o eixo do programa seria vertical. O entrevistado ficaria sentado numa cadeira giratória no centro do programa. Os entrevistados em volta, num plano acima e no andar superior a plateia de convidados, uma espécie de claque para esquentar o clima. A arena seria dividida em três gomos e com espaço entre eles para o posicionamento das câmeras. Dessa forma, para qualquer lado que o entrevistado virasse, a câmera estaria de frente para ele, como se estivesse apontada uma artilharia. Para que o espectador de casa pudesse ver o cenário por inteiro e se situar em relação à ausência de eixo, uma das câmeras ficaria numa grua, o que possibilitaria maior liberdade de movimentos. (Roberto de Oliveira)

Tem um ponto importante na concepção [do programa] que é riquíssimo, que é [...] você tinha três câmeras fixas mais uma grua e depois se instalou uma em cima do meu desenho, então, são cinco câmeras que estão filmando. A grua pode fazer movimento durante as filmagens e coisas do tipo. Mas, para o telespectador, é sempre o entrevistado e os entrevistadores – é sempre pergunta e resposta – então, eles me chamaram para fazer algo para quebrar essa dinâmica de plano e contraplano. (Paulo Caruso)

Figura 10 –

Primeiro croqui do programa

É possível ver, pelo desenho, o lugar do entrevistado, no centro de uma arena redonda, cercado por entrevistadores. Os produtores pensaram em três eixos focais usando três câmeras e uma quarta câmera que ficaria em cima do entrevistado a uma altura de 11 metros.⁶⁹

Fonte: *Roda Viva* 18 anos.

Nos primeiros programas, a bancada de entrevistadores era muito grande – havia em torno de 10 entrevistadores. A equipe de produção constatou que era difícil contemplar toda a bancada. Assim, o número de entrevistadores diminuiu para nove. Hoje, a bancada é composta de seis a sete indivíduos. É possível constatar a existência de mais dois círculos nos primeiros anos de exibições do programa, além do círculo no qual se localizava o âncora e os entrevistadores, havia um para a plateia e outro para os convidados do entrevistado. O terceiro círculo foi retirado no início dos anos 1990.

Com o objetivo de expor o entrevistado, buscava-se inseri-lo em um ambiente deliberadamente hostil. Além da bancada dos entrevistadores estar posicionada numa superfície mais alta que a do entrevistado, Augusto Nunes, apresentador do programa entre os anos 1987 e 1988, afirmou que ele e a bancada de jornalistas eram orientados a não conversar com o entrevistado minutos antes de começar o programa. A ideia, segundo Nunes, era “deixar o entrevistado incomodado, mesmo antes de começar o programa”.⁷⁰

⁶⁹ Cf. *Roda Viva* 18 anos.

⁷⁰ Entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2015.

Figura 11 –

Imagem da câmera de cima do programa

Destaque para o cenário no programa Golfo Pérsico Especial – debate, que foi ao ar no dia 15 de janeiro de 1991.⁷¹

Fonte: *Roda Viva* 18 anos.

A tecnologia disponível na época muitas vezes corroborava para prejudicar o desempenho do entrevistado. Como não havia microfone sem fio, caso o entrevistado virasse somente para um lado para se dirigir aos jornalistas, facilmente ele ficaria “enrolado” ao fio, travando assim, sua cadeira. Como ele não sabia disso, e em meio às inúmeras perguntas, geralmente, os entrevistados ficavam paralisados e os telespectadores, muitas vezes, não entendiam muito bem o que estava ocorrendo. Foi o caso, por exemplo, da primeira entrevista do programa com o ministro Paulo Brossard. Ao ficar travado pelo fio do microfone, o copo de água que estava ao seu lado caiu em sua roupa. O ministro da Justiça, molhado, passou a responder às perguntas “de forma

⁷¹ Em entrevista, Muylaert comentou que a ideia de fazer um debate surgiu após a equipe encontrar dificuldades para definir o entrevistado da semana. Valdir Zwetsch e Muylaert tiveram a ideia de promover um debate sobre um tema que estava sendo amplamente discutido. Cf. *Roda Viva 18 anos*.

bastante hostil. Ele se embananou com a pergunta da Eliane, que era simples e ninguém entendia o motivo”, relembra Augusto Nunes.⁷² Só quando chegou o intervalo, a equipe de produção foi limpá-lo.

Tal situação, um tanto cômica, destaca uma característica importante do programa – a ideia de ser ao vivo. Segundo Gamberini, o objetivo de o programa ser ao vivo era

[...] captar as emoções do entrevistado sem máscaras ou qualquer coisa relacionada à edição. A gente também buscava pegar alguém do momento e trazer os temas que estavam em discussão. O [programa] "ao vivo" contribuía para dar mais emoção e veracidade à entrevista (Rodolpho Gamberini)

Paulo Caruso rememora:

Na entrevista do Millôr Fernandes, por exemplo, ele está tomando uísque, os jornalistas estão fumando. Isso dava uma descontração natural e ficava mais relaxado. Era a oportunidade para o entrevistado falar sobre sua vida (Paulo Caruso).

Vimos pelos relatos acima que um dos objetivos de se realizar o programa ao vivo era provocar emoção no telespectador. Segundo os apresentadores, esse elemento proporcionava garantia de audiência do público. De fato, uma importante função da bancada de entrevistadores era promover o confronto de ideias com o entrevistado. Por isso, geralmente, a equipe de produção escolhia jornalistas e especialistas com opiniões diferentes das do entrevistado. Paulo Caruso comentou:

[...] uma entrevista muito marcante foi com o Brizola⁷³. Eu estava lá quando o jornalista Lenildo Barbosa Pessoa, do *Estado de S. Paulo*, perguntou para ele como se sentia sabendo que o Fidel Castro o chamava de *el raton*... O Brizola deu uma risada e começou a falar: rato é você que habita os porões da ditadura, é você que tem essas pernas peludas de rato, o telespectador está vendo não tem ninguém com mais cara de rato que tu! E tinha uma bancada de entrevistadores importantes, tinha o Mino Carta e eu fiz um desenho que era a bancada de entrevistadores e na minha frente as orelhas do Mickey Mouse, porque o jornalista não falou mais nada a entrevista inteira. (Paulo Caruso)

⁷² Entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2015.

⁷³ *Roda Viva* exibido em 8 de junho de 1987.

Figura 12 – Mino Carta, Brizola e as orelhas do Mickey Mouse ⁷⁴

Fonte: Acervo pessoal de Paulo Caruso, que gentilmente cedeu imagem.

A respeito dessa entrevista, Rodolpho Gamberini também comentou que foi marcante, pois retirou o microfone e estava pronto para apartar um eventual confronto direto entre Brizola e o jornalista do Estado. Ele também recorda que:

[...] depois que passou esse enfrentamento, os dois, figuras muito inteligentes, não partiram para um confronto direto, é claro, e o programa seguiu. E, num dado momento eu recebo das telefonistas um recado de um jornalista amigo, o Alceu Nader, que está agora em Brasília, mas ele dizia no bilhete que o Lenildo estava certo sim. Ele tinha viajado para Cuba e conversou com o Fidel e ele fez exatamente a pergunta de Lenildo. (Rodolpho Gamberini)

Os comentários acima dizem muito sobre a imprevisibilidade de se fazer um programa ao vivo. Vemos pelos depoimentos que o embate entre o entrevistado e o jornalista poderia ter sido trágico. Os relatos também revelam a forte interação com o público. O âncora recebeu, minutos depois da discussão entre o jornalista e Leonel Brizola, um recado do amigo que comentava a situação.

⁷⁴ Cf. *Roda Viva 18 anos..*

Quando o programa estreou, em 1986, eram telefonistas que anotavam as perguntas do público; a partir de 1993, com o advento da internet, os telespectadores passaram a enviar e-mail à produção. Durante o programa, o apresentador recebia as perguntas, as agrupava por assunto e escolhia uma representativa daquele tema. No decorrer das entrevistas, é comum o apresentador dizer, por exemplo, “separamos aqui uma série de perguntas sobre esse tema, vou ler para vocês...” ou ainda “esse tema justamente foi mencionado pelos telespectadores, que querem saber...”. Esse momento proporciona uma interação importante e estabelece um dos propósitos do programa, o de ser uma arena de debate ampla e irrestrita.

Em artigo sobre a relação entre telejornalismo, conversação e democracia, Fernanda Maurício da Silva (2011) procurou discutir o modo como o público é incluído nas práticas conversacionais do *Roda Viva*. Segundo a autora, a inclusão em entrevistas jornalísticas pode ocorrer a partir de três níveis de envolvimento: o nível pleno – quando a pessoa aparece e participa; o nível oculto – quando aparece e não participa e, por fim, o nível representativo – quando o telespectador não aparece, mas participa do debate, como é o caso do *Roda Viva*. Para a autora, apesar de o programa trabalhar com a esfera da representatividade, concede ao telespectador um espaço reduzido no acesso ao debate, uma vez que a troca se dá num único turno da fala. O papel do público e, por conseguinte, sua intervenção no programa, se restringe a um ou dois blocos. De forma que não há possibilidade de retrucar a resposta, reivindicar uma explicação mais ampla, discordar, complementar a pergunta e, ainda, promover um debate – situação, que, a princípio, é assegurada no programa. Assim, segundo Silva, o papel do público no *Roda Viva* está mais para encenação do que o acesso real e igualitário.

De fato, o programa, apesar de criar um ambiente plural e neutro, no qual se busca discutir ideias, na prática não consegue atingir esse objetivo. Isso não ocorre somente com o público. Em muitos casos, até mesmo os entrevistadores ficam impossibilitados de realizar a réplica ou tréplica após a resposta do entrevistado. Os âncoras que passaram pelo programa foram unânimes ao afirmar que um dos principais problemas do *Roda Viva* é que, em muitos casos, não há continuidade de assunto, já que os próprios entrevistadores disputam entre si o espaço para fazer suas perguntas.

Muitas vezes não há continuidade do debate, porque os jornalistas em casa ensaiam sua pergunta e querem fazê-la de qualquer maneira. Às

vezes, eles não prestam atenção no que está se discutindo e o assunto muda rápido. (Paulo Markun)

Eu participo como desenhista, mas, às vezes, quando são desenhistas sendo entrevistados ou alguém ligado à área, eu participo como entrevistador. E eu sinto a diferença, a dinâmica é outra. Para você fazer uma pergunta, teu coração palpita, então, você tem criar um momento para fazer a pergunta no meio dos outros que também estão perguntando... E aí, quando o cara começa a responder, se você está nervoso, você não escuta a resposta dele, você não sabe se está sendo contemplado ou não. (Paulo Caruso)

Antes de começar o programa, a gente sempre oferecia para o entrevistado da noite guaraná e sanduíche, né? E eu sempre aparecia para receber o convidado. E, quando chegava, eles falavam para mim: "É você está me jogando na toca dos leões!" E eu respondia: "Você está enganado, um jornalista anula o outro, pode ficar tranquilo!" E, na saída, eles falavam: "Você tem razão". (Roberto Mulyaert)

Vê-se, então, pelos depoimentos, que a ideia de ser plural, visando inserir diversos representantes da sociedade – jornalistas, especialistas e ainda as perguntas do público – em muitos casos, prejudicava o andamento da entrevista. Assim, ao invés de conhecer as opiniões da personalidade convidada, é comum observar uma disputa entre os próprios entrevistadores, que desejavam se sobressair durante a entrevista. Geralmente, cabe ao apresentador mediar essa disputa e promover o equilíbrio das perguntas, dando prosseguimento à entrevista de maneira clara e objetiva.

2.5.1. Os âncoras do programa

Em vinte anos de exibição, vários apresentadores passaram pelo *Roda Viva*. Alguns trabalharam por pouco tempo no semanário, como foi o caso de Rodolpho Gamberini e Roseli Tardelli, inclusive, uma das poucas mulheres apresentadoras, outros construíram uma carreira profissional e até hoje seus nomes estão, de alguma maneira, associados ao programa, como Matinas Suzuki, Heródoto Barbeiro, Augusto Nunes e Paulo Markun.

Tabela 7 – Apresentadores do programa *Roda Viva*⁷⁵

Apresentador	Período
Rodolpho Gamberini	1986-1987
Tonico Ferreira	1987
Augusto Nunes	1987-1989
Jorge Escosteguy	1989-1994
Rodolfo Konder	1990-1990
Roseli Tardelli	1994
Heródoto Barbeiro	1994-1995
Matinas Suzuki	1995-1998
Paulo Markun	1998-2008
Lílian Witte Fibe	2008-2010
Marília Gabriela	2010-2011
Mario Sérgio Conti	2011-2012
Augusto Nunes	2012- Atual

Os mediadores são figuras essenciais para o sucesso ou o fracasso de um programa, visto que eles são os responsáveis por estabelecer o vínculo com os telespectadores.

Em muitos momentos, o apresentador se dirige diretamente ao público, usando o eixo olho-a-olho, convocando-o para participar do debate. Também é função do apresentador interromper as discussões e chamar para um rápido intervalo, geralmente com expressões como "a gente volta já"; "voltamos num instante com o *Roda Viva*". O mediador também controla o tempo de fala dos entrevistadores e do entrevistado, bem como a ordem dessas falas. Geralmente adota frases como: "professor, nosso tempo acabou, você tem mais 30 segundos para fazer a pergunta"; "gostaria de passar a palavra para o jornalista...". Também é o responsável por convidar os telespectadores para realizarem perguntas: "nós estamos aqui com a nossa telefonista, que está anotando as perguntas dos telespectadores". O apresentador é a autoridade institucional do programa é para ele que os indivíduos que estão na arena se reportam. Nos bastidores, pode acumular a função do editor chefe.

⁷⁵ Cf. *Roda Viva 18 anos*.

De 1998 a 2003, era só o apresentador do programa. A pauta era feita pelo diretor de jornalismo, o Marco Antônio Coelho, e sobre a qual eu não tinha interferência. Opinava quando ele me perguntava ou então sugeria nomes. Mas, de modo geral, a decisão era da direção de jornalismo. Eu me limitava a entrevistar o convidado da noite. Em 2004, quando o Marcos Mendonça entrou na presidência, eu pedi para dirigir o programa. E ele me perguntou em que condição e eu falei que queria ter liberdade e autoridade para mudar a equipe e montar uma nova, que respondesse ao meu comando. E teve mais empenho na produção, na minha percepção, claro. Teve uma renovação da equipe e houve, principalmente, a busca para fazer um programa que tivesse mais vinculação com assuntos de momento, de um lado, sem perder essa característica que era que questões como ciência e tecnologia e literatura, que já estava na pauta desde o Matinas [Suzuki], continuassem. Fiquei três anos nessa condição. Geralmente, a equipe fazia a reunião de pauta na segunda-feira e fechava o entrevistado com uma semana de antecedência. Isso pode mudar dependendo da disponibilidade do entrevistado, da agenda da semana ou da urgência de qualquer outro tipo de evento. (Paulo Markun)

Tenho uma lista de 50 possíveis nomes de entrevistados e o ano tem quase isso de semana – fora os que vão surgir de acordo com a notícia do momento – então são pessoas que não foram entrevistadas ainda. Eu também tenho uma lista de 70 nomes de entrevistadores, jornalistas e especialistas. Pego isso envio para a produção, que começa a fazer os contatos. (Augusto Nunes)

Fica evidente que, dependendo da situação, o apresentador acumula funções dentro do programa. Assim, além de apresentar e mediar as entrevistas, ele trabalha com a equipe de produção sugerindo possíveis nomes de entrevistados. E, em alguns casos, pode ser editor chefe do programa. Rodolpho Gamberini, Jorge Escosteguy, Matinas Suzuki, Heródoto Barbeiro e Paulo Markun ocuparam esse cargo⁷⁶. Atualmente, Augusto Nunes é um dos chefes da equipe de produção.

Nesse sentido, é plausível supor que a gestão do âncora do programa impõe a sua personalidade ao projeto. Assim, cada apresentador marcou, com a sua postura profissional e linha editorial, o perfil do programa.

⁷⁶ Durante as entrevistas, os apresentadores Rodolpho Gamberini, Heródoto Barbeiro, Paulo Markun e Augusto Nunes relataram que atuaram como editores chefes do *Roda Viva*. Sobre Jorge Escosteguy, Rodolpho Gamberini afirmou que o âncora trabalhava com muita liberdade no programa, e atuava, na prática, como editor chefe.

2.5.2. O cartunista Paulo Caruso

Além do mediador outro importante participante no programa é o desenhista Paulo Caruso. Convidado a participar do programa desde sua concepção, Caruso tem a função de dinamizar o debate e ilustrar com charges o momento mais interessante, as falas de maior repercussão. Além de levar humor, os desenhos comportam críticas, possivelmente pela especificidade do próprio gênero "charge". Em entrevista à pesquisadora, Caruso comentou:

Desde o começo, a concepção do programa foi do Marcos Weinstock, que fez o cenário e pensou nessa forma de arena romana, e do jornalista da Band Valdir Zueti, que me convidou para, a partir do momento em que eles já tinham feito o número zero [refere-se ao programa piloto feito com o cineasta Roberto Santos]. Quando ia começar o programa, eles acharam que poderiam ter algo para quebrar um pouco essa dinâmica de perguntas e respostas com desenhos e aí me convidaram. Então, eu comecei, eu não sei exatamente qual foi o programa... eu tenho a impressão de que foi o do Paulo Brossard. Eu sei que, quando comecei, a estrutura era outra, não tinha uma câmera fixa para mim, tinha uma grua que se movimentava pelo estúdio e, às vezes, me filmava; em outras vezes, as câmeras faziam contraplano entre mim e grua mostrava o desenho. A partir de um certo momento, foi instalada uma câmera em cima dos meus desenhos. (Paulo Caruso)

Sobre as escolhas do chargista em relação ao que desenhar, ele respondeu:

Ao longo dos anos – e faz trinta anos que eu estou lá – eu fui desenvolvendo uma técnica que eu acho que é meio como um malabarista do sinal que fica exercitando a capacidade de agilidade de fazer a coisa e isso foi me conduzindo nessa direção de demorar o menos possível para realizar uma ideia. E, na dinâmica da edição do programa, que é "ao vivo", se você demora um pouco para fazer a imagem, os próprios câmeras e o diretor de estúdio acham que mudou o assunto e já não se sentem mais à vontade para colocar um desenho que foi de um assunto passado e essa é a minha briga, porque primeiro eles mostram um desenho que está se fazendo e não um desenho pronto e segundo mostram os desenhos para quebrar essa dinâmica da pergunta e da resposta, que é sempre a mesma coisa, monótona. O desenho bom é o desenho vivo, quando eu estou assinando o desenho já está morto. (Paulo Caruso)

As autoras Fernanda Mauricio Silva (2010) e Jair Fernandes de Melo Santos (2005) analisaram o modo de endereçamento de vários programas de entretenimento e de entrevistas jornalísticas. Segundo as autoras, as charges têm diferentes funções e

significados na lógica estruturante do *Roda Viva*. Em primeiro lugar, elas ilustram, com humor, o diálogo que se dá entre os entrevistadores e a bancada. Além disso, os desenhos fornecem um novo enfoque para o que está em discussão, sugerindo, inclusive, um viés pessoal sobre o que se passa no debate. Por fim, conferem ao próprio Caruso um lugar privilegiado de fala no programa, uma vez que seus desenhos emitem uma opinião sobre a entrevista que está em evidência durante todo o programa. A opinião do cartunista, portanto, ocupa lugar privilegiado no debate (Santos: 2005, 78 apud Silva: 2010, 107).

Observou-se como se deu o processo de concepção do *Roda Viva* e os elementos principais que compõem a sua lógica estruturante – cenário, bancada com diferentes jornalistas e especialistas, ao vivo, a existência da figura do âncora, que atuava como mediador e apresentador. Esses elementos dizem respeito ao gênero do programa, tom, estilo e endereçamento – conceitos que serão abordados a seguir.

2.5.3. O gênero jornalístico do *Roda Viva*

Na TV, a categoria telejornalismo abrange várias subcategorias: telejornal, documentário, reportagens especiais, entrevista, programa de debates, *talk show*. Há ainda as episódicas, tais como plantão, retrospectivas de fim de ano e dos espetáculos midiáticos. O jornalismo está presente também em programas híbridos, alternando ocorrências com subcategorias ficcionais, educativas e apresentações artísticas: programas de variedade e revistas eletrônicas são exemplos dessas subcategorias.

Pensando em subcategorias no jornalismo, podemos enquadrar o *Roda Viva* como um típico programa jornalístico de entrevista e debate. Jean-Jacques Jaspers na obra *Jornalismo televisivo* (1998) caracteriza a entrevista pela capacidade de ser destinada a fazer emergir uma informação, esclarecê-la e midiaticizá-la (Jaspers, 1998: 149). Diferentemente do jornalismo impresso, a entrevista na televisão não só transmite a mensagem verbal, como também expõe a intimidade do entrevistado, por meio de formas de comunicação não verbais, mas igualmente importantes: as expressões corporais, faciais, de entonação, figurino e maquiagem. O entrevistador de televisão, se

for competente, tem a habilidade de “tirar do entrevistado mais do que ele gostaria de dizer.” (Lima, 2003: 84)

Para Jaspers, há dois tipos de entrevistas televisivas – a factual, cujo principal objetivo é comprovar a veracidade de um relato jornalístico, e a retrato, que pretende revelar aspectos da personalidade do entrevistado. Os dois tipos de entrevista são observáveis no *Roda Viva*, sendo a factual mais comum nos anos 1980 e 1990 e a intimista muito frequente nos anos 2000. O autor afirma, por fim, que há dois tipos de entrevista do ponto de vista da produção; a entrevista de estúdio, que pode ser gravada ou ao vivo. Geralmente, essas entrevistas seguem uma pauta vinculada à cobertura dos fatos do dia ou agenda pública e política. O *Roda Viva* se enquadra nesse formato. Além dele, as entrevistas podem ser ao vivo nas ruas. Conhecida como "o povo fala" ou enquete, na qual se formula uma mesma pergunta para diferentes pessoas do público. Vimos anteriormente que esse recurso foi usado recorrentemente nos anos de redemocratização do Brasil em telejornais diários e até mesmo no *Vox Populi* e no *Abertura*.

Ainda em relação ao gênero "entrevista" é importante considerar que está incluído em sua estrutura o momento de conversa. Ao definir-se como conversação, geralmente os programas de entrevista convocam o telespectador para um movimento de proximidade com o entrevistado, como se pretendesse que a conversa ali encenada se assemelhasse às praticadas no cotidiano. Numa análise da história da conversação, Peter Burke (1995) salienta que o significado do termo latino para conversação “*conversatio*” aproximava-se da ideia de “intimidade”, uma vez que ressaltava relações sociais entre as pessoas.

Entretanto, no *Roda Viva*, há um limite para essa intimidade. Como o programa também se propõe a ser um debate, o momento de “conversa”, cuja marca é a intimidade com o entrevistado, fica suprimido pela necessidade de expor as ideias do entrevistado. Segundo Souza, “é o número de pessoas que cria o debate, diferentemente da entrevista, que pode ser produzida com apenas um entrevistador e um entrevistado” (Souza, 2004: 144). Geralmente, o primeiro nível de perguntas para o entrevistado está no campo informativo, mas, em seguida, caso a resposta do entrevistado não satisfaça a bancada de jornalistas segue-se uma nova etapa de perguntas, no formato

especulativo/argumentativo, e é isso que transforma o programa de entrevista para debate, já que o entrevistado precisa recomeçar sua fala apresentando um novo argumento. Essa marca é tão característica que os telespectadores que assistem ao programa já possuem informações básicas sobre o entrevistado. Em muitos casos, o público que assiste ao programa não está só interessado em se informar sobre um determinado tema, mas quer saber como o entrevistado da noite vai se sair diante do embate com a bancada de entrevistadores.

Nessa perspectiva, é possível enquadrar ainda o *Roda Viva* na categoria de debate opinativo, visto que é um espaço de troca de opiniões – mais que informar, o programa busca extrair do entrevistado opiniões sobre um determinado assunto. Em muitos casos, o entrevistado da noite está envolvido em alguma situação que foi exaustivamente comentada em outros veículos de comunicação. O *Roda Viva*, então, dá oportunidade ao entrevistado para se esclarecer melhor sobre um determinado assunto.

Muitos estudos sobre o programa têm analisado as entrevistas e debates em termos de influência política, usando, para tanto, o corpus documental dessa área de conhecimento. Um importante trabalho que vai nessa direção é a dissertação de mestrado de Renata Palumbo (2008). O objetivo da autora é analisar os processos de referenciação, do ponto de vista argumentativo, do debate político organizado pelo programa *Roda Viva* transmitido em 15 de julho de 2005, cujos debatedores, deputados e senadores, integrantes da CPI dos Correios, estavam divididos em dois grupos partidários: a oposição, formada por representantes dos partidos PFL, PPS e PSDB, e os governistas, do partido do PT. Já Maria B. Souza (2004), analisou a cobertura da crise política do governo Luís Inácio Lula da Silva realizada pelo *Roda Viva* para entender sua contribuição na consolidação do debate democrático no país. Segundo ela, o programa teve uma cobertura diferencial em relação ao restante da mídia no tratamento da crise, por possuir uma estrutura diferencial em relação aos demais veículos de divulgação das outras televisões abertas. O *Roda Viva* trouxe diferentes atores sociais para compor a banca de entrevistadores e, ainda, ofereceu a possibilidade de o telespectador participar com perguntas ou comentários aos entrevistados. Além disso, como estava menos preocupado com a urgência da informação e mais preocupado com a gravidade da situação, o programa abordou o tema enfatizando sua complexidade, abrindo, portanto, espaço para discussão e reflexão. Ela ainda constatou que os debates

conduzidos no programa nesse período extrapolaram o momento da entrevista,. As declarações feitas no *Roda Viva* pelos atores envolvidos na crise foram publicadas em diferentes veículos de comunicação momentos depois. No entanto, a autora não investigou quais eram as intenções da produção ao levantar esse tema para discussão. Também não discutiu o formato e a estrutura do programa e como tal fator contribuiu para a realização de um amplo debate.

2.5.4. Endereçamento

Entre 1999 e 2007, a Fundação Padre Anchieta realizou pesquisas Ibope para identificar os telespectadores da emissora. Procurava-se construir um perfil do público da TV Cultura de acordo com faixa etária, sexo e classe social. Com esse material, foi criada uma tabela de custo de veiculação dos programas de acordo com a grade de programação⁷⁷. Segundo essa pesquisa, homens acima de 40 anos compunham 44% da audiência do *Roda Viva*. Em relação à classe social, 58% são AB, 30% C e 12% DE. Em relação à audiência, o programa alcançava 2-3 pontos no Ibope; média muito baixa para os padrões televisivos de maneira geral, ficando atrás, por exemplo, das tevês Globo, SBT, Record e Bandeirantes.

Como foi observado no primeiro capítulo, a TV Cultura foi criada para atender as demandas educativas. No entanto, também nasceu vinculada a um grupo social e político que insistia na necessidade de a emissora ser uma alternativa aos chamados “programas popularescos”, tendo, inclusive, uma missão civilizacional. Assim, ao mesmo tempo em que apresentava em discursos oficiais a necessidade de dialogar com a população e levar cultura e entretenimento, usava, na prática, uma linguagem erudita e culta, muito distante da realidade do público que se pretendia atingir (Leal Filho, 1988: 35). Vê-se por esses dados que o grupo social que assiste ao programa faz parte de uma elite paulista. Nesse sentido, o *Roda Viva* é mais um exemplo de como a emissora, apesar de se preocupar em produzir programas educativos, na prática, atende as demandas de um público específico.

⁷⁷ O livro e a pesquisa Ibope se encontram no Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta. Uma cópia da tabela de custo e da programação está anexada ao final da tese. Cf. Anexo V.

Alguns fatores ajudam a explicar o perfil do público do programa. O primeiro diz respeito ao horário, apesar de ser exibido em uma faixa nobre (às dez da noite), ainda assim, é considerado tarde para o trabalhador brasileiro (o ideal seria mais cedo). Outro ponto importante diz respeito ao formato do programa, isto é, o seu tom e estilo. A combinação desses dois fatores constitui um modo de análise na área de comunicação chamado endereçamento. Trata-se de compreender os programas jornalísticos de entrevistas enquanto unidades televisivas que estabelecem relação com a audiência por meio de seus elementos constitutivos⁷⁸. Dentro dessa perspectiva, cenários, mediadores, assuntos tratados, recursos visuais, gráficos e sonoros e posição na grade de programação são escolhas que vão formar a identidade do programa. Esse conjunto de fatores estabelece, no fim das contas, o vínculo com o público e garante, portanto, audiência.

O estilo do programa tem o efeito de trazer um reconhecimento por parte do espectador; é, portanto, o produto do programa e o público não só reconhece, como também se identifica com tal princípio. No *Roda Viva*, a personalidade convidada é o principal fator que contribui para se garantir audiência. É o entrevistado que permite a identificação e empolgação com o telespectador, mas não só. Como foi observado anteriormente o âncora e a exibição "ao vivo" também contribuem para aumentar ou diminuir a audiência.

Geralmente, o *Roda Viva* começa com um texto de abertura que traz as informações sobre o que será discutido. No início, o mediador realizava a leitura desse texto, e, a partir de 1994, com a entrada de Matinas Suzuki, a equipe de produção optou por fazer um vídeo com narração em *off*. A estratégia usada pelo programa é apresentar o assunto que será tratado e a temática na qual se insere o entrevistado. Nesse momento, há uma espécie de pacto com o telespectador. Em entrevista, Rodolpho Gamberini afirmou:

Na minha época, os critérios jornalísticos usados para levar um entrevistado ao *Roda* era pegar pessoas que estavam na “crista da onda”. Ou seja, quem está aparecendo na mídia essa semana, esse mês, essa época. E a gente buscava a figura que, de alguma forma,

⁷⁸ Cf. Fernanda Maurício Silva (2009). Williams, Raymond (1969). Wolf, Mauro (2005).

estava envolvida em um tema importante. Não precisava ser só político, mas tinha que ser um tema da agenda.

Heródoto Barbeiro também comentou que:

O primeiro período do *Roda Viva* tinha uma expressão, uma importância muito grande para a sociedade. Foi o período de maior fecundidade, especialmente por causa da quantidade de pessoas polêmicas convidadas para fazer o programa e a quantidade de pessoas polêmicas convidadas para compor a bancada de jornalistas. Não tinha como – se um tema estava na mídia em discussão, certamente seria levado para o programa.

Fica evidente, pela fala dos jornalistas, que um importante critério usado pela equipe de produção a respeito de quem seria convidado relacionava-se à agenda midiática de outros veículos de comunicação. Buscava-se convidar pessoas que tinham relação com os temas amplamente abordados em outras mídias, pois um dos objetivos era expor, debater e, com isso, desmistificar uma temática que estava em pauta, seja de cunho social, político, cultural.

Contudo, aos poucos, esse critério foi modificado. Em entrevista, o apresentador Paulo Markun comentou:

Depois de um tempo começamos a receber muita oferta de editoras, principalmente de São Paulo – a Cia das Letras, Boitempo e do Rio. Às vezes o Senac também. Mas, então, [as editoras falavam] vai chegar o filósofo fulano de tal ou o cientista tal e isso era uma das vertentes de pauta. E isso passou a integrar o trabalho naturalmente.

Matinas Suzuki, convidado pelo então diretor de jornalismo Marco Nascimento para substituir o Heródoto Barbeiro, em 1994, comentou:

Eu fui convidado pelo Marco Nascimento, mas precisava conversar com a equipe da Folha, pois, era jornalista e não pretendia me desvincular do jornal. Então, perguntei para o Marco Nascimento se tudo bem ser só o jornalista e não produtor como eram os outros apresentadores do programa. E ele disse que tudo bem. Depois, tinha um problema, que era como os convidados dos outros jornais reagiriam ao fato de ter alguém que era da Folha coordenando a bancada, sendo que a gente era concorrente do dia a dia e a solução encontrada foi enquanto eu estou no *Roda Viva* eu sou do *Roda Viva* e, para a minha surpresa houve uma compreensão muito grande de

todos os jornalistas, entrevistei, inclusive, o Ruy Mesquita. (Matinas Suzuki)

Sobre a organização da pauta, Suzuki comentou:

Eu lembro que quando eu entrei eu achei que a pauta do *Roda Viva* estava muito centrada para a política institucional, estava assim muito voltada para ministros e eu acho que [apesar de] cumprir uma agenda importante, precisava de uma coisa mais viva de jornalismo, intercalada com essas entrevistas mais políticas. Então, a gente mudou um pouco a dinâmica da pauta, tanto é que, muitas vezes, a gente só decidia quem seria entrevistado lá pela quinta-feira. Eu passei a convidar entrevistados, por exemplo, que vinham ao Brasil para o lançamento de livros.

A mudança de perfil da pauta, comentada pelo Matinas Suzuki, acabou modificando os temas da agenda que seriam trazidos para o centro do debate. Assim, ao utilizar o release das principais editoras de São Paulo e Rio de Janeiro, abandonando, cada vez mais, temáticas da política institucional. Heródoto Barbeiro afirmou:

O programa caiu num debate só de temas acadêmicos. Os entrevistados e os entrevistadores eram acadêmicos e isso não fazia sentido em um programa que se consolidou tratando de assuntos sociais, de temas que interessavam à sociedade. Não que os assuntos acadêmicos não sejam importantes, mas, muitas vezes, parecia um debate de pessoas que ficavam ali, defendendo suas teses.

Os estudos de endereçamento apontam que o estilo e o tom são elementos essenciais para se estabelecer o vínculo com o público. Assim, nas décadas iniciais de exibição do programa, a equipe estabeleceu um vínculo com o telespectador convidando figuras “do momento”, ou seja, indivíduos que dialogavam com a notícia. Inclusive, o relatório Ibope para os primeiros anos do *Roda Viva* indicava média de 11 pontos, ficando atrás, na Grande São Paulo, somente da TV Globo⁷⁹. Nas décadas seguintes, contudo, o endereçamento foi alterado. Possivelmente a inclusão de temáticas acadêmicas e culturais contribuiu para a diminuição do vínculo imediato que se estabelecia com o grande público, contribuindo assim para uma eventual alteração do perfil do telespectador, mais voltado agora para as classes AB.

⁷⁹ Relatório de Atividades de 1989. Arquivo Centro de Memória Fundação Padre Anchieta.

A mudança de endereçamento também tem muita relação com outro conceito importante em comunicação – a ideia de *agenda-setting*. Veremos a seguir como se dá esse efeito no *Roda Viva*, quais os seus atributos, condições e implicações.

2.5.5 Agenda política – setting

Um dos elementos que compõem o processo de seleção das entrevistas do *Roda Viva* é a ideia de agenda política ou *setting*. Criada nos anos 1970 pelos professores Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw (1972), a hipótese do agendamento, como ficou conhecida a teoria, analisa a influência dos *mass media* na agenda pública como um ator intermediário entre a esfera pública e os cidadãos. Parte-se do pressuposto de que o público tende a conferir importância a temas que refletem de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa a acontecimentos, problemas e pessoas.

Pode-se dizer que há três tradições de pesquisa sobre agenda *setting*. A primeira linha de investigação, criada com o estudo de McCombs e Shaw, procura investigar a relação entre agenda da mídia e agenda pública; são estudos que buscam compreender a influência dos meios de comunicação acerca do que as pessoas pensam. A segunda linha de investigação, chamada, agenda *setting* político (policy) trata de investigar como a mídia interfere na agenda governamental enfatizando determinadas notícias em detrimento de outras e realizando pressão social para a escolha e hierarquia de temas na agenda governamental. Por fim, alguns estudos dessa área investigam a agenda da própria mídia; são pesquisas que procuram entender o processo de construção da agenda dos meios de comunicação. Isto é, como determinados assuntos viram notícia e outros são ignorados. Ao definir certos assuntos políticos como relevantes, acabam, então, dando foco naquilo que o público deveria conhecer. (Dearing, 1992; Rogers, 1992 apud Mesquita, 2008: 35-46)

No Brasil, a literatura sobre o impacto da mídia e seus efeitos mais sutis está ainda muito voltada para a análise de situações específicas – geralmente eleições. Há poucos estudos que analisam o efeito de conteúdo de uma determinada mídia e a atenção que ela dá a determinados temas. Um dos objetivos do capítulo é compreender

como ocorre o processo de escolha do convidado do programa, já que, como foi constatado, é um importante elemento de aproximação e identidade com o público-alvo.

A equipe de produção se pautava por uma agenda para compor os participantes do programa – tanto o entrevistado quanto os entrevistadores nos primeiros anos de exibição do *Roda Viva*. Mas qual a fonte de notícia usada para conhecer e compreender essa agenda? A equipe se baseava nas notícias das agências de relações públicas, aceitava opiniões da assessoria de imprensa dos governos ou buscava informações de uma mídia independente para convidar os participantes? No caso do *Roda Viva* inicialmente, a equipe de produção buscava certa independência na produção, assim, evitava qualquer relação com o governo ou instituição que o representasse.

A gente queria tirar essa marca de jornalismo chapa-branca no começo, né? Então, o programa era sinônimo de jornalismo independente. Eu criei o *Roda* para ser a redenção da televisão. Ali podia tudo. As outras emissoras não podiam falar mal dos seus patrões. A Globo não podia falar do Roberto Marinho ou de algum aliado seu – todo mundo ali tinha rabo preso. Felizmente na TV Cultura, como era pública e, naquela época – eu não sei hoje – mas naquela época nem [Franco] Montoro, nem [Orestes] Quécia entraram no meu caminho..Então, a gente deixava ir no *Roda Viva* e ali eles falavam mal de todo mundo aqui. (Roberto Mulyaert)

Eu vi, por exemplo, esses dias uma reprise da entrevista com o Millôr Fernandes [cartunista] e tinha uma dinâmica [...] ele falava de coisas, inclusive, a crítica dele à televisão, que era uma coisa que parece que hoje em dia ficou meio vedada ou dirigida num contexto em que você não pode ferir interesses seja da emissora, seja dos jornais concorrentes – tem uma coisa que ficou mais veladas... as entrevistas antes tinham mais liberdade. (Paulo Caruso)

Como era muito jornalista na bancada, as opiniões, os fatos apresentados vinham, literalmente de todos os lados. Evidente que a gente buscava uma pessoa polêmica com a bancada polêmica. Com isso se desenrolava um programa com muitas opiniões e pontos de vista. A entrevista com o Ronaldo Caiado⁸⁰, por exemplo. Bom, a

⁸⁰ A entrevista com Ronaldo Caiado, então presidente da União Democrática Ruralista (UDR), foi a segunda do programa *Roda Viva* e ocorreu no dia 6 de outubro de 1986. Estavam presentes os seguintes jornalistas: Carlos Azevedo, da TV Cultura; Dermmy Azevedo, da editoria política da *Folha de S. Paulo* e editor da revista *Tempo e Presença*; Anamarcia Vainsencher, editora do suplemento agropecuário do DCI; José Carlos Cafundó de Moraes, editor do Caderno Agropecuário do jornal *O Estado de S. Paulo*; Rubens Zaidan, correspondente de *O Globo* em Ribeirão Preto; Dirceu Martins Pio, do *Jornal da Tarde*; Jorge Escosteguy, editor responsável da revista *Isto É*; Paulo Markun, da TV Record. [citado 7 jan. 2016]. Disponível em:

gente fez questão de convidar jornalistas de esquerda e opositores. (Rodolpho Gamberini)

Na época, lembro que não tinha internet rápida como temos hoje, a equipe de produção fazia uma coisa que eu achava essencial para o programa dar certo; a equipe fazia um dossiê sobre o entrevistado, era uma coisa de 200 páginas e ajudava muito a bancada. A equipe pesquisava tudo sobre o entrevistado já realizado pela imprensa brasileira. (Matinas Suzuki)

Percebe-se pela fala dos jornalistas que determinados elementos contribuíam para a formulação da agenda do programa. Nos primeiros anos de exibição, por exemplo, a equipe de produção tinha independência de escolha do entrevistado e dos temas. Ao que tudo indica, o programa não sofreu interferência, por exemplo, das gestões dos governos do Estado de São Paulo, nesse sentido, uma pauta baseada em uma assessoria institucional era pouco provável. O que não significa afirmar que ela não existisse. Rodolpho Gamberini afirmou:

Em uma das primeiras reuniões de pauta com o Roberto de Oliveira, o Valdir Zwestsch e a Vera Sá [da equipe de produção] falaram que queriam convidar o governador Franco Montoro para abrir os trabalhos do programa com “chave de ouro”. Na hora eu falei – mas, gente, ele não! Como a gente vai tirar a pecha de chapa branca da emissora chamando o cara que representa o governo? Bom, depois de uma certa discussão, decidiu-se convidar alguém do Judiciário para discutir censura, a liberdade, direito de greve. (Rodolpho Gamberini)

Como vimos, uma marca importante do programa está na composição de uma bancada plural, com jornalistas representantes de diferentes meios de comunicação. De forma que é possível afirmar que a equipe de produção se pautava nas informações advindas das grandes agências de notícias, pois, no limite, a própria equipe de produção já tinha, de certa maneira, tradição e experiência com esses veículos de comunicação. Além disso, o programa convidava jornalistas da grande imprensa.

A análise de vinte anos de programa indica que a grande maioria dos entrevistadores que representa a esfera jornalística era do *Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*, dois jornais de grande circulação nacional. Em relação às revistas, as

análises indicaram *Isto É* e *Veja* como líderes de periódicos que encaminhavam jornalistas para o programa (conferir Tabela 8).

Tabela 8 – Entrevistadores do programa *Roda Viva* por veículos de comunicação que representam por década

Período	Jornais					Televisão			Revistas			
						Pública		Aberta				
	FSP	ESP	O Globo	Outros	Rádio	TV Cultura	Outra		Veja	Carta Capital	Isto É	Outras
1986-1990	14	16	6	12	9	12	4	4	3	0	8	12
1991-2000	34	36	13	16	12	16	8	6	9	5	5	10
2001-2006	20	23	9	15	14	16	9	7	2	2	4	12
Total	68	75	28	43	35	44	21	17	14	7	17	43

Fonte: Entrevistas programa *Roda Viva* (1986-2006). FSP e ESP são siglas para os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

Figura 13 – Entrevistadores do programa *Roda Viva* por veículos de comunicação que representam por década

Entrevistadores por veículos

Conforme se vê no quadro acima, embora o programa procure convidar jornalistas de diferentes órgãos de comunicação, não se considerava a imprensa alternativa, de forma que o *Roda Viva* se pautava numa agenda midiática tradicional.

Os relatos acima, portanto, indicam que o programa possuía certa independência no que diz respeito à ingerência do governo de São Paulo ou de interesses empresariais. Temos que considerar também que o clima político em 1986 era de abertura. Roberto Muylaert foi o primeiro presidente da Fundação do contexto de redemocratização. Então, não cabia, naquele momento, criar um programa jornalístico vinculado ao governo de São Paulo, logo as notícias que pautavam o programa e os debates travados naquele espaço não sofreram qualquer tipo de censura. O próprio

presidente da Fundação Padre Anchieta, naquele momento, buscava consolidar uma marca de autonomia jornalística para a TV Cultura e para o programa.

Os autores Seaton (2003) e Cohen (1999) afirmam que, quando surgiram as primeiras televisões públicas, boa parte delas era dedicada a programas de entrevistas e debates, nesse sentido, essas televisões buscavam se constituir em uma esfera pública eletrônica que apresentava possibilidades para a consolidação da democratização. Muitos debates travados nas televisões públicas buscavam educar e informar o público. Assim, a estratégia da conversação estava na capacidade de inserir na discussão representantes de diferentes esferas sociais – jornalistas, representantes da cena pública e sociedade civil, caracterizada na forma dos telespectadores. Essa historiografia afirma que, entre as contribuições dos programas jornalísticos de entrevista, estava especialmente a cobertura de temas sociais e políticos nos momentos de transição governamental. Foi o caso, por exemplo, das primeiras eleições diretas para presidente. O *Roda Viva* convidou o maior número possível de candidatos e se tornou um espaço importante não só para conhecer figuras e personalidades até então incógnitas, mas também seus projetos para a sociedade democrática que se configurava.

Por fim, ao ser questionado sobre o programa hoje, Roberto Mulyaert respondeu:

Sobre o *Roda Viva*, eu acho o seguinte, tudo que está na televisão há muitos anos não é bom. Porque não teve uma renovação. O programa, para mim, significa um *déjà vu*, está visto aquilo. Veja bem, em 1986, em plena abertura e redemocratização, naquela época não só fazia sentido fazer um bom programa de entrevista jornalística, como fazer daquele jeito. Ele era atual, naquela época, era o programa de entrevista – o programa – [ênfatisou novamente]. Era o programa que todos queriam e procuravam ver tanto pela relevância do entrevistado, dos temas discutidos, daquela estrutura aberta, plural, com um monte de jornalista de todos os veículos. Ele era a personificação e a redenção da redemocratização. Agora, hoje? O que é o *Roda Viva* hoje? Eu se fosse fazer um programa de entrevista faria uma coisa mais tête-à-tête – com um entrevistador inteligente e um entrevistado relevante. (Roberto Mulyaert)

Ficou evidente que os criadores do programa, Roberto de Oliveira, Marcos Weinstock, Valdir Zwetsch e Roberto Mulyaert, em meio ao processo de abertura política, fim da censura e ampliação dos direitos sociais, procuraram transpor

determinados valores democráticos ao *Roda* inserindo, por exemplo, o entrevistado em um círculo rodeado de jornalistas de diferentes veículos de comunicação. Eles estavam menos interessados na urgência da notícia e mais no aprofundamento do tema, constituindo-se num espaço público mediatizado. Contudo, como já comentado, ao longo dos anos, outras prerrogativas passaram a ser importante na constituição da agenda do programa. Falamos há pouco sobre a inserção dos releases das editoras na pauta para escolha de entrevistado. Além desse, outros fatores passaram a ser levados em consideração. Augusto Nunes, sobre as interferências da gestão da Fundação Padre Anchieta, comentou: “A mulher do Marcos Mendonça trabalha, atua muito no meio cultural e ela sempre sugere nomes para o *Roda*. Recentemente, ela me falou da Niède Guidon e fizemos uma entrevista maravilhosa”.

Esse relato diz muito sobre a subordinação do programa à direção da Fundação. Vê-se que uma importante arqueóloga e paleontóloga brasileira, responsável pela Fundação Museu do Homem Americano foi indicada para ser entrevistada pela esposa do então diretor da Fundação Padre Anchieta, Marcos Mendonça, e não dentro da lógica tradicional, na qual a escolha do convidado da noite se dava na reunião de pauta. Mesmo sendo uma sugestão e não uma prerrogativa ou imposição, tal situação é reveladora de como a equipe tem que lidar cotidianamente com as interferências de indivíduos alheios às atividades jornalísticas da tevê. Outros relatos são emblemáticos, pois mostram uma gerência muito preocupada com a gestão do governo do Estado. Paulo Caruso comentou:

Uma vez eu saí no meio do programa; estava sendo entrevistado um político de que eu não lembro o nome agora . E, bom, lá pelas tantas, fiz um desenho dele no mar de lama – um desenho até clássico sobre as falcatuas dos políticos. Mas a câmera não mostrava o desenho. E eu apontava, mostra. E o “câmera” falou “não posso, a direção vetou”. Eu saí no meio do programa. (Paulo Caruso)

Paulo Markun também comentou que, em meio à crise política do Partido dos Trabalhadores (PT)⁸¹, precisou desconvidar José Dirceu; Heródoto Barbeiro, o âncora mais crítico que já passou pelo programa, comentou que sua saída, em 2010, teve

⁸¹ Em 2005, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então deputado federal Roberto Jefferson, em entrevista à Folha de S. Paulo, afirmou que os deputados receberam propinas do Partido dos Trabalhadores (PT) para aprovar o projeto de reforma da previdência.

relação com perguntas sobre os pedágios paulistas feitas ao então candidato à presidência pelo PSDB, José Serra. Por fim, Matinas Suzuki comentou:

Havia algumas sugestões do [departamento de] jornalismo e da produção da TV Cultura e sugestões minhas, que eram analisadas ali pela Fundação e a última palavra era da Fundação (Matinas Suzuki)

Atualmente o programa faz parte de um jogo político e de interesses. É perceptível que a direção executiva da Fundação Padre Anchieta na figura do diretor exerce influência direta no programa, que busca, por um lado, mais audiência, mas prefere, por outro, ausentar-se de debater temas de utilidade pública – seja na área econômica, política, social e cultural – que entram em confronto direto com a gestão do Estado. Regina Mota (2004) em artigo comenta sobre as características da televisão pública, baseadas em três aspectos fundamentais: a natureza jurídica, as formas de financiamento e o controle público sobre o serviço. Segundo a autora, o termo “público” causa enorme confusão, pois muitas vezes é confundido intencionalmente com algo institucional, governamental.

O formato inicial do programa e sua proposta original, de certa maneira, tinham caráter público, pois representavam o desejo de grande parte da população que estava interessada em assistir a um programa jornalístico de entrevistas com indivíduos falando sobre problemas locais cotidianos. Porém, aos poucos, essa característica foi alterada, e apesar de manter uma imagem de programa plural, no qual estão presentes indivíduos que representam diversas tendências políticas, no fim das contas, só aceita representantes que compactuam com um grupo político. Veremos, no próximo capítulo, como se deu tal mudança de temas no que diz respeito à área de Ciência e Tecnologia.

Capítulo 3: A ciência entra na roda

3.1. Apresentação

Ciência e tecnologia só aparecem no *Roda Viva* quando já virou notícia. Por exemplo, quando há uma descoberta importante, procuramos chamar um especialista para comentar ou quando há campanhas nacionais de mobilização, tal como câncer.

Paulo Markun

De fato, temas de C&T não são muito abordados no programa. Isso ocorre, geralmente, porque assuntos de ciência são difíceis de serem compreendidos. Temos que ter cuidado e chamar alguém bom dessa área.

Augusto Nunes

Não temos muito temas de C&T no *Roda*, porque é muito difícil falar de ciência na televisão. Ali a informação passa, e se o telespectador não tiver entendido, ele não pode voltar. Nos jornais não, [o leitor] pode ir e vir no texto.

Rodolpho Gamberini

Eu lembro da entrevista com Oliver Sacks, do Marcelo Gleiser. Elas tiveram grande sucesso, com muitas perguntas dos telespectadores. Acho que isso aconteceu porque eles falam com uma linguagem simples temas de ciência, sempre tão complexos e distantes do telespectador.

Matinas Suzuki

Falar sobre C&T e outros temas acadêmicos não faz sentido num programa como o *Roda*. Ali é – ou era – o espaço para se discutir temas relevantes para a sociedade. Quando o Manuel Castells foi ao programa, ficou muito chato, porque todos ali queriam defender sua tese.

Heródoto Barbeiro⁸²

⁸² Os trechos acima foram retirados das entrevistas concedidas à pesquisadora entre agosto de 2013 e junho de 2015. A pergunta feita aos entrevistados foi: “Os temas de ciência e tecnologia aparecem no

As falas de alguns dos principais apresentadores do *Roda Viva* sobre ciência e tecnologia dão algumas pistas interessantes a respeito da natureza da cobertura e a importância desses temas no principal *talk show* de entrevistas e debates da TV Cultura. Para alguns apresentadores, a temática é complexa e de difícil entendimento, para outros o assunto tem menor peso no leque das pautas relativa à agenda nacional. Porém, quando a temática de Ciência & Tecnologia (C&T) é apresentada no programa, parte-se do pressuposto de que os cientistas são os *experts* do conhecimento e o público é composto por leigos e ignorantes. Segundo essa lógica, o telespectador é visto como uma entidade homogênea com inúmeras falhas sobre fatos científicos e tecnológicos e que precisa ver e ouvir os especialistas da área científica, detentores, por princípio, do conhecimento e da verdade. O resultado explícito dessa forma de fazer divulgação da ciência é a banalização no processo de informar o público sobre um determinado conhecimento científico. Além do mais, a ciência se apresenta como isenta de controvérsia, como uma verdade universal. Ao mesmo tempo, deixa-se de discutir que a pressão social e política tem peso importante nos resultados científicos, ou seja, deixa-se de divulgar e analisar os interesses que estão por trás da disseminação ou não de uma tecnologia.

Neste capítulo, buscou-se demonstrar que esse modelo de comunicação não é só frequente no *Roda Viva*, mas também em outros programas de televisão no Brasil e, até mesmo, nas notícias de telejornais, causando impactos negativos na compreensão pública sobre ciência e tecnologia no país.

Estudos recentes têm apontado que os meios de comunicação, e, em especial a televisão, desempenham um papel importante na compreensão do público sobre os novos desenvolvimentos na ciência e tecnologia (Siqueira, 1999: 69). No Brasil, por exemplo, enquête realizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em parceria com a Academia Brasileira de

Roda Viva? Todos responderam que a temática de C&T era inexpressiva se comparada a outros temas, tais como segurança e política, por exemplo. Em seguida, foi perguntado aos apresentadores se era importante falar sobre C&T, em caso positivo que entrevistas dessa área eles se lembravam. Paulo Markun, por exemplo, afirmou que gostou de fazer a entrevista com Robert Gallo, infectologista americano que descobriu o funcionamento do vírus HIV; Augusto Nunes citou a entrevista com Niède Guidon. Afirmou, inclusive, que a audiência subiu durante o programa, tal era o interesse do telespectador no assunto. Os apresentadores Rodolpho Gamberini e Heródoto Barbeiro afirmaram que o *Roda Viva* não deveria tratar de ciência. Para eles, o programa tem a função de tratar da agenda política nacional e de assuntos relacionados aos problemas sociais – ciência entraria nos debates por essa clivagem.

Ciências, apontou que 62% e 44% dos entrevistados usam, respectivamente, a TV e os jornais diários como fontes de informações sobre C&T (Amorim, Massarani, 2008: 21). Apesar de muitas discussões acerca da função educativa do jornalismo, reconhece-se a importância social da profissão de tornar públicas as informações. Porém, apenas a informação não é capaz de gerar compreensão e conscientização do público se princípios básicos da notícia não forem considerados. Para informar com qualidade, é necessário situar o leitor no contexto, no espaço e no tempo, na relação do fato com esferas sociais, políticas, econômicas e culturais e, principalmente, aproximá-lo das atividades daqueles sujeitos, para que haja reflexões e debates a fim de que se forme um senso crítico no público. Por saber que os meios de comunicação têm “função primordial no acesso aos acontecimentos pelas pessoas, é necessário que esses cumpram suas funções informativas, educativas, sócio-histórico-culturais e político-ideológicas” (Bueno, 1984 apud Alberguinini, 2007:18).

Até início do século XX, os historiadores da ciência, de forma geral, não estavam interessados em se ocupar dos fenômenos sociais e culturais que constituíam o processo de formação do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, os filósofos da ciência defendiam que a estrutura lógica das teorias científicas não necessitava de uma análise histórica dos sujeitos que as elaboraram. A ciência era o modelo por excelência do conhecimento verdadeiro, uma atividade despojada de todo e qualquer elemento irracional e subjetivo. Os procedimentos de validação das propostas científicas deveriam conduzir à verdade e à objetividade. (Gavroglu, 2007: 208). Mas, em meados dos anos 1930, começaram a surgir críticas à perspectiva positivista e continuísta desse modelo e, aos poucos, a imagem de uma ciência repousada sobre fundamentos seguros e inquestionáveis começou a ser abalada.

Ocorre, no entanto que essa visão de ciência baseada no racionalismo e na imparcialidade da ação do cientista ainda predomina na percepção da população em geral. Em pesquisa sobre opinião pública e atividade científica, Vogt e Polino (2003) constataram que a ideia de uma ciência racional e empirista ainda predomina no imaginário social. Da parte do jornalismo televisivo, a ciência é vista como um tema complexo, logo, é necessário dar voz ao especialista, deixá-lo explicar os fenômenos, não havendo, nesse sentido, questionamento do seu saber. As combinações desses pensamentos, ao invés de promover maior entendimento sobre ciência, corroboram para

a manutenção de uma visão bastante simplista e superficial sobre o saber científico, contribuindo, e muito, para sensacionalismo e mitificação.

Objetiva-se, neste capítulo, analisar quando e como a ciência foi convidada a integrar a centro das discussões do *Roda Viva* – se estava articulada à produção acadêmica dos grandes centros científicos; se estava vinculada aos interesses do governo do Estado de São Paulo ou se dialogava com uma agenda pública e política nacional. O perfil acadêmico e político das figuras convidadas a integrar o corpus de debatedores também foi analisado no intuito de identificar, a partir do conteúdo dessas entrevistas, que visões da atividade científica o programa defendeu e divulgou. Buscou-se promover a análise quantitativa dos temas de C&T a partir da análise das entrevistas. Antes, porém, há um breve histórico dos principais modelos de comunicação pública da ciência e tecnologia destacando as motivações, pontos fortes e desafios associados a essas diferentes abordagens. Assim, tomando-se como referência autores da área dos estudos sociais da C&T, buscou-se rever e analisar duas grandes tendências: a unidirecional, baseada na comunicação de via única, na qual o cientista informa a sociedade, e a dialógica, que pressupõe diálogos no processo comunicacional, bem como seus respectivos modelos – déficit, contextual, conhecimento leigo e participação ou engajamento público. O objetivo foi discutir quais modelos de comunicação pública a televisão brasileira, particularmente a TV Cultura, adotou em relação à divulgação de C&T.

3.2. Modelos de divulgação da ciência

A partir dos anos 1960, após a constatação do crescimento da desconfiança da população sobre a abrangência e os benefícios do desenvolvimento tecnológico, especialmente depois da Segunda Grande Guerra, momento no qual a tecnologia foi usada para destruição em massa, Estados Unidos e Reino Unido começaram uma política de investigação da opinião pública destinada a averiguar o entendimento da ciência pelos cidadãos. Esse processo se intensificou quando, para a surpresa do governo estadunidense, a União Soviética lançou o seu primeiro satélite artificial em órbita, o Sputnik. O propósito era investir em educação e popularização de C&T com o

claro objetivo de renovar e reconstruir o apoio e a confiança do público em relação a elas (Castelfranchi e Pitrelli, 2007 apud Castelfranchi et al., 2013:1163).

Nesse contexto, o termo “alfabetização científica” (science literacy)⁸³ ganhou notoriedade. Defendia-se, por um lado, que a ciência fazia parte da bagagem de um conhecimento cultural com o qual todos deveriam estar familiarizados. E, por outro, que o conhecimento da ciência reforçaria o fortalecimento do sistema democrático (Bauer et al., 2007:80). Mas qual o nível mínimo de compreensão sobre ciência que um indivíduo deveria ter para atuar como cidadão e consumidor consciente na sociedade tecnológica?

Um importante teórico do entendimento público sobre C&T nos Estados Unidos, Jon D. Miller, defendeu que a alfabetização da ciência envolvia quatro elementos:

- a) conhecimento de fatos básicos da ciência; b) entendimento dos métodos científicos, como, por exemplo, probabilidade e/ou outros; c) apreciação dos resultados positivos da ciência e da tecnologia para a ciência; d) rejeição das crenças supersticiosas como astrologia e numerologia. (Withey, 1959 apud Bauer et al, 2007: 81)

Tais elementos serviram de base para a elaboração dos inquéritos realizados pela fundação americana National Science Foundation (NSF) sobre compreensão pública da ciência que, a partir dos anos 1970, passou a organizar bianualmente uma enquete nacional sobre o conhecimento científico da população. Tal como nos Estados Unidos, o Reino Unido voltou suas atenções para as atividades de divulgação e educação científica. Em 1985, a Royal Society publicou um relatório intitulado *The Public Understanding of Science* (PUS), que em português passou a ser conhecido como *Compreensão Pública da Ciência*, também conhecido como *Badmer Report*, com o intuito de entender e analisar qual a compreensão do público sobre ciência.

Alguns desses itens se tornaram notórios, viajaram o globo e foram usados nas medições dos cidadãos europeus, primeiramente na Inglaterra, em seguida França, Alemanha, Portugal e outros. Essas enquetes públicas nacionais passaram a ser

⁸³ Optou-se como referência artigos da literatura inglesa que empregam o termo *literacy*, que pode ser traduzido para o português como “alfabetização” ou como “letramento” (ou ainda como “literacia”, no português de Portugal). Cf. Santos, Wildson Luiz Pereira dos, 2007; Almeida, Carla da Silva, 2012.

conhecidas como eurobarômetros, questionários com perguntas fechadas sobre conhecimento científico (Durant et al., 1993).

Os resultados das primeiras enquetes ressaltaram que a população carecia de conhecimentos básicos da ciência e do método científico:

A comunidade científica ficou particularmente preocupada com as diversas concepções errôneas, que incluíam a ideia de que ferver o leite eliminaria a radioatividade (em caso de contaminação). Ficaram horrorizados com a revelação de que um terço do país ainda vivia em tempos pré-copernicanos, acreditando que o Sol gira em torno da Terra. E apenas 11% dos questionados conseguiram explicar o que significa a ideia de estudar um assunto cientificamente (Miller, 2005 apud Almeida, 2012: 30).

Assim, essas pesquisas contribuíram, de forma direta e indireta, para o fortalecimento de uma maneira de se pensar a divulgação e a educação científica, posteriormente chamada de modelo de déficit. De maneira geral, partia-se do pressuposto de que o público não possuía conhecimento científico suficiente para entender a importância da ciência e, por isso, seus potenciais desenvolvimentos e avanços estariam limitados. Para contornar o problema, seria necessário realizar uma ampla divulgação do conhecimento científico, seja pela educação ou pela mídia (Castelfranchi et al., 2013: 1164).

Assim, segundo esse modelo de divulgação, a ciência é autônoma em relação ao resto da sociedade e o público é uma massa homogênea, mero receptor, cujos protagonistas são os cientistas que, utilizando os meios de comunicação, transmitem seus conhecimentos à população de forma “neutra e pura”. Seguindo essa lógica, a linguagem deve ser a mais simples possível, excluindo-se as informações complexas, disputas entre as comunidades científicas e linhas de investigação, entre outras questões.

Após aproximadamente dez anos de investimentos em atividades de divulgação da ciência seguindo o modelo do déficit, novas pesquisas feitas no Reino Unido indicaram que a melhoria na compreensão pública da ciência não se modificou consideravelmente, tampouco as enquetes estadunidenses mostraram diferenças nas expectativas das pessoas sobre o tema de C&T. Ao contrário, como aponta Miller, verificou-se empiricamente que a transmissão linear do conhecimento era pouco eficaz

e não estava, necessariamente, associada a uma maior apreciação pública da ciência (Miller, 2005: 125).

A base criada para esse modelo de divulgação foi estabelecida a partir da aplicação de questionários com itens curtos, cujas respostas poderiam ser verdadeiras, falsas ou desconhecidas. Os níveis de conhecimento científico do público investigado eram classificados na seguinte escala: suficiente (se existisse domínio do vocabulário científico e simultaneamente a compreensão da natureza da atividade científica); parcial (se existisse domínio apenas de uma das dimensões anteriores) e insuficiente (quando não existia domínio em nenhuma das dimensões anteriores) (Castelfranchi et al., 2013: 1165).

Muitos estudiosos passaram a criticar as orientações gerais propostas pelo questionário afirmando que os itens davam margens a ambiguidades. Além disso, eles não representavam a complexidade que envolve a produção do conhecimento científico. Afirmavam também que, apesar de conterem fundamentos teóricos importantes para os cientistas, muitas questões estavam distantes da realidade da população, que tinha, de maneira geral, pouco acesso às teorias específicas da ciência. Além disso, esses estudiosos alegavam que o questionário apresentava problemas de coerência estatística. Por exemplo, esperava-se que a quantidade de respostas corretas correspondesse ao nível de instrução do entrevistado. Mas, em muitos casos, foi constatado que a relação respostas "erradas" e "corretas" não sofria alterações conforme o nível de instrução e de acesso à informação. Havia, por fim, itens no questionário que pareciam revelar mais interesse na posição política e religiosa dos entrevistados do que em seu conhecimento científico (Castelfranchi et al., 2013: 1165).

Outra crítica importante à enquete dizia respeito à mensuração das atitudes das pessoas em relação à ciência. Defendia-se, de forma geral, que, conforme o conhecimento da população sobre ciência aumentava, sua relação com ela era mais positiva. Ou seja, as "atitudes positivas" sobre ciência (isto é, a aceitação ou concordância pública com uma série de afirmações sobre os benefícios científicos e a sua importância) seriam linearmente dependentes da variável "conhecimento". Porém, estudos sobre recepção da ciência indicavam, em muitos casos, o oposto, especialmente quando assuntos de ética se misturavam com a ciência – as perguntas sobre uso de

embriões em pesquisas, por exemplo, indicavam respostas difusas sobre o tema, maior desconfiança e ceticismo justamente no público mais esclarecido. A relação causal entre conhecimento sobre ciência e atitude positiva tornou-se um dos pontos polêmicos em torno dos resultados das grandes enquetes internacionais de percepção da C&T⁸⁴.

Muitos autores passaram a criticar veementemente a maneira de se medir o conhecimento utilizando tais inquéritos, que passaram então a ser reformulados. Os eurobarômetros da ciência foram interrompidos e retornaram em 2001 num formato diferente. Possuíam agora mais questões sobre a informação e o interesse pela ciência, sobre os valores associados a ela e à tecnologia, sobre a responsabilidade dos cientistas, os níveis de confiança, entre outras⁸⁵. Buscava-se, com esse novo método, ir além da mera consulta pública sobre a compreensão da ciência, estabelecendo a necessidade de diálogo com o público, que tinha a oportunidade de trazer observações, questões e opiniões relevantes para o debate.

A expressão “compromisso público com a ciência e a tecnologia” começou a ser introduzida em detrimento do termo “compreensão pública da ciência”. (Albornoz et al., 2003; Almeida, 2012). Filósofos e historiadores da ciência foram convidados a participar de novas publicações relacionadas à percepção pública da ciência, entre as quais se destaca o relatório de 2000 do *Science e Society*, que apontou as primeiras mudanças na confiabilidade da população britânica sobre o desenvolvimento de C&T.

A partir de então foi adotado um novo modelo de comunicação preocupado em reconhecer aspectos sociais e psicológicos dos diferentes grupos que acessavam a informação sobre conhecimento científico. O intuito era processar as informações de acordo com esquemas moldados a partir de experiências anteriores, dessa maneira, o contexto social no qual um indivíduo estava inserido passou a ser importante no processo de divulgação da ciência. Os guias específicos sobre ciência para públicos em contextos particulares são exemplos dessa comunicação.

Conhecido como modelo contextual da comunicação pública, tal prática de divulgação científica foi muito criticada por ser apenas uma versão mais sofisticada do

⁸⁴ Outro importante exemplo da ausência da relação linear conhecimento e atitude positiva é o caso dos transgênicos. Sobre este tema, cf. Almeida, 2012.

⁸⁵ Cf. Comissão Europeia, Europeans, Science and Technology — Eurobarometer 55.2, dez. 2001.

modelo de déficit, pois, apesar de reconhecer que o público não é um mero receptor, ainda investe na transmissão da informação, com a diferença que esse modelo se preocupa em atingir um grupo específico. Outra crítica a esse modelo reside no fato de que ele está mais voltado para atender aos interesses da comunidade científica do que da população. "Em última análise, o modelo contextual se assemelha, em alguns aspectos, às pesquisas de mercado, nas quais as opiniões dos consumidores são recolhidas e consideradas para que se possam desenvolver produtos que atendam melhor às suas necessidades e que, no fim das contas, lhes rendam maior lucro. Tal modelo é assimétrico em essência e, nele, o público segue na posição de receptor relativamente passivo de informações" (Almeida, 2012: 41).

A relação de poder e hierarquia fica bastante evidente nesses modelos de comunicação revelando um enorme verticalização e hierarquização do ato de se comunicar, na medida em que há aquele que fala – o especialista – e o que escuta – o público, sem nenhuma interlocução entre essas duas categorias. Assim, ao ignorar a capacidade intelectual e política de um público não educado científica e tecnologicamente, esse modelo pode ser entendido como uma forma de manter o domínio dos especialistas sobre os não especialistas.

Em oposição a tais modelos de tendência unidirecional surgem modelos dialógicos. O primeiro deles ficou conhecido como modelo do conhecimento leigo, o qual pressupõe que o conhecimento local pode ser tão relevante quanto um conhecimento técnico no processo de solução de um determinado problema. Nesse modelo de comunicação, os conhecimentos não científicos e não técnicos do público, mais do que respeitados e considerados, são valorizados e utilizados no processo de aproximação entre ciência e sociedade. Há, nesse sentido, uma clara proposta de aproximação entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Esse modelo propõe, inclusive, uma problematização do termo leigo. Em estudo sobre divulgação da ciência, Jean-Marc Lévy-Leblond aponta para um erro importante quando se iguala o público a pessoas leigas em assuntos científicos. O autor afirma que é importante reconhecer que todos – cientistas e não cientistas – compartilham de uma certa incompreensão sobre os diferentes ramos da ciência. Segundo ele, “dado o estado presente de especialização científica, a ignorância particular da ciência é tão grande

entre cientistas que trabalham em um domínio quanto entre pessoas leigas” (Lévy-Leblond apud Massarani, 2008: 32).

Outro importante modelo de comunicação é o modelo do engajamento público, o qual pressupõe a participação de representantes da sociedade e não só de especialista nas atividades de divulgação científica em comitês, conferências e júris populares. Esses espaços são exemplos de práticas desse modelo, cuja ideia principal não é só compreender o conteúdo científico, mas promover um entendimento amplo sobre o funcionamento da ciência (Lewenstein, 2003:5). Nesse modelo de comunicação, a relação do público com a ciência está menos baseada na capacidade intelectual do indivíduo de compreender conceitos técnicos e mais calcada em fatores sócio-institucionais associados ao acesso, à confiança e à negociação. Experiências nessa linha de ação começaram a ser implantadas nos anos 1980, especialmente na Dinamarca, quando surgiu um intenso debate sobre o papel da ciência na sociedade. Nesse país, foi criada a primeira conferência de consenso em 1987, o Fonden Teknologirådet (Conselho Dinamarquês de Tecnologia, em tradução livre), cujo objetivo era debater a inserção da biotecnologia na indústria e na agricultura. Desde então, vários países passaram a adotar práticas semelhantes, estabelecendo conferências de consenso, júris populares, grupos focais, *science* cafés, referendos, entre outros, no intuito de fortalecer a opinião do público para compreender as contribuições da ciência e suas consequências políticas e sociais em determinados temas considerados controversos.

No Brasil, a experiência próxima da proposta de engajamento público ocorreu entre maio de 2005 e maio de 2008, quando a polêmica em torno do processo de liberação das pesquisas com células-tronco de embriões excedentes da fertilização *in vitro* levou o Supremo Tribunal Federal a organizar uma série de plenárias públicas, que tiveram grande repercussão na mídia impressa e televisiva. Na ocasião, apesar de a maioria dos palestrantes serem cientistas, a incidência de pacientes ouvidos para compreender a importância dessas pesquisas também foi consideravelmente alto⁸⁶.

Todos os modelos apresentados são ferramentas para aprimorar a comunicação das atividades científicas. Evidentemente que há um distanciamento entre o que se

⁸⁶ Cf. Almeida, Carla; Dalcol, Franciane Lovati; Massarani, Luisa, 2013.

espera que seja a comunicação da ciência e as experiências reais de divulgação científica. Mas estudos recentes indicam que o modelo de engajamento público promove efeitos positivos na compreensão da ciência. Muitas pesquisas focais têm indicado que as pessoas em geral são capazes de se aprofundar em temas científicos quando se deparam direta ou indiretamente com temas dessa ordem no cotidiano. Isso é muito comum em casos de pacientes com doenças raras e/ou graves e familiares próximos. As pesquisas indicam que esses indivíduos desenvolvem um “empoderamento” do conhecimento científico a ponto de dialogar e questionar as condutas médicas.

Nos Estados Unidos, Epstein (1995) estudou as principais ações de um grupo de ativistas que lutava, no início dos anos 1990, pelo desenvolvimento de medicamentos para o tratamento da Aids. Esses grupos se organizaram na Aids Coalition to Unleash Power (ACT UP) e, mais do que acompanhar as etapas das pesquisas, eles procuraram participar ativamente do processo. Para tanto, muitas pessoas que participaram desses grupos passaram a adquirir um profundo conhecimento da doença, já que era necessário conhecer o repertório biomédico para atuar nas reuniões e fóruns. E, quando conseguiram se inserir no debate, os grupos passaram a defender outras linhas de investigação.

Casos como esses são emblemáticos da relação do público com a ciência, pois revelam que o engajamento da população com o conhecimento científico ocorreu devido a uma situação que aproximou a população de um determinado tema e que, por sua vez, contribuiu fortemente na formulação de uma agenda política pública da ciência. É importante analisar com ressalvas a atuação desses referendos e fóruns de consenso. Alguns críticos afirmam, por exemplo, que esses espaços podem ser palco de interesses de grupos distintos, mas, para além da questão da influência nas decisões políticas, esses fóruns contribuem para o fortalecimento do debate público e estimulam a população a discutir questões relevantes no campo da ciência.

Dentre os modelos de comunicação pública apresentados aqui, o mais criticado pela literatura científica que reflete sobre divulgação científica é o modelo de déficit. Ironicamente, é o mais usado pela televisão brasileira quando se trata de realizar comunicação para ciência. Ainda é comum ver, tanto nos telejornais diários, como em

programas especializados, cientistas afirmando que as teorias apresentadas são as soluções mais racionais e corretas para um problema. E por que isso ainda ocorre? Segundo Almeida (2012: 48), é ainda difícil para uma instituição científica e para seus membros dialogarem de igual para igual com pessoas que não entendem muito de suas áreas de especialidade, de forma que se cria, em muitos casos, uma hierarquização baseada no nível de conhecimento.

Em artigo sobre divulgação científica e relações de poder, Graça Caldas (2010: 36-37), aponta que o modelo de déficit ainda é adotado devido à falta de clareza do jornalista, que não compreende adequadamente o tema que pretende abordar, prejudicando, e muito, a aproximação com o cientista. Este, por sua vez, não tem muita clareza sobre o *modus operandi* da mídia. Assim, como as culturas são distintas e, de certa maneira, ambos os profissionais desconhecem as peculiaridades relacionadas ao trabalho de um e de outro, há uma certa idealização, por parte dos cientistas da precisão do texto que será publicado, já por parte do jornalista, há uma certa credulidade ingênua sobre a fala do especialista.

Devido às inúmeras interferências no processo comunicacional, assuntos da área de C&T chegam até o receptor com muitos ruídos. O resultado disso é a reprodução de um discurso científico com características neutras, imparciais e consensuais, perpetuando as relações de poder e hierarquia entre aqueles que detêm o conhecimento – os especialistas – e aqueles que recebem esse saber – o público.

Assim, para reverter o modelo de déficit, Caldas defende que cientistas e jornalistas precisam conhecer as limitações das estruturas operantes de suas respectivas áreas de conhecimento. Também defende que é imprescindível ater-se a algumas questões no momento de elaborar notícias sobre C&T, entre as quais “de que forma o público é pensado – se é que é pensado – no processo de enunciação do conhecimento especializado e como esse reconhecimento é reelaborado pelo jornalista” (Caldas, 2010: 36). Ela considera, por fim, ser necessário ao jornalista levar ao público o contraditório, as relações de poder e interesses, legítimos ou não, que envolvem todo o processo de divulgação científica. Se bem colocadas no mundo do jornalismo, as matérias sobre os temas de C&T poderão dar condições à população para compreender que a ciência não tem uma verdade, tampouco pode ser considerada neutra, já que está culturalmente

vinculada a diferentes contextos sociais, históricos e políticos, contribuindo assim para a alfabetização científica do público em geral.

Outro autor que faz duras críticas ao modelo do déficit é Barros (2005: 78). Para ele, o modo monológico e hierárquico de se divulgar ciência no Brasil precisa ser revisitado. Além disso, o autor defende que os diferentes valores culturais presentes na sociedade precisam ser considerados no processo comunicacional. Segundo Barros, a divulgação de caráter doutrinário, desenvolvida em outros países teve resultados catastróficos, pois, como já vimos, não respeita o primeiro elemento, essencial, que é a questão cultural. O autor questiona se as comunidades constroem sua identidade dentro de um ambiente cultural, com valores próprios, por que então ignorar esses valores e substituí-los. Não seria mais interessante incorporá-los no processo de enunciação do conhecimento sobre um determinado tema? Outro autor que reforça a visão de Barros e Almeida é Carlos Vogt (2006). Para ele, reduzir a comunicação da ciência à mera transferência de conhecimento mais do que uma ilusão, produz o efeito contrário do esperado na proposta da divulgação – aproximar, compartilhar e estimular.

Na sua avaliação, tão ou mais importante do que o domínio de conteúdos por parte da sociedade é a melhor compreensão sobre as condições históricas, sociais e culturais da produção do conhecimento científico. Assim, a divulgação poderia contribuir para a formação crítica da sociedade nas questões de ciência e para a participação mais ativa dos cidadãos nas decisões sobre o seu rumo (Vogt, 2006).

Veremos a seguir como os principais programas especializados em divulgação científica no Brasil, bem como alguns telejornais, discutiram e apresentaram a ciência ao público telespectador.

3.3. Cobertura de assuntos de ciência e tecnologia na televisão brasileira

Como vimos no capítulo anterior, com o advento da abertura política e o movimento de redemocratização brasileira, a televisão, de maneira geral, buscou renovar no seu formato e conteúdo – não à toa nesse período foi criado o *Roda Viva*. Além dessa inovação, a televisão brasileira começou a fazer parcerias com fundos de

investimento público, que passaram a incentivar a divulgação da C&T nos meios de comunicação televisivos. Segundo Claudia Juberg, em artigo sobre os primeiros programas de divulgação da ciência na televisão brasileira, houve o “boom da divulgação científica e, especialmente, do jornalismo científico nesse período” (Juberg, 2003: 24). Era uma forma de democratizar a informação em ciência e tecnologia, contribuindo para a discussão dos problemas sociais e da dependência do país em relação ao exterior.

O texto da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, trazia mudanças significativas na área de C&T. O capítulo IV da seção III trata em seu artigo 218 a seguinte questão: "O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas"⁸⁷. Dessa forma, o Estado obteve um papel estratégico nas dimensões da pesquisa científica, tecnológica e formação de recursos humanos e apoio de empresas para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A Constituição também previa a possibilidade de os estados vincularem recursos orçamentários para as atividades de C&T, impulsionando a criação de diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa ou fundos de C&T.

Assim, grande parte dos fundos governamentais de investimento às linhas de fomento à pesquisa e divulgação, entre os quais FINEP, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e outros, passaram a investir em produções brasileiras voltadas para a divulgação da ciência. Foi nesse contexto, por exemplo, que surgiu *o Nossa Ciência*, em 1979, por iniciativa da TV Educativa do Rio de Janeiro, o *Globo Ciência*, *Globo Ecologia*, *Globo Rural*, todos da Fundação Roberto Marinho, na década de 1980, entre outros.

Embora seja importante pontuar que as raízes das políticas de investimento à divulgação científica estejam vinculadas à própria história institucional da ciência no Brasil, cujo início remonta à chegada da Corte Portuguesa no século XIX, foi nos anos 1980, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que o país viveu um momento peculiar de investimento não só em política para o desenvolvimento de C&T, como também em divulgação e popularização da ciência. Essas experiências, entretanto,

⁸⁷ Cf. Brasil. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil (DF): Senado; 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

duraram pouco tempo visto que, nos anos 1990, o próprio Ministério de C&T foi extinto no governo Collor, colocado na condição de secretaria. Em 1995, no governo Itamar Franco, o Ministério de C&T foi reestabelecido⁸⁸.

A maioria dos programas que surgiu nesse período seguiu o gênero jornalístico e documentário, formatos já consagrados pelas emissoras internacionais, entre as quais se destaca a BBC (televisão pública britânica). Em 1964, o canal estreou o programa *Horizon* com o documentário sobre o teorema de Buckminster Fuller (*The world of Buckminster Fuller*) e, desde então, se tornou referência na área da divulgação científica. No início, a série alternava narração com *voz em off* com imagens sobre as pesquisas realizadas e entrevistas com algumas personalidades na área investigada. Ao longo dos anos, entretanto, a narrativa se modificou e, aos poucos, foi adotada a prática de se iniciar o programa com várias questões, geralmente simples e que estão relacionadas ao cotidiano da população, feitas por um narrador com *voz em off*, que são solucionadas conforme o programa avança, utilizando-se pesquisas e falas dos especialistas.

Segundo Steve Crabtree, atual editor chefe do programa, além das mudanças de estilo e narrativa, a série *Horizon* acompanhou as diferentes concepções e visões sobre ciência.

É possível perceber que os documentários dos anos 1960 tinham um tom entusiasta e confiante no desenvolvimento científico. Mas, nas décadas seguintes, começam a aparecer programas mais críticos; passaram a apontar, por exemplo, os impactos negativos da tecnologia no meio ambiente.⁸⁹

Para ele, programas como o *Horizon* são necessários na sociedade democrática, pois além de informar, as séries sobre ciência, se bem-feitas, problematizam e provocam a curiosidade e o envolvimento das pessoas com o tema. “Mais do que o fato, nos interessa contar uma boa história. Ela não precisa ser simplória e pobre, ao contrário. A gente mistura depoimentos de especialistas com imagens sobre suas pesquisas em desenvolvimento”, completou.

⁸⁸ Cf. Lemos, Dannyela da Cunha, 2013

⁸⁹ Steve Crabtree foi entrevistado pela pesquisadora em 19 de outubro de 2015.

Grande parte da comunidade científica britânica, no entanto, acusa o programa de não citar devidamente as fontes de pesquisa e ignorar os passos de uma descoberta científica. Ao ser questionado, Crabtree afirmou

Evidentemente estamos mais interessados em mobilizar o telespectador para a curiosidade do que compreender a dinâmica da produção científica, o que não significa que não realizamos um programa com certo rigor aos padrões próprios da ciência, por exemplo, procuramos em todo documentário apresentar diferentes visões sobre o tema abordado.

Além do *Horizon*, a BBC possui um departamento de jornalismo voltado para pesquisar, apurar e produzir matérias sobre ciência – é um andar inteiro do prédio reservado só para eles, com as melhores condições que um jornalista da área de divulgação da ciência poderia desejar.

Outra série importante é a norte-americana *Nova*, da televisão pública PBS, também no formato documentário, com 50 minutos de duração. As séries do programa *Nova* são exibidas por mais de 300 emissoras em todo o território estadunidense e em mais de 100 países estrangeiros⁹⁰.

3.4. No Brasil...

3.4.1. As televisões públicas

Em relação aos programas especializados em ciência no Brasil, um dos primeiros que se conhece é a série *Nossa ciência*, que estreou na televisão pública TVE do Rio de Janeiro, em 1979. O objetivo do programa era divulgar a produção científica e acadêmica do Rio de Janeiro já que a emissora não possuía dinheiro para realizar esse trabalho em outras regiões do Brasil. O programa inovou não só no conteúdo, mas no formato também, visto que foi um dos primeiros, nesse momento de abertura política e

⁹⁰ Cf. Informações obtidas no site do programa *Nova*, da PBS. [citado 30 nov. 2015] Disponível em: <http://pbs.org/nova>

redemocratização, a convidar especialistas e entrevistá-los. Mas terminou devido à falta de recursos e investimento da própria TV Educativa, que contava com escassos recursos governamentais.

Idealizado pelo jornalista e professor Nilson Lage, o programa era transmitido às sextas-feiras, uma vez por mês. Segundo Juberg (2001), foram produzidos somente 10 programas, desses, somente quatro foram recuperados e analisados.

O programa era relativamente longo, com uma hora de duração, sendo 30 minutos reservado para debate. O então presidente da SBPC Ennio Candotti abriu o primeiro programa, que discutiu a importância da divulgação científica no Brasil, em seguida, ele comentou assuntos relacionados às pesquisas em andamento no Rio de Janeiro, dando destaque para as realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz. Segundo Juberg, entre os principais assuntos abordados nas séries recuperadas estão temas relacionados às políticas públicas para a ciência, saúde e meio ambiente.

Anos mais tarde, em 1987, a TVE voltou a veicular programas de divulgação da ciência. O *Tome Ciência*, com duração de 30 minutos, era apresentado aos sábados e estava estruturado da seguinte maneira: noticiário de reportagens sobre os avanços tecnológicos e entrevistas sobre política científica. (Andrade, 2004: 145).

A TV Cultura, objeto de análise dessa tese, também produziu diversos programas especializados em divulgação científica – muitos deles infantis. Como vimos anteriormente, nos anos 1970, a emissora já era referência em documentários educativos que tratavam de temáticas científicas entre os quais destaco: *Século XX*, *Século XXI*, *Civilização – a história do homem ocidental*, *O mundo selvagem dos animais*, entre outros⁹¹; muitos desses documentários eram nacionais, outros eram realizados em parceria com outras televisões estrangeiras.

Também é nesse canal que estão as categorias mistas Entretenimento/Educação, representada pelo *Rá-Tim-Bum*, *Glub Glub*, *X-Tudo* entre outros. Não se pode esquecer do projeto *Telecurso*, que disponibilizava videoaulas para

⁹¹ As referências a esses documentários foram encontradas nos relatórios de atividades que estão no arquivo do Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta. No entanto, as fitas desses vídeos não foram encontradas, de forma que não foi possível analisar o material.

jovens e adultos, realizado em parceria com a Fundação Roberto Marinho⁹². Como se viu anteriormente, esse perfil da TV Cultura, de televisão educativa, tornou-se mais forte a partir de 1995, quando o então presidente da Fundação Padre Anchieta decidiu investir na programação infantil. Lançando mão do apoio de empresas privadas, entre as quais se destaca a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em maio de 1994, estreou no canal o programa infantil *Castelo Rá-Tim-Bum*, uma reprogramação do *Rá-Tim-Bum*, com novos cenários. Em entrevista, o ex-diretor da Fundação Padre Anchieta Roberto Muylaert comentou:

Na minha segunda gestão, o Banco Mundial, junto com o diretor da Childrens Television, veio me oferecer 18 milhões de dólares para fazer o *Vila Sésamo* e não precisaria fazer mais nada; perguntei se não poderia ser produção brasileira, porque estava pensando em formar mão de obra aqui. E eles disseram que sim, mas que teria que ser um programa tal como o *Vila Sésamo*. E eu questionei se não daria para ser algo nosso – brasileiro. Nós temos aqui um projeto interessante, voltado para o público infantil. Eles negaram. E lá se foram 18 milhões. Bom, eu peguei o projeto que já existia fui à Fiesp, falei com o Mario Amato, pedi um financiamento de 2 milhões de dólares e convidei o Fernando Meirelles, que, inclusive, criou o nome *Rá-Tim-Bum* e foi um sucesso absurdo. Anos mais tarde, voltei à Fiesp, o presidente na época era o Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que não tinha a menor sensibilidade para nada, mas que, devido à enorme audiência do programa, aceitou continuar o financiamento para um projeto de entretenimento para o público infantil. Eu cheguei com um outro projeto que se chamava *Castelo Mal-Assombrado*, eu acho. E ele falou que só aceitaria financiar se tivesse Rá-Tim-Bum no nome e mudamos para *Castelo Rá-Tim-Bum*.

O programa era escalado para ir ao ar no início do horário nobre durante a semana e, apesar de tratar de diversos assuntos, discutia, em muitos momentos, ciência, apresentando, por exemplo, quadros com os personagens Professor Tibúrcio e Tíbio e Perônio. Em artigo sobre o tratamento dado pela mídia televisiva à ciência e sua divulgação, Sirlene Alferes e Carmen Augustini (2008) analisaram blocos do programa infantil no qual esses personagens são protagonistas e constataram a existência de determinados signos relativos ao mundo da ciência recorrentes no programa, entre eles as autoras destacaram: a utilização de enciclopédias e/ou livros manuais, o laboratório como o espaço de trabalho do cientista e, por fim, o jaleco branco. Ainda segundo as autoras, no quadro com o professor Tibúrcio predomina um discurso pedagógico

⁹² Cf. Oliveira, Wellington Amarante, 2011.

autoritário. O personagem principal fala voltado para a televisão, o telespectador, nessa lógica, é mais um “aluno”, que, juntamente com outras crianças, aceita e compreende as explicações colocadas por ele passivamente, sem realizar qualquer questionamento.

Também foi analisado pelas autoras Alferes e Augustini outro programa que ficou muito popular na TV Cultura nos anos 1990 a série *O Mundo de Beakman*⁹³. Apresentado diariamente às 19h30 (exceto aos sábados e domingos), o programa mostrava como a divulgação científica podia ser algo agradável, conquistando assim o público. No *Mundo de Beakman* havia um apresentador/cientista, sua assistente e Lester, um rato⁹⁴ de laboratório. O programa tirava as dúvidas que vinham por meio de carta/fax (além das dúvidas e questionamento dos próprios personagens e, em especial, do rato), e o apresentador mostrava dados científicos e realizava experiências simples em seu laboratório, para as quais as crianças eram constantemente alertadas de que “deveriam ter o auxílio de um adulto”.

Uma importante observação feita pelas autoras em relação aos personagens Tíbio e Perônio e ao Beackman era o fato de que, enquanto os cientistas do *Rá-Tim-Bum* chegavam juntos à conclusão sobre determinado assunto, Beackman possuía todas as respostas para as dúvidas apresentadas pelos telespectadores e seus ajudantes, “trazendo à tona a imagem de que ciência pode ser feita por um só cientista e/ou a imagem de que o cientista detém todo saber científico e não os outros (leigos)” (Alferes e Augustini, 2008:14). Para elas, em maior ou menor grau, todos esses programas consideram a ciência uma espécie de “entidade” que deveria ser exaltada.

Por fim, outra observação pertinente das autoras é o intenso uso das cores nos programas. É como se a produção buscasse, com esse colorido, atrair o público infantil para o mundo científico.

Outros programas da TV Cultura relacionados à ciência foram produzidos nos anos 1990 em meio à Conferência do Rio para a ecologia, a Eco-92, e até hoje compõem a grade de programação da emissora, são eles: *Tribo e Trilhas*, *Repórter Eco*,

⁹³ Série de televisão composta por 91 episódios, dirigida por Jok R. Church para ser veiculada na televisão americana. Os direitos de exibição foram comprados pela Fundação Padre Anchieta também na segunda gestão de Muylaert.

⁹⁴ O rato era representado por um ator adulto vestido com uma fantasia.

Expedições, Planeta Terra. Com um viés ecológico, esses programas eram apresentados aos domingos no fim da tarde e compunham o bloco do meio ambiente. Roberto Muylaert, comenta os programas sobre ciência na TV Cultura:

A gente decidiu fazer o Repórter Eco por conta da Conferência Mundial do Rio de Janeiro. Uma maneira de estruturar o programa e colocá-lo numa lógica de programação foi trazer novas séries com o mesmo formato e linguagem; decidiu-se que aos domingos haveria o bloco ecológico.⁹⁵

Em estudo sobre o *Repórter Eco*, a pesquisadora Lucia Guido, ressaltou um fato interessante: todos esses programas voltados para ecologia são apresentados por mulheres. Tendo em vista que o *Planeta Terra* tem como símbolo a figura materna, "mãe - terra", "mãe - natureza", pode-se dizer que a imagem feminina na relação espectador/programa trazia maior confiabilidade às notícias e reportagens (Guido, 2005:102).

O programa *Tribos e Trilhas*, produzido pela Hipermídia Comunicação, apresenta as paisagens brasileiras de forma a incentivar um turismo sustentável, trazendo informações sobre os lugares, comidas típicas e locais baratos e de qualidade para se hospedar. Em alguns programas, há destaque para projetos sociais, especialmente aqueles promovidos pelas organizações sociais das regiões visitadas. (Guido, 2005: 89).

Já o *Repórter Eco* faz uma abordagem mais informativa sobre determinadas regiões do país, enfatizando as pesquisas científicas realizadas nesses locais e os projetos de conservação ambiental. Na época que antecedeu a Eco-92, o *Repórter Eco* era apresentado em formato *drops* no horário nobre da televisão das 19h50 às 20h com notícias breves relativas ao Brasil e ao mundo. Durante a conferência, o programa passou a ter 30 minutos, fazendo a cobertura completa dos eventos e realizando matérias sobre os temas discutidos. Com o fim da Eco-92, o programa manteve a marca das entrevistas, chamando especialistas de áreas relacionadas ao meio ambiente, com destaque para antropólogos e geógrafos. Além disso, a produção criou o hábito de convidar indivíduos atuantes de organizações não governamentais para falar de seus

⁹⁵ Declaração de Roberto Muylaert em entrevista à pesquisadora.

projetos de preservação ambiental, tornando confuso para o telespectador quais os lugares das falas dos especialistas e dos defensores das causas relacionadas ao meio ambiente, ou seja, há pouca clareza sobre o que é pesquisa científica promovida por política pública e pela iniciativa privada na área de preservação ambiental.

O programa *Expedições*, produzido pela RW Vídeos, aborda principalmente as paisagens naturais brasileiras, apesar de trazer algumas reportagens de denúncia de crimes ambientais. Por fim, o *Planeta Terra* é o programa que fecha o domingo ecológico da TV Cultura, apresentando documentários de vários países.

3.4.2. As televisões abertas

De maneira geral, nos canais de televisão aberta, as temáticas sobre C&T aparecem com frequência nos telejornais.

Em pesquisa sobre os noticiários de três grandes telejornais (dois brasileiros, *Jornal da Record* e *Jornal Nacional*; e um americano, *World News Tonight*) e a inserção de temas de ciência, tecnologia e saúde, Lacy Varella Barca de Andrade (2012) constatou que a presença dessas temáticas tem maior assiduidade e abrangência do que se podia supor, além disso, o cientista aparece na televisão mais do que se imaginava. Para a autora, a incidência desses temas revela um aumento de interesse da população sobre assuntos científicos.

Segundo Andrade, as conquistas e descobertas nacionais e internacionais determinam, de maneira geral, a inserção de temas sobre ciência nos telejornais. Outra importante constatação diz respeito ao teor dessas notícias. Contrariando a bibliografia sobre o assunto, Andrade afirma que a maioria das reportagens produzidas nos telejornais brasileiros apresenta certo rigor técnico, com notícias elaboradas de forma a aproximar o telespectador dos feitos científicos. Uma estratégia muito usual nos dois telejornais consiste em apresentar uma história particular, dando ênfase às benfeitorias tecnológicas recebidas por aquele sujeito. Há também muitas matérias na área de saúde e prevenção, especialmente as notícias sobre câncer, com entrevistas de especialistas, que ocorrem geralmente nas épocas de campanhas nacionais.

Por fim, Andrade constatou uma baixa incidência de reportagens sobre as reuniões da SBPC e pronunciamentos oficiais sobre política brasileira na área de C&T, o que revela maior interesse da direção dos telejornais em divulgar temas científicos que possuem mais proximidade com o cotidiano da população. Em oposição à historiografia revistada até o momento sobre comunicação pública da ciência, especialmente a que critica o modelo de déficit, Andrade argumenta que essa estratégia comunicacional, muito utilizada pelos telejornais, não é prejudicial à divulgação da ciência. Segundo a autora, a espetacularização é recurso frequente no mundo do jornalismo, uma estratégia usual para atrair o telespectador. Faz parte, portanto, da própria natureza do veículo televisão. “A questão que subsiste é em que medida essa busca de atratividade, que coloca em evidência características do que é diferente, inusitado – e, por que não, espetacular – é capaz de comprometer a fidedignidade da informação” (Andrade, 2004: 256). Germana Barata (2006) em estudo sobre a divulgação da Aids no programa *Fantástico* também constatou tal estratégia para aproximar o telespectador. No entanto, Barata faz ressalvas em relação ao recurso utilizado pelos meios de comunicação. Segundo ela, a aproximação da ciência ao cotidiano no intuito de atrair o público, muitas vezes, acaba forçando uma possível aplicação da pesquisa básica em detrimento do processo científico, que parte da concepção de que o conhecimento produzido não precisa necessariamente gerar produtos (2006: 91). Um caso citado por Barata, o projeto Genoma Humano, teve grande repercussão na mídia televisiva e foi exaustivamente citado nos grandes telejornais, entre os quais os analisados por Lacy Andrade. Ocorre, no entanto, que, apesar de as notícias prometerem soluções rápidas para os males da sociedade com o projeto Genoma, vários pontos da pesquisa ainda estavam inconclusos, de forma que a ciência divulgada na televisão não correspondia àquela realizada, prejudicando, e muito, não só o trabalho dos cientistas, mas a confiança do telespectador em relação à ciência.

Assim, ao contrário do que afirma Andrade, transformar a informação científica em espetáculo apenas para atrair o telespectador prejudica o entendimento sobre o *modus operandi* das pesquisas científicas, além de perpetuar uma visão estereotipada da ciência. Quando os telejornais utilizam tal recurso discursivo, deixam de apresentar ao telespectador o contraditório, as relações de poder, os interesses que envolvem os cientistas e os não cientistas no processo da descoberta científica. Ao telespectador, fica a impressão de que a ciência é uma instância neutra e consensual,

trazendo como consequência a ausência de questionamentos e dúvida. Como afirma Germana Barata (Barata et al., 2004: 2),

[...] o público deve também conhecer as dificuldades, interesses, impactos, controvérsias e o processo de longo prazo que permeiam a ciência e tecnologia. Afinal, o objetivo da divulgação não é apenas informar, mas também conscientizar o público e torná-lo participante ativo na prática científica, o que torna necessário ampliarmos o conceito de ciência.

Por outro lado, de forma alguma defende-se que a ciência deve ficar restrita aos programas especializados, tal como propõem alguns autores (Siqueira, 1999), ao contrário, acredita-se que seja importante investir em uma boa formação jornalística na área científica e discutir o papel e a relação da ciência com a sociedade diariamente nos telejornais, programas infantis, especializados, etc.

Apesar de temas relacionados à ciência e tecnologia serem frequentes nos telejornais, é importante destacar dois programas que, de forma mais ou menos ordenada, possuem, em sua grade de notícias, a produção científica brasileira, internacional e eventualmente documentários de outras televisões do mundo – predominantemente a BBC. O *Fantástico - o show da vida* começou a ser exibido pela primeira vez em maio de 1973 e até hoje está na grade programação nobre da Rede Globo. É um programa misto, que traz shows, humorismo e telejornalismo. A seleção de seus temas é muito parecida com o telejornalismo: privilegia assuntos que envolvam multidões, notícias sobre pessoas famosas, fatos inéditos e misteriosos, humor, dinheiro, recordes e grandes contrastes. O outro destaque é o *Globo Repórter*, que também estreou em 1973, apresentado por Sérgio Chapelin. Inicialmente, o programa era exibido às terças-feiras e depois às sextas, em que permanece até hoje. A mudança de horário significou uma mudança nas temáticas do programa. Vimos, no capítulo anterior, que figuras importantes do mundo cinematográfico brasileiro assumiram a direção desse programa nos anos 1970, sendo, por isso, alvo da censura. Talvez, para se adequar ao padrão Globo de qualidade, a equipe de produção do *Globo Repórter* optou por inserir assuntos relacionados à divulgação científica na sua programação nas décadas seguintes (Ribeiro e Rodhen, 2009: 267-299).

No que diz respeito ao *Fantástico*, Denise Siqueira (1999) afirmou que a “ciência” aparece no programa como argumento em diversas reportagens e com temáticas distintas – “desde disputas judiciais, passando por histórias policiais e místicas, até a apresentação de produtos exóticos ou remédios para doenças consideradas até então incuráveis” (Siqueira, 1999: 104). O programa, nesse sentido, utiliza os assuntos científicos como gancho em diferentes reportagens, muitas delas não apresentam em sua estrutura nada que a indique como divulgação da ciência, mas ela foi usada para chamar a atenção do público. Outro ponto destacado por Siqueira diz respeito às matérias sobre saúde e doenças. A maioria delas procurava discutir/apresentar formas de conservação da juventude. Tal como nos programas infantis da TV Cultura, o *Fantástico* utiliza arquétipos pertinentes à ciência – especialistas como jalecos brancos, indivíduos trabalhando em laboratórios, entre outros.

Como já mencionado anteriormente, outro importante estudo sobre a divulgação da ciência no *Fantástico* é a dissertação de mestrado de Germana Barata (2006). Por meio da análise das notícias e reportagens veiculadas no programa, a autora investigou como a Aids foi divulgada no Brasil entre os anos de 1983 e 1992. Segundo Barata, o semanário televisivo foi pioneiro na divulgação da doença, dando destaques para as pesquisas realizadas nos Estados Unidos, abordando, no entanto, o assunto de forma sensacionalista na grande maioria das vezes. Inclusive, segundo consta Luiz Fernando Santoro (1982), o programa *Fantástico* é um importante disseminador das pesquisas científica estadunidense. Outro ponto importante nas matérias sobre ciência no *Fantástico* é que “não há muita clareza entre ficção científica e notícia científica, fazendo com que o público as receba igualmente como um espetáculo” (Santoro apud Barata, 2006:95) Segundo Germana Barata, o *Fantástico*, nos primeiros anos de divulgação da doença, a tratou como a grande vilã, “que desestabiliza a paz e ordem” (Barata, 2006: 98). Os adjetivos usados nas reportagens sobre a doença garantem tal *status* - assunto grave, doença misteriosa, mal fulminante, entre outros. Também dentro desse discurso alguns grupos adquirem papel de vilão: os homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas, haitianos, africanos e os pobres são os escolhidos pela produção do programa como os responsáveis pela disseminação da doença. Ainda segundo a autora, as pautas que mobilizaram a equipe de produção a veicular temas

sobre Aids foram eventos científicos e campanhas, assim como as novidades (descobertas, desenvolvimento de medicamentos e resultados de testes).

Desde 1974, a Rede Globo exhibe, inicialmente às segundas-feiras, depois às terças-feiras e atualmente às sextas-feiras, o programa *Globo Repórter*, que apresentava, eventualmente, reportagens nacionais sobre saúde e documentários científicos internacionais. Há de se destacar nesse contexto, os programas *Globo Ecologia* e *Globo Rural*, ambos lançados nos anos 1980 "quando a agricultura brasileira estava em evidência, especialmente com a expansão da fronteira agrícola em direção ao cerrado, no Centro-Oeste do país. A modernização das técnicas agrícolas e as conquistas científicas e tecnológicas que impulsionaram a produção de soja e laranja e a entrada desses produtos na pauta de exportações brasileiras." (Andrade, 2004: 234).

O *Globo Ciência*, no ar desde 1984, hoje veiculado extensivamente, tanto na TV aberta como na TV por assinatura (canal Futura) também foi produzido com dinheiro do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica do Banco do Brasil. Segundo Andrade, a trajetória do programa é emblemática e inclui a passagem por formatos diversos: reportagem, magazine, ficção. Seu foco atual é o público jovem; por isso o elenco do programa é composto por jovens atores, que representam uma equipe de pesquisadores interessados em divulgação científica. O outro programa emblemático desse ramo é o *Globo Ecologia*, que vem sendo veiculado no mesmo esquema do *Globo Ciência* há mais de dez anos. Seu formato tem variado entre o magazine e o documentário, com reportagens realizadas em todo o país⁹⁶.

Em 1988, a antiga Rede Manchete, atual Rede TV, lançou um novo programa especializado em divulgação científica, chamado *Estação Ciência*, iniciativa da produtora independente Ema Vídeo, em parceria com o Núcleo de Difusão Tecnológica da Universidade de Brasília (UnB), contando com o patrocínio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, empresa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Foram realizados 181 programas, que eram exibidos em rede nacional aos domingos, às 9h (Andrade, 2004: 232).

⁹⁶ Cf. Barca, L, 1995.

Na TV por assinatura, o critério fica mais elástico: a programação jornalística das TVs universitárias, por exemplo, abre espaços importantes para o que poderia ser considerado “divulgação da produção acadêmica”. São produções corretas, mesmo limitadas pela carência de recursos, quase sempre usando o formato de entrevistas e *talk shows*.

Como se vê por essa breve descrição, os principais programas brasileiros que já realizaram e realizam divulgação de C&T são caracterizados por uma linguagem rápida e fluida, pelo uso excessivo de imagens, pela utilização de metáforas entre outros, características bastante adversas do *Roda Viva*, que se apresenta como um programa de entrevistas e debates, com cerca de uma hora e meia de duração, que convida especialistas, cientistas, representantes institucionais, personalidades do universo cultural, entre outros. Quando surgiram as primeiras televisões públicas da Inglaterra (BBC), França (RTF), e outras, boa parte da programação era dedicada a programas de entrevistas e debates, pois justamente buscava-se cumprir o papel de educar e informar o público (Seaton, 2003 apud Silva, 2011: 2).

Assim, tendo em vista as noções de participação, cidadania e comunicação para a ciência, procura-se analisar, no próximo tópico, se o *Roda Viva*, pelo seu formato e linguagem, quando apresentou e discutiu C&T, problematizou a informação, contextualizou o leitor, apresentou as controvérsias no mundo científico, entre outros. Contudo, antes, se faz necessário realizar uma breve síntese sobre a história da epistemologia da ciência com o intuito de situar determinados discursos relacionados às atividades científicas usados com frequência na mídia em geral e no programa *Roda Viva*. Trata-se, portanto, de uma exposição sumária de um assunto de imensa amplitude e para o qual foram selecionados alguns aspectos a partir de uma visão pessoal, sem pretensão de se realizar uma abordagem sistemática.

3.5. História e epistemologia da ciência: uma breve revisão historiográfica

Dos gregos, herdamos as duas primeiras e mais influentes concepções de cientificidade: o *racionalismo*, que poderíamos associar aos nomes de Pitágoras e Platão

e o *empirismo* alinhado à medicina grega e relacionado aos nomes de Empédocles e Aristóteles; principalmente e, durante muito tempo na história da ciência, prevaleceu a ideia de que ela se baseava somente nesses pressupostos (Chalmers, 1994: 41-42).

No entanto, a partir dos anos 1930, as abordagens dos estudos da área de história e filosofia da ciência começaram a considerar outros aspectos igualmente importantes no processo de construção da ciência, entre esses, os fatores sociais e políticos do contexto histórico em que atuavam os cientistas. Uma das questões que motivou a revisão dos estudos sobre ciência foi a capacidade de interpretação dos dados por parte da comunidade científica, bem como os limites do experimentalismo.

Como era possível que a ciência, uma atividade racional não apresentasse unanimidade e homogeneidade? O que levava diversas comunidades científicas a elaborarem explicações teóricas diferentes entre si, apesar de partirem dos mesmos dados? (Gavroglu, 2007: 210). Assim, para compreender a história do desenvolvimento científico era imprescindível investigar outros fatores presentes no processo de formulação de teorias científicas.

Por um lado, a historiografia passou a analisar como a sociedade, a política e a economia de uma determinada época atuaram sobre a ciência. Conhecidos como estudos “externalistas”, podemos aqui destacar os trabalhos de Robert Merton (1984) sobre a relação entre a ética protestante e a Revolução Científica do século XVII. O autor escreveu um estudo pioneiro sobre as relações sociais e a ciência, as diferenças no recrutamento de profissionais das ciências e das humanidades e as peculiaridades do momento histórico em que ocorria o processo de institucionalização do conhecimento científico (Merton, 1984).

Outro estudo importante nessa área foi *As bases metafísicas da ciência moderna*, de Edwin Burt (1991), cujo principal objetivo foi esclarecer os pressupostos filosóficos da ciência moderna, estabelecidos nos séculos XVI e XVII, com Galileu e Newton. A principal contribuição do autor é sugerir, ainda em meados dos anos 1930, em oposição ao Círculo de Viena,⁹⁷ que a própria ciência é metafísica, ou, pelo menos, é

⁹⁷ O Círculo de Viena surgiu nas duas primeiras décadas do século XX, sendo responsável pela criação de uma corrente de pensamento intitulada positivismo lógico, que tentava buscar nas ciências a base de fundamentação de conhecimentos verdadeiros. Esse movimento surgiu na Áustria, como reação à

“contaminada” pela metafísica. No intuito de investigar o contraste entre o pensamento medieval e o moderno com respeito as suas concepções da relação do homem com seu ambiente natural, Burt concluiu que, apesar de a ciência moderna se fundamentar em pressupostos racionais e objetivos, elementos metafísicos ainda definem seus aspectos.

Segundo o autor:

Os fundadores da filosofia da ciência [moderna] estavam absortos no estudo matemático da natureza. Tendiam a evitar cada vez mais a metafísica, até onde podiam; quando não puderam evita-la, ela tornou-se um instrumento para a sua ulterior conquista matemática do mundo. Qualquer solução das questões fundamentais que continuaram a aflorar, não importando quão superficiais e inconsistentes, que servisse para acalmar a situação, para dar uma resposta plausível às suas indagações nas categorias com quem estavam agora familiarizados e, acima de tudo, para abrir diante deles um terreno livre para sua exploração mais completa da natureza, tendia a ser prontamente aceita e guardada com uma confiança que dispensava críticas. (Burt: 1991, 241)

Por outro lado, estudos empreendidos por historiadores como Rupert Hall⁹⁸ e Alexandre Koyré, denominados “internalistas” passaram a ser cada vez mais recorrentes. Apesar de não levarem em conta a influência dos fatores sociais, políticos e econômicos sobre o desenvolvimento das ideias científicas, os estudos dessa geração trouxeram novas perspectivas para os trabalhos de história e sociologia da ciência. Esses pesquisadores estavam interessados na história intelectual da ciência. Dessa forma, procuravam investigar a influência das ideias advindas do contexto cultural mais amplo (filosofia, religião, astrologia, magia), sobre as ideias científicas.

Merece destaque o livro *Do mundo fechado ao universo infinito*, de Alexandre Koyré (1979), cujo principal objetivo foi traçar as etapas da revolução entre os séculos XVI e XVII a partir das análises dos grandes textos clássicos de Nicolau de Cusa, Bruno e Copérnico, Kepler e Galileu, Descartes, Leibniz e Newton. A escolha desses textos foi definida principalmente por terem eles modificado os fundamentos e os

filosofia idealista e especulativa que prevalecia nas universidades alemãs. O objetivo do grupo era demonstrar que o conhecimento possui valor de verdade devido à sua vinculação empírica, isto é, o conhecimento científico é verdadeiro na medida em que se relaciona, em alguma dimensão, à experiência. Contudo, esses filósofos compreendiam que não se pode abandonar a lógica e a matemática, com o avanço que elas obtiveram na virada do século. Seus principais representantes foram Philipp Frank (1884-1966) e Rudolf Carnap (1901-1990). Em 1929, Carnap e seus colegas publicaram um manifesto intitulado *A concepção científica do mundo: o círculo de Viena*.

⁹⁸ Hall, Rupert. *A revolução na ciência, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1988.

próprios quadros de pensamento, inaugurando o que ficou conhecido como ciência moderna. A obra trata da "destruição do Cosmos", isto é, do mundo concebido como um todo finito e bem ordenado, de acordo com a concepção aristotélica do espaço, e a sua substituição pela concepção da geometria euclideana, que considera o espaço como extensão necessariamente homogênea e infinita. Para Koyré, a destruição do cosmos deve ser entendida como:

[...] a destruição do mundo concebido como um todo finito e bem ordenado, no qual a estrutura espacial encarnava uma hierarquia de valor e de perfeição, mundo no qual, "acima" da Terra pesada e opaca, centro da região sublunar da mudança e da corrupção, se "elevavam" as esferas celestes dos astros impoderáveis, incorruptíveis e luminosos, e a substituição deste por um universo indefinido, e até mesmo infinito, não suportando já nenhuma hierarquia natural e unido apenas pela identidade das leis que o regem em todas as suas partes, assim como pela dos seus componentes últimos, colocados, todos eles, ao mesmo nível ontológico (Koyré, 1979: 11).

Segundo o autor, a nova cosmologia no século XVII provocou a substituição do mundo geocêntrico dos gregos por um universo descentrado. O homem passou então de espectador da natureza a seu mestre e possuidor, sendo, portanto, obrigado a modificar e adaptar as suas concepções fundamentais e as próprias estruturas de pensamento.

Apesar de tratarem de maneira crítica a ciência, muitos desses estudos não se dedicaram à análise da metodologia da atividade científica, ou melhor, sobre o fazer ciência.

A partir da década de 1960, com o trabalho pioneiro de Thomas Kuhn,⁹⁹ *A estrutura das revoluções científicas* (2006), a história da ciência passou a se dedicar a

⁹⁹ Thomas Samuel Kuhn (1922-1996). Doutor em física pela Universidade de Harvard, acabou se tornando um importante teórico sobre epistemologia da ciência. Após obter o doutorado, em 1952, Kuhn ministrou um curso sobre ciências da natureza para estudantes da área de ciências humanas. O curso foi fundamental para a elaboração da obra *Estrutura das revoluções científicas*, pois precisou analisar diversos casos da história da ciência no intuito de transmitir aos estudantes uma visão sobre o modo como as teorias científicas surgem, e, ao longo dos anos, acabam sendo substituídas por outras. Começou, então, a constatar que a história tradicional não era um processo contínuo, linear e progressivo como a historiográfica clássica sobre o assunto determinava. Outro fator que influenciou seu trabalho foi o período no qual atuou como pesquisador convidado em um centro de pesquisa em ciências humanas na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Foi nesse período que formulou o conceito do paradigma. Por fim, Kuhn dialoga com outros autores já citados aqui tais como Alexandre Koyré e Imre Lakatos. Cf. Kuhn, Thomas, 2012.

narrativas históricas concretas e ao processo dinâmico pelo qual o conhecimento científico é adquirido, avaliado, reconhecido e substituído. De forma mais ampla, o trabalho de Kuhn preocupou-se em analisar o processo de institucionalização da ciência. A obra provocou discussões não só em âmbito teórico como também foi decisiva para a formação de novas características da linguagem das comunidades dos historiadores e filósofos da ciência (Gavroglu, 2007: 208).

Em linhas gerais, Kuhn concebe o desenvolvimento da ciência como uma sucessão de períodos de ciência normal, em que o desenvolvimento é cumulativo, intercalados por períodos de crise–revolução. Nesses períodos, os repetidos esforços de se ajustar os fatos à teoria vigente, ou de se refiná-la, de forma a assimilar os fatos, revelam-se infrutíferos. A busca de uma solução acaba por promover mudanças conceituais tão profundas que assinalam uma ruptura com a antiga teoria, configurando a chamada revolução científica. A “ciência normal” é compreendida por Kuhn como

[...] a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior. (Kuhn, 2006: 29).

Para o autor, portanto, o desenvolvimento das ciências tem se caracterizado a partir de duas situações. Na primeira, o empreendimento científico se dá sob a previsão de um paradigma, isto é, conjunto de definições, conceitos, leis, modelos, teorias, instrumentais e valores compartilhados pelos praticantes de uma determinada comunidade científica. Durante algum tempo, um determinado paradigma define o campo de pesquisa e orienta a investigação científica. Ainda de acordo com o autor, os períodos de ciência normal são caracterizados por uma profunda adesão da comunidade científica a um paradigma. Sendo, portanto, considerados momentos em que prevalece uma atividade científica demasiadamente conservadora, marcada por uma adesão incondicional e dogmática àquele paradigma. Ainda segundo o autor essa rigidez da ciência normal é necessária e fundamental para o desenvolvimento científico.

Assim, quando um paradigma é aceito pela comunidade científica, ele é usado “em grande parte [como] uma promessa que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos” (Kuhn, 2006: 44). Cabe, então, à ciência normal

atualizar essa promessa. A teoria de Copérnico, por exemplo, segundo o autor, foi refinada e ampliada pelos trabalhos de Kepler. Contudo, pode ocorrer, ainda no período de desenvolvimento da ciência normal, um significativo aumento de diversas anomalias que os profissionais já não conseguem mais explicar. Nesse momento, os cientistas deixam de se basear no paradigma dominante para solucionar os problemas-*puzzle* (Kuhn, 2006: 79). Esse período, intitulado de crise ou pré-ciência, geralmente antecede e conduz a uma revolução científica.

As revoluções científicas são episódios extraordinários nos quais ocorre uma alteração de compromissos. Segundo o autor, isso ocorreu com Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein. “Cada um deles forçou a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela” (Gavroglu, 2007: 211). Como consequência, cada um desses episódios produziu uma alteração nos problemas e nos padrões pelos quais aquele paradigma determinava o que deveria ser considerado como um problema ou como uma solução de um problema legítimo. A nova teoria necessariamente implica uma mudança nas regras que governam a prática anterior do paradigma que prevalecia na intitulada ciência normal.

Por isso uma nova teoria, por mais particular que seja seu âmbito de aplicação, nunca ou quase nunca é um mero incremento ao que já é conhecido. Ela não é um acréscimo às teorias anteriores. Ao contrário, necessita de novas reformulações e hipóteses adversas às que existiram antes, na medida em que partem para explicar as inúmeras anomalias reconhecidas. Começa, portanto, um novo processo de análise dos materiais, de criação de novas teorias precedentes, novos instrumentos para mensurar os dados. Daí vem, segundo o autor, a dificuldade em determinar as origens desse processo revolucionário, pois ele não ocorre de maneira rápida, articulada e programada. Esse processo, inclusive, pode ser longo.

A obra de Kuhn exige que os historiadores da ciência fiquem mais atentos para os procedimentos e métodos da ciência, em especial para o estudo das diversas práticas dos cientistas quando esses funcionam no quadro da ciência normal. Contudo, cabe lembrar que o modelo de Kuhn fundamenta-se basicamente na concepção de que os períodos de ciência normal e ciência extraordinária se alternam e que, somente nos momentos pré-paradigmáticos, a ciência é praticada sem que haja consenso entre os

cientistas. Esses momentos, segundo Kuhn, são marcados por intensa competição entre as diversas concepções estruturantes da prática científica. Porém, ao contrário do que afirma o autor, veremos mais adiante que, na chamada ciência normal, também há controvérsias e conflitos. E, mais, que os modelos de explicação dos fenômenos da natureza podem coexistir em um mesmo período histórico.

Um importante crítico dos modelos conceituais criados para explicar o processo de constituição da ciência foi Feyerabend¹⁰⁰. Inserida em um amplo diálogo com Popper (1902- 1994)¹⁰¹, Imre Lakatos (1922-1974)¹⁰² e outros filósofos da ciência, a obra *Contra o método* propõe uma reflexão acerca do estatuto do conhecimento

¹⁰⁰ Paul Karl Feyerabend (1924-1994) ficou conhecido mundialmente como importante crítico da validade epistemológica da metodologia científica. Quando estudante de física na Universidade de Viena, teve contato com alguns físicos que influenciaram seus trabalhos, entre esses Felix Ehrenhaft (1879-1952). Suas experiências de medição de cargas elétricas não coincidiam com as teorias existentes até então e, justamente por isso, Ehrenhaft tinha muita dificuldade em convencer a comunidade científica sobre a veracidade de seus experimentos. Anos mais tarde, em 1948, foi ao primeiro encontro do seminário internacional de verão da Austrian College Society, em Alpbach, onde conheceu Karl Popper. Em 1955, recebeu sua primeira indicação acadêmica para a Universidade de Bristol, Inglaterra, onde ocupou-se de leituras sobre filosofia da ciência. Mais tarde trabalhou como professor em Berkeley, Yale, Londres e Berlim. Durante este período, desenvolveu uma visão crítica da ciência, a qual mais tarde descreveria como "anarquista" ou "dadaísta" para ilustrar sua rejeição ao uso dogmático das regras.

¹⁰¹ Karl Popper (1902-1994), austríaco naturalizado britânico, estava preocupado com as delimitações entre ciência e pseudociência. Ficou conhecido pela ideia de "racionalismo crítico" para descrever a filosofia da ciência e rejeitar a ideia do empirismo e observacionalismo-indutivista da ciência. Popper argumentou que não era possível confirmar a veracidade de uma teoria pela simples constatação dos resultados de uma previsão efetuada. O que a experiência e as observações do mundo real podem e devem tentar fazer é encontrar provas da falsidade daquela teoria. Esse processo de confronto da teoria com as observações poderá provar a falsidade da teoria em análise. Em outras palavras, uma teoria científica pode ser falsificada por uma única observação negativa, mas nenhuma quantidade de observações positivas poderá garantir que a veracidade de uma teoria científica seja eterna e imutável. Alguns consideram este aspecto fulcral para a definição da ciência, chegando a afirmar que "científico" é apenas aquilo que se sujeita a este confronto. Por isso a ideia de que ciência deve se enquadrar em determinados modelos. Sua principal obra é *A lógica da descoberta científica*, escrita em 1934 (Chalmers, 1994:15-16).

¹⁰² Imre Lakatos (1922-1974) foi um filósofo da matemática e da ciência. Nasceu na Hungria e foi membro da resistência à ocupação nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Depois da guerra, trabalhou na política e foi preso por três anos por comunistas. Saiu da Hungria, foi para Inglaterra e acabou, em Londres, trabalhando com Popper; elaborou a teoria da metodologia de programas de pesquisa científica em contrapartida às ideias de Kuhn. O objetivo de Lakatos era determinar as condições universais sobre as quais uma teoria é científica. Lakatos classifica os programas de investigação em progressivos (que prometem mais resultados, cobrem maior conteúdo, apresentam soluções mais simples) ou degenerativos (que parecem levar a poucos resultados e, finalmente, à estagnação), mas isso não impede que alguns cientistas prefiram permanecer num programa degenerativo. Além disso, um programa degenerativo pode se tornar progressivo com alguns rearranjos. Uma falsificação demanda a existência de várias alternativas (proliferação de teorias) e nunca é exatamente definitiva, pois os cientistas podem simplesmente modificar as teorias auxiliares, substituí-las por outras, ou fazer uma adaptação *ad hoc*. A única racionalidade advogada é que é preferível (mais racional) pesquisar por um programa progressivo. Todas essas manobras são compatíveis com a história das ciências e, não sem razão (acrescida de uma certa dose de ironia), Feyerabend trata a proposta de Lakatos por "anarquismo disfarçado". Cf. Chalmers, Alan. *op. cit.* p. 16 e Feyerabend, Paul, 2007.

científico. Ele é contrário a toda epistemologia que procura não só descrever, mas também prescrever uma única metodologia para a ciência.

Há, é claro, uma diferença muito notável entre as regras de teste “reconstruídas” por filósofos da ciência e os procedimentos que os cientistas usam na pesquisa real. Essa diferença fica aparente com o exame superficial. No entanto, o mais superficial exame também mostra que determinada aplicação de métodos de crítica e prova, que se diz pertencerem ao contexto da justificação, eliminaria a ciência como a conhecemos – e jamais teria permitido que surgisse (Feyrabend, 2007: 208).

Nessa breve citação fica evidente a censura que o autor dirige a certas regras metodológicas, com o intuito de liberar os cientistas das exigências de filósofos da ciência. Também atenta ao fato de que outros fatores culturais e ideológicos podem interferir no processo de produção de uma teoria. Assim, para o autor, a história da ciência está repleta de momentos nos quais as metodologias determinantes foram deixadas de lado em prol desta mesma ciência. E mais, segundo o autor, o progresso científico ocorreu nos momentos em que houve uma violação da regra geral que movia aquele saber. Ele afirma que “uma ciência que paute pelo bem ordenado só alcançará resultados se admitir, ocasionalmente, procedimentos anárquicos (Feyrabend, 2007: 30)”.

Para o autor, um procedimento anárquico vincula-se à extrapolação dos pressupostos e conceitos circunscritos a um modelo científico, o que é bem diferente de abandonar a regra metodológica. O propósito, portanto, é mostrar que na ciência “Tudo vale!”. Ou seja, todas as metodologias possuem suas limitações, o que implica afirmar que elas não podem ser tomadas sempre como princípio válido e correto.

No intuito de demonstrar que o conformismo e a metodologia única, baseada, por exemplo, no racionalismo têm seus limites, o autor realizou uma extensa análise do julgamento de Galileu no século XVII promovido pela Igreja Católica sobre suas posições em relação à teoria de Copérnico e demonstrou que o genovês “desarmou” e não refutou o sistema antigo utilizando-se de artimanhas, apelos e analogias.

Para começar a refutar a tese estabelecida, Galileu precisou mudar o sentido e a observação referencial sem alterar o que estava em voga – o objetivo era provar para as

peças que os sentidos não podem ser tomados como realidade. Galileu também alterou as sensações que pareciam ameaçar a teoria de Copérnico. Para tanto, utilizou o telescópio para demonstrar que as coisas ali vistas se ajustavam perfeitamente à teoria copernicana, ao passo que contradiziam a experiência antiga (Feyerabend, 2007: 153). Assim, para submeter a nova teoria de Copérnico, foi necessário e imprescindível que se abandonasse as concepções de astronomia previstas até então. E, mais, utilizando outros métodos que não os argumentos racionais que existiam até aquele momento. Ainda, segundo o autor, as novas ideias de Copérnico só foram aceitas, pois representavam progresso em outras áreas, como, por exemplo, poderiam representar uma sociedade livre e pluralista.

Finalmente, o julgamento de Galileu levanta importantes questões sobre o resultado dos trabalhos de especialistas e a sua relação com o racionalismo dos métodos científicos, diz ele, “se levados de volta ao início do século XVII, esses defensores da racionalidade teriam julgado Galileu como os aristotélicos então o julgavam” (Feyerabend, 2007: 185). Ou seja, a Igreja, para o autor, não foi a grande vilã no processo de julgamento de Galileu, ao contrário, as posições adotadas por ela foram, em muitos aspectos, as mesmas adotadas por diversas epistemologias científicas. De maneira geral, a Igreja tentou evitar que uma teoria científica possível, mas não provada fosse apresentada como verdadeira e causasse polêmica ideológica desnecessária.

As críticas de Feyerabend sobre o status da ciência e a crença isenta nas metodologias e critérios que a definem levaram historiadores, sociólogos e filósofos da ciência a questionar as explicações ortodoxas atribuídas ao estatuto privilegiado da atividade científica. De forma que hoje outros elementos são examinados no processo de constituição do saber científico, tendo, assim, um olhar mais relativista para o “fazer ciência”.

De maneira geral, esses estudos apontaram novas situações na Filosofia e na História das Ciências. Ao analisar as características desse fenômeno tão complexo que é a ciência, essa historiografia passou a questionar a ideia de que, na atividade científica, prevalece o racionalismo e experimentalismo, tal como apregoavam os gregos na Antiguidade. Esses estudiosos, portanto, começaram a questionar a validação cognitiva do conhecimento científico, sustentando, inclusive, que a ciência poderia ser estudada

como um empreendimento humano, ou seja, considerando-a como um conjunto de práticas sociais, culturais, políticas ao invés de considerá-la como resultado exclusivo de interações entre os cientistas.

Porém, veremos a seguir que os meios de comunicação no Brasil, de forma geral, ainda divulgam a imagem de que ciência e verdade são inseparáveis. Assim, a produção científica é vista como uma “entidade” racional e objetiva, na qual seus procedimentos conduzem à verdade. Procura-se, então, confrontar a ciência disseminada no programa *Roda Viva*, em seus distintos níveis, com a que emerge do exame da história da ciência, à luz das reflexões da historiografia contemporânea. Interessa saber se *Roda Viva*, pelo seu formato e linguagem, contextualizou seus telespectadores, questionou os especialistas convidados, trouxe para o centro da roda indivíduos representantes de diversas comunidades científicas – em resumo, que ciência foi divulgada no programa *Roda Viva*.

3.6 Lugares da ciência no programa *Roda Viva*

Dos 1.020 programas produzidos entre os anos de 1986 e 2006, 165 tratam da temática ciência e tecnologia. Dentre esse montante, há seis debates, nos quais não há apenas um especialista convidado, mas vários que se propõem a discutir um tema¹⁰³. Os especialistas que participaram desses debates foram incorporados nas análises a seguir e estão em destaque na

Tabela 10.

¹⁰³ O programa *Roda Viva* produziu debates especiais na área de C&T, dos quais participaram mais de um entrevistado, registrando a presença de 13 especialistas no cômputo geral. Os programas de debates são: Aids, que foi exibido no dia 19 de janeiro de 1987; Contaminação Radioativa, exibido no dia 19 de outubro de 1987; Crise energética, exibido no dia 14 de maio de 2001; Dengue, exibido no dia 25 de fevereiro de 2002; Transposição do Rio São Francisco, exibido no dia 14 de fevereiro de 2005 e Debate Cem anos de psicanálise, exibido no dia 23 de outubro de 2000. Todos os debates citados estão disponíveis no site www.memoriarodaviva.com.br, com exceção do programa Contaminação Radioativa, cuja transcrição se encontra no Anexo III da tese.

Figura 14 – Entrevistas programa *Roda Viva* por tema

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa Roda Viva

Podemos perceber, pela análise do gráfico acima (Figura 14), que a temática científica e tecnológica é pouco abordada no programa. O total das entrevistas encontradas para o primeiro período (1986-1994) indicou 437 programas, destes, 43 contemplavam temas de C&T; para o segundo período (1995-2003), foi registrado um total de 439 entrevistas, dentre as quais, 85 referiam-se às atividades ligadas à produção científica e tecnológica; para o último e menor período foram encontradas 144 entrevistas, destas 37 foram enquadradas na categoria ciência e tecnologia. Em termos percentuais, tem-se que 9,8% do total de entrevistas dedicaram-se à temática de C&T para o primeiro período; 19,3% para o segundo e 25,7% para o último período, de forma que é importante pontuar, em um primeiro momento, considerável aumento de entrevistas nesta área nos anos 2000. Um dos motivos que pode explicar alta incidência desta temática a partir dos 2000 está na fala de Paulo Markun:

Em 2000, a gente percebeu que os temas de C&T ficaram mais atraentes; os jornais passaram a divulgar o projeto Genoma, teve início uma discussão sobre os transgênicos, a crise de energia também, em 2001... Os jornais estavam falando mais sobre C&T, sabe? O governo federal criou os fundos setoriais e o ministro [Sardenberg] estava na “moda” [Markun fez aspas com as mãos]. Daí começamos a chamar, sempre que possível, gente desta área.

Vê-se, pela fala do apresentador, que uma série de fatores ampliou a visibilidade da atividade científica na mídia, provocando uma ascensão do tema no programa para o último período. Em um primeiro momento, Paulo Markun citou o aumento de matérias e notícias sobre C&T nos principais jornais impressos de São Paulo. Interessados em compreender o que foi apresentado à opinião pública sobre atividades científicas, Cidobal Moares e Tatiana Silveira (2001) analisaram os três principais jornais de circulação nacional – *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Gazeta* para os anos de 1989, 1995, 1999 e 2000. O objetivo da pesquisa consistia em compreender como esses veículos de comunicação atuaram como atores, pressionando o tema a entrar na agenda pública e política. Segundo os autores, a presença percentual de matérias de C&T nesses veículos de comunicação foi inconstante para todo o período analisado, no entanto, eles observaram um aumento geral entre os jornais de circulação nacional de temas de C&T para o ano de 2000. Ainda segundo eles, a ciência que prevalece na mídia é a que tem resposta para as questões diretas aos problemas da sociedade, tais como meio ambiente, saúde, engenharia e agricultura. Também constataram que a maioria das matérias sobre ciência privilegiava as informações e descobertas nacionais, realizadas especialmente nos centros de pesquisa e laboratórios do Sudeste. Por fim, Moraes e Silveira indicaram que as instituições governamentais foram as que mais contribuíram como fontes de informação para o noticiário científico, com taxa média que variava entre 30% e 50% do total das fontes (Souza e Silveira, 2001: 6). De maneira geral, os autores concluíram que a ciência apresentada nos jornais paulistas de tiragem nacional estava restrita ao Estado de São Paulo. A análise das amostras das entrevistas do *Roda Viva* chegou a conclusões bastante semelhantes, que serão apresentadas a seguir.

Voltando à fala de Paulo Markun, o apresentador também citou dois pontos importantes da política nacional que impulsionaram os financiamentos para as áreas de C&T: a nomeação de Ronaldo Sardenberg¹⁰⁴, que, por sua vez, criou os fundos setoriais. Ao assumir essa pasta em julho de 1999, Sardenberg estimulou a mudança de perfil das pesquisas nacionais. Além disso, apresentou muitas dessas pesquisas ao empresariado. Por fim, investiu em *releases*. Assim, os meios de comunicação passaram

¹⁰⁴ Ronaldo Sardenberg foi ao programa *Roda Viva* em dois momentos, em 1998, como Ministro do Planejamento e, em 2001, como Ministro de Ciência e Tecnologia. Cf. www.memoriarodaviva.fapesp.br.

a divulgar mais pesquisa nacionais. Não à toa Sardenberg ocupou mais espaço nos principais jornais que os ministros da Indústria e Comércio, por exemplo (Rezende, 2010: 210). Foi ele o responsável pelos fundos setoriais, um novo mecanismo para gerar recursos adicionais para o sistema de C&T, oportunidade de aumentar a verba dessa pasta. No total, são 12 fundos abastecidos por contribuições compulsórias de setores específicos do sistema produtivo. O resultado dessa iniciativa foi o aumento de verba para o sistema de C&T e a possibilidade de realizar atividades de pesquisa e inovação com o empresariado. Para as pesquisas futuras, seria interessante estender o período para além de 2006, procurando averiguar se e como os temas de C&T passaram a ser discutidos e apresentados¹⁰⁵. Para o período a que se propôs esta pesquisa, a amostra dos registros indicou os seguintes resultados, apresentados na Tabela 9.

Tabela 9 – Entrevistas do programa *Roda Viva* por áreas de C&T por período (1986-2006)

Área de C&T	Período			Total
	1986-1994	1995-2003	2004-2006	
CNA (Ciências Naturais e Agrárias)	4	4	3	10
MA (Meio Ambiente)	8	6	7	21
CMS (Ciências Médicas e da Saúde)	16	18	12	46
CES (Ciências Exatas e na Sociedade)	5	8	9	22
T (Tecnologia)	2	7	4	13
CHS (Ciências Humanas e Sociais)	14	45	17	76
Total	43	85	37	188

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa Roda Viva

A partir dessa primeira amostragem foi possível perceber que a maioria das entrevistas foi realizada com professores e/ou especialistas da área de humanidades e ciências sociais, tais como cientistas políticos, sociólogos, historiadores, antropólogos, entre outros, como mostram gráfico e tabela a seguir.

¹⁰⁵ Para os anos seguintes, por exemplo, encontramos muitas pesquisas na área de C&T, entre as quais destaco Miguel Nicolelis (10/11/2008); Suzana Herculano-Houzel (17/3/2008); Debate Aquecimento Global (12/2/2007); Odair Dias Gonçalves (07/7/2007).

Figura 15– Especialista convidado ao programa *Roda Viva* (1986-2006)

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*

Tabela 10 – Especialistas convidados ao programa *Roda Viva* por área por período (1986-2006)

Área de C&T	Especialidade	Período			Total
		1986-1994	1995-2003	2003-2006	
Ciências Humanas e Sociais (CHS)	antropólogo(x)	4	3	2	9
	arqueólogo(x)	0	0	1	1
	cientista polític(x)	2	6	3	11
	educador(x)	1	3	1	5
	filósofo(x)	2	5	3	10
	historiador(x)	2	7	4	13
	linguista	0	0	1	1
	sociólogo(x)	4	5	7	16
Total parcial CHS					66
Meio Ambiente (MA)	biólogo(x)	0	1	1	2
	geógrafo(x)	3	1	1	5
Total parcial MA					7

[continuação]

Área de C&T	Especialidade	Período			Total
		1986-1994	1995-2003	2003-2006	
Ciências Naturais e Agrárias (CNA)	geneticista	0	0	1	1
	geólogo(x)	0	1	0	1
Total parcial CNA					2
Tecnologia (T)	cientista da computação	0	0	1	1
	pesquisador MIT	0	1	0	1
	químico(x)	1	0	1	2
	cientista	0	3	2	5
Total parcial T					9
Ciências Exatas e na Sociedade (CES)	físico(x)	0	2	2	4
	neurocientista	0	0	1	1
Total parcial CES					5
Ciências Médicas e da Saúde (CMS)	psicólogo(x)	1	0	0	1
	médico(x)	12	9	5	26
Total parcial CMS					27
Total geral		32	47	37	116

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

No que diz respeito a Letras e Linguagens, poucos especialistas dessa área foram entrevistados, apesar de o programa convidar, sempre que possível, autores importantes do universo literário, entre os quais José Saramago, Ondjaki, Ruth Rocha, Nadine Gordimer, Nelida Piñon e outros. Constatou-se que, nas entrevistas da área de CHS, há enorme citação de teóricos, autores de livros e obras clássicas. Das 76 entrevistas registradas, 87% fazem menção a alguma obra ou autor ao longo do programa. Além disso, as citações foram realizadas não só pelos entrevistados, como também pelos convidados da banca.

Os principais temas abordados foram internet, tecnologia(s) digital(is) (43%), globalização e modernidade (36%) e identidade(s) nacional(is) (estudos sobre instituições públicas, fatos históricos e ou personalidades do passado) (21%).

Dentre as entrevistas sobre tecnologia digital e internet, a maioria discutiu suas consequências para a sociedade, prevalecendo um tom otimista em relação ao desenvolvimento tecnológico. Por exemplo, na entrevista com o historiador Roger Chartier, em 2001, o apresentador Paulo Markun começava com a seguinte chamada:

Boa noite. O livro, que já enfrenta grandes mudanças, vai existir um dia somente na tela do computador? Isso vai significar acesso ao conhecimento universal ou a uma sociedade mais justa? Quem busca resposta para essas perguntas é o diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris¹⁰⁶.

Constatou-se também que grande maioria dos entrevistados desta área já contribuiu, com textos e artigos, para os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. Tal constatação confirma a hipótese de que há uma tendência do programa em adotar as mesmas fontes de notícias desses veículos de comunicação, prevalecendo certa homogeneidade de temas e discursos na imprensa paulista. Por fim, é importante considerar que a incidência de convidados estrangeiros foi alta nesta área. Segundo estudos da área de comunicação em ciência e tecnologia, a citação de pesquisas americanas no meio televisivo geralmente é alta devido à liderança do país no ranking mundial de produção científica¹⁰⁷.

¹⁰⁶ CF. entrevista completa no site do programa Roda Viva. [citado 18 jan. 2016]. Disponível em: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/423/roger%20chartier/entrevistados/roger_chartier_2001.htm

¹⁰⁷ Os Estados Unidos lideram o ranking mundial de produção científica, enquanto nação. Cf. UNESCO. *Science Report 2010. The Current Status of Science around the World*. Paris, Unesco, 2010.

Figura 16– Convidados estrangeiros na área de Ciências Humanas e Sociais

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

De fato, o número de entrevistados estadunidenses é maior se comprado aos outros estrangeiros¹⁰⁸ para toda a amostra. No entanto, para a área de Ciências Humanas e Sociais, o número de entrevistas com os intelectuais franceses é maior proporcionalmente. Em seguida, aparecem estadunidenses, italianos, espanhóis e portugueses como mostra o gráfico anterior (Figura 16).

O alto comparecimento de franceses no programa pode ter relação com a Universidade de São Paulo (USP) e, especialmente, a antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que contou, em sua formação, com a participação de professores franceses em diversas áreas (sociologia, filosofia, antropologia, história, literatura francesa, geografia, psicologia).

Em estudo sobre a história da comunidade científica no Brasil, Schwartzman (1979) apontou dois fatos relacionados à formação histórica da USP, que são pertinentes

¹⁰⁸ Foi registrada a presença de 17 programas com especialistas norte-americanos (sendo 4 na área de ciências médicas e saúde), 14 com especialistas franceses (sendo 11 na área de ciências humanas) e cinco com italianos.

para esta tese, o primeiro diz respeito ao grupo que se empenhou em criar a universidade, constituído pelo proprietário do jornal *Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita Filho, que, juntamente com Roberto Simonsen, líder da Federação das Indústrias do Estado, procurou “criar um centro de cultura política e social capaz de promover o interesse do paulista pelo bem comum” (Schwartzman, 1979: 166).

Um segundo ponto importante da obra de Schwartzman diz respeito ao modelo que a universidade adotaria, bem como o número de professores estrangeiros que foram convidados a trabalhar ali. A intenção era de que a instituição fosse pública e livre de influências religiosas e, principalmente, que fosse integrada a todas as escolas. O núcleo central seria a Faculdade de Filosofia e Letras, considerada a *cellula mater*. Em segundo plano, estariam as escolas tradicionais, entre as quais direito, politécnica e medicina, as chamadas de “profissionalizantes”. Schwartzman pontua, por fim, que, apesar desse projeto, na prática, ter sido frustrado, devido à incapacidade de integração entre as escolas, a universidade forneceu modelos de pesquisa e *expertise* em diversas áreas. A USP se tornou o espaço onde os professores estrangeiros, sobretudo os franceses, formaram, com seus alunos brasileiros, uma comunidade que até hoje influencia a ciência no Brasil (Schwartzman, 1979: 212).

Assim, tendo em vista essas observações, é possível supor que a alta incidência de convidados franceses na área de Ciências Humanas e Sociais esteja relacionada a uma tradição de estudos franceses instaurada com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, posteriormente chamada de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Evidentemente é importante ponderar sobre a produção editorial do Brasil no que diz respeito ao lançamento de livros nessa área. Como exposto no capítulo anterior, a equipe de produção do programa, após 1994, especialmente com a entrada de Matinas Suzuki, passou a utilizar os *releases* das agendas culturais promovidas pelas editoras que, geralmente, convidavam personalidades internacionais para realizar o lançamento de suas obras. Nesse sentido, é importante considerar que o mercado brasileiro de livros tem preferência para a publicação de obras francesas.

Voltando a relação entre os donos do jornal *Estado de S. Paulo* e a USP, já foi apresentado no Capítulo 1 desta tese que, no momento de formação da TV Cultura, ainda nos anos 1960, a emissora foi amplamente influenciada pela opinião de diversos

intelectuais, entre os quais professores da própria da universidade e jornalistas ligados aos jornais *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* (Leal Filho, 1988: 21). Dessa forma, é possível aferir que tal relação se estendeu à estrutura e dinâmica do programa *Roda Viva*, que, buscando fontes para compor suas entrevistas, passou a convocar, sempre que possível, a comunidade científica da USP. A Tabela 11, a seguir, inclusive, indica alta incidência de professores dessa universidade não só para a área de CHS, mas para toda a amostra. Assim, historicamente, indivíduos ligados à USP têm mais acesso às atividades da Fundação e, portanto, são mais fáceis de serem acessados no momento de organizar uma pauta ou uma entrevista em relação às outras instituições. Não se trata, nesse sentido, de uma proximidade física, mas também de alinhamento de ideias e projetos.

Também, no que diz respeito aos locais onde atuam os especialistas convidados ao programa, as instituições de ensino localizada em São Paulo e no Rio de Janeiro se destacam, como mostra a Tabela 11¹⁰⁹. Foi observado ainda, que para as áreas de Ciências Naturais e Agrárias, Ciências Médicas e Ciências Exatas e da Sociedade prevalece uma representatividade entre as instituições governamentais, institutos e sociedades científicas, conforme aponta o gráfico a seguir (Figura 17), indicando uma preferência da equipe de produção do *Roda* em consultar as fontes oficiais.

¹⁰⁹ Caso o entrevistado fosse professor de uma universidade e atuasse em um centro de pesquisa vinculado àquela universidade, a instituição de ensino prevalecia. Caso o entrevistado fosse da equipe de alguma instituição pública e também apresentado na chamada como professor, prevalecia a instituição.

Tabela 11 – Locais onde atuam os convidados do programa *Roda Viva* por área

Áreas	Universidades							Sociedades científicas	Instituições governamentais	Convidados estrangeiros	Total
	São Paulo					Rio de Janeiro	Outros estados do Brasil				
	USP	Unicamp	Unesp	Unifesp	Outras						
CNA Ciências Naturais e Agrárias	1	-	-	-	-	-	-	-	9	-	10
MA Meio Ambiente	4	-	-	2	-	3	1	1	8	2	21
CMS Ciências Médicas e da Saúde	9	2	-	6	-	6	4	-	16	3	46
CES Ciências Exatas e na Sociedade	4	-	-	-	-	-	-	3	11	4	22
T Tecnologia	1	1	-	-	-	1	-	-	9	1	13
CHS Ciências Humanas e Sociais	13	6	6	-	2	9	5	-	8	27	76
Total	32	9	-	8	-	19	10	3	61	35	188

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

Na Figura 17 é possível observar quais foram as instituições representadas no programa. Chamados de fontes oficiais pelos jornalistas, esses especialistas respondem, sobretudo, pela instituição que representam.

Figura 17– Representantes das instituições públicas e sociedade científicas da área de C&T no programa *Roda Viva* (1986-2006)

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

Os principais mediadores do programa, Paulo Markun, Matinas Suzuki e Rodolpho Gamberini, mencionaram que fazia parte dos trabalhos da produção convidar, sempre que possível, representantes do governo de áreas consideradas chave, a saber: economia, saúde e educação. Eles comentaram que:

Chamamos sempre um representante da área de saúde e de educação porque são temas que sempre estão na pauta do momento; um *mainstream* da área. Eventualmente, eram nomes indicados pela direção. Engraçado que, em muitos casos, aconteceu que o ministro ou o secretário chamado estava no olho – no furacão – de uma notícia. E sua entrevista era muitas vezes replicada nos jornais no dia seguinte. (Rodolpho Gamberini)

Era uma indicação da direção alternar, assim que eu entrei no programa, temáticas culturais com uma agenda mais dura, de governo mesmo – como eu disse, eu fui lá para dar esse tom ao programa, já que eu era da área cultural no jornal [*Folha de S. Paulo*]. Então, eventualmente a gente colocava, nos buracos [do calendário do programa], um ministro ou secretário, em muitos casos era alguém da economia, saúde, eventualmente, meio ambiente ou educação. (Matinas Suzuki)

Por esses depoimentos fica perceptível que há uma certa tendência do programa em seguir uma agenda política. Também fica explícito a interferência da direção da Fundação Padre Anchieta. Na área de ciências naturais e agrárias, a maioria das fontes é institucional, especialmente ministros relacionados ao desenvolvimento agrário e/ou reforma agrária. Matinas Suzuki comentou que, em 1993, indicou João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para o programa, mas a direção da fundação vetou esse nome.

Teve um nome que eu indiquei porque achava muito interessante conhecer esta figura: João Pedro Stédile, mas a direção barrou,. Na época, auge das invasões, achava necessário a sociedade conhecer o que pensava esse indivíduo. No entanto, a direção vetou, afirmando que ele tinha processos e isso não seria bom para a imagem do canal. (Matinas Suzuki)

Como já discutido no capítulo 2, não foi a primeira vez que a direção interferiu nas decisões da equipe. A impressão que se tem é que a justificativa usada pela diretoria é um pretexto para não dar voz a uma liderança vinculada às frentes populares e de esquerda do país.

Ao fazer uma perspectiva das entrevistas da área de CNA para aquele ano, foi constatado que o programa discutiu muitos temas relacionados à agricultura e a desenvolvimento. Por exemplo, entrevistou um dos maiores exportadores de soja do país e grande latifundiário, Olacyr de Moraes. Também chamou o então ministro do

Meio Ambiente, Rubens Ricupero¹¹⁰ e José Eduardo de Andrade Vieira¹¹¹, que acumulava duas pastas: Indústria e Comércio e Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Todas essas entrevistas fazem menção às “invasões” realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e à proposta de lei que estava em discussão à época.

No ano de 1993, o Congresso propôs uma série de reformulações da legislação de regulamentação da propriedade no Brasil, a chamada Lei Agrária e do Rito Sumário¹¹², elaborada com o objetivo de especificar e sistematizar aquilo que foi estabelecido pela Constituição de 1988, no que tange à questão agrária. A legislação mencionada foi duramente criticada por Stédile e outros lideranças sindicais que representavam os pequenos agricultores; eles mencionaram, entre outras questões, que a lei aprovada desmerecia as discussões feitas pelos movimentos sociais, estipuladas na Carta da Terra, a qual preconiza uma reforma agrária casada com um modelo agrícola que valorize o mercado interno¹¹³. O programa, no entanto, ao eleger determinadas fontes de informação oficiais e oficiosas em detrimento de outras vozes, acabou suprimindo a opinião de outros grupos e lideranças políticas, ferindo a ideia de democracia representativa.

No que diz respeito ao conteúdo dessas entrevistas que discutiram agricultura e sua relação com as imagens propagadas de ciência, registrou-se uma associação entre mecanização (tecnologias para agricultura) e bem-estar em oposição às atividades manuais e miséria. O entrevistado Olacyr de Moraes, ao ser questionado sobre o tamanho de sua propriedade e a urgência da reforma agrária, respondeu:

Bom, eu acho o seguinte: vamos citar um grande país que são os Estados Unidos na produção agrícola. Eles pagam dez vezes mais salário para seus trabalhadores, só que eles trabalham de uma maneira moderna, [são] totalmente equipados e com alta produtividade porque eles têm tecnologia em fazendas, adequadas à mecanização, a uma agricultura moderna e eficiente. Consequentemente, vamos supor, eles

¹¹⁰ Entrevista no *Roda Viva* com o então ministro do Meio Ambiente Rubens Ricupero (25/10/1993). Disponível no Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta.

¹¹¹ Entrevista com José Eduardo de Andrade Vieira (1/2/1993). Cf. Site do programa Roda Viva. [citado 26 jan. 2016] Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/>.

¹¹² Cf. Lei Agrária [citado 26 jan. 2016] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm

¹¹³ Cf. Revista Estudos Avançados.,1997.

colhem algodão lá, o custo deles, como eles trabalham [...] Apesar de remunerarem muito bem seus trabalhadores, é mais baixo do que o Brasil. Consequentemente, eles ganham também competitividade na indústria têxtil. Eles pegam o algodão em alta produção, vendem no mercado, liquidam com o produtor brasileiro, porque são mais eficientes, modernos, têm alta produtividade, têm poucas pessoas no campo, quase ninguém. Você vai ver uma lavoura de algodão nos Estados Unidos e você não vê ninguém, você vê máquinas. Mas eles têm milhões e milhões de pessoas trabalhando nas indústrias em condições muito mais adequadas do que um miserável ao relento com uma enxada e não produzindo nada neste lugar árido e atrasado que é o interior do nosso país [...] [vivendo] nesses quadradinhos de terras que seriam apenas “perpetuarizadores” da miséria.

No intuito de se defender da acusação feita pelos jornalistas de possuir enormes latifúndios, o empresário estabeleceu comparações entre a vida no campo no Brasil e nos Estados Unidos. Para o entrevistado, os Estados Unidos são a personificação do moderno, pois ali não se veem homens trabalhando no campo, e sim máquinas; já o Brasil é a caracterização do atrasado, isso porque aqui os trabalhadores rurais utilizam enxadas para plantação, método considerado pelo empresário arcaico, cujo resultado imediato é a perpetuação da miséria no país.

Ainda sobre agricultura, embora a polêmica sobre o uso dos transgênicos tenha aparecido com frequência nos jornais de circulação nacional para os anos de 2000 e 2005¹¹⁴, registrou-se pouco incidência dessa temática no programa *Roda Viva*. Em contrapartida, a controvérsia sobre o uso de células-tronco em pesquisas laboratoriais foi bastante abordada para o mesmo período. Os dois pontos polêmicos foram regulamentados em 2005 com a aprovação da Lei de Biossegurança¹¹⁵. A respeito dos transgênicos, registrou-se duas entrevistas, a primeira com o filósofo Edgar Morim, em 2000, que, ao ser questionado sobre os riscos de manipular o DNA, respondeu:

¹¹⁴ Cf. Allain, Juliana Mezzomo; Nascimento-Schulze, Clélia Maria Camargo, Brígido Vizeu, 2009.

¹¹⁵ Lei 11.105, 24 de março de 2005. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam célula-tronco e organismos transgênicos (geneticamente modificados). A aprovação da lei tem gerado polêmicas, por envolver assuntos que invadem esferas econômica, política, social e ambiental. De acordo com a lei, fica a critério da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) analisar os pedidos para o plantio de transgênicos, cuja posterior comercialização deverá ser aprovada por um conselho. A lei também permite a pesquisa com células-tronco de embriões obtidos por fertilização *in vitro* e congelados há mais de três anos, desde que expressamente autorizados pelos pais. Cf. [citado 26 jan. 2016] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm.

A Monsanto, aquela grande empresa, durante um tempo, quis vender genes que continham, quero dizer, grãos que continham um gene chamado Terminator [tecnologia de restrição no uso genético, tachada de exterminadora pelos oponentes dos transgênicos, que torna estéreis as sementes de segunda geração das plantas cultivadas, a não ser que o produtor compre uma substância, vendida pela empresa que comercializa as sementes transgênicas], que permitia... impedia a reprodução dos grãos das novas plantas, ou seja, eles se tornavam proprietários da reprodução. Ora, eu acho que — e hoje é um problema mundial — um problema que requer uma ação mundial. Acho muito perigoso permitir a apropriação da vida, em geral, e da vida humana, em especial. Nós temos um futuro extraordinário, isto é, tonificante ou reconfortante¹¹⁶.

Vê-se pelo trecho que a ciência representa o perigo ao ambiente e a vida humana. Outra entrevista que tratou dessa temática foi como agricultor José Bové, porta-voz da Confederação Camponesa da França, que estava no Brasil por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, que ocorreu em 2001, em Porto Alegre. Em um dado momento, ele declarou:

Deve-se adaptar a agricultura às diferentes zonas, com técnicas de produção de baixo custo que permitam às pessoas produzir e ter uma renda, isso que é importante. Na criação dessa política, é preciso um grande investimento. Acho que é mais importante o Brasil apoiar um projeto desse tipo do que favorecer a introdução dos transgênicos ou permitir a instalação de grandes grupos industriais, que só visam ao lucro e não ao bem-estar.[...]

É possível vencer as multinacionais, e provamos isso com relação aos OGMs [organismos geneticamente modificados] ou transgênicos. Na Europa, quando essa luta começou, em 1998, contra a Monsanto e a Novartis [grupo farmacêutico suíço], diziam: “É impossível ganhar, eles são muito fortes”. Três ou quatro anos depois, os camponeses europeus se negam a produzir OGMs; 80% dos consumidores os rejeitam; e há uma moratória europeia sobre variedades novas colocadas no mercado. Então, ganhamos na Europa. É preciso que essa resistência se generalize. Por isso fomos solidários, em 1998, quando vim ao Brasil, e disse a membros do MST e também da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] e outros movimentos sociais que a luta contra os OGMs era primordial, não só de camponeses e consumidores, mas de toda a sociedade.¹¹⁷

¹¹⁶ Cf. Entrevista no *Roda Viva* com Edgar Morin (18/12/2000) [citado 26 jan. 2016] Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp.br.

¹¹⁷ Cf. Entrevista no *Roda Viva* com José Bové (5/02/2001) [citado 26 jan. 2016] Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp.br.

O agricultor se posicionou contra as empresas multinacionais, acusadas de impor seus produtos ao mundo e de interferir na soberania de vários países. Pode-se sugerir que a ciência apresentada pelo entrevistado é tida como maléfica à sociedade. Segundo o entrevistado, ao ser usada como mercadoria pelas indústrias, com destaque novamente para a Monsanto, que só visam ao lucro, essas modificações genéticas necessariamente não favoreciam o bem-estar da sociedade.

A respeito do uso de células-tronco nas pesquisas laboratoriais destaca-se a entrevista com a geneticista da USP Mayana Zatz¹¹⁸.

Fernando Reinach: Mayana, o problema é o seguinte, que eu queria que você me dissesse. Nos últimos 20, 30 anos tem acontecido que as descobertas da ciência, as novidades que a ciência traz, têm tido uma grande resistência da população e da maioria do público de incorporá-las de uma maneira tranquila, o que não ocorria no início do século XX. Por exemplo, as células-tronco embrionárias, organismos transgênicos [...] Eu queria saber o que você acha disso e o que precisa ser feito para ser revertido no futuro?

Mayana Zatz: O que eu acho é que existe uma desinformação muito grande. Então, existem aqueles grupos conservadores que morrem de medo dos avanços científicos e que ficam gerando pânico, em informações totalmente erradas, na população. Eu lembro quando a gente estava brigando pela Lei de Biossegurança em Brasília, e eu cheguei a ouvir pessoas dizendo que comer plantas transgênicas dava Aids. Ou aqueles ecólogos malucos que diziam: “Olha, pode dizer o que você quiser, mas DNA eu não vou comer nunca” [risos]. Então, existe essa desinformação e eu acho que existe uma omissão dos cientistas em falar com a população e dizer: “Olha, não é assim...”, e dar as informações corretas. Eu acho que é isso que gera esse pânico na população...

Em outro momento deste capítulo, foi discutido que os recentes estudos sobre mensuração das atitudes positivas em relação à ciência, em muitos casos, indicavam o oposto, especialmente quando assuntos de ética se misturavam com a ciência, no entanto, por este trecho, é possível perceber que a entrevistada e os jornalistas compactuam de uma suposição criticada de que o conhecimento da população sobre

¹¹⁸ Cf. Entrevista no *Roda Viva* com Mayana Zatz (4/12/2006) [citado 26 jan.2016] Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp.br

ciência esteja vinculado a sua aceitação. Isto é, a concordância da opinião pública com os benefícios científicos seriam linearmente dependentes da variável "conhecimento". Em outro momento da entrevista, Zatz comentou:

Paulo Markun: Agora, que tipo de doença, de modo geral... quer dizer, que tipo de resultado – o que vai surgir da célula-tronco – pode propiciar, tirando a fantasia de lado?

Mayana Zatz: Olha, eu acho que vai ser o futuro dos transplantes. A gente vai poder regenerar tecidos – hoje, tecidos – e no futuro a gente vai poder fazer órgãos, por que não? Existe um trabalho que saiu agora, essa semana, mostrando que, a partir de células-tronco embrionárias de camundongo, uma célula foi capaz de regenerar todos os tecidos, ou todos os tipos celulares do coração. Então, a partir daí, você poderia fabricar todos os tecidos do coração. E mais tarde, a gente vai poder fabricar outros órgãos. No começo, a gente vai poder fazer tecidos mais simples – e eu, particularmente, estou muito interessada em músculos, porque eu trabalho com doenças neuromusculares – e, mais tarde, a gente vai poder fazer órgãos mais complexos.

Apesar de as pesquisas com células-tronco estarem em fase inicial, tem-se a impressão, pela fala da entrevistada, que certamente os resultados (as descobertas) terão incidência prática e útil para a sociedade; a pesquisa básica aparece como salvadora, sem que, no entanto, esteja descoberta, de fato. Nesse sentido, a geneticista, e não os meios de comunicação, acabaram transformando a informação científica em um evento com aspectos, inclusive, sensacionalistas. A bancada de entrevistadores, por outro lado, não questionou a informação científica dada pela entrevistada.

Por fim, ainda na área de Ciências Naturais e Agrárias, um tema muito tratado e que diz respeito aos recursos naturais foi a água – tanto na questão de consumo, como na geração de energia. Constatou-se, para essas entrevistas um tom negativo e a ciência usada como salvadora dos males e das catástrofes ambientais. O conhecimento técnico científico, assim, aparece para sanar os problemas relacionados ao consumo de água e a questão da matriz energética. Entre os programas que trataram desses assuntos, pode-se

citar o Debate Transposição São Francisco e a entrevista com o geólogo Aldo da Cunha Rebouças¹¹⁹.

Sobre Meio Ambiente (MA), foi registrada alta incidência de fontes oficiais. Das 21 entrevistas entre 1986 e 2006, oito foram realizadas com representantes de instâncias governamentais. Sobre essa área, é importante mencionar a alta incidência de entrevistas com especialistas para os primeiros anos de 1990. Um dos fatores que pode explicar tal fenômeno é que, em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), no Rio de Janeiro. Em decorrência desse evento, muitas especialistas nessa área foram chamados ao centro do debate para falar sobre preservação ambiental, agenda 21. Por exemplo, em 1992, o programa *Roda Viva* convidou o professor da USP e ex-presidente da SBPC, Crodowaldo Pavan, e o geógrafo Aziz Ab' Saber, para tratar justamente da temática Ecologia e Meio Ambiente. Às vésperas da Eco-92, essas entrevistas procuravam situar o telespectador sobre os temas que seriam discutidos na Conferência Mundial, entre os quais efeito estufa e dióxido de carbono na atmosfera.

Já para a década de 2000 o assunto das entrevistas da área Meio Ambiente mudou. Em decorrência das diversas matérias publicadas nos grandes veículos de comunicação sobre as consequências da possibilidade de o clima no futuro ser mais quente do que o atual, o *Roda Viva* convidou diversos especialistas para falar sobre o assunto, inclusive, organizou um debate especial em 2007 sobre aquecimento global. O programa também discutiu o relatório do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change, órgão criado pela Organização das Nações Unidas e pela Organização Meteorológica Mundial), entre outros¹²⁰.

No que se refere aos temas ligados às Ciências Médicas e da Saúde (CMS), foram encontradas 46 entrevistas. Dessas, a grande maioria foi realizada com médicos brasileiros, conforme indica a Figura 15. A cobertura de temas relacionados à saúde foi alta em todo o período analisado, com destaque para doenças (câncer e aids, principalmente) e assuntos cotidianos tais como hábitos alimentares, envelhecimento e

¹¹⁹ Cf. Debate Transposição do Rio São Francisco (10/10/2005) e Aldo Rebouças (23/2/2004) em www.memoriarodaviva.fapesp Acesso em 26 de janeiro de 2016.

¹²⁰ Entrevistas no *Roda Viva* com Gro Brundtland (11/05/2005); Lester Brown (24/01/2000); Rajendra Pachauri (28/07/2006).

outros. Também foram encontrados temas relacionados a uma agenda política com destaque para funcionamento e/ou a privatização do Sistema Único de Saúde, Imposto para Saúde (CPMF), remédios genéricos, vacinas, funcionamento de hospitais públicos¹²¹. Por fim, foram encontradas entrevistas que tratam de temáticas controversas tais como aborto¹²² e uso de células-tronco embrionárias para a pesquisa¹²³.

De maneira geral, as chamadas dos programas da área CMS, especialmente as realizadas em *off*, com narrador ao fundo, parecem reforçar arquétipos típicos da ciência. Geralmente são imagens com indivíduos de jalecos em laboratórios de experiências, consultórios, microscópios, imagens de células e bactérias em movimento, entre outras. Além disso, diferentemente das entrevistas na área de Humanidades, as entrevistas realizadas com médicos destacam, já na chamada de abertura, dados referentes às publicações científicas e formação acadêmica. Com o professor da Unifesp, Miguel Srougi, por exemplo, o entrevistado foi assim apresentado ao público:

Pós-graduado em urologia pela Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, e autor de mais de 400 publicações científicas, o professor Miguel Srougi estudou e pesquisou tumores urológicos e as doenças da próstata. É o cirurgião mais requisitado nessa área, e já escreveu oito livros médicos além de uma publicação destinada ao público leigo, onde informa e alerta sobre o tumor maligno que atinge um em cada seis homens com mais de 50 anos de idade no Brasil.¹²⁴

Segundo historiografia sobre divulgação científica (Germana, 2006: 112; Siqueira, 1996: 187) utilizar imagens de laboratórios ou ainda citar as qualificações dos cientistas é recurso bastante comum no meio jornalístico. Busca-se, com essa estratégia, legitimar a ciência no discurso jornalístico, tornando-a representação da verdade. Isso porque se for televisionado com o caráter de “cientificamente comprovado” receberá enorme credibilidade do público. No caso do *Roda Viva*, acredita-se que tal recurso seja usado para justificar e reforçar a importância daquela entrevista.

¹²¹ As principais entrevistas que discutiram esses temas foram com Adib Jatene (12/1/1998); José Serra (25/6/1998); Miguel Srougi (6/3/2006); João Carlos Sampaio Góes (29/5/2000) [citado 16 jan 2016]. Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp

¹²² Entrevistas no *Roda Viva* com José Gomes Temporão (14/7/2007); Nilcéia Freire (21/3/2005) [citado 16 jan 2016]. Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp

¹²³ Entrevista no *Roda Viva* com Mayana Zatz (4/12/2006) [citado 16 jan 2016]. Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp

¹²⁴ Entrevista no *Roda Viva* com Miguel Srougi (6/3/2006) [citado 16 jan 2016]. Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp

No que concerne aos programas sobre prevenção e tratamento de doenças, foi constatado um alto índice de entrevistas sobre câncer (oito) e HIV/Aids (nove)¹²⁵. Das nove entrevistas sobre Aids, oito ocorreram na primeira metade dos anos 1990 e somente uma nos anos 2000. De maneira geral, tanto os entrevistados, como os debatedores são formados por especialistas da área de ciências médicas. Importante mencionar que há outras entrevistas com indivíduos de fora do universo científico – com o sociólogo Herbert Souza (Betinho), infectado em uma transfusão de sangue; Maria Lúcia Araújo, mãe do compositor Cazuza e presidente da sociedade Viva Cazuza; e Marie Pierre Poirier, representante do Unicef no Brasil¹²⁶. A proporção de entrevistas com vítimas e parentes convidados a falar sobre Aids no programa é bem menor em relação às entrevistas com médicos e especialistas da área de saúde. O tom das falas com esses indivíduos é a recusa de estigmas, denúncia contra a discriminação, terapias alternativas. Apela-se, nessas entrevistas para o emocional e o sentimento daqueles afetados pela doença. Já as entrevistas com os especialistas indicam a imagem de ciência como autoridade neutra e competente. Elas têm um forte caráter pedagógico, cabendo ao entrevistado elucidar a população sobre as causas, sintomas e prevenção da doença. Constatou-se, por outro lado, grande desconhecimento do público sobre o tema e mesmo preconceito em relação aos portadores do HIV. Em 1992, após a direção de um

¹²⁵ As entrevistas que se dedicaram à temática do câncer como assunto principal foram com João Carlos Sampaio Góes, diretor científico do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer [IBCC], em 29/5/2000; Ricardo Brentani, médico e presidente da Fundação Antônio Prudente do Hospital do Câncer de São Paulo, em 7/4/2006; Miguel Srougi, professor titular do Departamento de Urologia da Universidade de São Paulo, em: 6/3/2006; Drauzio Varella, médico cancerologista, em 28/11/1994; Elsimar Coutinho, médico e pesquisador da Universidade Federal da Bahia, em 15/6/1998; Alexandre Kalache, médico e chefe do Programa de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial de Saúde [OMS], em 23/1/2006. Sobre a temática da Aids, podemos citar os seguintes programas: Debate Aids com os convidados Paulo Roberto Teixeira, coordenador do programa de controle de Aids [Programa Estadual de DST/aids, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde] em São Paulo; Maria Leide Wan Del Rey de Oliveira, diretora da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde e coordenadora da Campanha Nacional de Prevenção contra a Aids; Theodoro Israel Pluciennik, médico psiquiatra; Caio Rosenthal, médico do Hospital Emílio Ribas II e do [Hospital do] Servidor Público Estadual; Valéria Petri, dermatologista da Escola Paulista de Medicina [Universidade Federal de São Paulo a partir de 1994]; Samuel Koperstych, médico imunologista do Hospital Sírio-Libanês; Vicente Amato Neto, chefe do Departamento de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da USP; Celso Carmo Mazza, médico da Clínica de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital das Clínicas; Vera Escobar, irmã de um paciente com Aids; Paulo César Bonfim, presidente do Grupo de Apoio e Prevenção da Aids, e Enio Mainardi, publicitário, em 19/1/1987. Entrevistas com Drauzio Varella (28/11/1994); Caio Rosenthal (18/5/1992); Adib Jatene (22/8/1988); Herbert de Souza (Betinho) (14/12/1987); José Aristodemo Pinotti (26/10/1987); David Uip (23/05/1994); Irany Novah Moraes (20/5/1991); Robert Gallo (9/10/2006) [citado 16 jan 2016] Disponível em: www.memoriarodaviva.fapesp

¹²⁶ Entrevistas no *Roda Viva* com Herbert de Souza (14/12/1987; 6/1/1992; 23/12/1996); Maria Lúcia Araújo (18/8/1997) e Marie-Pierre Poirier (29/11/2004). [citado 6 jan 2016] Disponível em: www.memoria.rodaviva.fapesp

colégio de São Paulo impedir que uma de suas alunas, portadora do HIV, frequentasse a escola, a equipe de produção do *Roda Viva* convidou o médico Caio Rosenthal para falar sobre os possíveis “perigos” de crianças portadores de HIV frequentarem as escolas. É possível, perceber que muitas perguntas dos telespectadores demonstravam grande desconhecimento sobre a formas de contaminação do vírus.

Jorge Escosteguy: Doutor Caio, tem aqui umas perguntas dos telespectadores que são específicas, eu vou fazendo e se o senhor puder dar, respostas rápidas, são várias: a Edviges Blanco, de São Bernardo do Campo, telefonou e está dizendo: sou educadora e tenho observado que no recreio as crianças dividem um lanche, por exemplo, uma maçã. Várias crianças mordem a maçã. No caso de uma criança portadora do vírus da AIDS: qual a probabilidade de contaminação? [...] O Francisco Caldeira aqui de São Paulo também pergunta se uma criança com Aids beijar outra pode haver contaminação ou não pode? O César Marvin e a Sheila Potelini, aqui de São Paulo, perguntam: se uma criança pequena na escola morder a outra e ocorrer sangramento, há risco de contaminação? Completando, José Lavras, de São Bernardo, diz que trabalha numa creche e já socorreu várias crianças machucadas com sangramento. Pergunta: qual material nesses casos deve ser usado para não haver contaminação?

[...]

Jorge Escosteguy: Agora preciso passar pra Thereza [telefonista do programa]. Só um minutinho. A gente está falando muito sobre informação, dois telespectadores telefonaram: Francisco Guimarães, aqui de São Paulo, diz que: se é assim tão difícil a transmissão da Aids como o senhor falou há pouco, porque aumenta tanto a população portadora do vírus? E o Alfredo Piotrovski, de Guarulhos, pergunta: no caso, como a doença não é tão transmissível, por que os hospitais isolam os pacientes?

Para todos esses questionamentos, Caio Rosenthal pontuou, de forma bastante didática, como funciona a contaminação. As respostas do médico foram na direção de conscientizar a população de que o vírus do HIV não é contraído por saliva, suor, entre outros. Sobre a pergunta feita pelo telespectador a respeito da mordida, por exemplo, o médico respondeu:

Caio Rosenthal: Primeiro, em relação à mordida. Em relação à mordida, é claro que sendo uma mordida, vamos imaginar como seria a transmissão. No caso da mordida, a criança tem que estar contaminada com o vírus. O vírus tem que sair do sangue dessa pessoa, porque a gente já viu que da saliva não é suficiente. Então, essa criança, no caso de que ela seja portadora, ela tem que ter

sangramentos dentro da boca para que saia o vírus junto com esse sangue. E esse sangue da boca da pessoa, que é portadora, tem que entrar dentro do sangue da outra pessoa. Só que tem que ter uma quantidade razoavelmente grande, porque tem que haver uma passagem de secreção, no caso do sangue, muito grande, para que ocorra a transmissão. Então, é aquilo que a gente estava conversando no início: é mais fácil a criança ser morta na porta da escola por um assalto, ou ela ser morta no trânsito, do que haver uma transmissão como esse exemplo.

Entre 2003 e 2006, foram encontradas duas entrevistas que tratavam de Aids; uma com o cientista americano Robert Gallo e outra com a representante da Unicef do Brasil. A ausência deste tema a partir da segunda metade dos anos 1990 pode indicar que a população ficou mais esclarecida no que diz respeito as formas de contato e prevenção? A intensificação das campanhas nacionais investindo na ideia do sexo seguro; o aumento de camisinhas nos postos de saúde e até mesmo a mudança de tom dos discursos nos principais programas da televisão aberta em relação à doença sinalizando que há esperanças no que diz respeito ao tratamento e incentivando a convivência com portadores de HIV são alguns indicadores que podem explicar certo “silêncio” desse tema no programa. Somente em 2004, a temática Aids foi centro de uma entrevista com a representante da Unicef Marie-Pierre Poirier, que foi chamada para comentar o crescimento desta doença entre crianças e mulheres nos países pobres. Por outro lado, em fins dos anos 1990, surge as primeiras notícias dos coquetéis anti-Aids¹²⁷ para os soropositivos e o Brasil entra na luta de quebra de patentes antirretrovirais usados no tratamento da doença. Inclusive, boa parte da entrevista com o cientista americano Robert Gallo é sobre a disputa brasileira com os laboratórios internacionais. Ao conferir as charges do Paulo Caruso sobre essa entrevista, pude notar que elas pouco correspondem aos temas discutidos¹²⁸. Por exemplo, em um dado momento durante a entrevista com Gallo, há uma evidente indisposição entre as jornalistas Roselli Tardeli e Mônica Teixeira com o cientista; elas solicitavam ao entrevistado um posicionamento quanto à iniciativa do Brasil de quebrar as patentes das grandes indústrias de fármacos e produzir genéricos. Ele, por sua vez, argumentava que a distribuição indiscriminada de remédios poderia criar vírus mais resistentes, de forma

¹²⁷ AZT e 17 outras drogas que, por meio de combinações, compõem o chamado coquetel contra Aids. Cf. Barata, Germana, 2006.

¹²⁸ Como dito anteriormente, a pesquisadora não teve acesso a todas as charges produzidas pelo cartunista. De forma que não foi realizado um trabalho sistemático de comparação com os temas discutidos e as ilustrações produzidas.

que não era interessante entrar em confronto com as indústrias farmacêuticas. No entanto, as imagens desenhadas pelo cartunista no momento desse debate foram estas, abaixo:

Figura 18 –

Charge (1) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)

Acervo da Fundação Padre Anchieta.

Figura 19 –

Charge (2) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)

Acervo da Fundação Padre Anchieta.

Figura 20 –

Charge (3) da entrevista com o infectologista Robert Gallo, (9/10/2006)

Acervo da Fundação Padre Anchieta.

Percebe-se que imagem desenhada e assunto discutido são pouco correspondentes. A primeira ilustração (Figura 18) mostra uma camisinha “feliz” em confronto com o vírus HIV. Há, nesta imagem, uma clara referência às campanhas de

prevenção à Aids, que estimulam o uso de preservativos para evitar contágio. A segunda ilustração (Figura 19) insinua que doença estaria “morta”, enquanto último desenho (Figura 20) faz uma brincadeira com o nome do entrevistado e a expressão “cantar de galo”, ou seja, contar vitória antes do tempo.

Em entrevista cedida à pesquisadora, Caruso comentou que o desenho é algo vivo e precisa conversar não só com aquilo que está na entrevista, mas fazer sentido para o telespectador. Segundo o autor:

Quando estou desenhando procuro mostrar a dinâmica do debate e fazer “brincadeiras” e piadas com os termos usados ali. Não é necessário que tudo seja um resumo, mas é uma visão minha com um tom de ironia – ou não – daquilo que estão conversando. Então, o entrevistado pode falar da sua gestão política e das dificuldades e eu desenhar um mar de lama [risos] são referências clássicas aos problemas da gestão pública.

Pelo depoimento vê-se que o cartunista procura não só sintetizar o debate, como também dialogar com a população e apontar sua visão sobre o tema que estava em discussão. Não se pode deixar de comentar, entretanto, que essas ilustrações expressam determinados estereótipos sobre a doença compartilhados por outros veículos de comunicação, tais como esperança – a doença foi extinta – e o incentivo ao uso de preservativo para evitar o contágio – difundida nas campanhas oficiais.

No que diz respeito às entrevistas que falaram sobre o câncer, foi constatado que as descobertas de pesquisas de laboratório e o calendário nacional de prevenção foram os “gatilhos” que motivaram a equipe de produção a convidar um especialista neste assunto.

Assim como as entrevistas que discutiram Aids, os programas que trataram da temática câncer também são bastante pedagógicos. As perguntas ao entrevistado conduzem os telespectadores a conhecer os riscos relacionados à doença, bem como as principais formas de prevenção. No entanto, a mutabilidade e as controvérsias das pesquisas nesta área foram pouco exploradas. Em muitos casos, a opinião do médico equivale a descoberta científica, confundindo assim o telespectador sobre o que foi, de fato, comprovado pela pesquisa e o que é especulação. Na entrevista com o oncologista

e diretor científico do Instituto Brasileiro de Controle do Câncer [IBCC], João Calos Sampaio Góes, ao ser questionado sobre o projeto Genoma¹²⁹ respondeu

Com o projeto, haverá definição do que se deve fazer nos casos de maior risco e nos casos de menor risco também. E o projeto Genoma certamente vai ajudar nesse sentido. Eu acredito que o Genoma, o conhecimento genético dos tumores mais profundos, digamos assim, para usarmos um termo didático, vai nos dar essa resposta de como, especificamente, a medicina deve se posicionar e como tratar e prevenir cada situação, cada grupo de maior ou de menor risco.

Vê-se, por esse trecho, que o médico descreve alguns objetivos do projeto, que, por sua vez, não estavam concluídos. À época da entrevista, a pesquisa estava em andamento e não se sabia ainda se os objetivos propostos seriam alcançados. No entanto, isso não fica claro na fala do entrevistado. Também, tem-se a impressão de que o projeto Genoma, em curto espaço de tempo, se transformará na solução para os males relacionados ao câncer. Logo após a colocação do entrevistado, a jornalista Gabriela Scheinberg perguntou:

Mas uma pessoa por exemplo, uma pessoa que tem um teste genético, faz e dá positivo, o que essa pessoa faz? Quer dizer, a recomendação é que ela faça mastectomia [cirurgia de remoção total ou parcial da mama] radical para prevenir já que tem essa pré-disposição genética ou seria mais um acompanhamento?

João Carlos Sampaio Góes: Existem várias condutas hoje em dia e ainda não há nada muito definido, e vários estudos procurando opções com segurança [...] Então, é aquela história, se nós soubermos qual o caso e a célula que vai virar tumor com certeza, aí naquele caso nós vamos indicar um tratamento muito mais objetivo. É isso que o Genoma vai nos dar como resposta.

¹²⁹ O Projeto Genoma Humano teve início em 1990, dados os rápidos avanços tecnológicos e a grande quantidade de pesquisadores trabalhando em diversos laboratórios espalhados por vários países. As pesquisas são coordenadas por dois grandes grupos. O primeiro é o consórcio público de sequenciamento do Genoma Humano, ou Projeto Genoma Humano (PGH), liderado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, com a participação de Alemanha, China, França e Japão, coordenado por Francis Collins. O segundo grupo é o representado pela empresa privada norte-americana de biotecnologia, de propriedade do geneticista Craig Venter, Celera Genomics. Projeto Genoma é um trabalho conjunto realizado por diversos países visando desvendar o código genético de um organismo (podendo ser animal, vegetal, de fungos, bactérias ou de um vírus) através do seu mapeamento. Sob a coordenação geral de Andrew Simpson, o projeto Genoma Câncer, trabalho executado pela Fapesp em parceria com o Instituto Ludwig de Pesquisa em Câncer,, organização com sede nos Estados Unidos, identificou 950 genes relacionados à doença e abriu a possibilidade para descoberta de novos tratamentos. Cf. Davies, 2001 e Teixeira, 2000.

Novamente o entrevistado reforça um discurso salvador para Projeto Genoma e a crença ilimitada no poder da ciência como a redentora e salvadora dos males da humanidade.

Outra característica da amostragem das entrevistas do *Roda Viva* que chamou a atenção foi a falta de representatividade feminina no programa, tanto no que diz respeito às especialistas convidadas na área de C&T como também das jornalistas chamadas a compor a bancada. Conforme mostram gráfico e a tabela abaixo o número de mulheres é muito menor se comparado ao de homens.

Figura 21 –

Porcentagem entre homens e mulheres entrevistados no programa *Roda Viva* (1986-2006)

Fonte: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa.

Figura 22 –

Porcentagem de mulheres e homens convidados à bancada do programa *Roda Viva* (1986-2006)

Fonte: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa.

Tabela 12 – Entrevistados no programa *Roda Viva* por sexo por período (1986 e 2006)

Período	Entrevistas			Total
	Debate	Homens	Mulheres	
1986-1994	2	38	2	42
1995-2000	2	79	5	86
2001-2006	2	27	8	37
Total	6	144	15	165

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

É importante notar, novamente, o aumento de convidadas mulheres ao centro do debate para o último período. Porém, ainda que um leve progresso possa ser notado, as mulheres continuam a ser cronicamente subrepresentadas nas áreas de C&T no programa¹³⁰. O problema se intensifica se analisarmos a participação feminina a partir das diferentes áreas de C&T, conforme indica o gráfico a seguir¹³¹.

Figura 23 – Participação de mulheres por área de C&T no programa *Roda Viva* (1986-2006)

Fontes: Centro de Memória da Fundação Padre Anchieta e site do programa *Roda Viva*.

¹³⁰ Os dados da amostra indicam a presença de 99 mulheres entrevistadas (com exceção dos debates) num conjunto de 1.020 programas.

¹³¹ O registro dos debates contabilizou a presença de quatro mulheres que foram incorporadas às análises do gráfico a seguir.

Há vasto material que explica a ausência da participação das mulheres na produção científica no Brasil e no mundo¹³². Esses estudos apontam que historicamente às mulheres foi reservado um papel secundário na ciência, embora a prática científica se apresente como universalista e assexuada. Segundo essa historiografia, a tendência das mulheres em ocupar as categorias mais baixas no sistema de estratificação da ciência, apontada nos anos 1970, ainda persiste nos índices atuais. Ao que tudo indica, o *Roda Viva* reproduz tal conjuntura de desigualdade.

A amostra encontrada para as entrevistas aponta maior incidência de mulheres nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Médicas e da Saúde, menor incidência nas áreas de Meio Ambiente e Ciências Exatas e da Sociedade e nenhum registro de mulheres nas áreas de Tecnologia e Ciências Naturais e Agrárias¹³³.

Em artigo de Gilda Olinto (2011) sobre o perfil de gênero nas profissões das áreas de C&T, a autora indicou dados semelhantes aos encontrados no programa *Roda Viva*. Ela constatou que os homens predominam nas ciências exatas e as mulheres são absorvidas nas ciências da vida, como cientistas ou técnicas. Um outro estudo sobre o crescimento e perfil das mulheres brasileiras no ensino superior e nos quadros docentes das universidades, em especial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e USP, Jacqueline Leta mostrou que, em 2003, as mulheres já representavam maior fração entre os estudantes concursados e concluintes, não só na área de Humanidades, onde tradicionalmente entram mais mulheres, como também nas áreas de Saúde e Biologia (Leta, 2003: 275). Ela também analisou a entrada de docentes na Universidade de São Paulo desde sua formação e concluiu que, embora a incorporação de mulheres seja desigual para toda a amostragem, a partir de 2000, a demanda por mulheres no corpo docente aumentou levemente em relação aos períodos anteriores. No entanto, afirmou a autora, “as mulheres da USP ainda representam 34% dos docentes ativos” (Leta, 2003:

¹³² Cf. Hanson, S. L. 1996. Lopes, M. M. 1998, Morse, M., 1995. Velho, L e León, E. ,1998,.

¹³³ Na área de CHS foram encontradas sete entrevistas: Ana Mae Barbosa (12/10/1998); Aspásia Camargo (10/5/1993); Elisabeth Roudinesco (31/05/999); Emília Viotti (2/4/2001); Marilena Chauí (3/5/1999); Niède Guidon (17/11/2003); Ruth Cardoso (8/3/1999). Na área de Meio Ambiente, foram registradas as seguintes entrevistas: Gro Brundtland (11/5/2005); Hazel Henderson (17/3/2003); Marina Silva (13/1/2003). Na área de Ciências Médicas e da Saúde: Nilcéia Freire (21/3/2005); Marta Suplicy (12/8/1989) e os debates Aids e Cem anos psicanálise, totalizando a presença de seis profissionais mulheres da área da Saúde. Na área de Ciências Exatas e da Sociedade, foi registrada a entrevista com Mildred Dresselhaus (26/1/2004); e, por fim, na área de Ciências Naturais e Agrárias, Mayana Zatz (4/12/2006).

276). Desse montante, a maioria se encontra na FFLCH e Faculdade de Ciências Médicas e Instituto de Biologia e Química respectivamente. Lea Velho e Elena León também fizeram uma análise da presença feminina na universidade. Elas analisaram os números de mulheres ingressantes nos institutos de física, química, biologia e ciências humanas para os anos de 1986 a 1993 na Unicamp no intuito de verificar o ingresso e ascensão das mulheres ao longo da carreira acadêmica. Em termos de proporção, mais mulheres entram nos cursos de ciências humanas, seguidos de biologia, química e, por fim, física. Coincidência ou não, o *Roda Viva* segue essa tendência.

Segundo Velho e León, a ausência das mulheres nas áreas de ciências exatas não se dá por uma escolha consciente, mas por uma série de motivos; um deles diz respeito ao percurso escolar, “as meninas são menos estimuladas a ter interesse por matemática que os meninos” (Velho e León, 1998: 321). Outro ponto levantado pelas autoras refere-se à alocação de postos de trabalho no ambiente acadêmico: delegam-se às mulheres tarefas repetitivas e consideradas femininas e que demandariam, portanto, qualificações específicas, deixando-as fora da circulação das decisões. O resultado disso é o desaparecimento das mulheres ao longo da carreira acadêmica. Assim, quanto maior o grau de influência na carreira científica, menor é o número de mulheres.

Em entrevista com a física Mildred Dresselhaus, em 2006, a então mediadora do programa Mônica Teixeira perguntou:

Professora, a senhora disse que, quando começou a sua carreira, havia poucos postos de trabalho em física, havia poucos físicos. Imagino que houvesse ainda menos físicas. Eu gostaria que a senhora situasse como a discriminação de gênero dentro do mundo da ciência ocorreu nos Estados Unidos e de que maneira isso evoluiu, e se a senhora está satisfeita com a situação de hoje? Pergunto isso porque, no Brasil, me parece que ainda vivemos uma situação em que, por exemplo, aqui hoje, mais uma vez, as únicas mulheres somos nós duas. Por que talvez elas sejam menos proeminentes do que os seus colegas homens...

Mildred Dresselhaus: Para ser breve, acho que temos muitas informações históricas sobre mulheres nas ciências e na física nos EUA que remontam à Primeira Guerra Mundial. Foi a primeira vez em que houve a necessidade de ter mais gente na área técnica, e as mulheres foram uma fonte de talento. Elas trabalharam e, quando a guerra acabou, elas se afastaram. Não houve muitas mulheres na ciência até a Segunda Guerra Mundial. Foi a segunda vez. As mulheres se destacaram muito, porque eram necessárias. Os homens

estavam na guerra. Minha mentora, Rosalyn Yalow, que conheci bem cedo, e que talvez vocês conheçam pelo Nobel de Medicina - ela é física, mas recebeu o Nobel de Medicina em 1977 - foi minha professora na universidade. Ela tentou estudar física na faculdade, mas as portas se fechavam para ela, era muito difícil. Mas eu cheguei dez anos depois, com uma guerra nesse meio-tempo, e durante a guerra ela pôde estudar física. Ela teve a oportunidade de estudar física, mas quando a guerra acabou, não havia emprego para ela. Ela se dedicou à física aplicada à medicina e fez uma carreira maravilhosa. Na época, era uma área que não atraía os homens. Consegui meu PH.D, em 1958, não faz tanto tempo assim [risos]. Ainda estou aqui e continuo trabalhando. Na época, as mulheres eram 2% dos formandos em física. É um número muito, muito baixo, e nós não éramos bem vistas. Para os homens, nós não deveríamos estar lá. Mas o que aconteceu? O que aconteceu comigo, e que mudou a minha carreira, por um lado, foi o Sputnik [nome do programa de lançamentos de satélites artificiais da antiga União Soviética], em 1957. O Sputnik foi um pouco como a Segunda Guerra Mundial. De repente, havia necessidade de mais cientistas - e eu estava lá, com o meu Ph.D. Eles queriam pessoas na minha área, e eu estava lá, então tive uma chance. Isso fez enorme diferença, foi assim que consegui um emprego. Eu achava que ficaria fazendo pesquisa e fiquei feliz por alguém me deixar trabalhar. Meu sonho era esse, era que alguém me pagasse e me desse a oportunidade de trabalhar com física. Fiquei muito feliz com isso. Eu não imaginava que faria carreira acadêmica e me tornaria professora. Eu não sabia disso, nem imaginava uma coisa dessas. O que aconteceu... Tive muitos filhos. Você já disse que tive quatro filhos, e era muito difícil cuidar de quatro filhos e estar no laboratório às oito horas, quando começava minha jornada. Como me atrasava, eu era punida. Os homens não estavam satisfeitos comigo, então eu procurei alguma solução para sair dessa situação ruim. Fiquei sabendo de visitas agendadas e que a família Rockefeller tinha feito uma doação ao MIT, então pedi um cargo lá por um ano porque, com as crianças um ano mais velhas, eu lidaria melhor com a situação. Tive quatro filhos em menos de cinco anos, imagine como era difícil trabalhar e fazer todas essas coisas. Eu fui selecionada. A partir daí, consegui um cargo permanente como professora e estou lá até hoje. Eu diria que houve dificuldades em alguns momentos, porque a sociedade não admitia que criar uma família toma tempo; que ter filhos, marido e tudo mais toma tempo. Eram tão poucas as mulheres atuando em física, que não éramos vistas, e eles esperavam que fôssemos exatamente como todo mundo, mas isso não era possível. Superado isso, eu fui muito bem tratada. Se você produz física de qualidade, as pessoas apreciam você. Acho que a minha promoção... Tudo que já fiz em física, espero que tenha sido independente do sexo. Acho que ser homem ou mulher não foi assim tão importante.¹³⁴

¹³⁴ Entrevista no *Roda Viva* com Mildred Dresselhaus (26/1/2004) [citado 26 jan. 2016] Disponível em www.memoriarodaviva.fapesp.br

O relato da física traz paralelos interessantes com a historiografia que analisa a participação feminina na ciência. Também apresenta com detalhes como o governo estadunidense decidiu investir em um corpo técnico e científico nos anos 1950, após sucesso do Sputnik, tema, inclusive, discutido neste capítulo. Pode-se inferir, pelo relato de Dresselhaus, a existência de algumas barreiras que as mulheres têm que enfrentar para se estabelecer numa carreira científica na área de ciências exatas. Elas precisam ser tão produtivas quanto os homens, apesar de ficar sob sua responsabilidade a tarefa de cuidar dos filhos, cujo estilo de vida é incompatível com a dedicação que se exige para ser pesquisador no laboratório. No caso de Dresselhaus, isso foi tão marcante que ela precisou abandonar sua área de pesquisa. Outro ponto que merece atenção foi seu comentário sobre a discriminação das mulheres nessa área. Mesmo apontando as dificuldades que enfrentou para continuar sua profissão, ela afirmou, ao fim do relato, que não houve qualquer tipo de problema relacionado ao gênero. De fato, Velho e León (1998: 328) apontam que muitas mulheres cientistas bem-sucedidas tendem a negar que tenham sido vítimas de qualquer discriminação profissional; há vários motivos que podem explicar tal atitude, o mais comum é o temor de serem estigmatizadas.

A física Mildred Dresselhaus foi a única especialista mulher na área de Ciências Exatas e da Sociedade. O programa convidou, além dela, outros físicos brasileiros e estrangeiros¹³⁵. Para essa área também foi constatada alta incidência de fontes institucionais no primeiro período da amostra. Porém, a partir de 1994, a equipe de produção passou a convidar mais especialistas e divulgadores da ciência, com alto crescimento dessas figuras no último período (2003-2006).

As energias, nos programas da área de CES, têm grande destaque e surgem sob diversas formas; como energia clássica, sendo o petróleo, o pré-sal e a Petrobrás temáticas frequentes no primeiro e segundo período e a nuclear, com alta incidência nas décadas de 1980 e 2000. No que diz respeito às energias alternativas, constatou-se poucas entrevistas, e as que ocorreram foram realizadas com ambientalistas e não especialistas da área.

¹³⁵ Entrevistas no *Roda Viva* com Marcelo Gleiser (1/9/1997); Marcelo Gleiser (8/5/1999); Amit Goswami (12/3/2001); Mário Novello (4/9/2006); José Goldemberg (12/3/2007); Luiz Pinguelli Rosa (7/10/2003); Debate Contaminação Radioativa.

A abordagem dada à ciência nas entrevistas que tematizaram energias foi ao mesmo tempo elogiosa, na medida em que se enfatizou o domínio tecnológico da Petrobrás nos anos 1980 e, para os anos 2000, as descobertas do pré-sal (reservas de petróleo que se encontram na camada pré-sal do litoral brasileiro), e depreciativa, visto que houve grande destaque para os riscos e perigos que envolvem o uso da tecnologia nuclear. Também nesses programas há um evidente conflito entre os cientistas brasileiros no que diz respeito ao domínio das pesquisas em energia nuclear. De um lado, estavam os militares, responsáveis pelo Acordo entre Brasil e Alemanha, que culminou na construção de Angra II, foram, durante o regime Civil Militares os detentores deste conhecimento. Do outro lado, os cientistas membros da Sociedade Brasileira para o Progresso (SBPC), que criticavam o “programa autônomo”, coordenado secretamente pelos militares, e desenvolvido simultaneamente às pesquisas lideradas pela Nuclebrás.

Em 1987, no debate Contaminação Radioativa, com vários representantes da área de CES, esse embate foi explícito. O então mediador Tônico Ferreira, em determinado momento, perguntou:

Tônico Ferreira [para Fábio Feldmann]: Você poderia abrir uma campanha nacional para proibir e desativar todo o programa nuclear brasileiro e teria o apoio de todo o povo para isso? Você teria até a possibilidade de fazer um plebiscito, existe a ideia de sua parte?

Fábio Feldmann: Nós tentamos uma emenda popular sobre isso em que nós realmente tivemos alguma dificuldade na divulgação e nós conseguimos na Comissão de Ordem Social alguns dispositivos, como a proibição dos reatores nucleares para produção de energia elétrica, exceto para finalidades científicas. Nós garantimos, inclusive, a fiscalização supletiva das entidades civis não governamentais em todas as instalações nucleares, mas nós não conseguimos manter isso, por quê? Porque a questão nuclear não desperta interesse no povo em geral e eu devo denunciar aqui que existe um grande lobby nuclear no Congresso Nacional. O que nós conseguimos – e eu acho que é muito pouco – é um dispositivo que diz que a energia nuclear será admitida apenas para fins pacíficos. Eu acho que não é suficiente, porque muitos daqueles que defendem a opção nuclear, inclusive em termos bélicos, dizem que a bomba atômica é o instrumento da paz e que, portanto, nós devemos ter a bomba atômica para evitar ataques

externos, isso foi me dito pelas altas autoridades militares. Agora, eu acho que o episódio de Goiânia deve refletir na Constituinte.¹³⁶

Cláudio Rodrigues: Bom, vamos colocar aqui algumas informações... Primeiro, vamos definir o que é isso que você mencionou. O nosso programa de autonomia na energia nuclear que você colocou aqui como programa paralelo [interrompido por Fábio Feldmann].

Fábio Feldmann: O doutor Rex Nazaré colocou esse nome no programa¹³⁷ [interrompido por Cláudio Rodrigues].

Cláudio Rodrigues: Não é importante agora. O importante é saber o que nós pretendemos. Quer dizer, quando eu falo ‘o que nós pretendemos’, é o que, nós, técnicos, cientistas, professores que trabalham nesse programa pretendemos. E é dotar o país de uma competência na área nuclear. Quer dizer, queiramos ou não a energia nuclear vai conviver com a gente no futuro, não há como negar. Eu acredito que a tecnologia nuclear – e você sabe disso – é uma tecnologia que está aí com vários benefícios.

Luiz Carlos Menezes: A tecnologia [sim], não a energia nuclear necessariamente.

Cláudio Rodrigues: Não, eu não estou defendendo a energia nuclear para fins de geração de energia elétrica, se bem que eu acho que daqui a 30, 40, 50 anos, quando se esgotarem as reservas hídricas e não houver nenhuma tecnologia que permita ao Brasil ter eletricidade, nós vamos ter que recorrer à energia nuclear. Eu não estou falando no programa nuclear elétrico, eu estou falando no programa nuclear autônomo. De ter uma competência no Brasil para, mesmo na área de geração de energia elétrica, se houver necessidades, os brasileiros

¹³⁶ Em 1985, cumprindo uma das promessas de campanha da Aliança Democrática, chapa pela qual havia sido eleito, o presidente José Sarney deu início aos debates sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, cuja função seria a de elaborar e aprovar o novo texto constitucional. Assim, os deputados federais e senadores também ficaram com a tarefa de elaborar a nova constituição.

¹³⁷ Rex Nazaré foi professor em diversas cadeiras no curso de mestrado em Engenharia Nuclear do IME, professor de Física Nuclear do curso de Ciências Nucleares da Faculdade de Engenharia da UFRJ e professor de Mecânica Quântica Aplicada à Física de Nêutrons e Física Nuclear II, no curso de mestrado em Engenharia nuclear da COPPE/UFRJ. Atuou, dentre outros cargos, como presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), como chefe do Departamento de Tecnologia da ABIN e como Assessor Especial do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Durante as décadas de 1970 e 1980, coordenou o Programa Nuclear Paralelo.

saberem fazer. O que se quer fazer no programa nuclear brasileiro é dar ao país a capacidade para gerar os benefícios da energia nuclear para sua população...¹³⁸

Essa entrevista, que pode ser lida integralmente no Anexo III, diz muito do contexto político e social do Brasil. Devido aos problemas de acordo com a Alemanha e a impossibilidade de transferência de tecnologia para o domínio do ciclo do combustível nuclear, a CNEN, dirigida a partir de 1982 por Rex Nazaré Alves, implementou, junto com as Forças Armadas, um programa secreto, intitulado pelos membros da equipe de “autônomo”. O objetivo inicial da pesquisa era obter tecnologia para produzir hexafluoreto de urânio, mas o programa foi ampliado, evoluindo para desenvolver tecnologia sobre todas as etapas de produção de energia, desde a construção de um reator até o desenvolvimento de explosivos nucleares. No mesmo mês em que ocorreu o acidente com o césio -137 na cidade de Goiânia, o então presidente José Sarney foi a público afirmar que o Brasil, contrariando os acordos internacionais, alcançou “a capacidade de enriquecer autonomamente urânio através de um programa nuclear mantido secreto para garantir a segurança nacional”¹³⁹.

A respeito do domínio sobre a tecnologia nuclear brasileira bem como seu controle e fiscalização, observa-se uma preocupação dos governos brasileiros desde a década de 1940. Em 1945, foi firmado o 1º Acordo Atômico Brasil-Estados Unidos, de caráter secreto, pelo qual o Brasil se comprometia a vender – exclusivamente àquele país e durante três anos – 5.000 toneladas anuais de monazita (Guilherme, 1997: 85).

Porém, somente nos 1950 foram criadas instituições de pesquisa que buscavam viabilizar estudo e a aplicação tecnológica na área de energia nuclear. Em 1952, foi criada a Comissão de Energia Atômica, possuindo, entre outras, as atribuições de propor medidas que julgar necessárias à utilização da energia atômica; elaborar instruções; controlar atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica; fomentar a pesquisa e prospecção de materiais. Também foram criados nesse mesmo período o Instituto de Energia Atômica (IEA), com a finalidade de desenvolver pesquisas sobre o aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos e contribuir para a formação em

¹³⁸ Debate Especial Contaminação Radioativa. Cf. Anexo III.

¹³⁹ Patti, Carlo, 2014.

ciência e tecnologia nuclear e, finalmente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), com o intuito de fomentar o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil.

Assim, no período da ditadura militar, sob a orientação principalmente da Doutrina de Segurança Nacional, construída internamente pela Escola Superior de Guerra desde a sua fundação, em 1949, o controle e fiscalização da energia nuclear passou o domínio exclusivo dos militares. Além disso, os acordos bilaterais entre Estados Unidos e Brasil de ajuda tecnológica e de comércio de materiais radioativos rompidos nos governos anteriores foram retomados e os militares se dispuseram a colaborar com os EUA, recebendo, em contrapartida, investimentos e empréstimos. No governo Geisel (1974-1979) foi assinado um acordo com a empresa alemã KWW (Siemens), que resultaria no início da construção de Angra II. Em 1975, foi aprovado o Programa Nuclear Brasileiro, que previa instalação de uma usina de enriquecimento de urânio, além de centrais Termonucleares (Santos Filho, 1992: 54).

É possível perceber pelo trecho que os representantes políticos e os físicos das comunidades científicas desvinculadas do controle do CNEN, órgão submetido diretamente ao controle militar, passaram a fazer declarações explícita contra o programa nuclear brasileiro. Afirmavam que o plano não era transparente na medida em que não envolvia outros grupos sociais e que, mesmo após a redemocratização do país, ainda insistiam em atuar sobre determinadas áreas estratégicas, entre essas o domínio da técnica da produção de energia nuclear. Esse mesmo grupo ainda alegava que a meta final do programa nuclear era para fins bélicos, o que, segundo alguns entrevistados, poderia resultar em consequências desastrosas, entre essas, a mais relevante, segundo os entrevistadores, era uma possível relação de inimizade com a Argentina num futuro próximo, caso o Brasil decidisse investir em tecnologia nuclear para fins bélicos.

Por outro lado, algumas figuras chamadas ao *Roda Viva* defenderam veementemente o uso e o desenvolvimento da tecnologia nuclear não só para a produção de energia, como também para investimentos nas áreas militares – representantes desses ideais acreditavam que essa tecnologia poderia significar/representar estar em sintonia com uma determinada noção de soberania e independência externa. Além disso, os benefícios da energia destacados nesse programa estavam relacionados à sua correlação com a soberania do país; possuir tecnologia

nuclear representava, em última instância, garantir um desenvolvimento energético alternativo e, conseqüentemente, um aumento potencial na industrialização.

As discussões entre Luiz Carlos Menezes, Fábio Feldmann e Cláudio Rodrigues no *Roda Viva* tratam, sobretudo, da finalidade e domínio do programa nuclear nacional. Por um lado, Menezes e Feldmann, membros respectivamente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Congresso Nacional, acusaram o programa liderado pelos militares de não ser transparente e público, além de possuir o explícito objetivo de produzir armas nucleares. Por outro lado, Cláudio Rodrigues, membro da Comissão de Energia Nuclear, defendeu-se das acusações e enfatizou que o domínio dessa tecnologia poderia representar, em última instância, a soberania e a independência externa do país. Não se pode deixar de comentar que Rex Nazaré, mentor do mencionado programa paralelo, era, na época, chefe de Cláudio Rodrigues.

Pode-se dizer então que a “ciência” apresentada nesse programa estava vinculada ao debate sobre os agentes responsáveis pela pesquisa e tecnologia no setor de energia nuclear. Além disso, representantes de entidades científicas e civis – Menezes e Feldmann – denunciavam em um programa de televisão ações secretas dos militares que poderiam afetar o bem-estar da população brasileira. Ao trazer para o centro do debate temas do momento, o *Roda Viva* revelou conflitos típicos do momento político vivido no país a partir de 1985, entre os quais se destacam as críticas, agora abertas aos militares.

Anos mais tarde, em 2003, Luiz Pinguelli, que estava no debate sobre Contaminação Radioativa, foi novamente convidado ao programa. Agora, na condição de presidente da Eletrobrás, o físico foi chamado para comentar sobre a crise energética pela qual o país passava¹⁴⁰. Em um dado momento, ao ser perguntado sobre a construção da Usina Nuclear Angra III, o físico comentou:

Maria Zulmira de Souza: O senhor, por diversas vezes, até declarou em entrevistas que tinha orgulho de ter lutado contra o acordo Brasil-

¹⁴⁰ Entre 2001 e 2002, uma crise no setor de energia elétrica afetou o fornecimento e distribuição no país devido, sobretudo, à falta de planejamento e investimentos em geração de energia, agravado pela escassez de chuvas, que provocou uma redução no nível das águas nas hidrelétricas. . Cf. Sauer, I., 2002.

Alemanha. Queria saber qual é a posição pessoal do senhor sobre a questão Angra III.

Luiz Pinguelli Rosa: Deixa explicar bem, eu sou muito orgulhoso de ter lutado contra o acordo da Alemanha, que foi um gravíssimo erro do Brasil, porque o Brasil gastou muito dinheiro, contratou, se comprometeu com a Alemanha a fazer oito reatores dos quais saiu um, que é Angra II, porque a Angra I já era anterior, então se gastou muito dinheiro para pouca coisa e de uma forma errada. O reator foi caríssimo, é verdade. Quanto à Angra III, há uma certa ilusão que se vende muitas vezes no debate político, natural, de uma solução contra a outra, ótima e péssima. Eu fui lutador contra a energia nuclear e acho que foi um mal negócio o Brasil ter entrado nela como fez. O problema da energia nuclear é o risco de acidente dos reatores e depósito de material radioativo, isso é plenamente verdadeiro. Se o reator funcionar de acordo com o que está estabelecido pelas regras e pelas normas de segurança, e o lixo radioativo ficar isolado do meio ambiente, o que é também difícil, ele causa menos impacto ao ambiente diretamente do que uma usina termoeletrica ou hidroeletrica¹⁴¹.

O físico foi convidado ao centro da roda em um contexto político e econômico bastante diverso daquele de 1987. Em 2003, a gestão federal se organizou para reestruturar o setor elétrico no país, que passava por uma crise, formou-se, por exemplo, o Grupo de Estudos para a Nova Estrutura do Setor Elétrico (Genese), criado para assessorar o Conselho Superior do Sistema Eletrobrás (Consise). Iniciaram-se, então, as discussões para obtenção de energia por outras fontes, entre as quais a nuclear, que passou a se apresentar como uma alternativa, inclusive, mais econômica.

Nesta entrevista, é possível inferir sobre a postura do entrevistado no que diz respeito à construção da usina de Angra III. Segundo Pinguelli Rosa, há certos riscos que envolvem a obtenção da energia nuclear, entre eles, segurança (riscos com os reatores), o lixo radioativo (resíduos), e, por fim, a ideia de que o país possui uma tecnologia obsoleta. Um dos pontos discutidos na entrevista era "vale a pena construir uma usina com os reatores remanescentes do acordo Brasil e Alemanha estabelecidos ainda nos anos 1970?". O entrevistado defendeu que, economicamente, em termos de geração de energia não era interessante investir em uma tecnologia obsoleta, que agrega tantos riscos a sociedade para se produzir, segundo ele, pouca energia para consumo; a

¹⁴¹ Entrevista no *Roda Viva* com Luiz Pinguelli Rosa (27/10/2003) [citado 26 jan.2016] Disponível em www.memoriarodaviva.fapesp.br.

bancada de jornalistas e especialistas concordou com o entrevistado e ainda criticou o plano governamental que tratava o tema, citando, inclusive, outros projetos de investimento de obtenção de energia utilizando recursos hídricos – as hidrelétricas na Amazônia¹⁴². Viu-se, pela entrevista receio geral em relação ao uso desta tecnologia. A tendência que se criou para as propostas governamentais de energia nuclear tradicionalmente é de defensiva por parte da mídia e dos cientistas brasileiros. Um dos motivos que pode explicar tal receio diz respeito à pressão de movimentos sociais antinucleares e aos acidentes históricos relacionados ao uso desta energia, o mais famoso é o de Chernobyl, em 1987.

Outro problema apontado pelo autor diz respeito aos rejeitos radioativos – os reatores de fissão geram misturas de um grande número de isótopos radioativos com diferentes características físico-químicas que devem ser isolados do ambiente humano por longos períodos – um ponto fraco desta tecnologia – mencionado pelo entrevistado. Porém, o entrevistado e a bancada desconsideram que o produto do setor nuclear não é somente vinculado à geração de energia. No processo de construção de uma usina é necessário conhecimento científico acumulado, treinamento de equipe e qualificação e capacitação tecnológica de forma que desenvolvimento de nação – é, portanto, um elemento importante de distinção entre as nações – sendo considerado um possível capital ativo de ciência que pode ser voltado para promover a independência econômica do país.

As entrevistas, contudo, pontuam que tecnologia nuclear está voltada unicamente para a geração de eletricidade. Em entrevista, o físico e gestor público José Goldemberg, ao ser questionado sobre o tema, comentou:

a energia nuclear não vai resolver o problema energético do Brasil, e o dr. Nelson colocou o problema energético como um problema de eletricidade. Quer dizer, o que o Brasil precisa de eletricidade são quatro mil megawatts por ano. Se nenhuma grande desgraça ocorrer, o

¹⁴² As grandes usinas planejadas encontram-se principalmente na região Amazônica onde as dificuldades ambientais são ainda maiores. O que parece provável é que, por suas vantagens econômicas, ainda será instalada uma capacidade considerável de geração hídrica naquela região. Foram incluídas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) as usinas de Belo Monte e as do Rio Madeira. Para tornar os projetos aceitáveis pela sociedade, as áreas inundadas (e a capacidade de armazenamento) foram consideravelmente reduzidas nos dois projetos. No caso do Rio Madeira, houve ainda a necessidade de evitar que o reservatório incluísse o território boliviano, o que tornaria a realização do empreendimento ainda mais complexa.

sistema precisa crescer cerca de quatro mil megawatts, [o que equivale a] quatro grandes reatores nucleares por ano. Isso não vai acontecer mesmo que se decidisse seguir por esse caminho, levaria de oito a dez anos para construir esses reatores. A solução que existe é efetivamente a solução hidroelétrica...”¹⁴³

Muitos dos problemas do setor nuclear estão ligados à circunstância de que seu desenvolvimento inicial ocorreu “por cima das cabeças” da população em geral, sem qualquer sentido de participação e, com frequência (como no caso dos programas militares) sem qualquer conhecimento por parte dela – permanecendo, assim, no imaginário da população só a parte ruim da tecnologia nuclear – e não o potencial ativo que essa tecnologia pode gerar para a sociedade.

Por fim, outro tema discutido nas áreas de Ciências Exatas e na Sociedade foi cosmologia. Em 1999, por ocasião do lançamento do livro *A dança do universo: dos mitos à criação do Big Bang*, Marcelo Gleiser foi convidado a participar do *Roda Viva*. A sabatina durou cerca de uma hora e meia e tanto o entrevistado como os demais jornalistas e pesquisadores discorreram sobre diversos temas, entre esses, a diferença entre o mito, a religião e a ciência; o funcionamento do sistema de verbas nas universidades americanas, entre outros. Apesar de essas questões tomarem boa parte da entrevista, o assunto que gerou grande debate foi a origem do Universo e a Teoria do *Big Bang*. No total de uma hora e meia de programa, 45% do tempo foi dedicado a esse tema, que teve ampla participação dos telespectadores. Segundo, inclusive, o mediador Matina Suzuki, a entrevista fora um sucesso – um recorde absoluto – com mais de cem perguntas enviadas, muitas delas, inclusive, não puderam ser lidas.

O êxito do programa, para os entrevistadores, tinha motivo; Marcelo Gleiser apresentou um assunto aparentemente complexo – a origem do universo e da matéria e o modelo do *Big Bang* de forma acessível a um público leigo, “sem apresentar, por exemplo, as equações de Maxwell” e foi muito elogiado por isso. O discurso do físico foi, em vários momentos da programação, enaltecido e repetido pelos jornalistas e especialistas sem nenhuma objeção. Não havia vozes equipotentes que emitiam enunciados diferentes ou mesmo que contrapunham o entrevistado. Da mesma forma

¹⁴³ José Goldemberg (6/4/1992) Cf. em www.memoriarodaviva.fapesp.br Acessado em 26 de janeiro de 2016.

como o físico representava uma tentativa de preparar a população para determinados temas científicos, aparentemente complexos, Gleiser também foi chamado para sentar-se no centro da roda, pois era um representante de modelo tradicionalista de se fazer e pensar a ciência. Vejamos alguns trechos do programa:

Matinas Suzuki: Marcelo, o professor José Maria Filardo Bassalo, que é professor de física da Universidade Federal do Pará, pergunta o que você acha da teoria [do Big Bang] e se é realmente uma teoria que conseguirá entrar no século XXI bem fortalecida ou será que ela será substituída pela teoria rival, do universo eterno?

Marcelo Gleiser: Ah! Bom...Primeiro, o Big Bang não é uma teoria, é um modelo. Existe uma diferença, né? O modelo é uma construção matemática que a gente usa para explicar certas observações. E o grande sucesso do *Big Bang* é que ele explica observações que são feitas concretamente, quantitativamente. Até o início dos anos 1960, esse modelo que ele está falando... Existiam dois modelos rivais na cosmologia. Um “à la inglesa”, que foi proposto no final dos anos 1940, na Inglaterra, que é esse modelo do estado padrão, *que tem muita filosofia e pouca matemática*. Depois, melhorou um pouco, mas a ideia é que o universo jamais mudaria. O universo, de uma certa forma, se mantém o mesmo. Enquanto o modelo do Big Bang é um modelo do *universo evolucionário: o universo está sempre se transformando, vamos dizer assim*. E o modelo padrão foi abandonado pela maioria das pessoas, pelo menos, em meados dos anos 1960, porque se observou que existe uma radiação no universo, uma radiação eletromagnética, que é, basicamente, uma certa luz que, quando você liga a sua televisão, essa radiação... Vai aparecer um chiado, que é uma radiação que mostra o que aconteceu com o universo quando ele tinha apenas trezentos mil anos de idade, que indica que o universo era muito quente e muito denso. E o modelo do estado padrão não pôde acompanhar essa observação e, portanto, teve que ser abandonado, o que é a grande vantagem da ciência *com relação ao mitos* [grifos da pesquisadora].

Esse primeiro trecho do programa traz importantes considerações a respeito de qual ciência o autor preconiza como sendo verdadeira. A opinião de Marcelo Gleiser sobre a Teoria do Estado Reacionário [citado pelo apresentador Matinas Suzuki como Teoria do Estado Eterno] deixa transparecer uma visão de ciência bastante tradicional, que deixa nos flancos qualquer tipo de controvérsia e privilegia o conhecimento consensual, baseado, sobretudo, num avanço linear e constante do conhecimento científico.

Em primeiro lugar, ele define que a Teoria do Estado Estacionário foi abandonada em meados dos anos 1960. No entanto, como veremos a seguir, as diferentes teorias que explicam a origem do universo nunca deixaram de ser discutidas na cosmologia, ao contrário do que afirma o físico Marcelo Gleiser. Mais do que isso, a Teoria do Estado Estacionário não é um mito como afirma o físico, muito menos a Teoria do *Big Bang* é uma “evolução” desta última.

De maneira geral, a cosmologia, como hoje é entendida, teve o seu início em 1917, quando o físico alemão Albert Einstein propôs o seu modelo do universo. Baseado na Teoria da Relatividade Geral (TRG), de sua autoria, e na sua percepção do mundo físico, Einstein estabeleceu um modelo do universo que, em grande escala, era homogêneo, isotrópico e estático. No entanto, o russo Alexander Friedmann conseguiu solucionar essas equações e acabou concluindo por meio delas uma provável expansão do universo. Seus trabalhos tornaram-se públicos em artigos científicos datados de 1922 e 1924. Esses trabalhos foram seguidos, de forma independente, pelas pesquisas do cosmólogo belga Georges Lemaître, publicadas em 1927 e 1931, que também resultaram em modelos de universo em expansão.

Tais modelos alcançaram projeção no mundo científico a partir da descoberta da relação proporcional entre o desvio para o vermelho e a distância das galáxias (Henrique: 2011, 245). Essa relação, investigada por vários astrônomos, foi estabelecida de forma segura e definitiva em 1929 pelo astrônomo norte-americano Edwin Hubble.

Verificou-se que a luz emitida pelas galáxias possuía comprimentos de onda cujos valores eram deslocados em direção ao vermelho, no espectro de luz visível, e a relação mostrava que esse desvio era proporcional à distância das galáxias. Esse tipo de relação entre comprimento de onda da radiação e distância era exatamente o que era predito pelas soluções de Friedmann e Lemaître (Hoyle, ANO?164).

A invenção, portanto, do conceito de um universo em expansão decorreu de dois aspectos: dos resultados teóricos e de observações astronômicas. Isso significa que a expansão do universo não é um fato empírico, deduzido diretamente da observação da natureza, como o é, por exemplo - e para mencionar um caso estreitamente relacionado à cosmologia -, a existência individualizada das galáxias (Henrique, 2011: 243).

Dentro da visão cosmológica há muitos problemas em aceitar a expansão do universo. O principal deles é que a teoria parte de uma afirmação metafísica, isso porque estabelece um início para a história do universo. Essa "singularidade" inicial da expansão teve início no desconhecido e no inexplicável ponto ao qual todas as leis da física não se aplicam nesse primeiro momento. As tentativas de abordagem dessa singularidade, como, por exemplo, as teorias inflacionárias, são difíceis de serem testadas observacional e experimentalmente.

Uma simples extrapolação temporal da expansão do universo, para épocas passadas, também traz outro problema para a Teoria do *Big Bang*: ela leva a um estado de altas densidades e temperaturas, que, em princípio, não tem limites. Finalmente, as diferenças entre os valores predito e observado da densidade de matéria no universo são difíceis de ser explicadas segundo a teoria que preconiza uma grande explosão para a criação do universo. O valor predito decorre do ajuste da teoria, na fase inicial da expansão, tendo por objetivo o cálculo das abundâncias químicas dos elementos de massa pequena, a chamada nucleossíntese primordial. Esses elementos atômicos, deutério, hélio e lítio, foram sintetizados na fase quente e densa da grande explosão e serviram de matéria-prima para a formação dos demais elementos, no interior das estrelas. O valor observado da densidade de matéria é obtido a partir do censo, da contagem de objetos luminosos (estrelas, galáxias, etc) no universo. A discrepância entre os dois valores, o predito e o observado, é da ordem de um fator de 100, considerada muito alta (Hoyle, 1984: 181; Henrique, 2011:243 e Silva, 2009: 12).

Muitos cientistas, contemporâneos desses desenvolvimentos científicos, não aceitaram estas ideias. Entre eles estão os físicos Hermann Bondi (1919-2005), Thomas Gold (1920-2004) e Fred Hoyle (1915-2001)¹⁴⁴. Este último tentou, inclusive, ridicularizar o modelo de Friedmann-Lemaître apelidando-o de universo da "grande

¹⁴⁴ Fred Hoyle (1915- 2001) participou ativamente do desenvolvimento da teoria de formação de elementos atômicos pesados nas estrelas e, com três colegas, publicou, em 1957, um artigo que dava o "pulo do gato" para o entendimento do processo de formação desses elementos (revista *Reviews of Modern Physics*). Para o autor, eramos formados de "restos de estrelas que já existiram". Também defendia a Panspermia, teoria segundo a qual a vida teria chegado à Terra em formas bem primitivas, como que "semeadas" do espaço, e que o seu desenvolvimento para as formas complexas de hoje foi ditado por códigos que essas formas primitivas possuíam. Hoyle se dedicava, também com grande energia, à divulgação científica. Além da participação em programas de rádio e televisão, até os últimos meses de sua vida escreveu para jornais e revistas de grande circulação. Também disseminou as suas teorias através de livros populares, incluindo vários de ficção científica, entre eles os best-sellers *October The First Is Too Late* e *The Black Cloud*.

explosão" (em inglês, *big bang*) em uma série de palestras divulgadas pela BBC. O nome, no entanto, passou a pertencer ao jargão científico. Bondi e Gold estudaram em Cambridge, onde conheceram o físico e astrônomo Hoyle – os três colegas ficaram conhecidos como o Trio Cambridge.

A teoria proposta por Fred Hoyle e seus colaboradores citada durante a entrevista com Marcelo Gleiser na realidade possui duas ramificações de uma mesma explicação. A primeira, denominada "cosmologia do estado estacionário", foi elaborada em 1948. A segunda surgiu em 1993 e foi idealizada por Hoyle, por Geoffrey Burbidge e pelo físico teórico indiano Jayant Narlikar, e denomina-se "cosmologia do estado quase estacionário".

Para a primeira teoria, Hoyle propõem basicamente que o universo é homogêneo, isotrópico e infinito espacialmente. Além disso, ao contrário do universo da grande explosão, tem uma idade infinita. O modelo expande-se, como na grande explosão, mas a matéria é contínua e uniformemente criada, de forma a garantir a homogeneidade e a isotropia. A teoria não indica de que forma a matéria é criada. A violação da lei da conservação da matéria, lei implícita na TRG, foi contornada por Hoyle através de um artifício matemático¹⁴⁵.

Na época em que foi proposta, a TRG se tornou muito popular na medida em que atribuía uma idade infinita ao universo. Isso era uma grande vantagem em relação à teoria da grande explosão, a qual implicava numa idade do universo cerca de dez vezes menor que a idade geológica da Terra. Essa inconsistência básica foi o principal sustentáculo, durante muitos anos, do modelo do estado estacionário.

A situação mudou, entretanto, na década de 1960. A descoberta da radiação cósmica de fundo, em 1965, pelos norte-americanos Arno Penzias e Robert Wilson, a revisão da estimativa da idade do universo, a descoberta dos quasares, todas essas “descobertas” e observações implicavam um quadro consistente de evolução de galáxias. Aos poucos, a teoria do estado estacionário entrou em descrédito e o modelo da grande explosão ocupou novamente o status de teoria verdadeira sobre a origem do universo.

¹⁴⁵ Cf. Teoria do Estado Estacionário, Kanipe, 1995, e Hoyle et al., 2001.

Para Hoyle, no entanto, as descobertas de Penzias e Wilson usadas como demonstração da ideia de um *big bang* podem ser interpretadas muito mais como uma convenção e até mesmo um modelo para encobrir o fato de que as comunidades científicas sabem muito pouco sobre o universo (Hoyle, 1984: 181). Podemos constatar até aqui, que as regras na área da cosmologia partem de pressupostos observacionais e empíricos. Feyerabend afirma que, ao assumir resultados experimentais e observações como dados e transferir o ônus da prova para a teoria, se pode incorrer no erro de admitir a ideologia observacional como dada sem sequer examiná-la (Feyerabend: 2007, 86).

As regras metodológicas falam de “teorias”, “observações”, e “resultados” como se esses fossem bem definidos, com propriedades fáceis de serem analisadas e que são entendidos da mesma forma por todos os cientistas. Isso pressupõe que “os fatos existam e a eles se possa chegar, independentemente de se ter ou não em conta alternativa da teoria a ser submetida” (Feyerabend: 2007, 50), mas, para o autor, o fato já pressupõe em si mesmo uma teoria, ou seja, a observação depende da teoria e só surge através dela na medida em que agrupa os dados, os classifica e os interpreta. Uma das maneiras de escapar desse “*imbróglio*” conceitual é sair da lógica clássica e aceitar princípios metodológicos que estão, a princípio, fora da ciência.

Anos mais tarde, Fred Hoyle, Geoffrey Burbidge e Jayant Narlikar elaboraram um novo modelo cosmológico, semelhante à Teoria do Estado Estacionário, mas com correções de alguns de seus defeitos. A nova teoria, denominada Cosmologia do Estado quase Estacionário (CEQE), oferece cenários alternativos aos do modelo padrão para a síntese primordial dos elementos leves; segundo o novo modelo, todos os elementos são formados no interior das estrelas; também oferece uma razoável explicação para a homogeneidade e a isotropia da radiação cósmica de fundo; resultante da termalização da energia liberada na criação dos elementos leves; e, finalmente, trata da formação da distribuição de galáxias no universo. A teoria prevê uma criação contínua de matéria no universo, ao invés da criação de toda a matéria do universo num único evento, como na teoria da grande explosão (Henrique, 2011: 108-111; Silva, 2009: 10-12).

Essa breve síntese nos traz condições para compreender que a Teoria do *Big Bang* não é o único modelo que explica a origem do universo. Além disso, como vimos,

esse modelo apresenta inúmeros problemas que, aparentemente são conhecidos pelo físico Marcelo Gleiser, mas que intencionalmente não foram comentados.

Prosseguindo a análise do programa, num dado momento, um entrevistador, Ricardo Bonalume, editor da revista *Exame*, traz uma informação diferente da anunciada por Gleiser sobre a Teoria do *Big Bang*.

Recentemente, a revista *Nature* andou publicando uma série de – a *Science* andou publicando também – novos resultados da constante de [Edwin] Hubble [(1899-1953), nascido nos Estados Unidos, um dos principais astrônomos do século XX. Descobriu que o universo se expande e criou uma constante que permite medir a que velocidade as galáxias se afastam umas das outras, certo? E houve um certo revival dessa teoria do estado padrão, principalmente por parte dos ingleses, que nunca deixaram de lado, realmente, essa teoria. O John Maddox, editor da *Nature*, é um cara que sempre criticou o *Big Bang*. Você não acha que é prematuro “tacar” o *Big Bang* lá no trono, dizendo “é isso”, ainda mais porque tem esse comecinho de que ninguém entende nada?

Marcelo Gleiser: Tudo bem. Boa pergunta. Por isso é que fiz questão de dizer que o *Big Bang* não é uma teoria, é um modelo. *E a grande vantagem dos modelos é que eles podem ser remendados*, quer dizer, o modelo tem um limite de validade. Todo modelo em ciência tem um limite de validade; além daquele limite, não pode mais explicar o que está acontecendo. E o modelo do *Big Bang* é um modelo que está cheio de buracos. Mas, no momento, acho que o que o *Big Bang* faz, nenhum outro modelo atual pode fazer. Então, o John Maddox... Não sei dessa coisa dele, mas, se isso for verdade, *ele precisa se atualizar um pouquinho* [grifos da pesquisadora].

Como se pode perceber por esse trecho, Gleiser adotou novamente a interpretação mais recorrente sobre a origem do universo, recusando-se, inclusive, a detalhar os “buracos” que a Teoria do *Big Bang* apresenta. Além disso, desqualifica a fala do entrevistador Ricardo Bonalume, alegando que o editor da revista *Nature* – uma das mais conceituadas em ciência – precisa se atualizar. É como se ambos os representantes da área de comunicação não conhecessem as mais recentes experiências científicas em cosmologia e por isso não deveriam opinar sobre o tema.

A fala do físico Gleiser, portanto, demonstra mais uma vez que a sua visão de ciência é linear, progressiva e consensual. Estaria o físico mal informado a respeito das falhas e problemas da teoria do *Big Bang* a ponto de não as apresentar no programa,

mesmo admitindo que elas existem? Minutos depois, ao ser perguntado sobre sua pesquisa, Gleiser responde:

[...] o que é interessante é o seguinte: segundo as leis da física de partículas [a matéria e a antimatéria] deveriam aparecer na natureza em pé de igualdade. Acontece que, quando a matéria e antimatéria se juntam, se desintegram em energia pura, em energia eletromagnética... Se existisse no universo tanta matéria quanto antimatéria a gente não estaria discutindo a origem da matéria no universo. De alguma forma existe mais matéria do que antimatéria no universo. Então, a questão para os cosmólogos é: o que aconteceu, que tipo de imperfeição na história da evolução do universo provocou esse mecanismo de seleção de matéria e antimatéria? *Estou trabalhando justamente dentro dessa imagem do universo – dentro do Big Bang...* [grifos da pesquisadora].

Percebe-se, por esse trecho, que o físico realiza suas pesquisas justamente no interior do paradigma previsto pela Teoria do *Big Bang*. Assim, mais do que expressar uma corrente teórica ou um modelo que segue, os comentários de Gleiser sobre a eficiência da Teoria do *Big Bang* expressam determinados valores de ciência defendidos por ele, que, por sua vez, são compartilhados pelo restante dos entrevistadores e até mesmo pelo público que o assistia, alcançando assim uma identificação com o telespectador. Indícios importantes que nos ajudam a explicar o relativo sucesso da entrevista.

Como vimos, um paradigma contém implícita ou explicitamente sentidos mais ou menos comuns a respeito de determinados elementos cognitivos, metodológicos, leis gerais, regras de aplicação dessas leis e instruções modelares. É esse conjunto de elementos que fornece ao cientista uma segurança no momento de realizar sua atividade científica. E, mais, oferece uma imagem coerente da natureza. Gleiser defende e compactua com a lógica prevista no modelo do *Big Bang*, apesar de suas “falhas” ou “buracos”, justamente porque, para ele, esse é o único modelo possível que explica aquele fenômeno da natureza.

Assim, os “buracos” citados pelo físico ocorrem não porque a teoria é falha, mas sim porque o cientista não alcançou o modelo completo. É como se o erro da teoria estivesse na ação humana e não na própria teoria. Mas observou-se que a teoria do *Big Bang* não só apresenta inúmeros problemas, falhas de explicação, entre outros, como

existem outras teorias compatíveis com as observações, experimentos e cálculos matemáticos sobre os fenômenos conhecidos acerca da origem do universo.

Segundo Feyerabend, a observação depende da teoria, só surge através de uma teoria que a agrupa, a classifica e a interpreta. Desse modo, um fato pode estar contaminado por uma teoria. O que ocorre, nesse caso, é que essa contaminação está bastante clara.

Parece que as investigações sobre a Teoria do *Big Bang* levaram a resultados sem grandes significados e o que se vê, na maioria dos casos, é um esforço generalizado em tentar comprovar e justificar as inúmeras contradições desse modelo. Para Hoyle, esse esforço é muito semelhante ao de Ptolomeu quando criou os chamados epiciclos para explicar porque os planetas giravam em torno da Terra. Não estariam os cientistas criando epiciclos para enquadrar a Teoria do *Big Bang*? (Hoyle, 1984: 186).

Finalmente, a respeito do sucesso da entrevista e do recorde em audiência, Gleiser proferiu, no decorrer do programa, uma ciência conhecida do imaginário do telespectador, mas que é pouco ou nada entendida. Muitos livros didáticos apresentam a Teoria do *Big Bang* como único modelo plausível para explicar a origem da natureza (Henrique, 2011: 140). Nesse sentido, pode-se afirmar que o programa *Roda Viva* corroborou para a concretização de uma ciência consensual e sem controvérsias no imaginário social.

Ainda sobre esse tema, anos mais tarde, em 2006, o físico e pesquisador Mario Novello foi chamado ao centro do *Roda Viva* para, justamente, apresentar a Teoria do Estado Estacionário.

Paulo Markun: Boa noite! Ele foi um dos primeiros cientistas a dizer que o *Big Bang* é um mito científico, que a ideia de que tudo começou com uma grande explosão não se sustentava mais e que era preciso buscar novas explicações para a origem do Universo.

Por esse trecho, é possível aferir que o entrevistado da noite faz parte de um grupo que não está no consenso. Também é importante notar o recurso usado pelo apresentador para chamar a atenção do telespectador – palavras fortes, que chamam a

atenção, o *Big Bang* é um mito. Diferentemente do tom da entrevista com Gleiser, Novello foi bastante questionado por alguns membros da bancada.

Fritz Utzeri: Eu vejo muita afinidade entre o que o senhor está definindo e a religião. Chega um determinado momento em que a gente chega a uma fronteira tal que a fé entra muito em cima disso daí. Eu queria fazer uma pergunta nessa direção, que é a seguinte: o senhor disse que o *Big Bang* não é o começo. Aquela teoria daquele pontinho micro que tinha toda a massa e toda a energia do Universo, [que] explodiu e, de repente, estamos nós aqui, o *Roda Viva* e o Universo inteiro, não é verdade. Então, havia uma antecendência disso. Como que é esse começo do Universo? Ele começa ou não começa? Ou é como se fosse uma sanfona em contínua expansão e contração? Dá para explicar isso para um telespectador em casa que está assistindo neste momento, [de modo] que ele consiga entender isso?

No entanto, entre os convidados estavam jornalistas e especialistas na área de divulgação científica, de forma que o tom dessa entrevista foi bastante equilibrado no sentido de apontar ao telespectador as controvérsias, os debates e até mesmo as disputas entre as comunidades científicas.

Novamente, a última série das entrevistas analisadas ajudam a reforçar a hipótese de que os temas de C&T cresceram no programa; além disso, outra constatação importante diz respeito à bancada convidada nos programas do último período composta por entrevistadores da área de divulgação da ciência. Há, assim, uma ampliação dos atores e diversidade, contribuindo, inclusive, para a cultura científica.

De maneira geral, esse capítulo procurou compreender a dinâmica comunicacional do programa *Roda Viva* no que se refere aos temas de C&T, evidenciando as diversas ciências privilegiadas ao longo de vinte anos de programação. Assim, foi possível constatar que as principais figuras trazidas ao centro do *Roda Viva* são as chamadas fontes oficiais, devido a uma imposição da Fundação Padre Anchieta de se cumprir uma agenda política. Além disso, muitas figuras convidadas representam universidades, centros e institutos de pesquisa. Essas instituições, voltadas para o avanço do conhecimento humano, são identificadas como importantes agentes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, adquirindo, junto ao público, alta credibilidade e influência. Assim, há pouco ou nenhum questionamento, por parte da bancada de entrevistadores, ao conhecimento enunciado pelo entrevistado.

Também buscou-se analisar (e comparar) as múltiplas visões de atividade científicas abordadas no *Roda Viva* em relação às ciências apresentadas nos telejornais e programas especializados nos meios de comunicação no Brasil, sendo constatado que, em determinados momentos, a enunciação dos saberes científicos nesses gêneros televisivos apresenta estrutura discursiva semelhante.

Considerações finais

Foi possível observar, neste estudo, que a televisão brasileira nasceu inspirada no modelo comercial norte-americano, com anunciantes e patrocinadores, adquirindo, assim, um caráter essencialmente comercial. Foi somente nos anos 1960 que o Brasil realizou, com a colaboração de civis e militares, a regulamentação sobre uso e funcionamento dos meios de comunicação, que passaram a ser usados para a promoção de certa identidade nacional. Este marco legal determinava, entre outras questões, que os meios de comunicação fossem de responsabilidade da União, que, por intermédio de concessão pública, transferiam a terceiros (entidades de direito público ou privado, estados, municípios, universidades, entre outras) o direito de uso.

Nesse contexto, em 1967, o governador de São Paulo, Roberto da Costa de Abreu Sodré, abriu licitação para a compra de uma emissora de televisão. Assim, a TV Cultura, que até então pertencia à emissora Diários Associados, do empresário Assis Chateaubriand, foi adquirida pelo governo do Estado que, por sua vez, decidiu criar uma entidade civil, com dotação do Estado, mas desvinculada do poder governamental. Mantida por subvenções do governo estadual, votadas anualmente pela Assembleia Legislativa, a TV Cultura voltou a funcionar no dia 15 de junho de 1969, sob *status* de emissora pública, estando sob a tutela da Fundação Padre Anchieta.

Na Europa, ainda hoje, prevalece o modelo de televisão pública, baseado, sobretudo, no pluralismo de público e de grade de programação, proteção e isenção política. Isto é, parte-se do pressuposto de que os operadores de televisão possuem uma certa proteção política podendo, justamente por isso, obter informações amplas e isentas. A principal representante deste modelo é a emissora britânica, *British Broadcasting Corporation* (BBC), que inspirou, inclusive, a TV Cultura.

Porém, embora a TV Cultura seja mantida por uma fundação autônoma e ser considerada pública, foi construída a partir de uma conflituosa relação entre grupos que buscavam certa autonomia e setores que insistiam que a emissora poderia ser porta-voz oficial do governo. De forma que, um importante tópico analisado neste estudo foi a relação controversa que a TV Cultura estabeleceu com o governo do Estado de São

Paulo desde sua criação. Assim, pela análise da trajetória de algumas gestões da Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura – Roberto Muylaert (1985-1994), Jorge Cunha Lima (1994-2004) e Marcos Mendonça (2004-2006) – foi possível identificar certo grau de ingerência e os laços de dependência estipulados pelo governo. Nessa perspectiva, o programa *Roda Viva*, como o principal programa de entrevistas e debates da emissora, também sofreu inúmeras interferências ao longo de mais de vinte anos de programação e as entrevistas relacionadas à C&T revelam aspectos dessa contradição.

Vimos que o programa foi ao ar em 1986, num período de grande efervescência política e social. O país vivia os anos finais da Ditadura Militar e a expectativa de uma liberalização que levasse à redemocratização incentivou alguns grupos progressistas ligados à mídia a discutir e apresentar pautas novas e ousadas, relacionadas às temáticas sociais. Assim, aproveitando o clima de tensão e protesto que se instalava no período, a programação televisiva se abriu para o formato da entrevista e do debate, antes limitado a poucos exemplares. Os *talk shows* jornalísticos traziam para a cena televisiva figuras importantes dentro de suas áreas de atuação, mas desconhecidas da população em geral. Além disso, assuntos relacionados às temáticas políticas e sociais passaram a ser recorrentes nesses programas.

Nesse contexto, o *Roda Viva* encontrou seu lugar na grade de programação brasileira realizando ora entrevistas com figuras representativas de assuntos relativos à vida pública, ora programas de debates com vários especialistas, pautados a partir de temáticas amplamente abordadas em outros meios de comunicação. Outra característica diferenciadora do *Roda* em relação aos outros programas de debate é o seu cenário, que corrobora para um amplo de debate, na medida em que se reproduz a ideia de arena – há uma cadeira giratória localizada no centro do estúdio, reservada ao entrevistado da noite, e ao seu redor ficam posicionados o mediador e os entrevistadores. Assim, espelha-se no formato televisivo adotado um importante conceito presente programa, a ideia de esfera pública.

Ao realizar as entrevistas com os principais mediadores do programa, bem como alguns produtores e o ex-diretor da fundação, Roberto Muylaert, constatou-se que, embora o *Roda Viva* mantenha o mesmo cenário e concepção estabelecido na sua

criação, sendo considerado por alguns destes jornalistas entrevistados “a redenção da tevê nos anos finais da Ditadura”, ao longo dos anos, determinados traços fundamentais que compõem o seu formato deixaram de ser importantes – destaco aqui a proposta de convidar representantes de diversas esferas civis e políticas, assim como a autonomia e liberdade de escolha do entrevistado e da banca de entrevistadores. Essas alterações ocorreram após inúmeras interferências da direção executiva da Fundação Padre Anchieta que, passou a se preocupar com a audiência, por um lado, e, por outro, deixou ser usada como instrumento político do governo do Estado de São Paulo. Assim, ao eleger determinadas fontes de informação em detrimento de outras vozes, o *Roda Viva* e a TV Cultura, enquanto emissora pública, acabaram suprimindo a opinião de lideranças políticas e sociais, ferindo a ideia de democracia representativa.

No que diz respeito ao conteúdo das entrevistas para as áreas de ciência e tecnologia, a análise geral da amostra do *Roda Viva*, indicou uma crescente presença da divulgação da ciência na programação. Assim, se, na década de 1980, houve reduzida representatividade de vozes de cientistas entrevistados, a década seguinte sinalizou o oposto. Das entrevistas ocorridas nos anos 1980 e 1990 relativas às áreas científicas, a grande maioria foi feita com representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Saúde e Educação e, ainda, reitores de universidades públicas, com destaque para a Universidade de São Paulo; por exemplo, José Goldemberg foi chamado ao centro da roda em diferentes momentos ao longo dos anos 1980 e 1990. Percebe-se uma valorização de personalidades representativas das áreas tradicionais de C&T, contribuindo, inclusive, para legitimar socialmente a autoridade desses cargos nos primeiros anos de vida do programa, bem como a ideia dominante de ciência que se busca propagar.

Muitas entrevistas com representantes da área de C&T ocorreram quando a ciência foi pauta nacional. Em 1987, por exemplo, foi organizado um debate após o acidente com o Césio-137 em Goiânia; ainda neste ano, devido à alta incidência de indivíduos portadores de HIV, a equipe de produção do *Roda Viva* organizou como programa especial o Debate Aids. No ano de 1992, ocorreram três entrevistas e um Debate Especial com especialistas e/ou representantes dos poderes públicos relacionados à pasta de meio ambiente, em decorrência da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de

Janeiro. No início dos anos 2000, após uma crise que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica no país, especialistas e representantes das esferas públicas foram ao centro da roda falar sobre mudanças climáticas e estiagem. Também nesse ano ocorreu o debate sobre crise energética.

Porém, a agenda pública nacional não era fator determinante no processo de escolha dos entrevistados. A partir dos anos 1990, divulgadores da ciência e cientistas passaram a ser chamados para o centro do debate. Segundo depoimentos dos principais apresentadores do programa, Matinas Suzuki e Paulo Markun, a partir de 1994, a equipe de produção começou a utilizar uma agenda cultural promovida pelas próprias editoras de São Paulo e Rio de Janeiro, abandonando, cada vez mais, temas da área de política.

Outra constatação importante diz respeito à seleção de notícias. Como pudemos concluir a partir de depoimentos dos mediadores, o programa segue a tendência imposta pela mídia impressa, especialmente os jornais paulistanos. Com exceção da subárea Ciências Naturais e Agrárias, cuja representatividade incidiu quase que exclusivamente nos setores institucionais, a maioria dos especialistas convidados pertence à USP e a outras instituições do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, indicando que a produção científica produzida no Sudeste foi amplamente divulgada. Assim, ainda que o programa tenha o slogan "*o Brasil passa por aqui*", teoricamente pautando-se por uma agenda nacional, e ter sido constituído em um momento de redemocratização política, no que se refere à produção na área de ciência e tecnologia, o programa priorizou as pesquisas promovidas no Sudeste.

Outro ponto relevante desta pesquisa diz respeito à reprodução da conjuntura de desigualdade na qual vive a mulher na ciência. Vimos que o *Roda Viva* convidou poucas mulheres cientistas ao centro do debate, inclusive, em algumas áreas de C&T não há representatividade feminina. Assim, tal como o universo científico, que não preconiza o trabalho das mulheres na ciência, sendo a elas reservado um papel secundário, o programa compactua com a visão consensual de que a ciência, na prática, é feita pelos homens, apesar de o discurso científico se apresentar como universalista e assexuado.

Observou-se também que as entrevistas nas áreas de C&T seguiram dois pressupostos. O primeiro voltado para a atenção do público. Constatou-se a existência

de certas características necessárias para que um determinado assunto seja tema de um debate – conflito, drama, impacto, novidade, utilidade para os cidadãos – tais elementos mobilizaram, e muito, a equipe de produção a convidar um representante do mundo da ciência. O segundo pressuposto, mais problemático, na minha visão, diz respeito aos discursos proferidos e ao tratamento dado ao cientista no programa.

Identificou-se uma visão bastante simplista, compartilhada pelos cientistas e jornalistas do *Roda*, de que a ciência é universal e deve ser difundida sem preocupação de fronteiras ou de vantagens pessoais. Esses indivíduos foram apresentados como figuras confiáveis e fidedignas. Pouco se falou nas controvérsias que envolvem o processo de produção do conhecimento, das diferentes linhas de pesquisa ou comunidades científicas (Magalhães, 2001). Assim, na maioria das entrevistas sobre ciência, os jornalistas reproduziram as falas dos especialistas sem qualquer contestação. O resultado mais ou menos explícito dessa maneira de divulgar ciência, produz o efeito contrário do esperado na proposta da divulgação – aproximar, compartilhar e estimular a produção e o debate, contribuindo pouco para a formação de uma cultura científica no Brasil (Vogt, 2006).

Esta característica observada no programa se reproduz na televisão brasileira, inclusive nos telejornais, e está vinculada ao modelo do *déficit*. Assim, de forma geral, na televisão brasileira, o telespectador é visto como uma entidade homogênea com inúmeras falhas sobre fatos científicos e tecnológicos e que precisa ver e ouvir os especialistas da área científica, detentores, por princípio, do conhecimento e da verdade. Ainda é comum ver, nos meios televisivos com maior intensidade, mas também nos jornais impressos, cientistas afirmando que as teorias apresentadas são as soluções mais racionais e corretas para um problema. Acredita-se que isso ainda ocorra, pois, as instituições científicas não dialogam de igual para igual com pessoas que não entendem muito de suas áreas de especialidade, de forma que se cria uma hierarquização baseada no nível de conhecimento.

A consequência direta dessa maneira de se divulgar ciência é que os programas com esta temática acabam sendo pouco atraentes para o público, não por acaso, existem poucos semanários regulares de divulgação científica, especialmente no horário nobre – das 19 às 23 horas – momento em que maioria da população já deu por encerrada suas

atividades de trabalho, buscando na televisão entretenimento e informação. Segundo Lacy de Andrade (2004: 153), entre as cinco principais emissoras de televisão aberta com cobertura nacional, apenas três já inseriram em horário nobre programas especializados em divulgação da ciência em sua grade de programação. E mais, a maioria desses programas teve “vida curta”. Por outro lado, apesar dessas constatações desfavoráveis no que diz respeito à divulgação científica, as últimas enquetes nacionais indicaram que o brasileiro se interessa por assuntos de C&T e se informa sobre esses temas pela televisão¹. Mas, então, se temos um público em potencial, por que a cobertura de ciência ainda é tão escassa no meio televisivo?

Custos relacionados à produção em geral e anunciantes são elementos impeditivos para a propagação de uma certa cultura de divulgação da ciência no país. Em entrevista concedida à autora, Steve Crabtree, editor chefe do programa *Horizon*, um dos mais antigos da BBC, afirmou que os custos dessa série são altos; “A vida secreta dos gatos”, por exemplo, custou cerca de 300 mil libras, o que indica que esses programas não são baratos.

Ao longo do ano, a equipe de produção do *Horizon* faz cerca de 12 documentários de aproximadamente 50 minutos cada um sobre três grandes temáticas: *Social life* (comportamento), *Medicine and Health* (medicina e saúde) e *Cosmology* (Astrofísica). Além dos custos com a produção, Crabtree possui uma equipe de oito pessoas, entre pesquisadores e editores, para depurar as informações e montar o documentário. “Procuramos investigar um tema, a partir de uma pesquisa recente. Então, convidamos pesquisadores desses lugares e, junto com a nossa equipe, realizamos um documentário sobre aquele assunto, apontando as pesquisas de laboratórios, os primeiros resultados”, afirmou o editor. Percebe-se, pela fala de Crabtree, que a produção de séries televisivas voltadas para a atividade científica é extremamente trabalhosa; demanda tempo e adequação de linguagens. Realizar divulgação da ciência, portanto, requer apuração cuidadosa das matérias e acesso a uma consultoria especializada tanto para realizar um roteiro, como para fazer a edição; outra questão essencial é a montagem das imagens e falas.

Os programas de C&T precisam ser atraentes ao público, que está cada vez mais acostumado à sofisticação das computações gráficas. Segundo José Renato

Monteiro e Sergio Brandão, em artigo sobre televisão e ciência (2011), uma série da NHK (televisão pública do Japão), como *The universe within*, ou da BBC, como *Walking with dinosaurs*, custa alguns milhões de dólares. Outra série bastante famosa no Brasil, *The human body*, da qual foram exibidos alguns trechos no programa *Fantástico*, levou cinco anos para ser produzida. Para esses autores, o tempo e o custo pesam em produções de qualidade voltadas para a divulgação científica.

Assim, é necessário retomar e assegurar que as políticas de incentivo ao patrocínio dessas produções, tal como as que ocorreram nos anos 1980, sejam duradouras e contínuas. Eles ainda sugerem que as experiências de parcerias e coproduções com as produtoras internacionais podem ser benéficas para o Brasil. Outra questão destacada pelos autores diz respeito a um maior impulso à formação dos jornalistas científicos, bem como maior visibilidade e mais ressonância às mostras e aos festivais de programas científicos de TV. Acreditamos, por fim, que é importante produzir programas especializados e de debate, entre os quais o *Roda Viva*, bem como nos telejornais temas voltados para o fazer científico, isto é, que tratam de história da ciência e estudos sociais da ciência e tecnologia.

Referências bibliográficas

Documentos

Arquivo da Fundação Padre Anchieta:

1) *Fundação Padre Anchieta. Cultura 20 anos. São Paulo: IMESP, 1989.*

_____. *Documento Comemorativo do Lançamento da Nova Antena. São Paulo: IMESP, 1992.*

2) *Estatutos da Fundação Padre Anchieta. São Paulo. 1969 a 1987.*

3) *Relatórios de Atividades produzidos pela Fundação Padre Anchieta entre os anos de 1969-2006.*

Livros:

Roda Viva 18 anos. Criação e projeto editorial Marcos Weinstock, edição de textos: Valdir Zwestsch. Impressão: Stilgraf: 1998.

CULTURA 20 anos. Fundação Padre Anchieta; Organização de Walmes Nogueira Galvão e Waldimas Nogueira Galvão; São Paulo: Biblioteca da FPA, 1989.

Bibliografia

ALBERGUINI, A. C. *A Ciência nos Telejornais Brasileiros (o papel educativo e a compreensão pública das matérias de CT&I).* Tese (doutorado). Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2007.

ALBUQUERQUE, Lynado Cavalcanti de. *O atraso científico e tecnológico.* Brasília: Abipti/ciente, 1991.

ALBUQUERQUE, Maria Elisa Vercesi de e AMORIM, Edgar Ribeiro de. "TV Cultura: a concretização de um desafio. Entrevista com Roberto Muylaert" In: *Mercado das Utopias* [citado 2 fev, 2016] Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista>

ALFERES, S.C. & AGUSTINI, C.L.H. "Programas televisivos infanto-juvenis e divulgação científica". In: *VIII Encontro Interno* Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG), 2008.

ALMEIDA, Carla. *Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados: Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos?* Tese (Doutorado em Química Biológica) – Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Dalcol, Franciane Lovati; Massarani, Luisa, 2013. "Controvérsia científica no telejornalismo brasileiro: um estudo sobre a cobertura das células-tronco no Jornal Nacional". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 20, supl. 1, p. 1203-1223, Nov. 2013.

ALLAIN, Juliana Mezzomo; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria Camargo, BRÍGIDO Vizeu, 2009. As representações sociais de transgênicos nos jornais brasileiros. In: *Estudos de Psicologia*, 14(1), Janeiro-Abril/2009, 21-30.

ADORNO, Theodor W. Indústria cultural e sociedade. In: seleção de textos. Jorge Mattos Brito de Almeida (org.). Traduzido por Juba Elisabeth Levy... [et al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. e Horkheimer, M. "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas". In: *Dialética do esclarecimento*. 2. ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986. p. 113-156.

ALMEIDA, M.H.T. (eds.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978)*. Edusc, Bauru:1999.

ARAÚJO, Angela de Aguiar. “A imprensa brasileira e a política nos anos 1960 e 1970: “esvaziamento político” ou “lugar de descoberta” da memória social?” In: *Encontro de história da mídia*, 4., 2005. São Luis do Maranhão: ALCAR, 2005. p. 5-20.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A luta democrática contra o regime militar na década de 1970”. In: Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 162.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARCA, L. Globo Ciência: Catálogo de Vídeo (1984-1994). Rio de Janeiro: Globo, 1994. Esteves, A.P. Televisão, criança e professor: uma proposta de ação educativa. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA-USP, 1995.

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. Por uma televisão educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

BARBOSA, Marialva. “Jornalistas, senhores da memória?” In: *Congresso brasileiro de ciências da comunicação*, 27, 2004. Porto Alegre: Intercom, 2004. p. 1-13.

BARATA, Germana Fernandes. *A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)*. Tese. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História: 2006

BARBEIRO, Jesus Martin. “Comunicacion, pueblo y cultura em el tempo de las transnacionales”, 2.º Seminário de CLACSO, Buenos Aires, 1983.

_____. “Desafios à pesquisa em comunicação na América Latina”, Boletim INTERCOM, 49/50, 1984.

_____. “De los medios a las mediaciones”. Barcelona: Gustavo Gili, 1998; Pre-textos: conversaciones sobre la comunicacion y sus contextos. Cali: Universidad del Valle, 1998.

_____. *Dos meios às mediações*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1997.

BAUER, M.W. ALLUM, N. MILLER,S. *What can we learn from 25 years of PUS survey research? Liberating and expanding the agenda. Public Understanding of Science.* 16: 79, 2007.

BLUMER, Herbert. “A massa, o público e a opinião pública”. In: COHEN, Gabriel (Org) *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p.177-186.

BOLAÑO, César R. S. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo: Ed. Paulus, 2007.

BORGES, N. “A doutrina de Segurança nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucila de Almeida Neves (org.) *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIE, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grande Cientistas)

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Sobre televisão. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Regula a execução de serviços de radiocomunicações no território nacional. Coleção de leis do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 31. dez. 1931. [citado 26 jan. 2016] Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>..

_____. Decreto nº 5.820, de 29 de abril de 2006. Dispõe sobre a implementação do SBTVD-T e dá outras providências. [citado 26 jan. 2016] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>..

_____. Lei nº 4117, de 27 de agost. de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05. out. 1962. [citado 26 jan. 2016] Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>.

_____. Decreto nº 4.901, de 26 de nov. de 2006. Dispõe sobre a instituição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) e dá outras providências. [citado 26 jan. 2016] Disponível em: <http://sbtvd.cpqd.com.br/downloads/decreto_4901_2003.pdf>.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

BURKE, Peter *A arte da conversação* (trad. Álvaro Luiz Hattner). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BURTT, E. A. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Trad. de José Viegas Filho e Orlando Araújo Henrique. Editora Universitária, Brasília, 1991.

BUSETTO, Áureo. “A mídia brasileira como objeto da História Política: Perspectivas teóricas e fontes”. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). *Dimensões da Política na Historiografia*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2008

CAETANO, Maria do Rosário. *João Batista de Andrade: alguma solidão e muitas histórias – a trajetória de um cineasta brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

CALDAS, M.G. Comunicação pública e ciência cidadã. In: OLIVEIRA, M.J.C (org.) *Comunicação pública*. São Paulo: Editora Alínea, 2004.

CAPPARELLI, S. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: LP&M, 1982

CARTA, Mino. *O castelo de âmbar*. Record: Rio de Janeiro. 2000.

CAPTAÇÃO MÉDIA IBOPE, destaque *Roda Viva*, setembro de 2004. Disponível em: http://www2.tvcultura.com.br/captacao/media/destaque_RodaViva.Resumos.Defesa.SET2004.pdf Acesso 20 abril 2015.

CARRATO, Ângela. “A TV Pública e seus Inimigos”. Texto apresentado no V ENLEPICC (Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura) em 9-11 de novembro de 2005.

CASTELFRANCHI, Y. et al. As opiniões dos brasileiros sobre ciência e tecnologia: o paradoxo da relação entre informação e atitudes. *História, Ciências, Saúde--Manguinhos*, v. 20, supl., p. 653-673, 2013.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COUTINHO, J. B. A relação entre o Estado e a TV Educativa no Brasil: a particularidade da TV Cultura do estado de São Paulo. Dissertação (mestrado em sociologia) - faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

CHALMERS, Alan F. *A Fabricação da Ciência*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

_____. *O que é Ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHRÉTIEN, Claude. *A Ciência em Ação; mitos e limites*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, Nov. 2005.

COHEN, Évelyne, “La télévision dans les démocraties annés 30 – annés 80”. In: FRÉCHET, Hélène (Coord.) *La démocratie aux États-Unis et en Europe 1918-1989*. Paris: Editions du Temps, 1999. p. 21-229.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. “Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher”. In: *Cadernos Pagu* (19) 2002.

DEUBEL, André-Noel Roth. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. 3ª Edição. Bogotá, D.C.: Aurora, 2006. p. 30; DAGNINO, R. et al. “A tecnologia social e seus desafios”. In: *Tecnologia Social – ferramenta para construir outra sociedade*. 2ª Edição Rev. e Ampl. Campinas/SP, Komedi. 2010.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán. “Planejamento e Políticas Públicas de Inovação; em direção a um marco de referência Latino-Americano”. In: *Revista*

Planejamento e Políticas Públicas (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Brasília, no. 23, junho 2001. p. 205-231.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FAPESP – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo, 2004. São Paulo: FAPESP, 2005. Cap. 12.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. História da comunicação: rádio e TV no Brasil. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1982. p. 82-83

FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília, Editora da UNB/CNPq/ANPOCS, 1990.

FEYRABEND, P. *Contra o método*. Tradução: César Augusto Mortari. São Paulo, Editora Unesp, 2007.

FERRI, Mário Guimarães & MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo, EPU/Edusp, 1979.

FIDALGO, Joaquim. “De que é que se fala quando se fala em serviço público de televisão?” In: PINTO, Manuel (coord.). *Televisão e Cidadania - Contributos para o debate do serviço público*. Porto: Campos das Letras, 2005, p. 25.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

FOUREZ, Gérard. *A Construção das Ciências; introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

FREI DE SOUSA, Ivan Sérgio. *A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa*. Brasília, Embrapa, 1993.

FUENZALIDA, Valerio. “Televisión y cultura cotidiana”. Santiago do Chile, CPU, 1997; La televisión pública em América Latina. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2000.

GUERRA, M. A. *Carlos Queiroz Telles: história e dramaturgia em cena: década de 70*. São Paulo: Annablume, 1993. Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

GEYMONAT, Ludovico e GIORELLO, Giulio. *As Razões da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 1990 (Col. O Saber da Filosofia, vol. 25).

GRANGER, Gilles-Gaston. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

GAVROGLU, Kostas. *O passado das ciências como história*. Adaptação para a língua portuguesa Custódio Magueijo. Porto Editora: 2007.

GAMA E SILVA, Roberto. *O entreguismo dos minérios*. Porto Alegre, Tchê! Editora, 1988.

GEROLTI, Carlos A. *Estado nuclear no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto e outros. *A política científica e tecnológica*.

Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

HABERMAS, Jurgen. *O espaço público 30 anos depois*. In: Cadernos de filosofia e ciências humanas, ano VII, n.12, p. 07-28, abril, 1999. Miguel, L. F. *Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, fev. 2003. _____. *Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral*. In: Sociologias, n.11, jan./jun. 2003.

HANSON, S. L. *Lost Talent: Women in the Sciences*. Temple University Press, Philadelphia, USA, 1996.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA: 2002

_____. et alli. *A Televisão no Brasil e a Regulamentação de Suas Finalidades educativas e Culturais*. Revista da FAEEBA. Salvador, Bahia, Brasil: Faculdade de Educação/Uneb, jul/dez, 1996.

JERPERS, Jean-Jacques. *Jornalismo televisivo*. Coimbra-Portugal: Minerva, 1988.

JEANNENEY, Jean-Noel. Uma História da Comunicação Social. Trad. Catarina Gândara e Ana Isabel Silva. Lisboa: Terramar, 1996, p. 223-61.

JURBERG, Claudia. “Ciência na TV: um erro histórico”. In: *Congresso Brasileiro da Comunicação*, 24., 2001, Campo Grande. Anais... Campo Grande: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KOYRÉ, A.; *Do mundo fechado ao universo infinito*. Tradução: Gonaldson M. Garschagen, São Paulo : Ed.da Universidade de São Paulo 1979.

KUNSCH, Margarida (coord). *Os grupos de mídia do Brasil e as mediações de assessoria de comunicação, relações públicas e imprensa. Relatório técnico-científico de projeto integrado de pesquisa*. São Paulo: CRP/ECA/USP, 1999. p. 216

KUHN, Thomas, 2012. A função do dogma na investigação científica (org) O. Barra, Eduardo Salles; Trad. Jorge Dias de Deus. Curitiba: UFPR. SCHLA, 2012. p.12-13

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAMOUNIER Bolivar. “O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LATOUR, Bruno. As ‘visões’ do espírito. Uma introdução à antropologia das ciências e das técnicas” (Tradução de J. M. Carvalho de Mello e C. J. Saldanha Machado). In: *Publicações didáticas*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ – Programa de Engenharia de Produção, Área de PCT, Publicação Didática 00190, 1990.

_____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEAL FILHO, Laurindo. *Atrás das câmeras: relações entre cultura, Estado e televisão*. São Paulo: Summus, 1988.

_____. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus.

_____. “Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura”. In: *Revista Usp*, São Paulo, n.61, p. 40-47, março/maio 2004.

LEMOS, Dannyela da Cunha. “A evolução das políticas de Ciência e tecnologia no Brasil e a incorporação da inovação”. In *Anais da Conferência Internacional Lalics 2013: sistemas Nacionais de Inovação e Políticas de CTI para um Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável* (11 e 12 de Novembro, 2013) – Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: http://www.redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/20_A_Evolucao_das_Politicass_de_Ciencia_e_Tecnologia_no_Brasil_e_a_Incorporacao_da_Inovacao.pdf [Citado 07 de jan. 2016]

LEWENSTEIN, Bruce. Models of Public Communication of Science & Technology. In: (PUS) version: 16 June 2003, p 1 - 11. Public Understanding of Research in Developing Countries. Ithaca, NY: Cornell University Department of Communication. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/43775/mod_resource/content/1/Texto/Lewenstein%202003.pdf [citado 22 fev 2016]

LIMA, Venício A. de. “Coronelismo eletrônico na radiodifusão educativa” In: *Observatório da Imprensa*. Disponível em: www.observatoriodaimprensa.com.br, em setembro de 2013.

LIMA, Jorge Cunha. *Uma história da TV Cultura*. Imprensa oficial do estado de São Paulo Cultura – Fundação Padre Anchieta, São Paulo: 2008.

LIVINGSTONE, Sonia & LUNT, Peter Talk on Television: Audience Participation and Public Debate. London: Routledge, 1994.

LOPES, M. M. “Aventureiras” nas ciências. Refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil *Voices from a Field in Transition*. New York, Plenum Press, 1995.

LORÊDO, J. *Era uma vez... a televisão*. São Paulo: Alegro, 2000.

MAGALHÃES, Gildo, 2001. O papel essencial, mas geralmente oculto, das controvérsias científicas. In: *Revista Com Ciência*. 15210/10/2001. [citado 30 nov. 2015] Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia>.

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. *Abertura: televisão e a luta pela democracia no Brasil (1979-1980)*. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1648.pdf>>. [citado 22 fev 2016]

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968 -1978*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1980.

MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MASSARANI, Luisa; BUYS, Bruno. “A ciência em jornais de nove países da América Latina”. In: Massarani, Luisa; Polino, Carmelo (Org). *Los desafíos y la evaluación del periodismo científico en Iberoamérica: Jornadas Iberoamericanas sobre la Ciencia en los medios masivos*. Madrid: Cyted. p.19-35. 2008.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O controle dos meios de comunicação*. Salvador: EDUFBA, 1996.

_____. *Um Perfil da TV Brasileira: 40 anos de História (1950-1990)*. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda, 1990.

MERTON, Robert K. *Ciência, tecnologia y sociedad en la Inglaterra del siglo XVII*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina e MASSARANI, Luisa. “A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros”. In: *Dossiê Ciência e mídia: História, ciências, saúde*. Rio de Janeiro: Caderno Manguinhos. vol.17, n.2 pp. 439-454

MESQUITA, Lucio. “O modelo da TV pública da BBC”. In: CARMONA, Beth; MARCUS, Flora [et al.]. *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

MESQUITA, Nuno Coimbra. *Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política; Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. São Paulo, 2008.

MCCOMBS, Maxwell E; SHAW, Donald L. The agenda setting function of mass media. In: *Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, N. 2, Summer 1972, ps. 176-187.

MILLER, S. *Public understanding of science at the crossroads*. *Public Understanding of Science*, n. 10, 2005.

MORLEY, David; Brunsdon, Charlotte. *Everyday Television: "Nationwide"*, London: British Film Institute, 1978.

_____. *The Nationwide Television Studies*, London: Routledge, 1999.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Percepção pública da ciência e tecnologia. Brasília: Ministério da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0013/13511.pdf.

MOTOYAMA, Shozo (org). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo, Editora da Unesp, 1994.

MYATT, Alyce. "A TV Pública nos Estados Unidos" in: CARMONA, Beth. (Org.). *O Desafio da TV Pública*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003, p. 20-27.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.

NETTO, Andrei. "França começa a banir publicidade da TV pública." *O Estado de S. Paulo*, 5 de janeiro de 2009. Cf. em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,franca-comeca-a-banir-publicidade-da-tv-publica,302480,0.htm> [citado 18 jan. 2016].

- NISBET, Matthew C. et al. *Knowledge, reservations, or promise?: a media effects model for public perceptions of Science and technology*. Communication Research, v.29, n.5, p.584-608.
- OLIVEIRA, Wellington Amarante. Telecurso 2º grau: paradigma no ensino pela tv e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981. Dissertação de mestrado Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2011.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. “Televisión y audiências, um enfoque qualitativo”. Ediciones de la Torre/Univ. Iberoamericana; México. 1996
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- OTONDO, Teresa Montero. “TV Cultura: a diferença que importa”. In RINCÓN, Omar (org). *Televisão Pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Projeto Latino-americano dos Meios de Comunicação, Friedrich Ebert Stiftung, 2002.
- PEREIRA, Fábio. *Jornalistas intelectuais no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011.
- PALUMBO, Renata. *Referenciação e argumentação: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Dissertação de mestrado: publicado em 2008.
- PATTI, Carlo (org). *O programa nuclear brasileiro: uma história oral*. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1ª edição digital. Suporte: E-Book. 2014 [citado 26 jan. 2016] <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13733/O%20programa%20nuclear%20brasileiro.pdf?sequence=1>>
- PERCEPÇÃO PÚBLICA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2015 - Ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: <http://percepcaocti.cgee.org.br/wp-content/themes/cgee/files>.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker. Editores, 1999.

PIERANTI, Octavio Penna. Políticas públicas para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2007.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Jorge Zahar Editor, 2000.

Revista Estudos Avançados. O MST e a questão agrária: entrevista com João Pedro Stédile, 1997. Estudos avançados 11 (31), 1997. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a05.pdf> acesso em 16 janeiro/2016.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores”. In: Brescini, Stella; Naxara, Marcia (orgs.). *Memoria e (Res) Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004.

RINCÓN, Omar. “O mais importante do menos importante”. In RINCÓN, Omar (org.) *Televisão Pública: do Consumidor ao Cidadão*. Editora: Friedrich, 2002.

_____. “Los estereotipos: inteligência televisiva”. *El espectador*, Abril 2, 1999.

RIXA, Bia Braune. *Almanaque da TV*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

RIXA, Xavier e SACCHI, Rogério. (Orgs) *Almanaque da TV: 50 anos de memória e informação*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ROCHA, Liana Vidigal. A televisão pública num ambiente de competição comercial: estudo dos modelos brasileiro e português. (Tese de doutorado) – Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP) – São Paulo: 2006.

RONDINI, Luiz Carlos. Limites de uma proposta de entretenimento: a TV Cultura de São Paulo. Dissertação de mestrado em História Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 1996.

ROSENBAUM, Uwe. “A TV pública na Alemanha”. In. Carmona, Beth; MARCUS, Flora [et al.]. *O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade*. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003.

ROSÁRIO, Maria do. *João Baptista, alguma solidão e muitas histórias: a trajetória de um cineasta brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SÁ, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. “Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios”. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , v. 12, n. 36, p. 474-492, Dec. 2007.

SANTOS, Cássia Regina. Uma TV educativa para o Brasil – dimensões da trajetória da TV Cultura de São Paulo – 1969 – 1997. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica – São Paulo: 1998.

SAUER, I. “Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro”, Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia – PIPGE-IEE/USP, versão preliminar, dez., São Paulo, 2002.

SEATON, Jean. Broadcasting history. In: Curran, James; Seanton, Jean. *Power without responsibility. The press, broadcasting and new media in Britain*, 6a ed., London/ New York, Routledge, 2003, 107-234.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: Bresciani, Maria Stella; Naxara, Márcia (orgs.). *Memória e (re) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed: Unicamp, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *E. Uma história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SILVA, Fernanda Mauricio. Os usos da conversação em programas jornalísticos brasileiros: uma abordagem histórica. Texto apresentado no VIII Lusocom, Lisboa,

Abril/ 2010. Disponível em:
<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/68/4>.

_____. “Conversação, telejornalismo, democracia e a retórica da participação do público”. In *Revista da Associação Nacional dos programa de graduação em comunicação - E-Compó*, Brasília, v.14, n1 jan/abril 2011.

SILVA, Fernanda Mauricio. “Talk show: um gênero entre o jornalismo e o entretenimento”. In: *E-compós*, Brasília, vol. 12, no 1, jan/abr 2009, disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/289/315>

SIMÕES, Inimá F. “Tv à Chateaubriand”. In: *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. Editora brasiliense: São Paulo, 1986. p. 94-96.

_____. “Nunca fui santa: episódios de censura e autocensura”. In: *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *A ciência na televisão: mito ritual e espetáculo*. Editora. ANNABLUME: São Paulo, 1999.

SODRÉ, Muniz. “Sobre a episteme comunicacional”. *MATRIZES*, 1, ano 1: p. 15 a 26. 2007.

_____. *O Monopólio da Fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1984.

SOUZA, Maria Badet. “*Roda Viva*: a crise política do governo Lula e a construção do espaço público mediático”. In: *EPCOM, Revista Especializada em Comunicação Social*. UFMG. Número 2. Ano: 2004 online <http://www.fafich.ufmg.br/revista.html>

SOUSA, Janara; CURVELLO, João; RUSSI, Pedro. *100 anos de McLuhan*. Brasília, DF: Casa das Musas, 2012.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. *Gêneros e formatos na Televisão Brasileira*. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

SOUZA, A. e Lamounier, B. A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira In: LAMOUNIER, B. (ed.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1990.

SCHWARTZMAN, Simon. “Ciência e tecnologia na década perdida: o que aprendemos?” SOLA, Lourdes e Paulani, Leda M. (Org). *Lições da década de 80*. Editora USP; Genebra; UNRISD (Seminários): São Paulo, 1995.

_____. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional/Finep, 1979.

UNESCO. *Science Report 2010. The Current Status of Science around the World*. Paris, Unesco, 2010.

VELASCO E CRUZ, S. e MARTINS, C. E. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da Abertura. In: SORJ, B.

VELHO, L e LEÓN, E. “A construção social da produção científica por mulheres”. *Cadernos Pagu* 10, 1998, pp. 309-344.

VOGT, C. “A espiral da cultura científica”. *ComCiência*, jul. 2003. [citado 7 jan. 2016] disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura01.shtml>

VOGT, C.; POLINO, C. (Org.). *Percepção pública da ciência - Resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai*. Campinas: Unicamp – FAPESP, 2003

_____. “C&T na mídia impressa brasileira: tendências evidenciadas na cobertura nacional dos jornais diários sobre ciência e tecnologia (biênio 2000- 2001)”. In: Guimarães, Eduardo (Org). *Produção e circulação do conhecimento: política, ciência, divulgação*. Campinas: Pontes Editores. p.135-179. 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. São Paulo: Editora Nacional, 1969, 356 p.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLTON. Dominique. *O elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Atica, 1996.

**Anexo I – Roteiro de entrevistas com os apresentadores e
produtores do programa *Roda Viva* e diretores da
Fundação Padre Anchieta**

Anexo I – Roteiro de entrevistas com os apresentadores e produtores do programa *Roda Viva* e diretores da Fundação Padre Anchieta

No período de dois anos de pesquisa, entrevistei alguns jornalistas que trabalharam no programa *Roda Viva* e no Departamento de Jornalismo da TV Cultura foram eles: Paulo Markun, Heródoto Barbeiro, Rodolpho Gamberini, Matinas Suzuki, Augusto Nunes, Gabriel Priolli e Sergio Castro; dois produtores Roberto de Oliveira (criador e produtor do *Roda Viva* entre 1986 e 1992) e Thomaz Chiaverini (produtor do *Roda Viva* atualmente), o cartunista Paulo Caruso e o ex-presidente da Fundação Roberto Muylaert. A seguir, apresento o roteiro dessas entrevistas e o tempo de duração.

Nome do entrevistado: Roberto Muylaert: Ex-presidente da Fundação Padre Anchieta e criador do programa *Vox Populi*.

Tempo da entrevista: 1h50 minutos

Data da entrevista: 11 de maio de 2015

Roteiro de perguntas:

1. Sobre o Vox Populi...

- Como foi o processo de criação do programa?
- Quem teve a ideia, inclusive, do nome? *Vox populi*, *vox dei*?
- Qual a importância do Carlos Queiroz Telles neste programa (o que ele fazia)?
- Equipe de produção era a mesma do Departamento de Jornalismo? Como estava dividido burocraticamente a coisa nos Departamentos?
- A ideia da vinheta de abertura é de quem?
- Quem foi o primeiro entrevistado do programa? (Há referências cruzadas.... Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias... outros dizem que foi a Regina Duarte? Data do primeiro programa?) Independente disso, de que foi a ideia de chamar essa pessoa?
- Como eram formadas as pautas? Como se chegava ao convidado da noite? Tinha uma agenda de nomes, algum tipo de lista? Qual era o público do *Vox Populi*? Para quem vocês faziam o programa?
- Sobre a feitura do programa, como era esse processo de solicitar as pessoas nas ruas para fazer as perguntas? Eram espontâneas? Como era a seleção das perguntas?
- Quanto tempo durou o programa (terminou em 1985 ou 1986, datas estão confusas)
- Logo após lançamento do *Vox Populi*, a TV Tupi lança o *Abertura*, do Fernando Barbosa Lima, que também era exibido aos domingos. Vocês consideravam esse programa um concorrente direto?
- Tirando a entrevista do Lula, teve alguma outra entrevista em que a censura apareceu por lá?
- Censura, como era na TV Cultura neste final? E antes? Ela tinha um censor? Bilhetinhos?
- A entrevista com o Lula e como o Coronel são muito lembradas por você... O que representava um

programa de entrevista convidar duas figuras completamente antagônicas no momento de redemocratização do Brasil?

2. Sobre o Roda Viva (você já era presidente da emissora)

- Por que você decidiu convidar Roberto de Oliveira para coordenar novos projetos para a emissora e Valdir Zwetsch para dirigir o jornalismo? O que representavam essas figuras?
- A ideia era substituir o *Vox Populi* por um outro programa de entrevistas?
- Sobre a opção por ser um programa ao vivo, por que optar por isso? O que muda ser ao vivo e ser gravado?
- Escolha do Gamberini e de outros apresentadores, o que um apresentador do *Roda Viva* precisava ter?
- Você acha que o *Roda Viva* e o *Vox Populi* são parecidos? Se sim, em quê?
- Tem alguma entrevista marcante do *Roda Viva*?
- O que você acha que representava o *Roda Viva* naquela época (a presidência estava ocupada por um civil, havia uma enorme discussão sobre a Constituinte). E, hoje, como você acha que está o programa hoje?

3. Sobre ser presidente da TV Cultura.

- Como foi ser presidente de uma emissora de televisão pública? Você tinha muita liberdade de atuação?
- Havia muita interferência da gestão do governo do Estado de São Paulo?
- Como você acha que está a TV Cultura hoje? O que ela pode fazer para melhorar?

Nome do entrevistado: Paulo Markun (1998-2007):

Biografia: Já atuava como repórter, editor, chefe de reportagem e diretor de redação em diversas emissoras de televisão, jornais e revistas. A partir de 1998, Markun passou a apresentar o programa *Roda Viva* e permaneceu à frente da atração até janeiro de 2008¹⁴⁶.

Tempo de duração da entrevista: 1h40

Data da entrevista: 3 de setembro de 2013

Roteiro de perguntas:

- 1) Como foi chamado para participar do programa *Roda Viva*? Quem o chamou e qual era o objetivo geral da sua participação ali?
- 2) Há quanto tempo está no programa?
- 3) Como eram as primeiras entrevistas do programa? Fale um pouco sobre a questão de ser "ao vivo", a participação das telefonistas e dos jornalistas e especialista?
- 4) Sobre as reuniões de pauta:
 - Como eram?

¹⁴⁶ Idem ibid.

- Qual era a equipe, quantas pessoas na equipe? Era separado da equipe de jornalismo ou não?
 - Vocês tinham uma lista de prováveis entrevistados e entrevistadores?
 - Vocês se preocupavam com a audiência? Isso era tema nas reuniões?
- 3) Sobre a estrutura do programa:
- Houve alguma mudança desde a sua chegada?
 - Quais as mudanças foram mais perceptíveis e estruturantes para o seu trabalho?
 - As que você achou que foram pertinentes e as que não deram “certo”?
 - Tinha alguma coisa que você gosta, mas foi modificada?
- 4) Sobre as entrevistas, tem alguma (ou algumas) que te marcaram? Se sim quais? E por quê?
- 5) Em relação às entrevistas que destacaram temas relacionados à ciência e tecnologia, tem alguma (algumas) que te marcou? Por que?
- 6) Sobre a direção da Fundação Padre Anchieta:
- Alguma vez houve interferência ao seu trabalho ou ao trabalho da equipe?
 - Como ocorreu essa interferência?

Entrevistado: Heródoto Barbeiro (1994-1995; 2009).

Biografia: Antes de optar por atuar no jornalismo, Barbeiro se formou em História na Universidade de São Paulo. Assumiu o cargo de âncora do programa e, nesse mesmo período, recebeu diversos prêmios na área de jornalismo. Depois de 14 anos afastado da função de apresentador titular do *Roda Viva*, voltou em 2009¹⁴⁷.

Tempo de entrevista: 1h20 minutos

Data da entrevista: 22 de agosto de 2013

Roteiro de perguntas: idem Paulo Markun

Entrevistado: Evaldo Dell’Omo

Biografia: Foi chefe de redação da TV Cultura entre julho de 1990 e julho de 2012. Apesar de não atuar diretamente no programa *Roda Viva*, sugeria pautas e indicava entrevistadores. Além disso, como trabalhou durante muitos anos na Fundação, certamente teve muito a dizer sobre o cotidiano da emissora e a relação que o departamento de ?Jornalismo estabeleceu com o governo do Estado de

¹⁴⁷ Idem ibid.

São Paulo.

Tempo da entrevista: 40 minutos

Data da entrevista: 22 de setembro de 2013

Roteiro de perguntas:

- 1) Como foi chamado para participar do Departamento de Jornalismo da TV Cultura? Há quanto tempo trabalhou lá?
- 2) Sobre as reuniões de pauta:
 - Como eram?
 - Vocês se preocupavam com a audiência? Isso era tema nas reuniões?
 - Vocês participavam das reuniões com o pessoal do *Roda Viva*? Era junto, separado?
- 3) Sobre a direção da Fundação Padre Anchieta:
 - Alguma vez houve interferência ao seu trabalho ou ao trabalho da equipe?
 - Como ocorreu essa interferência?
- 4) Como era trabalhar na TV Cultura?

Entrevistado: Rodolpho Gamberini (1986-1987)

Biografia: Foi o primeiro apresentador do programa. É formado pela Faculdade Casper Líbero e também graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Antes de trabalhar como mediador, foi jornalista da Folha de S. Paulo, correspondente internacional na Itália e nos Estados Unidos e repórter da Rede Globo de Televisão. Além do *Roda Viva*, apresentava programa *Opinião Nacional* na TV Cultura na mesma época¹⁴⁸.

Tempo de entrevista: 1h10 minutos

Data da entrevista: 3 de março de 2015

Roteiro de perguntas: Idem Paulo Markun.

Entrevistado: Augusto Nunes (1987-1989):

Biografia: Foi apresentador do *Roda Viva* por dois anos. Após a saída da TV Cultura, foi atuar como jornalista nas revistas *Veja*, *Época* e nos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e

¹⁴⁸ Cf. em <http://tvcultura.cmais.com.br/rodaviva/apresentador>.

Zero Hora. Publicou as memórias do jornalista Samuel Weiner *Minha Razão de Viver* e a biografia de Tancredo Neves, entre outros livros¹⁴⁹.

Tempo de entrevista: 1h45 minutos

Data da entrevista: abril de 2015

Roteiro de perguntas: idem Paulo Markun

Observações: Assim que a câmera foi ligada para iniciar a entrevista, o jornalista decidiu falar sobre o programa. Narrou histórias relacionadas ao primeiro período em que trabalhou no programa e sua relação com a equipe de produção. Quase não respondeu ao roteiro de perguntas estabelecido.

Entrevistado: Matinas Suzuki Jr. (1995-1998)

Biografia: Foi durante 16 anos jornalista da Folha de S. Paulo. Após esse longo período no jornal, foi convidado a ser âncora do *Roda Viva*¹⁵⁰.

Data da entrevista: 15 de junho de 2015

Roteiro de Perguntas: idem Paulo Markun.

Observações: Matinas Suzuki solicitou enviar as perguntas antes por e-mail para realizar a entrevista. Muitas delas foram respondidas no próprio e-mail. Ainda assim, foi agendada uma conversa com o jornalista.

Entrevistado: Paulo Caruso

Biografia: Participa como cartunista do programa *Roda Viva* desde sua criação, em 1986. Também tem um programa de jazz na rádio Eldorado.

Data da entrevista: 25 de fevereiro de 2015

Roteiro de perguntas

Como foi chamado para participar do programa *Roda Viva*? Quem o chamou e qual era o objetivo

¹⁴⁹ Idem ibid.

¹⁵⁰ Idem ibid.

geral da sua participação ali?

Há quanto tempo está no programa?

Houve algumas mudanças no programa desde a sua chegada? Quais as mudanças foram mais perceptíveis e estruturantes para o seu trabalho? As que você achou que foram pertinentes e as que não deram “certo”? Tinha alguma coisa que você gosta, mas foi modificada?

O seu processo criativo sofreu alterações ao longo dos anos? O que você acha que mudou?

Sobre as entrevistas, tem alguma (ou algumas) que te marcou? Se sim quais? E por quê?

Em relação às entrevistas que destacaram temas relacionados à ciência e tecnologia, tem alguma (algumas) que te marcou? Por quê?

Você participava, de alguma maneira, das reuniões de pauta (de decisão do entrevistado)? Tinha acesso a isso? Como era a sua relação com o pessoal da produção?

Sobre a direção da Fundação Padre Anchieta, alguma vez houve interferência ao seu trabalho ou ao trabalho da equipe?

Entrevistado: Gabriel Priolli

Biografia: Foi jornalista da TV Cultura entre 1975 e 1980 e atuou no projeto *Vox Populi*. Em 2010, foi diretor de jornalismo da TV Cultura e foi demitido por ter sugerido e produzido uma reportagem sobre os pedágios paulistas, vetada pelo vice-presidente de conteúdo da emissora, Fernando Vieira de Mello.

Data da entrevista: 21 de maio de 2015

Roteiro de perguntas:

1. Em qual época trabalhou no programa *Vox Populi*, quem mais estava com você na equipe? (Como estava constituída a equipe de produção?)
2. Como escolhiam quem seria o convidado do programa? Havia uma lista? Um agenda de possíveis contatos?
3. Como era essa história de ir para a rua coletar as perguntas dos transeuntes?
 - 3.1. As perguntas eram espontâneas?
 - 3.2. Vocês gravavam em torno de quantas perguntas por programa?
 - 3.3. Todas iam pro ar?
 - 3.4. Como era a edição dessas perguntas?
 - 3.5. Lembra de alguma situação relacionada a esse trabalho de fazer perguntas das pessoas?
4. Havia verba e estrutura para fazer o programa? Em caso negativo, como era trabalhar sem verba?
5. Que entrevistas que você participou que mais te marcaram? Por quê?
6. A questão de ser ao vivo, tinha improvisado? Nervosismo? Aconteceu algo inusitado relacionado a essa particularidade?
7. Você concorda que o *Vox Populi* era um programa importante para a sociedade no início dos anos 1980, momento de redemocratização? Por que você acha que o programa fez "história"?
8. Sobre a política da Fundação Padre Anchieta, em algum momento desses anos em que você trabalhou lá percebeu se houve algum tipo de intervenção da direção? Alguma indicação de entrevistado? Preocupação com a audiência?

9. Poderia indicar o contato de outros colegas jornalistas que trabalharam no programa para recolhimento de depoimentos?

Observação: A entrevista se deu por e-mail.

Anexo II – Matéria Revista Veja, setembro 1987

O debate sobre a AIDS: uma escultura toma o lugar do entrevistado

Televisão

Debate vivo

Inovações nas entrevistas
do programa *Roda Viva*

Fora da Rede Globo, as emissoras costumam lançar mão dos programas de entrevistas para ganhar alguns pontos na audiência no horário noturno. Para as emissoras, um dos principais atrativos desses programas é o custo relativamente baixo: basta colocar no ar entrevistadores e entrevistados. A fórmula parece simples, mas é difícil que, a médio prazo, o público não se canse dela. Não se canse, por exemplo, do ambiente de bate-papo entre amigos das entrevistas do *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes, da solenidade pesada de *Crítica & Autocrítica*, da mesma rede, ou dos debates freqüentemente tumultuados do *Programa Ferreira Netto*, na TV Gazeta de São Paulo. Há cinco meses, no entanto, o programa *Roda Viva* vem escapando dessas dificuldades para mostrar entrevistas ágeis e atraentes para o telespectador.

Apresentado às 21h20 das segundas-feiras pela TV Cultura de São Paulo — e retransmitido nos dias seguintes pelas emissoras educativas de Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul —, *Roda Viva* se equilibra entre a sobriedade, a informalidade e os debates. Seu principal trunfo é a clareza: os entrevistados têm tempo bastante para dizer o que pensam, enquanto os entrevistadores têm oportunidade de replicar e discordar, sem que o programa vire um bate-boca confuso. Conduzido pelo

jornalista Rodolfo Gamberini, possui uma fórmula suficientemente elástica para permitir os encontros mais inesperados.

Na semana passada, por exemplo, o metalúrgico Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, teve entre os seus entrevistadores Plínio Corrêa de Oliveira, presidente da Tradição, Família e Propriedade, entidade conservadora católica. Gravadas previamente, as duas perguntas de Oliveira referiram-se à reforma urbana e à autogestão. Meneguelli limitou-se a dizer que a reforma urbana é tão importante quanto a agrária e não falou nada sobre a autogestão.

EXÓTICO — Além das questões gravadas previamente, *Roda Viva* permite que os telespectadores façam perguntas pelo telefo-

Gamberini: perguntas dos espectadores

ne, que são dirigidas ao convidado da noite por Gamberini. "Muitas vezes, as melhores perguntas são as dos espectadores", diz Gamberini. Na entrevista de Meneguelli, por meio de uma centena de telefonemas, o público queria saber coisas bem concretas — se o sindicalista trabalhava, qual o seu salário, quem pagou suas viagens a Cuba e à União Soviética —, enquanto a bancada de entrevistadores fazia perguntas sobre a Assembléia Constituinte e a dívida externa brasileira.

No cenário exótico do programa — que imita uma arena romana — oito entrevistadores circundam o entrevistado, que, numa cadeira giratória, os encara sempre de frente. Num patamar acima dos entrevistados ficam quinze convidados, que podem fazer perguntas escritas, lidas pelo apresentador. Os entrevistadores sempre se dividem entre jornalistas e pessoas ligadas de alguma maneira às áreas de atuação do entrevistado. Pelo programa já passaram os ministros Paulo Brossard, da Justiça, Celso Furtado, da Cultura, João Sayad, do Planejamento, o governador de São Paulo, Franco Montoro, e o deputado e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — responsável pela maior audiência do programa — 9% em São Paulo.

A fórmula, no entanto, não é fixa. Há um mês, *Roda Viva* levou ao ar um programa sobre AIDS, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, em que não havia entrevistado, e a cadeira destinada a ele foi substituída por uma escultura simbolizando a doença. Dez médicos e especialistas no assunto debateram a AIDS e as medidas que devem ser tomadas para controlá-la. O programa, com tantas variedades, vem se mostrando eficaz. E mantém a característica que interessa às emissoras: é produzido a um baixo custo, pois as estrelas do programa, os entrevistados e entrevistadores, comparecem graciosamente ao *Roda Viva*.

Meneguelli, da CUT: respostas à TFP

**Anexo III – Transcrição do debate especial Contaminação
radioativa**

Anexo III – Transcrição do debate especial Contaminação radioativa

O debate especial foi ao ar dia 19 de outubro de 1987.

TONICO FERREIRA: Boa noite. No centro da nossa *Roda Viva* desta noite, nós não temos hoje um entrevistado como é habitual nesse programa; hoje, excepcionalmente, nós temos aqui no centro uma escultura para simbolizar o debate dessa noite. Nós vamos discutir as causas e as conseqüências do grave acidente de Goiânia, que provocou a contaminação de pelo menos 244 pessoas pelo elemento radioativo Césio 137. Excepcionalmente também hoje o programa está sendo apresentado por mim, o apresentador oficial do programa Augusto Nunes está viajando no exterior, mas na próxima semana ele estará aqui novamente em *Roda Viva*. Por causa do interesse especial que esse acidente criou nos Estados de Goiás e do Pará, também excepcionalmente o programa está sendo transmitido ao vivo pela TV Brasil Central de Goiânia e pela TV Cultura do Pará, além da rádio Cultura de São Paulo e também o programa é retransmitido pelas TVs educativas de Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Piauí. Os telespectadores poderão fazer perguntas por telefone para as nossas amigas aqui Jeane, Mayda e Lucia, através do telefone 011, esse é o DDD aqui de São Paulo, 011 252-6525. Para participar do programa desta noite nós convidamos: Hélio Gueiros, Governador do Pará que escreveu uma carta contundente ao presidente Sarney criticando a proposta do envio do lixo atômico para o Pará; Antônio Faleiros, médico e Secretário da Saúde do Governo do Estado de Goiás; Fabio Feldman, Deputado Federal pelo PMDB eleito com uma plataforma eleitoral ecologista; Teddy Eston de Eston, médico, fundador do centro de medicina nuclear da USP e é também professor visitante do hospital naval Marcílio Dias no Rio de Janeiro, onde está colaborando no tratamento às vítimas da contaminação de Goiânia; Cláudio Rodrigues, físico superintendente do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo - IPEN, um órgão que é gerenciado pela CNEN, que é a Comissão Nacional de Energia Nuclear; Washington Novaes, jornalista de televisão independente, autor da série Xingu da TV Manchete e atualmente morador de Goiânia e acompanhando a questão da contaminação radioativa em sua cidade; Luiz Carlos Menezes, físico, professor da USP e conselheiro da sociedade brasileira de física; Luiz Pingueli Rosa, físico, diretor e professor da coordenadoria dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro no Conselho da sociedade brasileira para o progresso da ciência. Nós também temos alguns convidados aqui em cima, convidados pela produção, são estudantes e alunos do instituto de física. E nós vamos fazer a nossa primeira pergunta exatamente para o professor Luiz Pingueli Rosa, e uma pergunta político científica da maior relevância: Quem são, no seu entender, professor, os principais responsáveis por este acidente?

LUIZ PINGUELI ROSA: Bom, em primeiro lugar, certamente os detentores do equipamento que o abandonaram, apesar do enorme perigo para a população, que isso está demonstrado, representou e se concretizou pelos médicos, proprietários, diretores do hospital. Em segundo lugar, o órgão fiscalizador superior, que é a comissão nacional de energia nuclear, que se revelou desaparelhada para a fiscalização, já que por anos ficou o equipamento abandonado sem que ela desse conta por isso. E, em terceiro lugar, o Governo, que é o organismo superior a quem define suas prioridades naturalmente enfatizando mais o desenvolvimento da tecnologia nuclear, em particular hoje no Brasil as aplicações militares, do que a segurança da população, e nesse caso eu sou muito claro, a responsabilidade acima da CNEN é da casa militar, do Conselho de segurança nacional que é quem define as prioridades da CNEN, portanto, é o chefe da casa militar.

TONICO FERREIRA: O senhor colocaria...

WASHINGTON NOVAES: O senhor não acha que está havendo uma tentativa de desvio nessa responsabilização que a CNEN está tentando desviar essa responsabilidade para a Secretaria de saúde de Goiás, embora a responsabilidade legal seja claramente dela, a lei estabeleça isso claramente?

LUIZ PINGUELI ROSA: Claro, eu não tenho dúvidas que o órgão superior é a CNEN, cabe a CNEN e ela é quem deveria estar tomando cuidado para evitar uma coisa como essa.

TONICO FERREIRA: Mas de qualquer forma o senhor colocou os médicos do instituto de radiologia em primeiro lugar, exatamente por quê?

LUIZ PINGUELI ROSA: Sim, porque eles eram detentores do equipamento, eles tinham o equipamento, eles abandonaram o equipamento apesar do material radioativo dentro deles, isso é óbvio que tem que se colocar em primeiro lugar o detentor do equipamento. E, em segundo lugar quem fiscalizou ou deixou de fiscalizar permitindo que ocorresse tal coisa, e, finalmente, quem define as prioridades do órgão fiscalizador deixando desaparelhado, a meu ver, em função de outras prioridades que tem sido dada a CNEN.

TONICO FERREIRA: Eu gostaria então de saber do físico Cláudio Rodrigues, que é diretor do IPEN aqui em São Paulo e é uma espécie de representante da CNEN, da comissão de energia nuclear aqui em São Paulo, se ele concorda com essa afirmação do professor Pingueli Rosa.

CLAUDIO RODRIGUES: Bom, eu concordo em parte com o Pingueli, mas o importante, no meu ponto de vista, não é se levar os aspectos de fiscalização ao exagero, sem fazer com que as pessoas que são fiscalizadas realmente obedeçam e cumpram as normas, quer dizer, eu acho que é importante isso, as pessoas não são leigas, nenhuma daquelas pessoas ou nenhuma das pessoas que manuseiam material radioativo, seja para uso em medicina, seja para uso industrial, seja para uso em agricultura, são leigos, todos eles para manusear esses materiais eles devem ser credenciados. Os médicos passam por exames do colégio brasileiro de radiologia, e no que diz respeito à proteção radiológica se submetem a exames da comissão nacional de energia nuclear. Então são pessoas altamente que detêm todo o conhecimento sobre os aspectos, sobre os perigos que a energia nuclear ou essa bomba de césio representava para a população.

TEDY ESTON DE ESTON: Mas eu acho, se me permite um aparte.

TONICO FERREIRA: Professor Eston de Eston.

TEDY ESTON DE ESTON: Que se esses médicos, todos que usaram material radioativo, assinaram um termo de responsabilidade em que são obrigados a comunicar imediatamente qualquer irregularidade ao órgão fiscalizador, que não acontece isso. Na Argentina se perdeu uma bomba de Césio e 27 dias depois descobriu-se e isso se co-relacionou ao acidente com um indivíduo que estava internado no hospital; de maneira que o melhor fiscal é quem usa o material, não adianta imitar os burocratas aí por mais fiscais na coisa, quando o sujeito está ali, sumiu, avisa imediatamente, senão crime de responsabilidade civil e criminal.

ENTREVISTADOR: Eu queria...

WASHINGTON NOVAES: Mas doutor Teddy, a CNEN ficou 10 anos sem fiscalizar esse equipamento do instituto Goiano de radioterapia...

TEDY ESTON DE ESTON: E nem vai fiscalizar.

WASHINGTON NOVAES: E mais, um equipamento que ficou 3 anos e meio abandonado em uma construção em ruínas.

TEDY ESTON DE ESTON: Sim, mas nós estamos para resolver um problema do futuro que não é aumentando o número de fiscais.

FABIO FELDMAN: Eu queria discordar e dizer que realmente a posição do representante Cnen difere daquela assumida na Assembléia Legislativa de Goiás e que na verdade, se hoje a CNEN abre mão e espera que a lei seja cumprida, em um país que praticamente nenhuma lei é cumprida eu acho que é um descaso, uma desconsideração e até ridículo que a CNEN ou o representante da CNEN venha aqui dizer que nós esperávamos que os médicos cumprissem a legislação. Nesse país, eu concordo com Pingueli, o programa nuclear tem finalidades bélicas e sempre se enfatizou e assinalou realmente esse aspecto na aplicação nuclear, portanto, o que aconteceu é uma omissão, uma desídia, que a grande responsável é a comissão nacional de energia nuclear, e eu dividiria em duas etapas: uma na fiscalização, realmente não tem fiscais, se deixam ao Deus dar, e a prova é o acidente que está aí que é incontestável. E, em segundo lugar, o despreparo da comissão nacional ao tratar do problema, escondeu o fato da população

durante o início, quando eu estive em Goiás juntamente com outros Deputados constituintes já havia algum tempo que havia ocorrido o acidente e a comissão nacional de energia nuclear não tinha ainda equipamento para enfrentar o problema de frente. Então eu não concordo, eu acho que o principal responsável, a comissão nacional de energia nuclear, eu lamento muito o fato de o presidente Sarney não ter demitido de imediato o doutor Rex Nazaré, ele é o grande responsável, ele é o presidente do órgão, ele deveria ter sido imediatamente demitido. O presidente Sarney faz declarações no sentido de dizer que os médicos são responsáveis e deixa o doutor Rex Nazaré no cargo. Por quê? Porque realmente o doutor Rex Nazaré ele conta com o aval dos militares brasileiros e o programa nuclear e a questão nuclear brasileira na legislação de maneira geral é tratada como uma questão de segurança nacional.

LUIZ PINGUELI ROSA: E levou 10 dias para ir a Goiânia.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, o problema base, vamos colocar as coisas aqui...

TONICO FERREIRA: Eu gostaria, doutor Cláudio Rodrigues, até que o senhor respondesse se existe dentro da CNEN alguma comissão interna pelo menos a parte a todas as outras investigações que estão sendo feitas, se existe alguma investigação interna para saber exatamente e apurar as responsabilidades que cada um tem?

CLAUDIO RODRIGUES: Eu gostaria de colocar aqui ao Deputado Feldman, as coisas não são tão assim. Quer dizer, não adianta você, o que você faria? Fiscalizaria o médico ou quem manuseia a substância radioativa toda hora e todo instante, ficar do lado dele para ele aplicar, isso é centralização...

FABIO FELDMAN: Não, ao contrário centralização é você deixar...

CLAUDIO RODRIGUES: Não, espera um pouquinho. Quando o DETRAN te dá uma carta de motorista...

FABIO FELDMAN: Mas escuta...

CLAUDIO RODRIGUES: Ele te dá uma carta de motorista quando você é credenciado a dirigir um automóvel, se você atravessa um sinal vermelho, atropela uma pessoa, o culpado é você e não é o DETRAN.

LUIZ PINGUELI ROSA: Mas tem guarda de trânsito.

CLAUDIO RODRIGUES: Lógico.

LUIZ PINGUELI ROSA: Tem guarda de trânsito.

CLAUDIO RODRIGUES: Tem guarda de trânsito e tem fiscal da saúde.

LUIZ PINGUELI ROSA: Cláudio, você sabe que na energia nuclear...

FABIO FELDMAN: É no mínimo ridículo você comparar na verdade o risco de um acidente nuclear, como o material, como nós estamos vendo em Goiânia, e você citar esse exemplo, eu acho uma barbaridade, isso demonstra na verdade a mentalidade de vocês...

CLAUDIO RODRIGUES: É tão ridículo quanto você colocar as coisas. Não, não é isso, Fabio, vamos colocar as coisas de uma maneira positiva, nós não podemos nem exagerar um lado, nem exagerar o outro, eu acho que as pessoas que manuseiam substância radioativa são pessoas que não são leigas, são pessoas que têm entendimento dos perigos, então cabe a ela, e eu concordo com o professor Teddy Eston que é a maior autoridade brasileira nesta área e é médico...

FABIO FELDMAN: Eu acho que vocês pensam que vocês vivem na Suíça.

CLAUDIO RODRIGUES: Não...

TONICO FERREIRA: Com licença, Deputado, o professor Menezes tem uma questão também para o professor.

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu acho que há uma coisa que a gente deve responder, agora intermitamos daqui para frente, quer dizer, o acidente foi lamentável, o ato de se apurar as causas, mas, veja, não deve existir mais de uma centena de fontes com esse grau de periculosidade no Brasil, uma centena, talvez um pouco mais.

LUIZ PINGUELI ROSA: 208 serviços.

FABIO FELDMAN: 67 em São Paulo.

LUIZ CARLOS MENEZES: Então, veja, isso significa que com uma visita por dia útil, um técnico capacitado faria uma visita anual, a cada uma das instalações. Se isso fosse feito, há anos teria visto que esta fonte não está em condições, não está sendo acompanhada, que está abandonada. Eu já ouvi o argumento: “bom, mas se tivesse feito a visita um mês antes e um mês depois que fosse abandonada”, ora, esse argumento, tipo, tem que ter um guarda de trânsito a cada metro quadrado, não precisa, basta ter um em cada esquina perigosa. E nós temos aqui 208 esquinas perigosas, quer dizer, um técnico, um único técnico com uma visita por dia útil, cobriria uma vez por ano cada uma dessas fontes.

LUIZ PINGUELI ROSA: Menezes, deixa fazer uma observação. Eu quero dizer em primeiro lugar que o argumento do Cláudio não procede quando fala que não era possível fiscalizar, porque a energia nuclear, essa tecnologia, na parte dos reatores se caracteriza por exigir normas de segurança redundantes. Inclusive o princípio de garantia da qualidade além do controle de qualidade, nós até discutimos isso. Certamente isso implica em ter a fiscalização, e repare bem, se houvesse uma fiscalização que fosse de dois em dois anos, esse material teria sido recolhido, porque ele passou, segundo consta, três anos abandonado naquelas ruínas. De maneira que se houvesse algum tipo de fiscalização ainda que com muita baixa frequência, ela poderia ter pego, agora não é preciso ter tão baixa frequência, porque caberia à comissão nacional de energia nuclear ter montado um sistema como a lei manda, envolvendo as secretarias com o Governo Ministério da Educação, mas sob a sua supervisão que o órgão técnico superior, que não fez isso, a comissão nacional de energia nuclear devia mudar, eu até coloco isso acima de qualquer mudança e pessoa a mudança de estrutura. É um órgão militarizado, uma herança da ditadura que não foi tocada, na sua estrutura eu não falo de pessoa, repare bem, as comissões que o próprio presidente convocou, seguindo o que a sociedade brasileira de física, a SBPC tinham recomendado, é colocar uma questão de criar um órgão independente, separando a função de fomento da tecnologia, daquela de fiscalização e criando um tipo de um conselho, como existe no CNPQ, por exemplo, com membros da comunidade independente, isso não aconteceu isso não foi feito. O Presidente da República, ao contrário, tirou a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério das Energias que era até razoável tirá-la, tudo bem, mas colocou um órgão militar na casa militar, junto com o SIPRON - sistema de proteção ao programa nuclear que era criticado exatamente por se subordinar ao Conselho de Segurança Nacional.

ENTREVISTADOR: Essa proposta foi feita...

WASHINGTON NOVAES: Pingueli, se me permite acrescentar, e não é só na questão da prevenção, da fiscalização, esse é um dos dados da questão. No combate ao acidente a CNEN se mostrou altamente despreparada, quer dizer, despreparada em equipamentos, não em pessoas, as pessoas que estão em Goiânia fizeram o impossível, aliás, estão até se expondo mais do que deveriam e poderiam. Mas se mostrou despreparado em equipamentos que existem em outros países e não existem aqui, se mostrou despreparado na medida em que, para tratar desse tipo de acidente no Brasil, existem pouco mais que 10 leitos hospitalares, quando só em Goiânia tem 20 casos graves e 200 e tantas pessoas atingidas. E mais, se demonstrou extremamente despreparado em matéria de comunicação, que é uma coisa importantíssima em um acidente desse tipo. A população de Goiânia foi ao pânico por deficiência de informação, porque se levou uma semana para dizer que o Césio não se propaga pelo ar, que não contamina pelo ar, que não se dissipa pelo ar. Se levou muito tempo para dizer uma porção de coisas importantes, porque não há normas codificadas de comunicação para um acidente deste tipo e não há especialistas em comunicação tratando deste assunto na CNEN. Então um técnico vai para uma entrevista coletiva, onde lhe é perguntado se havia possibilidade da água de Goiânia ser contaminada por causa das chuvas, o Césio ser levado para os mananciais, o técnico sabia que a água estava sendo monitorada em 15 pontos diferentes, porque acompanhava isso e respondeu, teoricamente pode estar contaminada. Não se responde a uma população em pânico que a sua água pode estar contaminada.

TONICO FERREIRA: Eu gostaria até que o Secretario da saúde do Governo de Goiás, Antônio Faleiros, que está aqui conosco, respondesse exatamente isso, confirmasse pelo menos isso que o Washington está nos dizendo de que os funcionários da CNEN estão lá em Goiânia, estão realmente e devidamente preparados para essa situação criada nessa cidade.

ANTÔNIO FALEIROS: Olha, quando nós soubemos e identificamos que realmente se tratava de um acidente muito grave, a primeira questão que nós colocamos foi justamente avisar a CNEN que aproximadamente após 12 horas começaram a chegar os técnicos em Goiânia. Na verdade chegaram sem qualquer tipo de aparelhagem, alguns aparelhos é claro, mas sem qualquer infra-estrutura, eu testemunho isso porque até ténis eu fui obrigado a comprar para o pessoal da CNEN. E toda estrutura de funcionamento dessa operação está sendo feita pelo Governo do Estado através da minha Secretaria, da Secretaria da saúde, através do sistema integrado de saúde que nós temos em Goiás. Então, na realidade é uma estrutura que nós montamos, o pessoal da CNEN é todo ele capacitado, na realidade estão trabalhando aí 24 horas por dia, deram total apoio em termos pessoais, mas falhas existiram e até hoje a grande parte de material que se precisa por parte da CNEN, nós é que estamos oferecendo, o Governo do Estado...

TONICO FERREIRA: Governador, por favor, Governador.

HÉLIO GUEIROS: Eu acho que a gente vai passar a noite inteira aqui, e nós vamos todos concordar que os únicos culpados foram os médicos lá de Goiânia e a comissão da energia nuclear. Não tem saída, pode fazer uma pesquisa de opinião pública que vai dar 99%, então quanto à responsabilidade não há dúvidas, foram os médicos que trataram desleixadamente do material perigoso e a comissão que se mostrou incompetente, com todo respeito eu digo, para tratar do assunto e o pior é que se viu que ela estava desnorteada, que chegou na hora e disse: “bom, está com problema em Goiânia, o pessoal de Goiânia não quer, então vai para Bahia”, aí o Gaidal na Bahia que tem lá um poço de 400 metros “não, mas na Bahia o baiano não deixa! Ah, então manda para o Pará.”.

TONICO FERREIRA: Governador, inclusive...

HÉLIO GUEIROS: Isso até parece brincadeira, mas foi tratado dessa maneira, quer dizer, assim, supostamente dados técnicos, científicos para se decidir sobre o destino do lixo. É na base de quem grita mais, quem berra mais, é um absurdo isso.

TONICO FERREIRA: Governador.

HÉLIO GUEIROS: A comissão...

TONICO FERREIRA: Inclusive eu acho que o que o senhor fez que foi uma luta muito grande para que o lixo atômico não fosse jogado na serra do cachimbo, no Pará. É exatamente, parte do princípio de uma desconfiança muito grande da CNEN. De que ela seria incapaz de colocar o lixo lá no Pará devidamente embalado e tudo, porque me parece que o lixo bem embalado, ele pode ficar em qualquer lugar, houve uma desconfiança grande do senhor com relação a CNEN.

HÉLIO GUEIROS: Claro, e por outro lado, note-se bem, houve um desastre grave nuclear na Rússia em Chernobyl e ninguém tirou Chernobyl do mapa, nem se carregou o que estava estragado em Chernobyl para transportar para um outro lugar. Como é que a nossa comissão brasileira acha que o certo houve um desastre aqui, então joga lá para o outro Estado. Não vejo nenhuma razão, nenhum motivo para se fazer isso...

ENTREVISTADOR: Eu posso dar uma sugestão, Governador?

HÉLIO GUEIROS: É uma coisa que é inaceitável, se fosse um laudo, uma avaliação científica “não tem que ser no Pará por isso, por isso. Não, vai para o Pará, porque o baiano não deixa enterrar lá.”.

ENTREVISTADOR: Eu posso...

TONICO FERREIRA: Só um minuto.

HÉLIO GUEIROS: Espera lá, isso foi o que eu disse para o presidente Sarney, o senhor acha que o povo do Pará e o Governo do Pará pode aceitar do presidente da comissão de energia

nuclear uma declaração dessa natureza, que o lugar era o tal Raso de Catarina, que tem um poço lá furado pela Petrobrás...

ENTREVISTADOR: Que é uma estação ecológica, diga-se de passagem.

HÉLIO GUEIROS: ...de 400 metros, mas como o baiano gritou, então vai para o Estado do Pará, para a Serra do Cachimbo. Quer dizer, por outro lado, essa designação da Serra do Cachimbo contraria tudo quanto os técnicos do mundo todo falam sobre questão de radioatividade, é uma região inadequada, não há lugar que chova mais no Brasil do que ali. E, segundo se lê, os técnicos acham que tem que ter um índice de fluvialidade de 1000 milímetros no máximo, lá nem na pior seca que venha a haver, porque nunca houve, o menos que deu lá foi 1.700 milímetros e foi para lá que a comissão dizia que era o lugar ideal.

LUIZ PINGUELI ROSA: Governador.

HÉLIO GUEIROS: É por isso que o povo fica meio desconfiado dos nossos cientistas.

TONICO FERREIRA: Aliás, Governador...

HÉLIO GUEIROS: Dos homens que estão cuidando da nossa saúde, do nosso bem-estar, porque é uma blasfêmia, foi uma heresia uma recomendação dessa natureza e daí aquele desabafo nosso, esperamos que aqui, demos um prazozinho, mas quando... e nunca vi coisa mais rápida no mundo...

TONICO FERREIRA: Mas quando o Governador...

HÉLIO GUEIROS: A coisa aconteceu no jornal, 48 horas depois já estava o doutor Rex ocupando uma cadeia nacional pra dizer, e o que eu mais me amolei com o doutor Rex, me desculpe, doutor Cláudio, é que ele passou meus amigos de Goiás, passou 98% do seu tempo dizendo, Goiás pode ficar tranqüila, família Goiana está tranqüila, está tudo sobre controle, o lixo vai para Belém, tudo bem, tudo ótimo, Goiás fique tranqüilo, fique em paz, o lixo vai para o Pará, quer dizer, não deu nem confiança de dizer...

TONICO FERREIRA: O senhor concorda que o presidente da comissão deva ser responsabilizado diretamente?

HELIO GUEIROS: Mas é claro, é claro que a comissão, doutor Cláudio, e são os médicos lá de Goiás trataram de deixar, então...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu gostaria de fazer uma suposição...

HÉLIO GUEIROS: Nós podemos ficar aqui a noite toda, mas o veredicto aqui só vai ter o voto contrário dele, condenação total, e é capaz de ele até nos ajudar.

TONICO FERREIRA: Mas, Governador.

CLAUDIO RODRIGUES: Senhor Governador, eu gostaria de só fazer uma observação, não vou continuar discutindo os aspectos iniciais aqui da nossa reunião, mas só fazer uma observação. Existem estudos na comissão nacional de energia nuclear de 17 ou 18 regiões no Brasil onde seriam possíveis, sob o ponto de vista geológico, a colocação de resíduos nucleares, e a Serra do Cachimbo é uma delas...

HÉLIO GUEIROS: Ah, me desculpe, meu doutor, me desculpe, porque a publicação que me mostraram na época com declarações na imprensa, que esse eu não conheço o laudo realmente no seu original, é que dos 61% do território brasileiro onde se poderia enterrar o lixo atômico, não estava a Serra do Cachimbo.

CLAUDIO RODRIGUES: Agora, doutor.

HÉLIO GUEIROS: Foi inédita.

CLAUDIO RODRIGUES: Mas, Governador, o problema de índice fluviométrico...

HÉLIO GUEIROS: Não, há muitas outras coisas. Vertentes de duas grandes bacias hidrográficas do Brasil: a do Xingu e a do Tapajós; o município que mais cresce no mundo, a gente houve falar que o americano quando quer fazer qualquer coisa bota no deserto, o russo bota para a Sibéria, a França coloca no atol no pacífico. E aqui se pega o município que mais cresce no Brasil e no mundo, que é o município de Taituba, e se escolhe para...

TONICO FERREIRA: Governador, nós já sabemos que pelo menos o lixo não vai para o Pará, pelo menos no momento ele vai ficar em Goiânia. Nós recebemos aqui um telefonema de Marise Ramos, de Goiânia, que está nos assistindo ao vivo em Goiânia, e ela faz uma pergunta exatamente ao secretário de Goiás, Antônio Faleiros. Ela faz a seguinte pergunta: por que foi retirado o lixo radioativo de um lugar e transferido para outro, se o local é a 400 metros de um povoado, perto de chácaras e fazendas, em uma das maiores bacias leiteiras da cidade e grande produtora de verduras, até quando o lixo vai ficar lá? Inclusive há perguntas aqui de São Paulo também, de muita gente aqui de São Paulo, se as comidas exportadas ou que vêm de Goiás aqui para São Paulo e para outros Estados, se elas também correm o risco de virem contaminadas com radioatividade?

ANTÔNIO FALEIROS: Eu prefiro começar respondendo pelo final dessa questão. Em primeiro lugar não há o menor risco de absolutamente nenhuma plantação, nenhum alimento de Goiás vir contaminado. É preciso desmistificar isso que se criou a nível de Brasil, dizendo ou comparando o nosso acidente com um acidente semelhante a Chernobyl, não tem nada, absolutamente nada a ver, quer dizer, foi um acidente radiológico que contaminou com apenas 100 gramas aproximadamente de Césio, aproximadamente se somarmos as áreas, dois mil metros quadrados da nossa Capital que tem aproximadamente 29 milhões de metros quadrados. Esse pó radioativo, que é sólido, ficou restrito nessas áreas e alguns pontos, esses pontos por onde esse pessoal esparramou esse material e pela característica do acidente, um acidente em que as pessoas inocentemente pegavam naquele material e achava aquilo uma jóia rara, conseguiram manipular apenas entre poucas pessoas, eles manipularam aquilo só entre amigos e pessoas íntimas, porque eles queriam aquilo para eles, aquele material que embelezavam os seus corpos à noite, passava inclusive no pescoço, como uma senhora, para poder fazer um colar, então aquilo ficou restrito a uma certa região da Capital, região muito restrita, como eu disse, de apenas mais ou menos 2 mil metros quadrados, então não há absolutamente risco nenhum de se contaminar nem o nosso manancial e nenhuma plantação que possa contaminar qualquer verdura.

ENTREVISTADOR: Doutor Faleiros.

TONICO FERREIRA: Mas, Secretário, e o papel velho que foi descoberto por acaso vindo para São Paulo?

ANTÔNIO FALEIROS: As pessoas que manipularam esse material elas eram o que? Elas eram catadores de papel. Foram alguns fardos, 3 fardos de papel de uma empresa que comprou desse pessoal. E outra coisa, todas as fábricas de papel de Goiás que compraram esse material, nós vistoriamos e não há absolutamente nenhuma contaminação no papel industrializado. Agora, respondendo a segunda pergunta, a área que foi definida para ser depósito provisório desse lixo atômico, e, veja bem, provisório porque nos prometeu a comissão nacional de energia nuclear que seria provisório para manipular apenas esse material já concretado, por quê? Porque os técnicos não podiam ficar expostos muito tempo em um foco quente aonde está espalhado esse pó, então era apenas para se colocar o material provisório para ser reembalado esses tambores em termos de colocar blindagem dentro dos contêineres, quer dizer, um tambor blindando o outro. Essa área, a escolha dessa área, foi de competência da comissão nacional de energia nuclear, que nos colocou inclusive por escrito essa escolha dessa área, aonde foi colocado que não havia absolutamente risco nenhum para nenhum ser naquela circunvizinhança ou para qualquer manancial. Essa região fica a 14 quilômetros da Capital, mas não tem absolutamente, a não ser uma distância de mais de 1 quilômetro e meio, qualquer outro tipo de circunvizinhos, inclusive é uma área pública da prefeitura municipal.

TONICO FERREIRA: Secretário, nós temos até uma surpresa aqui para os debatedores desse programa, que a TV Brasil Central colocou uma câmera e monitores no centro de Goiânia onde estão lá moradores assistindo o nosso debate ao vivo. Eles vão fazer algumas perguntas que vão aparecer pelos nossos monitores aqui, e de lá fala ao vivo da Praça Cívica de Goiânia, o repórter Luiz Carlos Bourdone.

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Ok. Ao nosso lado o engenheiro e físico nuclear Arlon de Oliveira Costa, ele trabalha na Usina Tok in Point de Miami, na Flórida. Ele esteve hoje*

vistoriando todas as áreas contaminadas, viu todos os focos e faz para nós, nesse programa Roda Viva, um balanço do que viu e do que sentiu. Boa noite.

ARLON DE OLIVEIRA COSTA: *Eu estive visitando os focos, foi a semana passada assim que eu cheguei dos Estados Unidos a convite do Governador Henrique Santilo, e os técnicos foram muito amáveis e nós estivemos observando a área junto e comparando as nossas informações com as deles. E a gente pode notar que os focos estavam realmente isolados por duas maneiras: pela barragem que eles fizeram e também pelas casas, porque fazem uma posição especial para que a contaminação não se continue a sair da área. E exatamente também porque muita da contaminação já está fixa no solo, então depois de saber que a área está isolada, a próxima coisa que eles teriam que fazer era remover o lixo da área para que pudessem continuar o seu trabalho radiológico, e, nessa parte, o povo goiano, especialmente aqui de Goiânia, não têm nada a temer, porque realmente não existe nenhum perigo.*

LUIZ CARLOS BOURDONE: *O senhor acha que o acidente daqui é nuclear ou é radiológico?*

ARLON DE OLIVEIRA COSTA: *Bem, o acidente que eu creio que tem que ser considerado é radiológico, pela simples razão que o Césio que foi adquirido para usar nessa cápsula, é um produto de ficção e depois ele é separado e utilizado naquela máquina para usos médicos e estava sendo utilizado pelos médicos e cuidado por uma equipe radiológica, entretanto, é um acidente radiológico.*

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Ok, nós voltamos daqui a instantes, voltando com outros flashes, ouvindo a população, trazendo perguntas e questões para aqueles que participam aqui com você do Roda Viva.*

TONICO FERREIRA: Muito obrigado, Luiz Carlos Bourdone. Eu queria saber do Washington Novaes, que é jornalista lá de Goiânia, se ele concorda que realmente a região ali é propícia para receber o lixo atômico?

WASHINGTON NOVAES: Olha, eu acho que quem pode dizer exatamente se é propício ou não é a comissão nacional de energia nuclear, que tem conhecimentos para isso e competência legal para isso aí. Agora, eu conheço a região, na saída de Goiânia para Guapó, uma cidade perto de Goiânia numa antiga cascalheira da prefeitura de Goiânia que está desativada. Eu creio que ela não tem nenhum morador muito próximo, esse povoado de Abadia está mais ou menos dois quilômetros do lugar, tem algumas chácaras que confinam com essa região. Agora, a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem dado todas as garantias de que o processo de manipulação ali será absolutamente seguro. Agora, o que me parece que possa tirar qualquer dúvida é essa decisão do Governador de Goiás de ir morar em umas das chácaras que confinam com essa cascalheira e levando a sua família para lá, seu neto, seus filhos, sua esposa. Agora, o que eu acho realmente estarrecedor é que em um país que tem este número de aparelhos radiológicos e outras possibilidades de radiação, que isto tudo não estivesse definido antes e que se venha definir desta forma, inclusive, agora, com o projeto que foi mandado para o Congresso, eu acho que vai ficar muito mais confuso, porque o projeto estabelece que cada Estado terá um depósito intermediário de resíduos radioativos sem dizer qual será o depósito final. O Governador Hélio Gueiros inclusive vai ter que encontrar um lá no seu Estado. Eu pergunto, por exemplo: onde é que vai ser colocado o de Brasília, ou o de Sergipe? Que é tão pequeno. E mais, quer dizer, então Goiânia agora retira os resíduos do centro da cidade, leva para esta área que é apenas uma área provisória de manipulação, em seguida terá que encontrar uma outra área, que não essa, para ser o depósito intermediário e sem saber para onde é que ele vai no final. Quer dizer, me parece que nós vamos para uma grande complicação.

TONICO FERREIRA: Me parece que esses depósitos intermediários nós já temos aqui no Brasil, me parece que o IPEN mesmo tem um depósito de lixo atômico aqui em São Paulo.

WASHINGTON NOVAES: Mas cada Estado será obrigado a ter o seu, segundo o projeto mandado ao Congresso. Então nós vamos para uma gigantesca confusão, nós vamos ter resíduos radioativos passeando por esse país, quer dizer, ele está saindo do centro de Goiânia para esta área provisória de onde terá que sair para um depósito intermediário, sem saber para onde vai.

HÉLIO GUEIROS: Mas meu caro Washington, veja bem, se é verdade tudo isso que o nosso ilustre jovem secretário acredita que não há perigo nem nada, por que aquele escarcéu, aquele pânico feito pela comissão nuclear para todo o Brasil, ocupando uma cadeia de rádio e televisão se não há perigo, se, como disse esse americano que chegou aí, quer dizer, que estuda na América, “não é radiológico”, ora, o que interessa é que está matando e está matando gente aqui no Rio de Janeiro e vai continuar matando e segundo eu sei, segundo eu leio aí, leva duzentos anos para acabar o perigo e oitocentos para se dissipar completamente. Então se não há perigo, se não há risco, por que aquele escarcéu todo? Para que se levantou pânico na população brasileira e imediatamente ocupando, olha, é coisa rara, eu nunca vi a comissão nuclear ocupar horário nobre da rádio e televisão e ocupou para inquietar a nação, para dizer que é um acidente grande...

LUIZ CARLOS MENEZES: Foi um acidente, um acidente grande, Governador. Em termos de vítimas imediatas foi o segundo acidente no mundo. Então foi um acidente grande e o que me preocupa, não é agora fazer a idejese completa, é se vai ficar tudo como estava, porque há duzentas fontes no Brasil....

HÉLIO GUEIROS: Não, não é que vai... Dá licença, professor, acontece que o nosso ilustre secretário e o Washington estão muito satisfeitos com as garantias dadas pela comissão.

WASHINGTON NOVAES: Não, veja bem...

ANTÔNIO FALEIROS: Pois é, mas eu não estou...

HÉLIO GUEIROS: Ai é que eu me espanto.

ANTÔNIO FALEIROS: Nem eu Governador.

WASHINGTON NOVAES: Eu não disse isso.

ANTÔNIO FALEIROS: O que nós quisemos colocar e eu quero deixar bem claro viu, Washington, o que nós quisemos colocar aqui é o seguinte, que não se pode nunca fazer uma comparação com Chernobyl, que foi uma explosão nuclear que contaminou grandes extensões territoriais. O que nós queremos colocar é que lá em Goiânia foi restrito a uma determinada área, agora em termos de vítimas nunca negamos que foi um grande acidente, acidente grave, mas nunca podemos comparar para não se criar esse estigma que está se criando e a pergunta veio agora mesmo aí no ar, por que os nossos alimentos estão contaminados? E não estão. Goiás pode continuar exportando da mesma maneira que está, porque não tem absolutamente nada, manancial nenhum nem alimentação nenhuma contaminada. Isso que precisa...

HÉLIO GUEIROS: Secretário, o senhor tem toda razão, mas eu duvido muito que algum cientista sério no mundo diga até onde vai o risco da radioatividade, duvido.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que é preciso fazer...

HÉLIO GUEIROS: Eu admiro essa tranquilidade com que aqui a gente aceita afirmações “não tem perigo, não tem...”

ANTÔNIO FALEIROS: Mas o senhor viu os problemas que nós tivemos lá, o pó de Césio é material sólido.

HÉLIO GUEIROS: É uma energia recente...

TONICO FERREIRA: Governador...

CLAUDIO RODRIGUES: Governador, o senhor me permite?

HÉLIO GUEIROS: O risco está astigmático.

CLAUDIO RODRIGUES: O problema básico, eu acredito que bastou aparecer um físico americano para nós já aceitarmos que é acidente radiológico.

HÉLIO GUEIROS: Menos eu...

CLAUDIO RODRIGUES: Nós estamos falando que é acidente radiológico, tem muita pouca gente que acredita como o físico totalmente desconhecido, eu não o conheço, eu acho que nenhum dos físicos aqui o conhece, pronto, já é o dono da verdade. Nós temos alertado...

LUIZ CARLOS MENEZES: De fato é um brasileiro.

CLAUDIO RODRIGUES: Ham?

LUIZ CARLOS MENEZES: De fato é um brasileiro que veio dos Estados Unidos.

CLAUDIO RODRIGUES: Bom, seja lá o que for, nós temos colocado várias vezes que é um acidente grave, ninguém se furtou a falar isso, é um acidente radiológico, é um acidente com Césio, o Césio traz sua radioatividade, sua atividade e leva da ordem de duzentos a trezentos anos, mas tem que entender que o Césio na sua totalidade, 100 gramas aproximadamente, estava confinado em um bloco de 1 metro cúbico de chumbo de concreto. Nós vamos fazer a mesma coisa. Os técnicos da comissão nacional de energia nuclear são pessoas preparadas tão bem quanto às pessoas que manuseiam, que cuidam desses assuntos em outros países. Nós temos recebido manifestações de competência de pessoas de outros países, similares ao que apresentou na televisão e consideraram as nossas providências adequadas.

LUIZ PINGUELI ROSA: Cláudio, por...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora, é a primeira vez que ocorre isso no Brasil, e o brasileiro a primeira coisa que faz é o seguinte: o brasileiro não é competente. Nós trabalhamos há 32 anos em energia nuclear, quer dizer, são mais de duas mil clínicas - só para falar na área de saúde - que se trabalha com o material e salvando vidas.

LUIZ PINGUELI ROSA: A questão é que eu vou colocar...

CLAUDIO RODRIGUES: Aconteceu um acidente muito bem, eu acho que o Menezes está correto, o que nós temos que fazer é fazer com que esse acidente não se repita e fazer com que esse acidente deixe algumas lições.

HÉLIO GUEIROS: Se o acidente foi pequeno...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu não disse isso.

HÉLIO GUEIROS: E nós não soubemos tratar dele, imagina um acidente maior como não é.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que o acidente não foi pequeno e nós tratamos inadequadamente.

HÉLIO GUEIROS: Eu acho que não foi pequeno.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu acho que a questão...

TONICO FERREIRA: Professor Pingueli, por favor.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu sugeria fazer um pouco de assentar o pó para colocar as coisas nos termos. Primeiro lugar, essa história de acidente radiológico nuclear é um rótulo, igual chamar de incidente...

CLAUDIO RODRIGUES: Pingueli você sabe que não.

LUIZ PINGUELI ROSA: Calma. Eu discordo de rotular uma coisa.

CLAUDIO RODRIGUES: Tudo bem.

LUIZ PINGUELI ROSA: Vamos definir o que se trata. Em Chernobyl, toneladas de material radioativo, por uma explosão em um grande reator, um acidente tecnológico foram jogadas na atmosfera e as nuvens espalharam, foi por grandes extensões e milhões de pessoas vão ter alta probabilidade de ter câncer, ou melhor, maior probabilidade do que antes. Então vai haver muitos casos de câncer em milhões de pessoas na Europa, principalmente na União Soviética, a mais do que teria. No Brasil não, uma pequena quantidade foi espalhada porque se partiu o invólucro e pessoas se contaminaram. O Brasil não é o segundo não, é o pior acidente do mundo com vítimas não ocupadas com a energia nuclear, em estado grave, agudo que podem chegar à fatalidade. Isso é maior que Chernobyl, em Chernobyl quem teve essa situação foram técnicos ou equipe de socorro, então o Brasil já ultrapassou Chernobyl quanto a isso. Esse é o acidente que está lá, agora quanto ao lixo radioativo, é preciso também deixar claro que o lixo radioativo dos Estados, esse lixo radioativo é, em geral, de hospitais, de indústrias, e tirando um caso catastrófico como esse que podia ser evitado em Goiânia, essa bomba estaria em um invólucro e ela estaria depositada em um local com muito mais facilidade de segurança ao invés de espalhar por toda parte. O lixo radioativo, muito Césio no Brasil, está aqui em Angra dos Reis.

CLAUDIO RODRIGUES: 17 toneladas.

LUIZ PINGUELI ROSA: E são toneladas de material radioativo e não é só Césio, é tudo que existe, não é só 30 anos de vida média, é milhares de anos de vida média, porque tem plutônio misturado. Então precisa tomar cuidado que esse é o grande lixo radioativo, não é o lixo que iria ficar nos Estados.

LUIZ CARLOS MENEZES: Veja bem, Pingueli, por isso que eu volto à questão, como é que vai ficar daqui para frente? Vai continuar com a supervisão, a inspeção, o controle, como uma coisa relativamente secundária aonde eu já ouvi queixar-se até de falta de verbas. Nós gastamos 10 bilhões de dólares pelos meus cálculos no programa energético e não produziu 1kwh até hoje. Será que dos 10 bilhões de dólares não dava para tirar um milésimo disso ou um milionésimo para se pagar esse técnico que fizesse essa averiguação, e quando se pensa em Angra então é de arrepiar, porque aquilo funcionou algum tempo sem o esquema de evacuação adequada e nós não sabemos com que outras falhas, será que a CNEN vai continuar a dar o tratamento que dá a questão de segurança ou deveria ser um outro órgão, como já se sugeriu há mais de 10 anos ou reforçar quem sabe o setor de segurança da própria CNEN? Essas perguntas eu acho que são as perguntas quentes hoje, neste momento quando aparentemente já está configurado o controle que aconteceu em Goiânia, quer dizer, como é que vai ficar a radioterapia em Belém, em Brasília, em São Paulo?

TEDY ESTON DE ESTON: Claro, eu gostaria de por um ponto aqui. Em relação à CNEN nós já sabemos que não merece crédito, ela alterou os índices do leite o ano passado para vender leite aqui, então não é uma entidade que a gente possa...

LUIZ CARLOS MENEZES: Confiar.

TEDY ESTON DE ESTON: Que mereça crédito. Alterou para poder vender leite no mercado, agora Angra dos Reis é outra coisa, está colocada em lugar itaorna, pedra mole, que não serve nem pra machado de índio, é um risco tremendo, agora querem fazer uma estrada para evacuação. Eu fazia parte da comissão de defesa civil, não se pode evacuar Angra dos Reis, se houver um acidente lá, todo mundo morre com a melhor estrada ou não. Porque não fazer que nem a Áustria fez, transforma aquilo em um museu de ciência e ponto final, e dá tranquilidade para o povo brasileiro de maneira...

CLAUDIO RODRIGUES: Professor Eston, o seu exemplo da Áustria é muito interessante, porque a Áustria desativou ou nem tornou operativo o reator nuclear deles, em compensação ela está importando eletricidade da Hungria a 20 quilômetros, eletricidade gerada por central nuclear, eu prefiro...

TEDY ESTON DE ESTON: Não, o senhor me desculpe, ela é obrigada a isto nós temos a Itaipu que fornece...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu não estou defendendo isso, eu só estou colocando...

TEDY ESTON DE ESTON: Então não pode comparar a Áustria com o Brasil neste fato.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, eu acredito que o problema nuclear tem que ser diferenciado. Nós estamos discutindo um aspecto e não estamos discutindo, ao menos junto, o aspecto nucleoeletrônico. Eu concordo com o senhor que são dois aspectos diferentes do problema.

FABIO FELDMAN: Eu queria só colocar algumas questões, inclusive que essa questão passe pela constituinte e nós temos tido uma enorme dificuldade de colocar essas questões na constituinte, inclusive o que fazer com Angra, só que eu gostaria de fazer uma pergunta ao doutor Faleiros, que é o secretário de saúde, que esse material é um material radioativo, é um material sob a forma de pó, houve uma ventania logo depois de se abrir aquele invólucro e provavelmente aquele material teve uma dispersão muito grande, isso significa, eu, se estiver errado o senhor ou o doutor poderão me contestar, que haverá provavelmente uma incidência de câncer muito maior na população de Goiânia, porque aquelas partículas, mesmo partículas mínimas se aspirada por alguma pessoa vão agravar muito a potencialidade de essas pessoas terem câncer. Qual é o programa que vai se fazer de vigilância epidemiológica para nós sabermos se vai haver um agravamento do câncer e a incidência de câncer na população de

Goiânia? Essas questões não foram colocadas. Por exemplo, com relação à questão ainda até que ponto houve uma contaminação no meio ambiente, pelas informações que nós temos realmente aquele material infiltrou no solo, tanto que os índices de radioatividade na superfície são maiores do que os índices à medida em que você está penetrando no solo, essas questões ainda não foram colocadas para a sociedade de Goiânia. De um lado você não quer levar o pânico à sociedade, mas por outro lado como é que fica aí uma probabilidade de maior incidência de câncer naquela população.

ANTÔNIO FALEIROS: Não, já foram...

TONICO FERREIRA: Secretário, antes de o senhor responder as perguntas do deputado Feldman, eu gostaria de chamar novamente Goiânia, porque o repórter Luiz Carlos Bourdone está agora lá com o jurista de Goiânia, e ele gostaria de fazer algumas perguntas aqui para os nossos debatedores. Por favor, Bourdone é com você.

(externa – ao vivo)

LUIZ CARLOS BOURDONE: Pois não, Ferreira. Bater um papo com o presidente da OAB, doutor Felicíssimo Dicera que tem uma pergunta a fazer para os amigos do Roda Viva.

FELICÍSSIMO DICERA: Boa noite, primeiro é extremamente importante que o Brasil saiba que esse lamentável acidente que tem cunho radiológico bem mais do que atômico que vitimou Goiânia, não impediu que a vida aqui continuasse que nós continuássemos a trabalhar que Goiás continuasse a produzir que as suas indústrias continuassem a oferecer emprego e oferecer trabalho. É preciso que Goiás não pague um preço mais alto do que já vem pagando por esse lamentável acidente. Agora, objetivamente, é de se indagar se esses rejeitos poderão ser removidos sem causar novos riscos à população?

LUIZ CARLOS BOURDONE: Eu tenho uma outra pergunta a ser feita por um cidadão, como é que o senhor chama?

Lineu: Lineu.

LUIZ CARLOS BOURDONE: Qual é a pergunta, Lineu?

LINEU: A minha pergunta é a seguinte, eu quero que os físicos estabeleçam uma comparação entre um produto oriundo do Japão que foi contaminado com duas grandes explosões atômicas e com essa discriminação que está sendo feita com os produtos de Goiás.

LUIZ CARLOS BOURDONE: A mesa com a palavra.

TONICO FERREIRA: Por favor, não sei qual físico gostaria de responder a essa questão, professor Pingueli, por favor.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu acho que não há mais um problema no Japão, porque a explosão no Japão foi há muito tempo atrás. Eu acho que a gente tem que se preocupar é com as providências em cima de Goiânia, e sem dúvida nenhuma não cabe estigmatizar cidade nenhuma, é possível descontaminar Goiânia e isso está sendo feito com grande esforço apesar da precariedade de meios com a competência dos técnicos e a sua dedicação. Agora, eu acho que nós não precisamos nos preocupar desde que seja feito uma varredura cuidadosa, que se procurem todos os focos, que não se contente - quando se trata de segurança com a primeira frase, é preciso que a população seja exigente, que a comunidade científica esteja atenta, que se desconfie sempre do poder público, eu acho que a comissão nacional de energia nuclear deve ser cobrada o tempo todo, que se imagine situações, as piores possíveis, se exija providência para essa situação, então a cidade será limpa completamente. O problema do câncer na cidade não deve ser grave, por quê? Porque como ficou confinado o material, aqueles que manusearam, ele ficou fixado ali e essa população atingida é que tem as consequências graves sobre si, todas elas, inclusive a probabilidade, essa citada aí.

WASHINGTON NOVAES: Obrigado por suas sábias palavras.

TONICO FERREIRA: Sobre essa questão, doutor Pingueli, eu gostaria de passar para o doutor Eston de Eston e, aliás...

LUIZ PINGUELI ROSA: Dispensou...

TONICO FERREIRA: É uma pergunta aqui dos nossos assistentes que estão participando aqui do nosso programa, eles gostariam de saber exatamente sobre essa questão do câncer. Baseado em que evidências científicas e experimentais o senhor fez uma afirmação no programa da Hebe Camargo de que todas as mulheres grávidas de Goiânia correriam o risco de terem filhos com problemas devido à radiação? Essa é uma pergunta dos físicos que estão assistindo o nosso programa aqui no estúdio.

TEDY ESTON DE ESTON: Exatamente, porque o feto é sensível à radiação, então automaticamente elas estão expostas a ter problemas...

TONICO FERREIRA: Espera aí, mas o entendimento que houve em Goiânia era de que todas as mulheres de Goiânia estariam expostas a esse perigo.

TEDY ESTON DE ESTON: Não, não é isso não. Aquelas que estiveram perto do foco, que estivessem ali no foco, porque o resto não tem problema nenhum, a população está tranquila. Eu tenho recebido telefonemas até de Mato Grosso, por crianças que vêm lá de Goiânia, eu digo: essas meninas não têm problema nenhum, podem perfeitamente ficarem aqui, quer dizer, houve um alarme? Realmente houve produzido pela própria CNEN que mandou chamar gente dos Estados Unidos, da União Soviética, de tudo quanto é lugar aí trazendo pânico para a população. O que existe é o seguinte, se tivesse alguém naquela região a onde o secretário muito bem o disse, aqueles dois quilômetros quadrados...

TONICO FERREIRA: 2 mil metros.

TEDY ESTON DE ESTON: Aqueles 2 mil metros quadrados ali expostas a radiação, essas estão correndo risco.

TONICO FERREIRA: Então aproveito ainda para continuar nas perguntas ainda específicas, a não ser que alguém queira contestar a resposta do professor.

ANTÔNIO FALEIROS: Precisamos responder o nosso amigo Feldman ali.

TONICO FERREIRA: Não, por que tem outras perguntas vindas de Goiânia muito interessadas em questões mais específicas, o pessoal está assistindo o nosso programa e quer coisas um pouco mais específicas, o que faz mal e o que não faz mal, o que tem perigo e o que não tem perigo.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu acho que é uma questão importante, é também de providência que interessa a Goiânia. E um nível que se vai aceitar para a liberação das áreas, isso tem a ver com a probabilidade de câncer. Eu acho que esse nível deve ser o mais baixo possível procurando retornar aos valores anteriores, desde que seja para uso residencial. Não sendo para uso residencial, se tornando um próprio público aí a história é outra. Agora eu não aceitaria padrões legais nem convencionais para a radiação, aí sim a probabilidade do câncer poderia ser mais geral, agora do jeito que está não houve um aumento generalizado da radiação na cidade, exceto naquelas áreas. Portanto eu concordo que só aquelas pessoas que tiveram aquele contato é que tenha essa probabilidade aumentada.

TONICO FERREIRA: Luiz Carlos Figueiredo, de Goiânia, nos faz uma pergunta por telefone. Eu tenho uma chácara perto da onde está sendo colocado o lixo atômico, nessa região - nos informa ele - existem muitos raios nas épocas de chuvas, então ele pergunta se o raio não poderia destruir os tambores e se isso não criaria problemas para aquela área, inclusive contaminando a parte de irrigação das culturas que são feitas naquela região. Essa pergunta é para o representante da CNEN aqui em nosso debate.

CLAUDIO RODRIGUES: Bom, eu acredito, quer dizer, o acondicionamento desse material é feito em blocos de concreto suficientemente espesso e muito pouco...

TONICO FERREIRA: Mas baseados em que normas, por exemplo?

CLAUDIO RODRIGUES: Normas internacionais de acondicionamento de rejeito de média atividade, quer dizer, existem normas, porque fixam isso. Nós simplesmente estamos seguindo normas internacionais de fixação desse tipo de rejeito, quer dizer, isso é feito de uma maneira cuja tecnologia é conhecida aqui no Brasil e os nossos técnicos já fazem isso há muito tempo,

quer dizer, a probabilidade de um raio cair em um bloco de concreto é extremamente reduzida, nem se poderia responder tecnicamente isso, mas...

TONICO FERREIRA: Mas também parece extremamente reduzida a possibilidade de alguém roubar uma bomba de Césio e destruir ela a martelada. Portanto, toda questão...

CLAUDIO RODRIGUES: Mas aí é uma questão policial, um elemento pode entrar dentro de um hospital, pegar uma outra fonte dessa, mesmo que esteja guardada em um banquer aí, em um lugar adequado e também fazer isso.

TONICO FERREIRA: Me parece que uma das normas de segurança nuclear é de que qualquer possibilidade, por mais remota que seja, tem que ser levada em conta, porque é exatamente essa que vai acontecer.

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu tenho uma sugestão parecida para a CNEN nesse aspecto.

CLAUDIO RODRIGUES: Exatamente isso.

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu tenho uma sugestão para a CNEN.

TONICO FERREIRA: Doutor Menezes.

LUIZ CARLOS MENEZES: Toda vez que nós pesquisadores, trabalhando em um laboratório sujeito a radiação, com possibilidade de estar tomando uma dose maior de radiação, se porta com um pequeno fio na lapela ou no bolso, que é um dozímetro que vai indicar e periodicamente aferido, que vai indicar se trazendo uma dose um pouco maior de radiação. Toda vez que alguém estiver na proximidade de uma região dessas, ou por morar ou por trabalhar e tiver alguma dúvida, eu acho que ele merece uma atenção específica, não basta dizer a ele: não, você não está tomando radiação. Eu acho que uma coisa que a CNEN poderia fazer no sentido de fazer sua afinação e dar tranquilidade, é oferecer, não evidentemente para o indivíduo que mora a quilômetros de lá, mas para alguém que razoavelmente possa estar tomando radiação, lhe ofereça um dozímetro e faça a verificação periódica. Eu acho que seria um direito do cidadão e isso seria um serviço a mais que a CNEN prestaria nesse momento, é uma sugestão que faço de vivo.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que a sugestão é perfeitamente factível, não precisa nem ser um dozímetro para o indivíduo, pode ser um dozímetro na região.

LUIZ CARLOS MENEZES: Na região.

CLAUDIO RODRIGUES: Na região que mede isso...

LUIZ CARLOS MENEZES: E faria com isso o monitoramento da área para ver se realmente as coisas de fato estão sob controle.

CLAUDIO RODRIGUES: Normalmente nos sítios que acondicionam esse tipo de material, é feito isso. Nesses locais existem dozímetros espalhados na região que medem o nível e qualquer anormalidade é detectada.

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas é importante também que periodicamente se dê a esse cidadão o resultado dessa dosagem e verifique: “olha, você está realmente fora de perigo”. Ele vai entender que ele está com uma proteção específica para ele.

CLAUDIO RODRIGUES: Ele vai cobrar, eu acho perfeito isso.

TONICO FERREIRA: Eu vou passar a palavra agora ao secretário da saúde de Goiás que tem várias perguntas ainda para responder nesse programa, inclusive já faço mais uma outra, é o senhor Fagundes que está nos assistindo no Rio de Janeiro, lá o programa não está sendo transmitindo ao vivo, mas ele está assistindo através de uma antena parabólica. Ele pergunta como vai ficar a indenização a todas as vítimas do acidente?

ANTÔNIO FALEIROS: Bom, eu gostaria de voltar à pergunta aqui do nosso deputado federal, porque eu acho importante a população de Goiás, de Goiânia principalmente, saber da realidade do que aconteceu, como nós já vimos transmitindo isso desde o início do acidente. Primeiro lugar que o pó por ser sólido e por ser terreno argiloso, ele aderiu mais ao solo; outra coisa, a característica de onde ele foi esparramado, sempre foi ou dentro de residências ou sob coberturas, raramente em locais abertos ou em local de ação exposta, e nesses locais, inclusive

foi em quintal, quer dizer, aonde não existia fluxo de ventania ou aonde não existia maneira de se fazer grandes vendavais e nunca próximos a locais que pudessem ser levados pela enxurrada e na chuva que se deu com ventania inclusive, houve também chuva e aquilo aderiu mais ao solo, prova é que nós temos lá profundidade de 30 centímetros já de penetração do pó desse solo. Nós não acreditamos de maneira nenhuma que haja qualquer condição desse material ter entrado em suspensão e sido distribuído em grande escala pela ventania e a prova é que esse material foi feito, o histórico do acidente, eu quero até colocar aqui, que antes, como foi uma coisa inédita, mas mesmo antes dos técnicos da CNEN chegar, pelo histórico, eu pessoalmente junto com a minha equipe da secretaria de saúde, isolamos todos os grandes focos, fomos nós que isolamos e evacuamos a população dali. Então, absolutamente pela história dele, nós não acreditamos que outras pessoas venham a ter tido contato com o pó ou ter tido contaminação. Outra coisa que é bom que a gente reforce, apesar do senhor já ter colocado claramente, mas que as mulheres grávidas de Goiânia, aquelas que não tiveram na região, aquelas fora das áreas isoladas, elas não têm o menor risco, em absoluto, porque risco são àquelas que tiveram, inclusive eu me expus à radiação, porque tinha nessa área duas senhoras grávidas dentro da casa do senhor Roberto, o rapaz que arrebentou a cápsula, mas felizmente elas já estavam com a gravidez mais desenvolvida, não estava até no terceiro mês que pudesse trazer uma formação de imediato. Então essas informações eu acho que precisa ficar bem clara para a população de Goiânia ficar tranqüila quanto aos riscos que ela vai correr, fora essas pessoas que foram contaminadas. Com respeito à indenização...

TONICO FERREIRA: Secretário, eu gostaria que a indenização ficasse para o nosso próximo bloco do programa, porque no momento nós temos que fazer um pequeno intervalo e já, já o programa *Roda Viva* volta com o debate sobre o acidente de Goiânia.

(intervalo)

TONICO FERREIRA: Já voltamos com o *Roda Viva*, hoje debatendo o acidente nuclear ou radiológico acontecido em Goiânia. E voltamos exatamente na pergunta que nós havíamos formulado ao secretário da saúde de Goiânia antes do intervalo, é sobre a questão, como ficam as indenizações aos atingidos pela contaminação?

ANTÔNIO FALEIROS: Eu entendo, apesar de não ser jurista, mas acho que quem provoca o acidente é por ele responsável. Agora, o Governo de Goiás tem feito todo o sacrifício para poder colocar a população, dar total assistência a população até agora e não foge absolutamente de dar amparo a essas pessoas. Agora, acredito que ao terminar os inquéritos que provarem quem são os responsáveis, esses responsáveis é que pagarão judicialmente.

TONICO FERREIRA: Nós lembramos mais uma vez que os telespectadores podem participar do debate através do telefone 252-6525, através do DDD 011 aqui de São Paulo, e eu vou inclusive ler uma pergunta do Everton, de Goiânia, e essa pergunta eu formulo ao jornalista Washington Novaes, é sobre a quantidade de material que foi localizado, ele quer saber exatamente qual a quantidade que não foi encontrada, porque o total do material parece, segundo ele, que era de 100 gramas e ele quer saber quanto que foi encontrado. Washington Novaes, por favor.

WASHINGTON NOVAES: Bom, a informação que eu tenho é de um estudo feito por um professor da Universidade Federal de Goiás, que é o professor Pélico, que pelos níveis de radiação e por outros parâmetros, calculou que a quantidade de Césio que se espalhou, que se dissipou depois de aberta a cápsula, é de 12,6 gramas, essa é a quantidade que estaria então nesses locais isolados e contaminados. Agora, eu creio que o inventário final não está feito ainda, porque há uma parte, o doutor Faleiros pode confirmar isso, há uma parte da cápsula que foi recuperada, concretada, mas eu não sei exatamente qual é a quantidade que estava nela e nem se estava tudo, essa diferença entre 100 gramas que seria a quantidade original e essas 12 gramas que se perderam. Agora, o que eu acho é que precisa ser feito esse inventário e precisa ser feito um acompanhamento. Uma das esperanças que eu tenho como morador de Goiânia é exatamente no trabalho que se pediu à comunidade científica, porque o Governo de Goiás pediu ao conselho de reitores das Universidades brasileiras, pediu às sociedades que representam o pensamento científico brasileiro primeiro, que façam o acompanhamento da transferência dos

resíduos radiativos, segundo, que façam em seguida a esta transferência, façam um rastreamento total de Goiânia por terra e não mais por helicóptero e, em terceiro lugar, que este pensamento científico que está nas Universidades e está nesta sociedade, façam a proposta de solução final para os resíduos radiativos que só a comunidade científica pode fazer. Então eu acho que se isto for feito e está começando a ser feito, o Pingueli pode responder isso melhor, talvez nós possamos vir a ter mais segurança nessa questão.

TONICO FERREIRA: Professor Pingueli.

LUIZ PINGUELI ROSA: Só uma informação, na realidade quando se fala em 100 gramas ou em 12, deve se diferenciar que, o que se fala em cloreto do Césio e nem todo o material quando se fala 100 gramas, nem tudo é Césio, porque está sob forma de cloreto, na medida em que esses números precisam ser cuidadosamente considerados. Eu estive em Goiânia em uma comissão da sociedade brasileira com o professor Fernando Souza Barros, estivemos com o Governador, estivemos com o reitor, com os colegas da Universidade e com os técnicos da CNEN e debatemos esse problema deixando lá uma série de questões escritas em um questionário, entre elas essa que o Washington coloca aqui, que é a necessidade de um inventário e de um boletim com uma certa periodicidade em que se controle as quantidades que vão sendo recuperadas, mesmo que não se possa medir no campo tudo, é preciso fazer algum cálculo de avaliação de quanto desse material já está totalmente controlado e quanto tem que buscar ainda.

CLAUDIO RODRIGUES: Perfeitamente, eu queria inclusive colocar a exatidão do número de em torno de 12 gramas, que os nossos cálculos que nós fizemos essa semana aqui revelam que no início essa fonte devia ter volta de 2 mil quiris, teria uma massa de Césio em torno de 29 gramas, quando aconteceu o acidente ela devia ter por volta de 800 quiris, que é atividade radiativa, deve ter de material ativo da ordem de 12 gramas que é exatamente o número que o professor colocou.

ANTÔNIO FALEIROS: Eu quero acrescentar que segundo a informação desse físico que está com a gente, o material se resume em 970 quiris.

CLAUDIO RODRIGUES: É então, eu fiz os meus cálculos com 800 gramas, mas ok a diferença não é muito grande, continua sendo a ordem de 12 gramas.

ANTÔNIO FALEIROS: E eu acredito que mais da metade do material ficou na cápsula inicial...

CLAUDIO RODRIGUES: Ficou na cápsula.

ANTÔNIO FALEIROS: Que vai constar nas adjacentes.

TEDY ESTON DE ESTON: Eu gostaria de fazer uma explicação, que eu saiba acidente radiológico é produzido por radiologista quando ele expõe demais um paciente, isso e aquilo. Isso não foi o caso, isso aqui também não foi também uma explosão de um acidente em uma usina nuclear, agora eu não sei como definir marretada em bomba de Césio, então eu acho que fica a denominação disso, pondo um acidente radiológico, atinge a classe dos radiologistas que eu acho indevidamente está sendo acusada, que fosse um acidente radioterapeuta, isso é outra coisa, mas também não é bem isso, porque o radioterapeuta às vezes expõe demais o paciente.

CLAUDIO RODRIGUES: E um acidente radioativo.

ANTÔNIO FALEIROS: Radioativo.

TEDY ESTON DE ESTON: Radioativo, então agora chegamos a uma conclusão, um acidente radioativo.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu queria inclusive colocar aqui para o Pingueli, que realmente o que se pretende é fazer uma espécie de boletim acompanhando todas as quantidades de Césio que vão sendo concretadas nesses tambores, para que a população tenha o número exato da quantidade de material ou em quiri ou em grama que está sendo armazenada, porque isso inclusive nós precisamos saber, cada tambor deve ter uma dose máxima permissível, então com isso nós vamos obter essa informação.

HÉLIO GUEIROS: Eu queria esclarecer...

TONICO FERREIRA: Eu queria ler mais duas perguntas, Governador, antes, só duas perguntas ainda específica de ouvintes sobre transmissão.

HÉLIO GUEIROS: Pois é, mas essa está no assunto. Quando houve essa confusão e se recomendou que devia enterrar a 400 metros, acondicionado em tambor e essas coisas toda, me mostraram um trabalho americano em uma cidade em Darlo, onde Césio 137 foi enterrado a 400 metros e 29 anos depois, agora em 80 e pouco, se verificou que ele conseguiu chegar a 600 metros. Eu tenho até o nome do estudo ali. Então eu gostaria de saber dos ilustres físicos o que eles dizem a respeito disso. É um documento preparado até pela SUDAM em que eles me mostraram que lá nos Estados Unidos depois de 29 anos o Césio 137, esse mesmo que aconteceu lá em Goiânia, ele se espalhou por mais 200 metros além daqueles 400.

TONICO FERREIRA: A essa pergunta do Governador, eu gostaria de acrescentar outras aos físicos aqui presentes, são de ouvintes nossos também, o José Guerra, da Penha, quer saber se com o dinheiro manuseado por essas pessoas que foram contaminadas, esse dinheiro que está em circulação em Goiânia, ele também é um veículo transmissor de contaminação? E David Fortuna, do Jardim Paulista aqui de São Paulo, quer saber se um pássaro que pousar ali na área contaminada, se ele depois pode levar essa radiação para outro local? Não sei qual dos físicos gostaria de responder essas duas questões.

FABIO FELDMAN: Só uma observação, alguns pombos, foi relatado isso na Assembléia Legislativa, alguns pombos andaram aquela região e inclusive tomaram água em uma caixa d'água exatamente onde foi fracionado o material, isso foi relatado lá na Assembléia Legislativa quando o senhor estava presente.

CLAUDIO RODRIGUES: Mas tudo bem, mas acontece...

FABIO FELDMAN: Eu só estou acrescentando que não é uma hipótese.

TONICO FERREIRA: Gostaria de, primeiro, antes secretário, que os físicos respondessem a essa questão.

LUIZ PNGUELI ROSA: Olha, sobre o dinheiro é obvio que se estiver pó impregnado no dinheiro, sim, agora o que nós não acreditamos que esteja acontecendo, não há indícios disso. Essa varredura tem que ser feita em Goiás o tempo todo e nas piores hipóteses, mas não há indícios disso, é obvio que um animal também que por acaso picar o pó, engoli-lo vai ficar também contaminado, agora se for irradiado o animal ou o dinheiro não é problema, o que é irradiado não contamina, apenas se for um ser vivo pode-se prejudicar bastante por simples exposição ao material, mas se ele não absorver o pó, não. Quanto à possibilidade do Césio, eu acredito que isso se refira a rejeito de reator nuclear, que é isso multiplicado por um fator, Governador, porque são toneladas em Césio, com Estrôncio, com Iridio, com plutônio, tudo o que o diabo fez, não é coisa da natureza, é coisa feita em reator nuclear, é uma miscelânea de coisas incluindo o Césio, aí sim se enterra, aliás, não tem nem solução no mundo para isso, é uma questão em aberto. O lixo de Goiânia pode ser melhor controlado, porque a quantidade é realmente pequena, quer dizer, a nossa expectativa é que se recupere esse material e limpe a cidade, é um abacaxi onde se colocar isso, não é trivial, agora, não pode-se comparar com lixo de reator nuclear, que esse sim tem necessidade de uma proteção e pode inclusive escapar do invólucro, acredito que seja esse o caso, e espalhar. Esse material sendo em pequena quantidade é possível ser melhor controlado no caso de Goiás.

TONICO FERREIRA: Professor Pingueli, eu gostaria antes de chamar ainda mais uma entrevista, mais uma pergunta, é uma pergunta de um morador de Goiânia que está gravada e vai agora entrar pelos nossos monitores exatamente sobre essa questão da contaminação, por favor. Vai entrar aqui pelos nossos monitores.

MORADORA DE GOIANIA: *Eu gostaria de saber assim se nós aqui não temos perigo nenhum, se isso aí não vai ficar contaminado, não é? Para a gente ficar assim mais a vontade, porque a gente está sempre cismada, vem um cachorro entra lá, a gente tá aqui, entra aqui, a gente está cismado, vai um gato lá, eu digo: meu Deus do céu, aquele gato vem para cá, e a gente está sempre cismado, não é? Não tira essa cisma sempre da cabeça.*

TONICO FERREIRA: Gostaria que o professor Menezes esclarecesse essa pessoa no programa.

LUIZ CARLOS MENEZES: Se a região onde o solo está comprovadamente contaminado, estiver dando acesso a animais predadores, ratos, animais domésticos, etc., então esse perigo efetivamente existe, tem que vedar essa região já, o risco é pequeno, a quantidade de pó é pequena, mas não se pode brincar com essas coisas, mesmo porque uma vez ocorrido o incidente de algo de mais radiação sair de lá, ninguém mais vai convencer que o resto não tem perigo.

ENTREVISTADOR: Eu gostaria até se...

LUIZ CARLOS MENEZES: A coisa está relativamente delimitada, essa é a impressão que se dá, Goiânia não tem que ficar em povorosa coisa nenhuma, agora tem que vedar completamente essa região para que um animal, um rato como a senhora diz, não entre. Não entre, porque pode sair e trazer consigo material radiativo ele se torna contaminado e pode irradiar, portanto. Então há que vedar completamente isso.

TONICO FERREIRA: Eu gostaria até de passar essa resposta para o secretário da saúde de Goiânia, inclusive levantando uma outra questão que eu li em uma publicação, não sei se o senhor confirma isso ou não, de que nesses dias houve um roubo em uma das casas que estavam isoladas, portanto, uma falha tremenda de segurança, não sei se isso é verdade.

ANTÔNIO FALEIROS: É claro que no início a gente não podia dar toda a estrutura, é evidente que esses pontos, por exemplo, que eu mesmo fui lá e isolei junto com a nossa equipe da secretaria de saúde, a gente não tinha como vedar a não ser com uma corda e colocar guarda da polícia militar, é evidente que o guarda não tinha condição de fazer uma corrente humana para impedir alguns animais, mas agora todos os locais já estão cercados de madeirite para poder justamente evitar essa passagem de material. No caso dos pombos, por exemplo, eu acho tremendamente difícil, apesar de que também é impossível você vedar por cima, mas desses pombos ir lá e ter um contato na terra para poder ficar impregnado de material radioativo para poder disseminar isso por aí. Então essas probabilidades mínimas que tem a gente pode afirmar sem medo de errar que é improvável de acontecer, porque não tem como você hoje perguntar para qualquer cientista se a possibilidade de um meteorito cair na cabeça de alguém, é claro que ele vai falar que há, mas é tão remota essa possibilidade que eu poderia falar que ela não é plausível. Agora, com respeito a essas falhas de segurança houve na realidade, mas esta todo, depois de passar o tumulto inicial, já está tudo sob controle inclusive como eu estou dizendo para vocês, já cercamos todas as áreas de madeirite para evitar que qualquer animal possa transitar nessas áreas.

TONICO FERREIRA: Ainda com relação a essa questão da transmissão, eu gostaria de colocar uma pergunta que nós recebemos muito interessante, ela foge um pouquinho da questão, mas por ter feito por Hellen Peruti que tem apenas 11 anos e está nos assistindo, é uma menina, portanto. Ela pergunta de a TV, a televisão tem algum tipo de radiatividade, se existe algum perigo ter televisão dentro do quarto? Você vê que o nosso debate...

LUIZ CARLOS MENEZES: Antigamente tinha.

TONICO FERREIRA: Ele alerta e ao mesmo tempo ele cria um pouco de alarme.

LUIZ CARLOS MENEZES: Antigamente tinha, até algum tempo atrás os tubos de TV chamados cansados, porque a tela ficava esmaecida e sem uma proteção, podia ter o fecho eletrônico com sua potência aumentada e passava a emitir raios-X, e para crianças que assistiam TV de muito perto tinha perigo. Há vários anos já existe proteção embutida dentro do próprio aparelho contra esse tipo de conserto perigoso, então já há muitos anos não há mais sendo utilizados aparelhos que tragam esse risco.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu queria saber só quem está fiscalizando isso? Eu preciso saber.

LUIZ CARLOS MENEZES: Ah isso é uma boa pergunta.

LUIZ PINGUELI ROSA: Porque a indústria pode querer economizar material, é saber quem cuida disso e ter um relato, fica a cobrança a CNEN, eu não sei se o órgão...

TONICO FERREIRA: Por exemplo, por exemplo...

CLAUDIO RODRIGUES: Vou colocar um fiscal em cada indústria também.

TONICO FERREIRA: Mais de qualquer forma...

CLAUDIO RODRIGUES: Esse é um problema obviamente de controle de qualidade e de especificações de normas brasileiras, quer dizer, se nós partimos da primícia de que nós não devemos confiar em ninguém nesse país e devemos ter um fiscal atrás de cada um, então nós temos que ter o fiscal atrás do fiscal, aí nós vamos...

LUIZ PINGUELI ROSA: Essa sua resposta é inadequada...

CLAUDIO RODRIGUES: Não é inadequada.

LUIZ PINGUELI ROSA: Porque a fiscalização nas empresas é muito simples.

CLAUDIO RODRIGUES: A fiscalização tem de existir, Pingueli.

LUIZ PINGUELI ROSA: Porque você vai por amostragem, tem que ter fiscalização por amostragem.

CLAUDIO RODRIGUES: Lógico que é, é obvio que se faz amostragem desse tudo de raio-X, você faz amostragem dos radiologistas que podem estar exercendo essa atividade de uma maneira inadequada.

LUIZ PINGUELI ROSA: Minha pergunta é: o poder público está fazendo isso com as produtoras de televisores?

CLAUDIO RODRIGUES: Não posso te responder, porque não tenho essa informação.

LUIZ PINGUELI ROSA: Alguém teria que estar sabendo disso aí.

CLAUDIO RODRIGUES: Provavelmente eu posso dar essa informação aqui posteriormente, me desculpe realmente eu não tenho essa informação.

TONICO FERREIRA: Eu acho que a questão o senhor gostaria...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu gostaria.

TONICO FERREIRA: Gostaria de saber se a CNEN está fazendo essa investigação.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu não posso afirmar agora se a CNEN está investigando as fábricas de tubos de televisão, mas eu posso garantir que se essa possibilidade existir de que as fábricas estão economizando dinheiro para não usar essa tecnologia, eu acho que a CNEN deve estar investigando. Agora, eu não acredito que as fábricas de televisão estejam com uma qualidade de tubo tão baixa assim, proporcionando à população um perigo inaceitável nos dias de hoje, mesmo porque a indústria brasileira exporta para todo mundo.

ENTREVISTADOR: Agora...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora eu só queria responder, dá licença um pouquinho. Eu só queria responder a duas questões que foram levantadas. Uma que me impressionou muito daquela senhora, que eu acho que isso representa o sentimento da sociedade e a sociedade não conhece a energia nuclear e nem tem obrigação de conhecer, quem conhece a energia nuclear é quem usa a energia nuclear, esses são os responsáveis ou nós que fiscalizamos ou quem usa que é credenciado para isso. O que a gente tem que falar para essas pessoas é exatamente o que o secretário colocou, o problema, e o Pingueli colocou muito bem, eu acho que o problema de Goiânia está nas áreas em que houve a contaminação, nessas áreas se procurou, assim que o foco foi localizado, se cobrir com plástico, se vedar com cercas, de maneira que não houvesse possibilidade de entrar pessoas ou animais, os animais que estivessem nessa área foram isolados, então fora dessas áreas eu tenho absoluta certeza e eu acho que ninguém discorda disso nessa mesa, que Goiânia tem que viver normalmente.

TONICO FERREIRA: Professor, inclusive eu tenho uma pergunta específica da Marli, de Goiânia, ela quer saber se a 500 metros do local e ela mora exatamente a 500 metros do local, se ela está correndo algum risco, ela quer um esclarecimento, ela pede veementemente um esclarecimento do senhor.

CLAUDIO RODRIGUES: Olha, as áreas que oferecem risco, são as áreas que estão isoladas, fora da área isolada não há nenhum risco das pessoas transitarem e terem a sua vida normal.

TONICO FERREIRA: Os físicos concordam com isso?

CLAUDIO RODRIGUES: Se tivesse perigo o tapume seria 1 metro, 2 metros, 10 metros mais para frente.

LUIZ CARLOS MENEZES: Com aquela ressalva que eu fiz, ressalva de que não haja abertura pela qual possam entrar animais que possam transportar na saída a contaminação. Com essa ressalva não há...

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu acho que é preciso adotar sempre essa idéia, não se deve ter pânico, é possível controlar, descontaminar, mas é preciso ter o maior cuidado, por exemplo, não se pode deixar animais transitar nas áreas isoladas não é apenas gente, então se os animais transitaram devem ser controlados e deve ter um responsável da CNEN no local tomando conta disso. Não basta às vezes o soldado da polícia, porque ele não está com todas as informações.

TONICO FERREIRA: Há uma pergunta específica de Douglas Ferreira também de Goiânia, ele faz a seguinte pergunta. É sabido que baratas e insetos são imunes à radiação, segundo ele, esse inseto não poderia transmitir a outros animais e pessoas em outras regiões?

LUIZ PINGUELI ROSA: Olha, pelas hipóteses piores possíveis, sempre se pode imaginar casos limites que ocorram em situações fora de controle, o que é desejável, por isso mesmo, é que esse trabalho de remoção desse material da cidade seja feito e colocado em um local distante, aonde se deve esterilizar tudo e controlar de modo que insetos, pombos, animais não tenham acesso de modo algum e não haja mais o perigo de alguma pequena quantidade de Césio eventualmente se deslocar daquela área. Aí outra hipótese importante é que se houver esse deslocamento, em princípio se espera uma diluição muito grande de maneira que o nível global de radioatividade não deve aumentar, o que não quer dizer que não se deva ficar imaginando e nem cabe nem fazer isso, é pegar situações aonde haja hipótese de alguma concentração fora para eliminar. Mas em princípio isso não ocorre.

WASHINGTON NOVAES: Agora, eu queria fazer uma pergunta para o doutor Cláudio, o seguinte. Doutor Cláudio, desde o início desse episódio e este próprio debate mostra isso, nós temos um problema brutal de informação, as próprias perguntas que se colocam aqui, quer dizer, desde o começo, quer dizer, faltava aos médicos em Goiás, como falta em qualquer lugar do Brasil, informação sobre como identificar um acidente dessa natureza nas vítimas, os médicos não sabiam dos hospitais de Goiânia, porque não têm esta informação codificada. Há um 100 números de perguntas que são colocadas pela população que se repetem, agora quando é que a comissão nacional de energia nuclear, que é responsável por isto, vai codificar essas informações mínimas sobre matéria radiativa ou sobre matéria nuclear, para que haja o mínimo de informação capaz de conter, controlar um episódio desse desde o seu nascimento, porque tudo o que está sendo discutido aqui já poderia existir codificado antes, essas normas já poderiam existir, essas normas mínimas. O senhor não concorda?

CLAUDIO RODRIGUES: Vamos colocar aqui o seguinte, quer dizer, o risco de um acidente desse tipo é muito pequeno, quer dizer, se nós listássemos aqui os possíveis acidentes nucleares que poderiam ocorrer, eu acredito que esse de uma bomba de radioterapia seria um dos últimos.

WASHINGTON NOVAES: Mas já aconteceu no México, em Nova Iguaçu a uma de Ilídio.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, no México é outro problema.

TONICO FERREIRA: No México o que nós sabemos é uma bomba, não sei se era de Césio, mas algo parecido...

WASHINGTON NOVAES: Não, era Cobalto.

CLAUDIO RODRIGUES: O que não pode acontecer por aqui.

TONICO FERREIRA: Ela virou uma estrutura de aço e foi construir casos nos Estados Unidos.

CLAUDIO RODRIGUES: Essa foi toda, toda bomba, quer dizer, não foi só na...

TEDY ESTON DE ESTON: Já pensou, doutor Cláudio, acontecer uma coisa pesada dessa.

TONICO FERREIRA: Então o senhor disse que é uma coisa muito difícil de acontecer, mas já aconteceu pelo menos duas vezes.

CLAUDIO RODRIGUES: Vamos colocar o seguinte, é um acidente possível, difícil de acontecer, quer dizer, os acidentes nucleares são difíceis de acontecer, agora acontecido o acidente, uma pessoa irradiada ou contaminada os sintomas que essa pessoa vai ter são náuseas, são vômitos, são diarreia, quer dizer, nós temos listado aqui vários sintomas que uma pessoa pode ter. Quer dizer, associado a pouca probabilidade de acontecer um acidente de radiação, eu acho que o médico vai, sei lá, listar uma série de outras causas mesmo que ele for codificado como o senhor mencionou, a menos que o paciente procure um médico que está preparado na cidade, somente para atender acidentes com radioatividade. Então essas coisas é normalmente o contrário, quer dizer, os acidentes são normalmente imediatamente conhecidos, e aí imediatamente se trata as pessoas corretamente, quer dizer, esse acidente de Goiânia, o grande problema do acidente foi que decorreu num intervalo de tempo de 10, 15 dias, entre o acidente propriamente dito e a sua...

WASHINGTON NOVAES: Mas não é só na identificação das vítimas, doutor Cláudio, todos os procedimentos posteriores no isolamento e no controle do episódio não estão codificados, não são do conhecimento das pessoas nos Estados, a comissão de energia nuclear pode até saber, agora, não transmite essa informação, não transmite este conhecimento e dificulta o controle por isso. O sigilo dificulta o controle.

CLAUDIO RODRIGUES: Não é sigilo isso, o que se faz na comissão de energia nuclear...

WASHINGTON NOVES: Então é omissão, se não for sigilo é omissão.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, nós fazemos alguma coisa em termos de informação para o público, em termos de palestras para professores de escolas secundárias, são 18 palestras que já foram ditas...

FABIO FELDMAN: Mas, Cláudio...

CLAUDIO RODRIGUES: Mas quem sabe falta...

TONICO FERREIRA: Com licença só um minutinho, eu queria até que a questão do sigilo, professor...

CLAUDIO RODRIGUES: Quem sabe falta um pouco mais de divulgação dessas coisas...

TONICO FERREIRA: Professor...

FABIO FELDMAN: Mas a quem cabe divulgar?

CLAUDIO RODRIGUES: Á própria comissão.

FABIO FELDMAN: Então cabe e atende o que ele falou.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, mas já foram feito isso.

TONICO FERREIRA: Professor, eu gostaria que a questão do sigilo...

FABIO FELDMAN: Se você estivesse feito realmente, nós não estaríamos com essa dimensão. Agora, eu gostaria só de fazer uma observação, que toda vez que nós discutimos a questão nuclear se fala na probabilidade do acidente, eu acho que não é probabilidade que tem que se colocar, mas a magnitude do problema, só o acidente nuclear ele traz uma magnitude tão grande que quando a gente pensa que apenas um equipamento hospitalar causa um tumulto, um trauma nacional, eu acho que é essa a perspectiva, não há perspectiva da probabilidade do acidente, mas a dimensão do acidente. Essa discussão é uma discussão que existia inclusive em toda questão nuclear, em Chernobyl, por exemplo, nunca se imaginou um acidente nessa dimensão, os estudos de probabilidade científicos e feitos por estatísticas, diziam que ele aconteceria em 100 anos, ele não aconteceu em 100 anos como os outros acidentes, então eu acho que não é essa perspectiva da probabilidade, faz favor, mais da questão da dimensão.

TONICO FERREIRA: Deputado, só um minutinho, eu acho que nós vamos voltar, professor, ainda vamos voltar à questão do sigilo, eu acho que a questão do sigilo está ligado ao projeto

nuclear paralelo brasileiro, eu acho que é muitos vícios que vieram exatamente do projeto clandestino da bomba nuclear, mas acho que ainda vamos voltar a esta questão...

CLAUDIO RODRIGUES: Bom, vamos colocar as coisas certas, não existe nenhum projeto clandestino de bomba nuclear...

TONICO FERREIRA: Bom...

CLAUDIO RODRIGUES: Existe uma diferença muito grande de você ter uma competência no Brasil para fazer desenvolvimentos na área nuclear e o que está sendo colocado.

TONICO FERREIRA: Mas nós voltaremos a esta questão ainda, antes eu gostaria de voltar a Goiânia, ao centro de Goiânia aonde estão às câmeras da TV Brasil Central, e de lá fala ao vivo o repórter Luiz Carlos Bourdone.

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Ok, Ferreira, apenas para começar a conversa de agora, registrando uma justificativa do engenheiro nuclear Arlon Costa ao Governador Hélio Gueiros do Pará. O Arlon é de Goiânia, nasceu em Joviânia e não é norte-americano, uma outra informação que interessa ao secretário de saúde Antônio Faleiros, a grande parte da cápsula de Césio acaba de ser removida para um local provisório de recolhimento do lixo, a cápsula está toda lacrada de acordo com as normas da CNEN e acaba de ser retirada da vigilância sanitária, sendo encaminhada para área isolada pelo Governo, para a preparação da embalagem do lixo radioativo. Conosco o reitor da UCG Universidade Católica de Goiás tem uma pergunta a fazer, pois não, professor Pedro Wilson.*

PEDRO WILSON: *A nossa questão principalmente para o jornalista Washington Novaes se refere ao seguinte, à questão da credibilidade, da tranquilidade, a questão do estigma que se abateu sobre Goiânia e aí vai a nossa pergunta: será que nós cidadãos podemos somente confiar nas autoridades oficiais sobre essa questão ou a sociedade civil tem que se organizar e se manifestar não só diante desse caso de Goiânia, mas do Brasil, dadas as possibilidades de novos acidentes, e nós vamos ficar de braços cruzados ou vamos nos organizar e também fiscalizar todo esse programa nuclear brasileiro, e milhares de aparelhos como de bomba de Cobalto, de Césio, de Iídio que estão espalhados no Brasil e não estão sendo fiscalizados pela CNEN?*

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Washington.*

WASHINGTON NOVAES: Bom, eu penso o seguinte, eu penso que o episódio de Goiânia expôs de forma dramática um problema na área da comunicação que é o seguinte. Certamente por força de 21 anos de ditadura, de censura, de sonegação da informação, de deturpação, de mentira, de meias verdades, os meios de comunicação têm hoje uma suspeita permanente em relação à informação oficial, em relação à informação de Governo no Brasil. Todos têm um pé atrás e supõe sempre ou pelo menos admitem a possibilidade de que a informação esteja sendo deturpada, negada ou censurada. Bom, isto pode até ser e até é salutar, mas também coloca e colocou no episódio de Goiânia algumas questões graves, porque em determinados momentos isto também serviu para aumentar o pânico da população. A pergunta colocada pelo professor Pedro Wilson é ótima, eu acho que é preciso haver controles sociais não só sobre o programa nuclear e sobre este tipo todo de problema, como também sobre os meios de comunicação, é uma coisa que falta no Brasil, não há nenhum controle social em relação aos meios de comunicação, controle social não é censura não, controle social é a sociedade ter o direito de determinadas respostas, ela ter algum controle sobre a qualidade da informação que lhe chega. Isto é uma coisa dramática que só a constituinte no Brasil pode resolver, é preciso escrever na constituinte que o direito a informação é um direito da sociedade e que esse direito precisa depois ser regulamentado por leis ordinárias; hoje não há nenhum controle social sobre informação no Brasil, então eu acho que a sociedade tem mesmo que se organizar para fiscalizar o programa nuclear, o programa radiológico, os meios de comunicação e fiscalizar tudo, fiscalizar os Governos, fiscalizar tudo, porque a sociedade é que é a destinatária de tudo, então ela tem esse direito. Agora essa questão se colocou de forma dramática aí em Goiânia.

TONICO FERREIRA: Pedro Néri, aqui de São Paulo, ele faz uma pergunta ao Deputado Feldman que eu acho que vai um pouquinho sobre isso, porque a questão também foi colocada

para o Congresso, a questão está no Congresso agora, pelo menos a questão do lixo atômico, não as outras questões que os Deputados me parecem que acham mais importante. A pergunta específica do Pedro Neri é a seguinte: você poderia abrir uma campanha nacional para proibir e desativar todo o programa nuclear brasileiro e teria o apoio de todo o povo para isso? Você teria até a possibilidade de fazer um plebiscito, existe a idéia de sua parte?

FABIO FELDMAN: Não, nós tentamos uma emenda popular sobre isso em que nós realmente tivemos alguma dificuldade na divulgação e nós conseguimos na comissão de ordem social alguns dispositivos com uma proibição dos reatores nucleares para produção de energia elétrica, exceto para finalidades científicas. Nós garantimos, inclusive, a fiscalização supletiva das entidades civis não governamentais em todas as instalações nucleares, mas nós não conseguimos manter isso no substitutivo do Deputado Bernardo Cabral, por quê? Porque realmente a questão nuclear não desperta interesse de maneira geral e eu devo denunciar aqui que existe um grande lobby nuclear no Congresso Nacional, deputados e senadores do executivos, que têm tentado realmente viabilizar qualquer progresso nessa área. O que nós conseguimos, e eu acho que é muito pouco, é um dispositivo que diz que a energia nuclear será admitida apenas para fins pacíficos submetida ao Congresso Nacional, eu acho que ela não é suficiente, porque muitos daqueles que defende a opção nuclear inclusive em termos bélicos, dizem que a bomba atômica é o instrumento da paz e que, portanto, nós devemos ter a bomba atômica para evitar ataques externos, isso foi me dito pelas altas autoridades militares. Agora, eu acho que o episódio de Goiânia deve refletir na constituinte.

LUIZ CARLOS MENEZES: Isso é puro cinismo, bom que se diga.

FABIO FELDMAN: É cinismo, mas foi dito pela mais alta autoridade militar desse país, e foi me dito realmente sem nenhuma vergonha, se crê nessa possibilidade, ou discussões mesmo como, por exemplo, o reator nuclear em Iperó, em Sorocaba, para submarinos, isso é uma finalidade bélica ou não é bélica? Nós vamos entrar em uma grande discussão e enquanto isso o programa paralelo continua, como ele diz mesmo programa paralelo, paralelo ou não, a semântica que a gente...

LUIZ CARLOS MENEZES: Fabio, vamos colocar aqui...

TONICO FERREIRA: Antes de entrar nessa questão eu gostaria de colocar a vida de Sorocaba, não é só a população de Goiânia que está preocupada e mandando perguntas para nós, professor. Nós estamos recebendo perguntas também de Sorocaba, eu vou ler duas pelo menos que eu recolhi aqui das várias perguntas que nós temos recebidos. Eduardo Mentonni, de Sorocaba, faz a seguinte pergunta: em um país subdesenvolvido onde nada é sério como o nosso, é a pergunta dele, qual o risco do projeto Aramar em Iperó na fazenda Ipanema, quais os riscos para as cidades vizinhas? Outra pergunta de Paschoal Pelegri, também de Sorocaba, ele diz assim: aqui tem uma fábrica de Urânio, a população tem o direito de saber o que pode ocorrer, qual a garantia que a população tem de que não ocorrerá nada? Por que a Prefeitura teve que abrir um processo para que o Governo desse informações sobre o que estava acontecendo lá dentro?

FABIO FELDMAN: Eu gostaria de falar sobre Iperó, inclusive, dizer que nós estamos tentando fazer uma visita em Iperó e garantiram inclusive à imprensa, e que há uma dificuldade imensa com relação a isso. Foi permitido à comissão do meio ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo ir a Iperó, mas desde que se de uma lista de nomes confiáveis a submetidos às autoridades militares, eu quero dizer que o que deveria haver com relação à Iperó ou programa paralelo, aliás, é um absurdo programa paralelo, e eu até gostaria de dizer o seguinte: que na constituinte existe um dispositivo que garante os programas paralelos, que diz que os fundos relacionados com atividades ligados à segurança nacional não serão submetidos ao Congresso Nacional. Em outras palavras o senhor pode ficar tranquilo que seu programa paralelo vai continuar e nós continuaremos no país a ter programas paralelos. Iperó é um exemplo típico, e se ocorrer um acidente em Iperó?

CLAUDIO RODRIGUES: Dá licença agora de eu responder alguma coisa.

TONICO FERREIRA: Acho que o professor Antônio poderia esclarecer sobre a questão de Iperó.

CLAUDIO RODRIGUES: Bom, vamos colocar aqui algumas informações em homenagem ao jornalista, que é a informação correta e a informação verdadeira. Primeiro, vamos definir o que é esse nosso programa de autonomia na energia nuclear que você colocou aqui como programa paralelo e parte da imprensa...

FABIO FELDMAN: O doutor Rex Nazaré colocou o nome no programa.

CLAUDIO RODRIGUES: Ou o Rex coloca, quer dizer, o nome não é muito...

FABIO FELDMAN: Foi ele que deu, não fomos nós.

CLAUDIO RODRIGUES: Não é importante agora. O importante é saber o que nós pretendemos, quer dizer, quando eu falo “o que nós pretendemos”, é o que nós pretendemos, nós, técnicos, cientistas, professores que trabalham nesse programa? É dotar o país de uma competência na área nuclear, quer dizer, queiramos ou não a energia nuclear vai conviver com a gente no futuro, não há como esconder.

LUIZ PINGUELI ROSA: Se nós não fizermos, não vai.

FABIO FELDMAN: Não.

LUIZ PINGUELI ROSA: Coletivamente não.

CLAUDIO RODRIGUES: Não.

LUIZ PINGUELI ROSA: Não é queiramos ou não.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu não quis me expressar dessa maneira, eu acredito que a tecnologia nuclear, e você sabe disso, é uma tecnologia que está aí com vários benefícios.

LUIZ CARLOS MENEZES: A tecnologia, não a energia nuclear necessariamente.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, eu não estou defendendo a energia nuclear para fins de geração de energia elétrica agora nesse programa, se bem que eu acho que daqui a 30, 40, 50 anos, quando se esgotarem as reservas hídricas e não houver nenhuma tecnologia como não há hoje que permita o Brasil ter eletricidade, nós vamos ter que recorrer à energia nuclear.

FABIO FELDMAN: Mas aí já tem fusão aí.

CLAUDIO RODRIGUES: Pode ser que tenha fusão, pode ser que tenha hidrogênio, pode ser que tenha um monte de coisa, mas nós vamos ficar esperando...

LUIZ CARLOS MENEZES: Solar, vento.

CLAUDIO RODRIGUES: Sem tomar nenhuma iniciativa no sentido de capacitar os nossos técnicos e cientistas para que amanhã quando precisar, nós possamos fazer isso no Brasil ou vamos precisar fazer novamente um acordo com a Alemanha?

FABIO FELDMAN: Por que não fazer...

HÉLIO GUEIROS: Doutor Cláudio...

CLAUDIO RODRIGUES: Então esse problema, deixa voltar para atrás aqui...

HÉLIO GUEIROS: A Amazônia tem 70 milhões de kWh à disposição do Brasil.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu sei, provavelmente a Amazônia será uma solução, eu não estou dizendo que a energia nuclear para fins de energia elétrica vá...

HÉLIO GUEIROS: Se nós temos a energia hidroelétrica lá na Amazônia toda nossa, por que comprar da Alemanha reatores?

CLAUDIO RODRIGUES: Eu sei, Governador, o que nós precisamos fazer é o seguinte, se a Amazônia for suficiente para toda a energia que o Brasil precisa.

HÉLIO GUEIROS: Lá não falta água.

CLAUDIO RODRIGUES: Ótimo, por que nós temos a tecnologia, nós sabemos fazer, os brasileiros sabem fazer energia...

HÉLIO GUEIROS: E por que não vamos explorar isso?

CLAUDIO RODRIGUES: Vamos fazer, estamos fazendo.

HÉLIO GUEIROS: Por que vamos com essa idéia de nuclear?

CLAUDIO RODRIGUES: Eu não estou falando no programa núcleo elétrico, eu estou falando no programa nuclear autônomo.

HÉLIO GUEIROS: Eu estou falando nele também.

CLAUDIO RODRIGUES: De ter uma competência no Brasil para, mesmo na área de geração de energia elétrica, se houver necessidades os brasileiros sabem fazer.

ENTREVISTADOR: Cláudio.

CLAUDIO RODRIGUES: O que eu estou voltando aqui é no programa nuclear, esse que nós trabalhamos hoje. O que nós pretendemos fazer...

FABIO FELDMAN: É bom você dizer o IPEM, porque existe uma divisão na verdade que tem que ficar claro ao telespectador, a divisão é uma questão de Angra que é um grupo que defende Angra, que não é o seu grupo.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu estou falando...

FABIO FELDMAN: É o grupo do programa paralelo...

CLAUDIO RODRIGUES: Exato.

FABIO FELDMAN: Muito bom, que vocês pertencem a uma comissão nacional de energia nuclear, existe uma fissura de filosofia no programa nuclear.

CLAUDIO RODRIGUES: Ok, eu estou falando do programa nuclear...

FABIO FELDMAN: Você esta falando no paralelo...

CLAUDIO RODRIGUES: É exatamente que é a autonomia nacional.

FABIO FELDMAN: Quer dizer, necessariamente você não é a favor de Angra?

CLAUDIO RODRIGUES: Necessariamente eu não sou a favor de Angra, está certo.

LUIZ PINGUELI ROSA: Sim, mas o problema...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora deixa colocar o meu ponto de vista.

LUIZ PINGUELI ROSA: Mas é só uma pergunta, por que eu acho que você vai poder respondê-la, autonomia você está colocando aí, ótimo. Agora, o problema é o seguinte, por que o programa é controlado por militares e tem como único objetivo claro um submarino nuclear?

CLAUDIO RODRIGUES: Não.

LUIZ PINGUELI ROSA: E segundo, o que é a razão da perfuração feito na Serra do Cachimbo?

TONICO FERREIRA: Aliás, eu gostaria de perguntar ao Governador...

LUIZ PINGUELI ROSA: Essa é uma questão que está em aberto.

TONICO FERREIRA: Se o Governador tem ciência, foi informado em algum momento o que tem lá dentro do seu território?

HÉLIO GUEIROS: Absolutamente não tem nenhuma informação...

LUIZ PINGUELI ROSA: Bom eu posso...

HÉLIO GUEIROS: E tentei naquela emergência conseguir que alguns Deputados fossem até a Serra do Cachimbo para verificar *in loco* como se diz e não obtive nenhuma autorização.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu posso lhe dar uma informação, Governador, eu fiz parte de uma comissão da sociedade brasileira de física que analisou os dados obtidos sobre a perfuração na Serra do Cachimbo e comparou esses dados com perfurações de um programa Norte Americano de perfurações para explosões nucleares subterrâneas. As dimensões da Serra do Cachimbo se coadunam perfeitamente com essas perfurações para explosões subterrâneas nucleares e não se coadunam com nenhuma outra coisa que se possa imaginar, porque não pode ser para procurar petróleo, para procurar mineral, porque foi feita em uma base da aeronáutica e para lixo atômico é mais estranho ainda, ainda mais vindo de uma base da aeronáutica. De maneira que esse

programa nuclear paralelo não tem toda a história dele contada. Autonomia nuclear é um lado, até esse vamos respeitar, agora, o submarino nuclear tem que se discutir e a hipótese de explosões nucleares tem que se negar.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu concordo absolutamente com você, Pingueli, explosões nucleares têm que se negar, e ninguém está defendendo absolutamente...

LUIZ PINGUELI ROSA: Mas...

CLAUDIO RODRIGUES: Nenhuma atividade nesse tipo. Agora deixa eu falar. O problema é o seguinte, o que se quer fazer em um programa nuclear, esse programa paralelo, autônomo, sei lá qual o nome que se queira dar, é ter no país capacidade para gerar os benefícios da energia nuclear para sua população...

FABIO FELDMAN: Por que não fazer abertamente?

CLAUDIO RODRIGUES: Agora, espera um pouquinho, há 4 anos atrás nós importávamos fontes de Ilídio para a indústria, hoje o IPEM faz...

FABIO FELDMAN: Mas por que não fazer abertamente e discutir com a sociedade?

CLAUDIO RODRIGUES: Mas nós fazemos abertamente para a sociedade...

FABIO FELDMAN: Não é verdade, não é verdade que faz, ele foi anunciado, o próprio nome dado pelo doutor Rex Nazaré, que não foi dado por nós, fala em programa paralelo. Eu quero dizer para você...

CLAUDIO RODRIGUES: O problema é o seguinte, colocar as coisas de outra maneira...

FABIO FELDMAN: Não...

CLAUDIO RODRIGUES: Se nós tivéssemos anunciado em 1980 quando nós começamos a trabalhar em aquecimentos zoto, se nós estávamos trabalhando nessa tecnologia eu garanto para você que nós tínhamos no dia seguinte, nós seríamos forçados a cessar toda a nossa atividade nessa área.

FABIO FELDMAN: Por quê?

CLAUDIO RODRIGUES: Ora você sabe melhor do que eu.

FABIO FELDMAN: Não sei.

CLAUDIO RODRIGUES: Ora, as expressões são tantas que...

FABIO FELDMAN: As expressões não são tantas o que a sociedade quer...

CLAUDIO RODRIGUES: São tantas você sabe que são várias...

FABIO FELDMAN: Não sei você tem que dizer para mim...

CLAUDIO RODRIGUES: E outra coisa, nesse episódio agora de Goiânia, quer dizer, o acidente nuclear foi grave não tenha dúvida nenhuma, mas associa isso ao desenvolvimento de um programa nuclear autônomo, não tem absolutamente nada a ver uma coisa com outra...

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas escuta, Cláudio, porque não se discute...

FABIO FELDMAN: Porque não se dá transparência ao programa nuclear, não se dá...

LUIZ CARLOS MENEZES: Diz emocionadamente, eu posso fazer uma pergunta que você pode considerar e verificar se primeiro você pode responder e se ela não é razoável. Primeiro efetivamente o programa chamado paralelo que é um programa de busca de capacitação autônoma, e eu achava bom que se busque capacitação em tudo, em eletrônica, micro eletrônica, inclusive tecnologia nuclear, então isso está fora de questão. Esse programa é uma das coisas menos transparentes de tantas quantas vivemos no Brasil nos últimos 10 anos onde esse programa se desenvolveu, não sabia direito, onde, com que recursos, pintaram as contas delta 3, várias coisas complicadas que mostram que havia uma cortina de segredo, de polichinelo que fosse, mas há uma cortina de segredo em torno disso, pois bem. A relação entre isso e Goiânia para mim e para boa parte da população é o seguinte, ainda que não se estivesse buscando explosivos nucleares, bombas atômicas, coisa que a gente fica em dúvida porque algumas autoridades militares mais de uma vez dizem: estamos buscando capacitação para isso e não foram admitidas, então se o general falou, o almirante falou, o brigadeiro falou e ninguém

desmentiu, é porque deve ser verdade. Então ainda que não fosse isso, a cortina de segredo, o controle de militar de um programa que se diz civil, nos põe em dúvida se está havendo uma vigilância até do ponto de vista de segurança. Então quando se diz: vai ter instalação nuclear em Iperó, vai ter um reator pequeno, grande, médio, não é essa questão, a população diz: quem está controlando, quem está vigiando isso? Se a coisa é secreta e militar, quem é o civil que vai lá dizer “não se faça, porque isso é perigoso”, porque o militar manda. Então é essa questão colocada.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu vou colocar, o que se faz um Iperó, o que se faz em Aramar, é se colocar em Iperó uma tecnologia que o IPEM desenvolveu e quem vai colocar essa tecnologia em Iperó são os técnicos do IPEM, não existe outro pessoal...

FABIO FELDMAN: Por que o ministério da marinha é responsável pelo projeto?

CLAUDIO RODRIGUES: Mas o ministério da marinha é o gerente...

FABIO FELDMAN: Mas por que o ministério da marinha?

CLAUDIO RODRIGUES: Não sei. Provavelmente o Congresso...

FABIO FELDMAN: Bom, se não sabe você é do IPEM, o Congresso não foi consultado, eu como Deputado...

CLAUDIO RODRIGUES: Não, não foi isso...

LUIZ PINGUELI ROSA: É porque o submarino nuclear é o objetivo...

CLAUDIO RODRIGUES: Provavelmente a marinha quer...

LUIZ PINGUELI ROSA: Não se sabe, o ministério da marinha está interessado no submarino...

CLAUDIO RODRIGUES: A marinha quer no futuro ter uma produção nuclear...

LUIZ PINGUELI ROSA: Provavelmente não, é um programa...

CLAUDIO RODRIGUES: É um programa...

LUIZ PINGUELI ROSA: Espera aí, vamos ser claro...

CLAUDIORODRIGUES: Eu não sou da marinha, Pingueli.

LUIZ PINGUELI ROSA: A informação, não é provavelmente senhor, é um programa de um submarino nuclear sim...

CLAUDIO RODRIGUES: Vamos colocar dessa maneira, a marinha almeja ter uma propulsão nuclear no seu submarino.

FABIO FELDMAN: Perfeito.

CLAUDIO RODRIGUES: Está perfeito, eu acredito que é um...

FABIO FELDMAN: Então a capacitação se dá construindo um submarino, não teria outras maneiras, é isso?

CLAUDIO RODRIGUES: Não, espera um pouquinho, o que se vai fazer é primeiro construir o submarino e depois se estiver capacitação para colocar uma propulsão nuclear nesse navio, por que não a fazer?

FABIO FELDMAN: Porque não verdade você tem outras maneiras, você pode...

CLAUDIO RODRIGUES: Submarino não é arma nuclear, absolutamente arma nuclear, submarino é um veículo...

FABIO FELDMAN: Mas eu quero saber, quero perguntar...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora, a agência internacional de energia atômica não qualifica submarino nuclear ou submarino convencional como arma, o Canadá um é dos grandes países pacifistas com uma democracia excelente...

FABIO FELDMAN: O que eu quero perguntar para você...

CLAUDIO RODRIGUES: Encomendou 20 submarinos nucleares, por quê? Porque ela precisa de submarino nuclear...

FABIO FELDMAN: Agora o que eu quero perguntar para você...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora o Brasil não pode precisar também?

FABIO FELDMAN: Pode, mas eu quero dizer para você, a sociedade deve discutir na verdade...

CLAUDIO RODRIGUES: Deve e está discutindo a partir da constituinte como você mesmo falou, cabe ao Congresso todo o controle da atividade nuclear...

FABIO FELDMAN: Ainda não está...

CLAUDIO RODRIGUES: Mas esperamos que vocês consigam até o fim do ano.

FABIO FELDMAN: Bom, mas estamos tentando se vocês deixarem...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu deixo, está lá nós estamos apoiando essa proposta menor...

FABIO FELDMAN: Não é todo mundo que está apoiando.

CLAUDIO RODRIGUES: Nem todo mundo, eu não posso...

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu vou fazer uma pergunta, porque então o lobby...

FABIO FELDMAN: Você proíbe artefato bélico nuclear de imediato na constituinte, você tem uma grande resistência. Por que não...?

CLAUDIO RODRIGUES: Atividades sem pro...

FABIO FELDMAN: A sociedade brasileira está no progresso da ciência, fez uma emenda popular dizendo o seguinte, proíbe-se a importação, transporte e armazenamento do artefato bélico nuclear, por que não se concorda com isso?

CLAUDIO RODRIGUES: Mas a sociedade brasileira de progresso da ciência também, impôs que as atividades nucleares são para fins pacíficos coordenada pelo Congresso...

FABIO FELDMAN: Não, mas...

CLAUDIO RODRIGUES: É o número 7, Pingueli pode falar, eu estava em Brasília...

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu posso dar...

LUIZ PINGUELI ROSA: A SBPC defendeu com clareza a posição de que, proibir a construção, armazenamento, transporte de artefato nuclear, foi claro.

FABIO FELDMAN: Artefatos bélicos e nucleares.

LUIZ CARLOS MENEZES: E havia um bom objetivo no meio.

LUIZ PINGUELI ROSA: E isso encontrou uma enorme resistência dos setores que estão fazendo exatamente a defesa da viabilidade do programa paralelo, que é uma herança do Governo Militar, uma herança que veio através da transição. Ao que tudo indica é um pacto que deixou intocado esse setor nas mãos dos militares.

HÉLIO GUEIROS: Pingueli

CLAUDIO RODRIGUES: Pingueli, vamos colocar assim, você é um físico...

HÉLIO GUEIROS: Eu quero dizer uma coisa, eu acho uma ingenuidade se pensar que o Brasil faça desenvolvimento dessa técnica nuclear e não chegue à bomba. Claro que vai chegar ou a gente acaba com isso ou vai chegar, é ingenuidade ficar aqui dizendo que não, vai ser só para curar, tirar tumor e tudo, o resto não, vai criar.

CLAUDIO RODRIGUES: E o que o senhor sugere, seu Governador?

HÉLIO GUEIROS: Não, eu estou dizendo, então vamos ter coragem de dizer, a tal transparência...

CLAUDIO RODRIGUES: Existe...

HÉLIO GUEIROS: A tal transparência, se queremos fazer a bomba, vamos dizer para o povo: olha, essas experiências que nós estamos fazendo vão terminar na bomba. Mas não ficar desmentindo...

CLAUDIO RODRIGUES: Não, seu Governador nenhum dos...

HÉLIO GUEIROS: E de leve ali como o Pingueli falou o negócio do paralelo pra cá pra lá, eu acho que o negócio é falar as claras, se estamos querendo fazer a bomba, vamos dizer, vamos fazer a bomba.

Risos.

LUIZ CARLOS MENEZES: A pergunta, Governador, é quem manda no país, é a questão da democracia, se é o Congresso e o Congresso decide que não se vá fazer a bomba...

FABIO FELDMAN: Exatamente isso que eu ia falar

LUIZ CARLOS MENEZES: Não se faça a bomba, agora se essa constituinte é de araque, para falar no português que o povo entende, é de conversa fiada, então vai decidir uma coisa e se vai fazer outra coisa nos bastidores, eu acho que tem que tomar uma decisão clara.

HÉLIO GUEIROS: O problema da Constituição nova não é só estar na letra da lei...

FABIO FELDMAN: É lógico.

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu concordo.

HÉLIO GUEIROS: É preciso ter condição, ambiente para ela ser aplicada, isso de fazer uma condição...

FABIO FELDMAN: Um momento.

LUIZ PINGUELI ROSA: Eu queria uma observação sobre a questão da bomba, eu acho que o problema da bomba não é fazê-la, mas o significado disso, isso é uma loucura, porque a bomba brasileira vai induzir a Argentina a fazer a sua bomba, então nós vamos ter duas bombas: a bomba brasileira e a bomba Argentina e uma só pode ser contra a outra. Porque não há de ser contra os Estados Unidos, União Soviética e a China que a bomba brasileira vai atuar. Então nós vamos ficar é em uma nova dissuasão latina americana, cada um com a sua bomba, eu estive na Argentina, agora a pouco antes desse acidente aliás, em uma discussão da associação física Argentina que tem idêntica preocupação com a sociedade brasileira de física, ou seja, impedir que os senhores militares, nesse sonho megalomaníaco, vão por esse caminho, porque eu concordo com o Governador sim, no fundo, por trás de tudo isso a gente nota, como disse o Menezes, em declarações de Ministros, militares, etc., que há aquele desejo natural até de um profissional militar de ter o máximo poder que é a bomba. O que é uma insanidade do ponto de vista da segurança territorial do Brasil, porque é uma arma que não serve para nada, exceto para o suicídio coletivo.

LUIZ CARLOS MENEZES: Pingueli...

CLAUDIO RODRIGUES: Pingueli.

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas se transforma em algo.

CLAUDIO RODRIGUES: Ninguém, o problema é o seguinte, nós temos de acreditar em alguma coisa nesse país...

FABIO FELDMAN: Na CNEN não dá por que...

Risos.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que nós temos que acreditar na CNEN...

FABIO FELDMAN: Começa...

CLAUDIO RODRIGUES: A CNEN tem 31 anos de atividade e tem prestado serviços...

FABIO FELDMAN: Só os membros da CNEN acreditam nela...

CLAUDIO RODRIGUES: Não senhor...

FABIO FELDMAN: Porque 140 milhões de brasileiros não acreditam.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu espero que você nunca precise dos benefícios da energia nuclear.

FABIO FELDMAN: Eu espero na verdade nunca precisar dos benefícios da CNEN, isso sim.

CLAUDIO RODRIGUES: Eu espero que você nunca precise, não, os benefícios da energia nuclear nesse país estão associados à CNEN.

FABIO FELDMAN: A que custo?

CLAUDIO RODRIGUES: Ao custo que a sociedade está aí para ver.

FABIO FELDMAN: Mas a sociedade não discute detalhes...

CLAUDIO RODRIGUES: Mas a hora que você está vendo um médico de aplicar um Iodo, te aplicar uma medicina, na hora que o industrial vai fazer uma...

FABIO FELDMAN: O exemplo...

CLAUDIO RODRIGUES: Ou você acha que os nossos aviões tem que ir para o exterior para fazer uma gramagrafia internacional ou o Brasil tem que continuar importante Iodo ou Irídio...

FABIO FELDMAN: Olha, não, o que eu quero dizer para você é que...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que nós temos de fazer isso no país se nós temos competência, agora nós não podemos com a imagem de amanhã vir a fazer uma bomba, cruzar os braços e ninguém mais fazer nada...

HÉLIO GUEIROS: Eu devia ter colocado...

FABIO FELDMAN: O que eu quero...

CLAUDIO RODRIGUES: Eu acho que a gente tem de fazer competente, ter uma competência nesse país para desenvolver tecnologia de ponta. Seja ela nuclear, seja informática, biotecnologia...

FABIO FELDMAN: Tudo bem...

CLAUDIO RODRIGUES: Agora não podemos por na frente um temor que essa tecnologia vai ser usada para arma atômica, isso não está correto o congresso...

FABIO FELDMAN: O que o senhor acharia...

LUIZ CARLOS MENEZES: Podemos creditar o desejo da sociedade de ser informada.

CLAUDIO RODRIGUES: Claro, correto.

LUIZ CARLOS MENEZES: Isso nós podemos colocar.

CLAUDIO RODRIGUES: Tem que colocar, está perfeitamente claro.

FABIO FELDMAN: O que eu quero...

CLAUDIO RODRIGUES: Cabe ao Congresso o controle a fiscalização das atividades nuclear do país, se o Congresso não consegue fazer isso, então o Brasil está ruim.

FABIO FELDMAN: Mas em primeiro lugar eu quero dizer para você que isso aqui não está em vigor ainda, em primeiro lugar tem que deixar isso claro para...

CLAUDIO RODRIGUES: Nós estamos trabalhando para entrar em vigor.

FABIO FELDMAN: Nós estamos trabalhando não, o que eu quero dizer é que isso não está claro até agora, permanece a Legislação autoritária que diz que, inclusive na lei, no texto explícito da lei, que existem algumas normas que são de caráter ultra confidencial e sigiloso, se você quiser eu lhe mando a lei que você deve conhecer melhor do que eu, agora...

WASHINGTON NOVAES: Fabio, deixa acrescentar ao seu raciocínio o seguinte, com o episódio de Goiânia em pleno andamento, o Ministro do Exército deu uma declaração publicada pelo jornal do Brasil dizendo o seguinte: o episódio de Goiânia não afetara o programa nuclear brasileiro, nada afetará o programa nuclear brasileiro e mais, tudo o que se está dizendo é apenas por questão de desinformação, porque o público não tem informação. Agora, é uma contradição você colocar que o público não tem informação quando a falta de informação vem exatamente de lá, primeiro lugar, e em segundo lugar dizer que nada impedirá o programa nuclear, como nada? E o Congresso, e a sociedade brasileira e as forças da sociedade brasileira?

FABIO FELDMAN: Eu só queria continuar dentro do raciocínio dele e dizer o seguinte, que o país tem que ter capacitação tecnologia? Tem. O que nós vamos discutir é como, se é na Universidade ou no Ministério da Marinha? É essa a grande diferença.

CLAUDIO RODRIGUES: Mas não é no Ministério da Marinha, você que no Ministério da Marinha tem cientista para fazer alguma coisa na área nuclear, Fabio.

LUIZ PINGUELI ROSA: O Fabo. Cláudio, espera aí, eu tenho certeza disso, para se trabalhar na área reservado do IPEM Ministério da Marinha, precisa assinar um termo de compromisso e fidelidade com a segurança nacional, isso é verdade.

CLAUDIO RODRIGUES: Não.

LUIZ PINGUELI ROSA: Mas é uma coisa militar, é militar o negocio do submarino é militar.

CLAUDIO RODRIGUES: O que existe...

LUIZ PINGUELI ROSA: Gente, vamos deixar claro que isso é uma grande responsabilidade, os físicos que contribuíram para a bomba atômica no projeto Manhattan pagaram o peso dessa consciência pelo resto da vida. Movimento do Pro guaxe, do Einstein, do Mertanru, eu chamo a atenção disso, nós estamos talvez em um dilema na América Latina, a América Latina é o único continente sem bombas nucleares e a responsabilidade do Brasil nisso é muito grande, eu acho que a autonomia nuclear que o Cláudio defende tem que ser colocada.

CLAUDIO RODRIGUES: Perfeito.

LUIZ PINGUELI ROSA: Tudo bem o IPEM os institutos de pesquisas sobre controle civil.

FABIO FELDMAN: A Universidade.

CLAUDIO RODRIGUES: A Universidade, claro o programa está integrada na Universidade.

LUIZ PINGUELI ROSA: Olha, tirar a CNEN, olha que o problema é muito simples, vamos ver porque não escolhe tirar a CNEN do conselho de segurança nacional.

FABIO FELDMAN: Perfeito.

LUIZ PINGUELI ROSA: Para que a CNEN no conselho de segurança nacional se não é ilimitado o projeto, tirar também o projeto do controle da marinha, da aeronáutica e agora do exército que também quer fazer. Vamos deixar claro, senhores, se um projeto é controlado pelo conselho de segurança nacional e pela casa militar e executado pelas forças armadas, ele é militar por definição, porque força armada e casa militar é militar, o nome indica.

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas eu quero registrar uma coisa que acho que vai passar despercebido...

TONICO FERREIRA: Só um minutinho, Menezes, é que nós temos que fazer um pequeno intervalo agora, inclusive o nosso programa hoje está mais cumprido do que normalmente devido ao debate...

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas eu queria fazer um registro importante.

TONICO FERREIRA: Mas vamos fazer um rápido intervalo, nós já voltamos já, já com a pergunta do Menezes. Hoje *Roda Viva* debatendo o acidente de Goiânia, nós voltamos já, já.

(intervalo)

TONICO FERREIRA: Nós voltamos ao programa *Roda Viva* hoje debatendo o acidente de Goiânia. Eu gostaria de retomar esse bloco do nosso programa com várias perguntas de telespectadores de Goiânia que estão assistindo o nosso programa ao vivo e que estão ainda com muitas dúvidas sobre aspectos da contaminação, inclusive gostaria de começar por uma carta, por uma pergunta que nem bem é uma pergunta, é mais um desabafo, é da Hélia de Souza perguntando se já está sendo estudado um meio urgente de se acabar com a discriminação dos Goianos, diz ela aqui que já não estão sendo recebidos em hotéis, em outras cidades e outras coisas mais. Mais perguntas específicas dos Goianos, Sérgio Manoel pergunta quanto tempo a região contaminada vai ficar isolada? Perguntas todas para o secretário da saúde. Pergunta também de Tereza Carbonari: se a chuva que cai em Goiânia pode levar essa contaminação para outras regiões, para outros lados, para outros bairros de Goiânia? Uma outra pessoa já não de Goiânia, agora de Diadema, Sueli pergunta: quais são os sintomas da contaminação do Césio ou de qualquer outro elemento radioativo? E a Mirian Ferraz, de Divinópolis, ela diz que está grávida de 4 meses, esteve em Goiás na semana passada, passou pelo aeroporto e ela quer saber como faz para medir no corpo dela, ela está grávida de 4 meses, como medir no corpo dela o grau de radiação que ela poderia ter? E a pergunta final, que eu acho que resume tudo isso, é do Marcos de Freitas de Sorocaba aqui em São Paulo, também em Sorocaba está muito preocupado

com essa questão por causa da Usina que está ali sendo instalada, pergunta o Marcos se existe algum aparelho financeiramente acessível à população que possa detectar a radiação de pessoas e de objetos? Acho que o secretário da saúde pode nos responder, pelo menos parte dessas perguntas.

ANTÔNIO FALEIROS: Bom, eu acho que precisa ser feito aí uma distinção entre a pessoa que ficou contaminada ou impregnada e a pessoa que foi irradiada. Então essas pessoas que tiveram contato diretamente com o pó radioativo que foi espalhado em Goiânia, essas pessoas manipularam então ficaram com as mãos, com as vestes, com a pele contaminada, impregnada de material radioativo, essas pessoas além dos danos naturais que sofrem a sua saúde por causa da radioatividade, elas também além de radiar outras pessoas, elas podem passar aquele material, aquele pó para essas outras pessoas. Então esse é a pessoa que foi impregnada ou contaminada. E a pessoa que passou próximo de uma fonte, essa pessoa foi apenas irradiada, ela pode ter algum dano a sua saúde, mas ela não repassa essa irradiação para mais ninguém. Bom, então essas pessoas que foram que manipularam essa fonte, são as únicas pessoas e já é um número reduzido de pessoas que não tem mais, porque ficou restrito aquele grupo de pessoas, quer dizer, restringiu-se aquele grupo de amigos e de amigos íntimos, de parentes, familiares, então não existem mais pessoas contaminadas. Ai eu quero colocar isso, para que todo o Brasil saiba que os goianos não têm como contaminar ninguém, quer dizer, não tem, qualquer pessoa pode sair do Estado de Goiás em absoluta tranquilidade, pode receber qualquer goiano que não tem absolutamente nenhum risco de se contaminar, o grupo de pessoas contaminadas já está bem definido, não tem outras pessoas contaminadas, tanto é que depois que se descobriu o acidente de 15 dias para cá, não existe mais pessoas com sintomas e, normalmente, os sintomas começam a aparecer nessa fase. E os primeiros sintomas, já que houve a pergunta, são justamente esses sintomas mais leves de náuseas, vômitos, diarreia, tonteira até queda de cabelo e aí surgindo sintomas mais graves no caso de uma contaminação mais séria ou de uma dose mais maciça de radioatividade. Com respeito ao problema da chuva, eu acho que nós já respondemos parcialmente essa questão aqui, devido à característica de cada local aonde esse pó foi derramado pouco dele, poucos locais ele ficou a céu descoberto, aonde não existe um fluxo de drenagem que possa levar esse material para as regiões, para os nossos mananciais e a penetração desse material no solo, dependendo inclusive do solo que naquele local é argiloso, tem uma certa aderência as argila pelo Césio, então ele não vai até profundamente o que dificulta nesse caso é que vai ter que se aprofundar a retirada dessa quantidade de terra para que se retire todo esse material, porque uma das questões colocadas que nós devemos exigir é que a área fique dentro das normais reconhecidas internacionalmente em termos de back ground de radiação. E a outra questão da grávida, ela passou no aeroporto, quer dizer, eu acho que ela não deve fazer exame nenhum, não tem absolutamente menor risco, quer dizer, a área contaminada da cidade é completamente diferente, é uma área restrita e não existe radiação em Goiânia, vamos voltar aqui e colocar bem claro isso aí, uma área contaminada de mais ou menos 2 mil metros quadrados, em uma região, em uma cidade de praticamente 29 milhões de metros quadrados...

WASHINGTON NOVAES: 929.

ANTÔNIO FALEIROS: 929 milhões de metros quadrados, quer dizer, então não há absolutamente risco nenhum para ninguém visitar Goiânia ou passar em Goiânia, a não ser nas áreas que estão isoladas, naquela população restrita naquelas áreas, não há absolutamente nenhum risco. Agora, com respeito ao tempo que esse material vai ficar lá, é claro que depende de certas questões ou de certas dificuldades inerentes ao local onde está o material, por exemplo, nós já tivemos dificuldades de aquisição de tambores que dificultou e que atrasou, tivemos dificuldades em conseguir essa área intermediária que também atrasou um pouco o serviço, agora com a área resolvida, com a questão dos tambores resolvido, esse material vai ser rapidamente retirado, dependendo da dificuldade, da particularidade ou peculiaridade de cada local, por exemplo, existe local em Goiânia que provavelmente uma casa terá que ser demolida, essa casa toda se transforma em lixo atômico. Então, quer dizer, são mais material, maior quantidade de volume de material radioativo, isso então é uma característica de cada lugar, mas

acreditamos que com a área escolhida o centro da nossa capital vai ficar livre logo desse material radioativo.

TONICO FERREIRA: Secretário, antes dos físicos responderem a pergunta também dos telespectadores sobre o aparelho facilmente comprável que pudesse medir a radioatividade, eu gostaria de ler duas perguntas e uma questão que também me assustou um pouco, porque parece que o Governador de Goiás, segundo as duas perguntas de Fábio Malaquini e de José Maria de Goiânia, Fábio Malaquini aqui da Casa Verde, de que o Governador teria encomendado ao arquiteto Niemayer e ao paisagista Burle Marc fazer um monumento as vítimas do acidente, e as duas perguntas são na mesma direção, se esse dinheiro não teria um direcionamento melhor no atendimento às vítimas do acidente?

ANTÔNIO FALEIROS: O problema não é de homenagem as vítimas, a questão é a seguinte, a questão é que foi por sugestão de um conhecido artista goiano, Cirlon Franco, para que se fizesse um monumento mais para que novas gerações que o sucederem não esquecer dessa negligência que houve nesse acidente, isso é para lembrar, para ficar na memória de todos nós que houve negligência em um acidente grave como este que aconteceu em Goiânia e não haverá por parte do Governo absoluto gasto nenhum, porque foi uma proposta para se fazer com a sociedade civil participando na construção desse monumento.

TONICO FERREIRA: Bom, eu gostaria de fazer mais, antes os físicos, eu gostaria que os físicos respondessem ainda a questão sobre se existe esse aparelho que possa medir a contaminação no corpo humano?

LUIZ CARLOS MENEZES: Primeiro, não existe aparelho nenhum...

TONICO FERREIRA: Um aparelho de baixo custo evidentemente.

LUIZ CARLOS MENEZES: Não existe aparelho nenhum para verificar se alguém foi irradiado, isso não existe. Se o sujeito foi irradiado ele tem o mesmo aspecto e tudo mais, a menos que radiação seja tão grande que o cara morre ou coisa do tipo, então você sabe que ele foi irradiado. Se você pega uma leucemia por irradiação ou por um processo químico, você não sabe distinguir, então não há como verificar se foi irradiado. Agora, o que há sim é verificar se você está sendo irradiado, aí existe um aparelho muito barato, é um filme, um pequeno filme guardado em uma capa que à luz não o impressione, dentro de uma cápsula de plástico negro que você porta esse filme, se você pensa que pode estar você tendo risco de se irradiar, você carrega esse filme, a radiação atravessa esse plástico negro e marca o filme, você revela depois, quer dizer, leva para um organismo, o IPEM é capaz de revelar...

TONICO FERREIRA: Mas isso é uma coisa comprável em lojas?

LUIZ CARLOS MENEZES: Isso é uma coisa que a comissão nacional de energia deveria fornecer a todas as pessoas da região que tenham o risco de poder estar sendo irradiada.

CLAUDIO RODRIGUES: Não, e a comissão fornece a todas as pessoas que manuseiam material radioativo, quer dizer, o IPEM tem não sei quantos clientes, eu não posso agora afirmar com segurança se esses clientes portam esses filmes que trabalham com substância radioativa, esses filmes são revelados não são só filmes, são também cristais, que são usados normalmente por todas as pessoas que manuseiam radiação.

TONICO FERREIRA: Mas nas vizinhanças onde houve o acidente será distribuído?

CLAUDIO RODRIGUES: Nas vizinhanças exatamente respondendo, poderá ser tranquilamente distribuído e para acompanhar ao menos durante esse período em que se faz a descontaminação, daqui a 2, 3 meses quando essa descontaminação terminar, não há razão nenhuma em se portar dosímetro, provavelmente na região onde o lixo ou o resíduo vai ser localizado, pode-se colocar alguns dosímetros para acompanhar qualquer eventualidade dentro dessa região.

LUIZ CARLOS MENEZES: Existe um outro aparelho, só para completar a explicação, existe um aparelho para doses altas de radioatividade, existe um contador, um contador gáuger, pode dizer equivalente, que verifica que há uma dose e medem essa dose, são aparelhos muito caros que tem que ser manuseados com cuidado, eles se cobram rapidamente, aliás, eu ouvi algumas

denúncias que parte dos aparelhos usados lá chegaram quebrados lá em Goiânia e esses aparelhos são caros e não são para o uso da população em geral, são só para situações de altíssima radioatividade, não há que se pensar em adquirir uma coisa dessa.

LUIZ PINGUELI ROSA: É uma diferença importante nisso daí, o filme ele vai registrar se o sujeito foi exposto, mas é impossível ele saber onde foi, mas obviamente que o filme vai acumulando...

LUIZ CARLOS MENEZES: Claro.

LUIZ PINGUELI ROSA: De maneira que para vasculhar o filme obviamente não serve...

LUIZ CARLOS MENEZES: Não serve.

LUIZ PINGUELI ROSA: Teria que ter realmente detector, eu acredito de detector pela população, não seria viável economicamente nem tecnicamente, agora, eu acho importante que se concentre um esforço de dotar as autoridades públicas, a CNEN já em ação no local, forças públicas do tipo militares, etc., do maior número de equipamento possível, de gente treinada para em um plano muito bem esquematizado varrer essa cidade a pé, e isso sim é outra história.

CLAUDIO RODRIGUES: Sim, isso é possível.

TONICO FERREIRA: Eu gostaria agora de voltar ao centro de Goiânia, e através dos nossos monitores receber mais uma pergunta dos moradores que estão acompanhando o debate lá dá Praça Cívica de Goiânia. Então Luiz Carlos Bourdone ao vivo de Goiânia.

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Tudo bem, Ferreira, ao nosso lado um estudante Universitário, como é que o senhor chama?*

Eurípedes: Eurípedes.

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Eurípedes. Qual a sua pergunta?*

EURÍPEDES: *Eu queria me dirigir ao senhor secretário, quais são as garantias que a população terá para que tal fato não se reincidenta no futuro em Goiás?*

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Ao meu lado temos também o diretor da associação comercial e industrial do Estado de Goiás, o senhor Ivo Boarreto, qual a pergunta, senhor Ivo?*

IVO BOARRETO: *Eu gostaria primeiro de fazer um adendo às explicações que os nossos companheiros jurados estão lá fazendo nesse programa. Se a gente lembrar que um quarteirão quadrado de 100 metros de cada lado, tem aproximadamente 10 mil metros quadrados e que a área total de Goiânia contaminada tem aproximadamente 2 mil metros quadrados, ou seja, um quinto de um quarteirão quadrado, e que apenas 12,8 gramas de cloreto de Césio se encontraram esparramados nesses locais, a probabilidade de extermínio disso, já totalmente controlada, isso nos traz uma segurança tranqüila, por outro lado nós aqui temos que atestar como goianos que aqui residimos, que existe no povo goiano e os de residente em Goiânia, algum certo esclarecimento de algumas pessoas, então com isso nós temos que atestar primeiro que nós inclusive ficamos muito surpresos, lamentavelmente em uma circunstância dessas com a eficiência da CNEN, muito surpresos porque nós não esperávamos que o Brasil, apesar de paupérrimos ainda nesse plano de energia nuclear, tivesse uma equipe tão apta e tão prestimosa como foi a equipe da CNEN que está e esteve. Em segundo lugar, levar ao povo do resto do Brasil que lamentavelmente nós não tivemos apoio de qualquer tipo de autoridade a não ser do nosso Governador de Estado e seu secretariado, que junto com a CNEN se preocuparam e estão tentando resolver o problema e que não existe nenhum perigo de contaminação, nós com esse mínimo esclarecimento que temos desta energia que está ainda sob controle, nós dissemos o seguinte: nós não somos suicidas de estar aqui hoje conhecendo um pouco do problema, de estar permanecendo com as nossas famílias, com os nossos filhos, com os nossos amigos, em uma cidade onde o Brasil inteiro acha que está totalmente contaminada. Não existe nada disso...*

LUIZ CARLOS BOURDONE: *Qual a pergunta.*

IVO BOARRETO: *Os nossos produtos não estão contaminados, não existe nada disso. Eu gostaria de terminar o meu objetivo dizendo o seguinte: uma pergunta a qualquer dos físicos*

que estão aí. Qual é o ponto de referência no qual se baseiam hoje, vamos dizer assim, a imprensa nacional para dizer que os produtos goianos de qualquer ordem estejam com problema de contaminação?

LUIZ CARLOS BOURDONE: A mesa responde.

TONICO FERREIRA: Bom, eu gostaria então que alguns dos físicos aqui presentes respondessem essa questão que foi nos enviada de Goiânia.

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu acho que não há...

LUIZ PINGUELI ROSA: Não há essa, eu acho que isso não existe, não há nenhuma condição de se afirmar que os produtos goianos estão contaminados. Eu acho que isso não tem nenhuma base, não há, eu acredito sequer essa imagem é preciso desfazê-la, é preciso resolver o problema de Goiás e não estigmatizar absolutamente a população e a cidade seria um absurdo completo, eu acho que a nossa função, aliás, a sociedade brasileira de física na nota que foi até publicada ao jornal de Goiânia e por extenso e no Brasil nós a divulgamos, teve o máximo cuidado de prestigiar os técnicos que trabalharam da CNEN e recomendando que a população seguisse as suas orientações que era possível minimizar os riscos dessa forma e não contribuir para um pânico e o desespero que isso não contribui para nada.

TONICO FERREIRA: Eu tenho aqui duas perguntas ao Governador Gueiros que está participando aqui do nosso debate também. Uma é de Tiago Barbosa, de Ribeirão Preto, aqui em São Paulo, ele pergunta: quando surgiu e como surgiu a questão da Serra do Cachimbo, o que é a Serra do Cachimbo e qual é esse projeto secreto que o Governo faz lá, para que serve? Enfim, pergunta sobre a Serra do Cachimbo. E a outra pergunta ainda ao Governador do Pará, ele pergunta: o senhor propôs utilizar o potencial hidráulico da Amazônia para produzir energia, então ele pergunta se isso não causará um desequilíbrio ecológico mundial muito mais danoso do que esses acidentes nucleares? Por favor, Governador.

HÉLIO GUEIROS: Quanto a Serra do Cachimbo, o que eu sei é que ali é um ponto estrategicamente privilegiado, porque quando pouca gente falava na Amazônia, foi ali que as forças armadas especificamente a força aérea brasileira colocou uma base de operações por isso que eu me espantei com um local tão estratégico a ponto de quase ninguém falar na Amazônia, as forças armadas fazerem lá uma base, fosse usar para depósito, para lixeira do Brasil. Não dava para entender como de uma geração para outra, de uma década para outra, se deixar de ser um ponto privilegiado para virar uma lixeira, agora, se existe lá explosivos nucleares, campo de experiências, isso aí não pergunte ao Governador, porque o Governador não sabe, não foi avisado, não foi comunicado, o que também não deve ser coisa muito estranhável, pois também não me comunicaram previamente que a decisão inicial da comissão era para o Pará ser depósito de lixo. Então já existe uma tradição de não se comunicar nada para o Pará e nem para os paraenses, como se aquilo fosse uma terra sem autoridade constituída, etc.

TONICO FERREIRA: O senhor pretende pedir alguma informação sobre isso?

HÉLIO GUEIROS: Claro e eu quero lhe dizer até aqui já que estamos falando com o nosso Deputado, a intenção de alguns Deputados paraenses de instalarem uma comissão parlamentar de inquérito, porque eles têm livre acesso a qualquer dependência pela constituição, já a Assembléia Legislativa do Estado que quis fazer isso, ela iria encontrar certos obstáculos de ordem jurídico constitucional e preferiu passar a população...

FABIO FELDMAN: Já instalou uma comissão parlamentar.

HÉLIO GUEIROS: Então nós estamos lá tratando desse problema e verificar realmente o que existe lá na Serra do Cachimbo.

LUIZ CARLOS MENEZES: Governador, por falar em Serra do Cachimbo, programa secreto e parlamentar, eu acho que isso me chama atenção para fazer um registro importante, certamente a Serra do Cachimbo foi feita para teste nuclear, todas as análises mostram que aquele buraco feito ali não servia para outra coisa, se vão fazer ou não os testes lá, essa é uma outra questão, espero que não. Agora, nesse sentido eu acho que esse programa foi muito importante, quer dizer, ao meu lado está o professor Cláudio Rodrigues que dirige um dos

maiores, certamente o maior centro de pesquisa no Brasil, ele se declarou aqui contra a produção das bombas, por uns momentos autônomo, absolutamente pacífico, pelo controle do Congresso Nacional ao programa nuclear e pela transparência que é o que garante a segurança nisso. Então eu chamo a atenção dos parlamentares que quem dirige o maior centro nuclear está dizendo isso, que se algum outro está fazendo pressão no sentido oposto, é um aventureiro, não tem que ser respeitado qualquer outro pressão, o negócio é não as bombas, por um programa estritamente pacífico, pelo controle do Congresso Nacional nas atividades e por completa transparência. Então, veja, se quem dirige um grande instituto diz isso publicamente na televisão, quem estiver fazendo pressão contra isso é aventureiro, não tem que ser respeitado, isso é o meu recado aos constituintes.

LUIZ PINGUELI ROSA: Mesmo que seja fardado.

LUIZ CARLOS MENEZES: Mesmo que seja fardado.

HÉLIO GUEIROS: Eu queria... Deixa terminar que ainda não terminei da segunda pergunta. Nessa história eu já dei minha opinião, que eu acho que isso vai, um certo tempo chega até a bomba, é o caso de dizer, como disse Paió, eu num creio em las bruxas, mas elas existem. Agora com relação ao potencial hidroelétrico, quero dizer que o Pará tem energia hidroelétrica para dar, não é nem para vender, é para dar ao resto do Brasil. E é incrível como uma região que tem rios de grande potencial, agora o Xingu já devidamente estudado 17 milhões de kW, seria a maior usina hidrelétrica...

LUIZ CARLOS MENEZES: Não pode ser feito nem como Tucuruvi, nem como Balbina e nem como Samuel.

HÉLIO GUEIROS: Do mundo, espera aí que nós vamos chegar lá, do mundo nós não estamos usando e ficamos pensando nessas aventurazinhas...

LUIZ CARLOS MENEZES: Mas, Governador...

HÉLIO GUEIROS: Espera aí, deixa terminar... nuclear, e ainda mais em uma hora em que todo mundo está vendo que vai entrar em horário de verão, que não tem energia aqui, não tem energia no Nordeste, se gasta dinheiro em fazer hidroelétrica no Nordeste onde a água acaba, e não se faz no Pará onde a água não acaba e olhe lá Tucuruvi, se gastou em Tucuruvi 6 bilhões de dólares para produzir 3 milhões de kW. Se se gastar mais 600 milhões de dólares, se produz 7 milhões de kW. Mas ninguém gasta esses 600 milhões, a água...

WASHINGTON NOVAES: Mas ninguém repara muito...

HÉLIO GUEIROS: Eu acho que desastre por desastre, não tem um pior...

WASHINGTON NOVAES: Neste momento está sendo, fecharam as comportas de Balbina, contrariando para sempre a secretaria do meio ambiente da presidência da república.

HÉLIO GUEIROS: Olha, 12 gramíneas, olha o estrago que está sendo feito.

FABIO FELDMAN: O que eu queria, Governador...

HÉLIO GUEIROS: E hidroelétrica, qual foi o problema que já houve...

WASHINGTON NOVAES: Foi um desastre ecológico.

HÉLIO GUEIROS: O que houve foi em Suriname, por que...

WASHINGTON NOVAES: E Samuel é outro desastre ecológico.

HÉLIO GUEIROS: Isso é arrumação de quem quer...

WASHINGTON NOVAES: Não é arrumação não.

FABIO FELDMAN: Eu só queria fazer um registro, Governador, que...

HÉLIO GUEIROS: Não, espera aí, deixa terminar. Então eu quero dizer que muito menos perigosa é a utilização do potencial de energia hidroelétrica e não esse potencial da energia nuclear.

WASHINGTON NOVAES: Eu também concordo, mas não com desrespeito ao meio ambiente que está sendo feito.

HÉLIO GUEIROS: Mas quem é que está falando em desrespeito?

WASHINGTON NOVAES: Mas neste momento eu estou lhe dizendo, a usina de Balbina fechou as suas comportas, contrariando todos...

HÉLIO GUEIROS: Pelo menos na hidroelétrica, todo mundo vê, todo mundo acompanha e nesse negócio de nuclear é tudo assim, por baixo do pano.

FABIO FELDMAN: Eu só queria fazer registro...

WASHINGTON NOVAES: Não, todo mundo vê não.

HÉLIO GUEIROS: Ao passo, meu amigo, que a usina hidrelétrica está na cara de todo mundo, pra ver...

WASHINGTON NOVAES: Tem que ter transparência também.

TONICO FERREIRA: Governador, foi confirmado a utilização da Serra do Cachimbo, daquelas instalações para algum tipo de teste nuclear, se isto, se o senhor conseguiu essa informação que está sendo contestada aqui pelo técnico da CNEN que está aqui presente, se for consubstanciado isso, qual atitude que o senhor vai tomar? Porque afinal só por levar o lixo atômico, o senhor publicou cartas no país inteiro.

HÉLIO GUEIROS: Não, mas eu fiz o apelo, porque eu acredito que o presidente Sarney é um homem sensível e razoável, e eu sabia que ele ia entender e compreender a nossa argumentação, agora com relação à transformação lá de campo de experimento, quero dizer, que paralelamente ao apelo, o Governo do Estado do Pará fez estudos de ordem jurídica, e é mais do que claro pela constituição atual, que não é lá grandes coisas, mas nessa constituição atual a autonomia do Estado é garantida e eu teria condições de baixar um decreto que passaria em qualquer tribunal do Brasil proibindo qualquer tipo de exploração e experiência nuclear, é perfeitamente constitucional e jurídico. O que aqui no Brasil, é o país dos fatos consumados, todo mundo tem o negócio, não, deixa, não adianta papelada, não adianta tu fazeres isso, e as coisas vão acontecendo, vão fazendo, os fatos vão se consumando e ninguém se mexe.

FABIO FELDMAN: Só...

HÉLIO GUEIROS: Eu acho diferente, eu enquanto puder gritar, berrar, lutar e fazer alguma coisa em defesa do meu Estado, eu faço, não interessa que alguém venha comigo e diz que não adianta nada, vai perder seu tempo, até agora não perdi.

FABIO FELDMAN: Eu só queria fazer um registro, Governador, que é a questão das hidroelétricas da Amazônia, que é algo muito sério e que tem que ser discutido com a nação brasileira como um todo...

WASHINGTON NOVAES: Também os restos nuclear...

FABIO FELDMAN: Existe um projeto chamado projeto 2010, que propõe um dado...

HÉLIO GUEIROS: E por que vocês não discutem quando fazem aqui o Itaipu, o Itu, etc.? Não tem nada de ouvir abóbora, agora quando fala do Amazonas é preciso o estudo da sociedade...

TONICO FERREIRA: Fora do nosso debate aqui, nós vamos voltar ao...

Risos.

HÉLIO GUEIROS: Agora, quando fazem aqui com binacional mudando até questão de frequência e tudo, não tem sociedade, agora falou para a Amazônia, espera aí a Amazônia tem que estar lá guardadinha, lacrada, aquilo é para uso posterior...

FABIO FELDMAN: Eu só queria falar para o senhor, não é verdade...

HÉLIO GUEIROS: Do Brasil, essa não...

FABIO FELDMAN: Governador, o que nós queremos inclusive está no projeto do futuro texto constitucional, é que...

HÉLIO GUEIROS: Futuro texto constitucional, toda semana tem um...

FABIO FELDMAN: Que todos os projetos...

HÉLIO GUEIROS: Quero dizer qual é o texto, toda semana o Congresso Nacional...

FABIO FELDMAN: Não é verdade, o senhor está mal informado...

HÉLIO GUEIROS: Não, eu estou bem informado.

FABIO FELDMAN: O que está em votação é um só.

HÉLIO GUEIROS: Não, não estou não.

FABIO FELDMAN: Agora, o que eu queria dizer para o senhor é o seguinte, que existe um dispositivo que todos os grandes projetos de hidroelétricas e tal, serão submetidos ao Congresso Nacional, não só na região Norte como em toda região do país. É isso que eu gostaria de dizer.

HÉLIO GUEIROS: Mas o que o Congresso Nacional tem a ver com isso?

FABIO FELDMAN: Tem a ver tudo.

WASHINGTON NOVAES: Eu gostaria de voltar à questão nuclear.

HÉLIO GUEIROS: Então, agora o Congresso vai eleger chefe de Governo, vai fazer tudo no Congresso Nacional.

FABIO FELDMAN: De jeito nenhum, mas...

LUIZ CARLOS MENEZES: Eu queria voltar à questão nuclear, que uma questão não foi coloca aqui.

HÉLIO GUEIROS: A usina nuclear no Congresso Nacional, lixo atômico no Congresso Nacional, Parlamento, vai ser tudo no Congresso Nacional.

TONICO FERREIRA: Governador, por favor, doutor Menezes tem a palavra, por favor! Eles não me ouvem.

LUIZ CARLOS MENEZES: Há uma questão que não foi colocada até o momento, mas que a imprensa tem às vezes, especialmente imprensa falada e televisiva, tem mostrado com alguma frequência que é a questão do despreparo do povo brasileiro. Eu acho que isso tem que ficar muito claro, porque senão já já a culpa é da ignorância do povo brasileiro, e nós temos que deixar as coisas muito claras, dono de ferro velho nenhum, tem que saber distinguir uma bomba de Césio, de uma bomba de Cobalto, de uma bomba d'água, ele é dono de ferro velho, ele separa um metal do outro. Então não há, quer dizer, é uma loucura tentar imaginar que todo indivíduo tem que ter um conhecimento especializado dessa natureza. Agora, há uma outra coisa, essa sim que é grave, muitos especialistas estão saindo hoje das Universidades com baixa qualificação profissional em algumas coisas essenciais e isso é o caso de muitas escolas médicas, onde o profissional sai sem qualificação para utilizar equipamentos modernos, inclusive de física nuclear aonde uma centena de equipamentos diferentes de medicina para diagnósticos e para terapia, que fazem uso de fontes nucleares, uma centena ou de radiotóxicos. Ora, tem um médico que se forma sem capacitação para o uso disso, para compreensão dos seus riscos, de uso ou a posteriori, isto é uma coisa grave. O dono de ferro velho, o cidadão que passa na rua ou a criança, não tem mesmo que saber de radiação, quer dizer, deveria ter alguns rudimentos na escola, mas distinguir uma bomba da outra não, aí não se pode responsabilizar, mas eu acho que ficou claro que há falhas de formação, se não científica, também ética, mas também científica sobre a utilização desses equipamentos. Essa é uma questão educacional grave que tem que ser sanada.

TONICO FERREIRA: Professor Menezes, acho que com esse seu alerta nós vamos encerrar o nosso debate, já é meia noite.

FABIO FELDMAN: Eu só gostaria de fazer...

TONICO FERREIRA: E nós temos que fazer o encerramento agora, eu agradeço a participação de todas as pessoas que vieram aqui debater conosco esse tema do acidente em Goiânia, agradeço também os telespectadores que nos telefonaram, a quantidade de perguntas foi imensa, nós na medida do possível colocamos aquelas que estavam dentro do debate aqui que nós fizemos, agradeço a participação das pessoas que vieram aqui assistir o programa de nosso estúdio, e nós prometemos, voltamos na próxima segunda-feira com o *Roda Viva*. Muito Obrigado.

Anexo IV – Tabela das entrevistas do programa *Roda*

***Viva* que trataram da temática C&T.**

Anexo IV – Tabela das entrevistas do programa *Roda Viva* que trataram da temática C&T.

Sigla	Área
CNA	Ciências Naturais e Agrárias
MA	Meio Ambiente
CMS	Ciências Médicas e da Saúde
CES	Ciências Exatas e Sociedade
T	Tecnologia
CHS	Ciências Humanas e Sociais

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Aids		19/jan	1987	Rodolpho Gamberini	debate	CMS	brasileiro
Contaminação Radioativa		19/out	1987	Rodolpho Gamberini	debate	MA	brasileiro
Herbet de Souza	M	14/dez	1987	Rodolpho Gamberini	sociólogo	CHS	brasileiro
José Aristodemo Pinotti	M	26/out	1987	Rodolpho Gamberini	ministro saúde	CMS	brasileiro
Osires Silva	M	06/abr	1987	Rodolpho Gamberini	presidente petrobrasileiroás	T	brasileiro
Adib Jatene	M	22/ago	1988	Augusto Nunes	diretor hospital	CMS	brasileiro
Darcy Ribeiro	M	20/jun	1988	Augusto Nunes	antropólogo	CHS	brasileiro
José Goldemberg	M	18/jul	1988	Augusto Nunes	reitor USP	CES	brasileiro
Luis Gonzaga Belluzo	M	02/abr	1988	Jorge Escosteteguy	secretário ciência e tecnologia	CES	brasileiro
Marta Suplicy	F	12/ago	1988	Augusto Nunes	médico	CMS	brasileiro
Orlando Villas Boas	M	04/jan	1988	Augusto Nunes	antropólogo	CHS	brasileiro

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Thomas Skidmore	M	30/mai	1988	Augusto Nunes	historiador	CHS	estadunidense
Jader Barbalho	M	25/abr	1988	Augusto Nunes	ministro reforma agrária	CNA	brasileiro
José Aristodemo Pinotti	M	31/jul	1989	Jorge Escosteteguy	secretário saúde	CMS	brasileiro
Silvano Raia	M	28/ago	1989	Jorge Escosteteguy	médico	CES	brasileiro
Vicente Amato Neto	M	25/set	1989	Jorge Escosteteguy	médico	CMS	brasileiro
Hélio Jaguaribe	M	30/abr	1990	Jorge Escosteteguy	cientista político	CHS	brasileiro
Osires Silva	M	12/nov	1990	Jorge Escosteteguy	presidente Embrasileiroaer	T	brasileiro
Vicente Amato Neto	M	26/nov	1990	Jorge Escosteteguy	secretário saúde	CES	brasileiro
Alcení Guerra	M	21/out	1991	Jorge Escosteteguy	ministro saúde	CES	brasileiro
Antonio Cabrasileiroera	M	15/abr	1991	Jorge Escosteteguy	ministro agricultura	CNA	brasileiro
Darcy Ribeiro	M	28/jan	1991	Jorge Escosteteguy	antropólogo	CHS	brasileiro
Eduardo Guimarães	M	03/fev	1991	Jorge Escosteteguy	presidente IBGE	CHS	brasileiro
Irany Novah Moraes	M	20/mai	1991	Jorge Escosteteguy	médico	CMS	brasileiro
Roberto Leal Lobo	M	02/dez	1991	Jorge Escosteteguy	reitor USP	CHS	brasileiro
Adib Jatene	M	23/mar	1992	Jorge Escosteteguy	ministro saúde	CMS	brasileiro
Aziz Ab' Saber	M	08/jun	1992	Jorge Escosteteguy	geógrafo	MA	brasileiro
Caio Rosenthal	M	18/mai	1992	Jorge Escosteteguy	médico	CMS	brasileiro
Crodowaldo Pavan	M	30/mar	1992	Jorge Escosteteguy	geólogo	MA	brasileiro
Herbet de Souza	M	06/nov	1992	Jorge Escosteteguy	sociólogo	CHS	brasileiro
José Goldemberg	M	06/abr	1992	Jorge Escosteteguy	ministro educação, ciência e tecnologia	CES	brasileiro
Roberto Mangabeira Unger	M	31/06	1992	Jorge Escosteteguy	filósofo	CHS	brasileiro
Thomas Skidmore	M	13/jan	1992	Jorge Escosteteguy	historiador	CHS	estadunidense
Aspásia Camargo	F	10/mai	1993	Jorge Escosteteguy	presidente IPEA	CHS	brasileiro
Orlando Villas Boas	M	24/abr	1993	Jorge Escosteteguy	antropólogo	CHS	brasileiro
Olacyr de Moraes	M	04/out	1993	Matinas Suzuki	empresário agrícola	T	brasileiro

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Roberto Mangabeira Unger	M	17/abr	1993	Jorge Escosteteguy	filósofo	CHS	brasileiro
Rubens Ricúpero	M	25/out	1993	Jorge Escosteteguy	ministro meio ambiente	MA	brasileiro
David Uip	M	23/mai	1994	Roseli Tardeli	médico	CMS	brasileiro
Dráuzio Varella	M	28/nov	1994	Roseli Tardeli	médico	CMS	brasileiro
Dráuzio Varella	M	28/nov	1994	Roseli Tardeli	médico	CMS	brasileiro
Ernesto Sabato	M	12/set	1994	Heródoto Barbeiro	físico/romancista	CES	argentino
Flávio Fava de Moraes	M	31/jan	1994	Roseli Tardeli	reitor USP	CES	brasileiro
Francisco Weffort	M	31/out	1994	Heródoto Barbeiro	cientista político	CHS	brasileiro
Hélio Jaguaribe	M	07/nov	1994	Heródoto Barbeiro	cientista político	CHS	brasileiro
Rubens Ricúpero	M	22/ago	1994	Heródoto Barbeiro	ministro meio ambiente	MA	brasileiro
Fernando henrique Cardoso	M	21/jul	1994	Heródoto Barbeiro	sociólogo	CHS	brasileiro
Adib Jatene	M	03/abr	1995	Matinas Suzuki	ministro saúde	CMS	brasileiro
Dráuzio Varella	M	04/dez	1995	Matinas Suzuki	médico	CMS	brasileiro
Drauzio Varella	M	04/dez	1995	Matinas Suzuki	médico	CMS	brasileiro
Oliver Sacks	M	15/dez	1995	Matinas Suzuki	neurologista	CMS	brasileiro
Paulo Sergio Pinheiro	M	17/jul	1995	Matinas Suzuki	cientista político	CHS	brasileiro
Simon Scharzman	M	09/jan	1995	Matinas Suzuki	presidente IBGE	CHS	brasileiro
Badan Palhares	M	12/ago	1996	Matinas Suzuki	médico	CMS	brasileiro
Herbet de Souza	M	23/dez	1996	Matinas Suzuki	sociólogo	CHS	brasileiro
José Arthur Gianoti	M	05/fev	1996	Matinas Suzuki	presidente cebrasileiroap	CHS	brasileiro
Noam Chomsky	M	09/dez	1996	Matinas Suzuki	linguista	CHS	francês
Raul Jungman	M	30/set	1996	Matinas Suzuki	ministro reforma agrária	CNA	brasileiro
Roberto Mangabeira Unger	M	05/fev	1996	Matinas Suzuki	filósofo	CHS	brasileiro
Alain Torraine	M	10/nov	1997	Matinas Suzuki	sociólogo	CHS	francês
Marcelo Gleiser	M	01/set	1997	Matinas Suzuki	físico	CES	brasileiro
Milton Santos	M	31/mar	1997	Matinas Suzuki	geógrafo	MA	brasileiro

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Thomas Skidmore	M	23/jun	1997	Matinas Suzuki	historiador	CHS	estadunidense
Adib Jatene	M	12/jan	1998	Matinas Suzuki	médico	CMS	brasileiro
Ana Mae Barbosa	F	12/out	1998	Matinas Suzuki	educador	CHS	brasileiro
Andrew Lippman	M	30/mar	1998	Matinas Suzuki	diretor do Media Lab	CES	brasileiro
Carlos Augusto Montenegro	M	16/out	1998	Matinas Suzuki	diretor IBOPE	CHS	brasileiro
David Zilbersztajn	M	09/fev	1998	Matinas Suzuki	Diretor ANP	T	brasileiro
Domenico de Masi	M	03/dez	1998	Paulo Markun	sociólogo	CHS	italiano
Elsimar Coutinho	M	15/jun	1998	Matinas Suzuki	médico	CMS	brasileiro
Joel Rennó	M	10/ago	1998	Matinas Suzuki	presidente petrobrasileiroás	T	brasileiro
José Serra	M	25/jun	1998	Matinas Suzuki	ministro saúde	CMS	brasileiro
Luís carlos brasileiroesser Pereira	M	17/mai	1998	Paulo Markun	ministro ciência e tecnologia	CES	brasileiro
Milton Seligman	M	11/mai	1998	Matinas Suzuki	presidente Incra	CNA	brasileiro
Roberto Scaringela	M	02/fev	1998	Matinas Suzuki	engenheiro tráfico	CHS	brasileiro
Sergio Henrique Ferreira	M	13/jul	1998	Matinas Suzuki	presidente SBPC	CES	brasileiro
Bernard Cassen	M	29/mar	1999	Paulo Markun	cientista político	CHS	francês
Candido Mendes	M	08/fev	1999	Paulo Markun	cientista político	CHS	brasileiro
Cândido Mendes	M	08/fev	1999	Paulo Markun	cientista político	CHS	brasileiro
David Zilbersztajn	M	25/out	1999	Paulo Markun	diretor ANP	T	brasileiro
Domenico de Masi	M	04/jan	1999	Paulo Markun	sociólogo	CHS	italiano
Elisabeth Roudinesco	F	31/mai	1999	Paulo Markun	historiador	CHS	francês
Francisco Turra	M	22/fev	1999	Paulo Markun	ministro agricultura	CNA	brasileiro
Jonh Hope Franklin	M	11/nov	1999	Paulo Markun	historiador	CHS	estadunidense
Jorge Wilhelm	M	25/jan	1999	Paulo Markun	arquiteto	CHS	brasileiro
Manuel Castells	M	05/jul	1999	Paulo Markun	sociólogo	CHS	espanhol
Marilena Chauí	F	03/mai	1999	Paulo Markun	filósofo	CHS	brasileiro
Michel Serres	M	08/nov	1999	Paulo Markun	filósofo	CHS	francês

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Orlando Villas Boas	M	27/dez	1999	Paulo Markun	antropólogo	CHS	brasileiro
Roberto da Matta	M	24/mai	1999	Paulo Markun	antropólogo	CHS	brasileiro
Roger Abdelmassih	M	12/abr	1999	Paulo Markun	médico	T	brasileiro
Ruth Cardoso	F	08/mar	1999	Paulo Markun	antropólogo	CHS	brasileiro
Antonio Carlos Gomes da Costa	M	10/jul	2000	Paulo Markun	educador	CHS	brasileiro
Anthony Giddens	M	31/jul	2000	Paulo Markun	sociólogo	CHS	inglês
Carlos Guilherme Mota	M	07/ago	2000	Paulo Markun	historiador	CHS	brasileiro
Edgar Moran	M	08/dez	2000	Paulo Markun	filósofo	CHS	francês
Henry Philippe Reischtl	M	08/mai	2000	Matinas Suzuki	presidente petrobrasileiroás	T	brasileiro
João Carlos Sampaio Góes	M	31/jan	2000	Paulo Markun	médico/Instituto	CMS	brasileiro
José Fernandes Perez	M	28/fev	2000	Paulo Markun	diretor fapesp	CES	brasileiro
José Ramos Tinhorão	M	03/abr	2000	Paulo Markun	historiador	CHS	brasileiro
Lester brasileiroown	M	24/jan	2000	Paulo Markun	biólogo	MA	brasileiro
Nicholas Negroponte	M	10/jan	2000	Paulo Markun	pesquisador MIT	T	brasileiro
Cem anos pscicanálise		23/out	2000	Paulo Markun	debate	CMS	brasileiro
Wanderley Messias da Costa	M	17/jul	2000	Paulo Markun	diretor Bio Amazônia	MA	brasileiro
Amit Goswami	M	12/mar	2001	Paulo Markun	físico	CES	estadunidense
Emília Viotti	F	02/abr	2001	Paulo Markun	historiador	CHS	brasileiro
Especial - Crise energética		14/mai	2001	Paulo Markun	debate	MA	brasileiro
José de Souza Martins	M	07/mai	2001	Paulo Markun	sociólogo	CHS	brasileiro
Luis Hildebrasileiroando	M	29/out	2001	Paulo Markun	cientista	CES	brasileiro
Octávio Ianni	M	26/nov	2001	Paulo Markun	cientista social	CHS	brasileiro
Philippe Perrenoud	M	19/nov	2001	Paulo Markun	educador	CHS	francês
Pierre Levy	M	08/jan	2001	Paulo Markun	filósofo	CHS	brasileiro
Raul Jungman	M	10/set	2001	Paulo Markun	ministro desenvolvimento agrário	CNA	brasileiro

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Roger Chartier	M	03/set	2001	Paulo Markun	historiador	CHS	francês
Ronaldo Sandenberg	M	09/abr	2001	Paulo Markun	ministro ciência e tecnologia	CES	brasileiro
Steve Ballmer	M	08/out	2001	Paulo Markun	presidente Microsot	T	estadunidense
Alain Torraine	M	22/abr	2002	Paulo Markun	sociólogo	CMS	francês
Aldo Agosti	M	13/mai	2002	Paulo Markun	historiador	CHS	italiano
Boaventura de Souza Santos	M	08/abr	2002	Heródoto Barbeiro	sociólogo	CHS	português
Especial – Dengue	M	25/fev	2002	Paulo Markun	debate	CMS	brasileiro
Hélio Jaguaribe	M	26/ago	2002	Paulo Markun	cientista político	CHS	brasileiro
Henry Atlan	M	07/jan	2002	Paulo Markun	médico	CMS	francês
István Mészáros	M	08/jul	2002	Paulo Markun	filósofo	CHS	húngaro
José Carlos Carvalho	M	16/set	2002	Paulo Markun	ministro meio ambiente	MA	brasileiro
José Serra	M	14/out	2002	Paulo Markun	ministro saúde	CMS	brasileiro
Kenneth Serbin	M	28/jan	2002	Paulo Markun	historiador	CHS	estadunidense
Sergio Besserman	M	29/abr	2002	Paulo Markun	presidente IBGE	CHS	brasileiro
Enio Candotti	M	21/jul	2003	Paulo Markun	presidente SBPC	CES	brasileiro
Francisco de Oliveira	M	01/dez	2003	Paulo Markun	sociólogo	CHS	português
Hazel Henderson	F	17/mar	2003	Paulo Markun	National Science Fundation	CES	inglês
Jesus Martins Barbeiro	M	03/fev	2003	Paulo Markun	sociólogo	CHS	espanhol
Luiz Pinguelli Rosa	M	27/out	2003	Paulo Markun	presidente Eletrobrasileiroás	T	brasileiro
Marina Silva	F	13/jan	2003	Paulo Markun	ministro meio ambiente	MA	brasileiro
Niède Guidon	F	17/nov	2003	Paulo Markun	arqueólogo	CHS	francês
Orlando Villas Boas	M	13/jan	2003	Paulo Markun	antropólogo	CHS	brasileiro
Toni Negri	M	15/dez	2003	Paulo Markun	cientista social	CHS	italiano
Aldo da Cunha Rebouças	M	23/fev	2004	Paulo Markun	geólogo	CNA	brasileiro
Bolívar Lamonier	M	21/nov	2004	Heródoto Barbeiro	sociólogo	CHS	brasileiro
Bolívar Lamonier	M	27/set	2004	Paulo Markun	sociólogo	CHS	brasileiro

Nome	Sexo	Data	Ano	Apresentador	Especialidade/cargo	Área	Nacionalidade
Drauzio Varella	M	30/ago	2004	Paulo Markun	médico	CMS	brasileiro
Gilles Lipovetsky	M	16/dez	2004	Paulo Markun	filósofo	CHS	francêsancês
Humberto Costa	M	31/mai	2004	Paulo Markun	ministro saúde	CMS	brasileiro
Jerson Kelman	M	07/jun	2004	Paulo Markun	agência nacional de águas	MA	brasileiro
Luis Mir	M	22/nov	2004	Paulo Markun	historiador	CHS	brasileiro
Luiz Eduardo Soares	M	03/nov	2004	Paulo Markun	antropólogo	CHS	brasileiro
Miguel Altieri	M	19/abr	2004	Paulo Markun	agricultor	MA	brasileiro
Mildred Dresselhaus	F	26/jan	2004	Paulo Markun	físico	CES	brasileiro
Pat O'Hare	M	06/set	2004	Paulo Markun	médico	CMS	brasileiro
Gro brasileiroundtland	F	11/mai	2005	Mônica Teixeira	ambientalista	MA	norueguês
Nilcéia Freire	F	21/mar	2005	Paulo Markun	médico	CMS	brasileiro
Renato Janine Ribeiro	M	02/mai	2005	Paulo Markun	filósofo	CHS	brasileiro
Transposição do Rio São Francisco		14/fev	2005	Paulo Markun	debate	MA	brasileiro
Alexandre Kalache	M	23/jan	2006	Paulo Markun	médico	CMS	brasileiro
Francis Fukuyama	M	11/set	2006	Paulo Markun	cientista político	CHS	estadunidense
Fritjof Capra	M	30/jan	2006	Paulo Markun	físico	MA	austriaco
Jacob Gorender	M	16/jan	2006	Paulo Markun	historiador	CHS	brasileiro
Marina Silva	F	13/mar	2006	Paulo Markun	ministro meio ambiente	MA	brasileiro
Mayana Zatz	F	04/dez	2006	Paulo Markun	cientista	CMS	brasileiro
Miguel Srougi	M	06/mar	2006	Paulo Markun	médico	CMS	brasileiro
Robert Gallo	M	09/out	2006	Paulo Markun	cientista	CES	estadunidense
Debate – Aquecimento Global		12/fev	2007	Paulo Markun	debate	MA	brasileiro
José Gomes Temporão	M	14/jul	2007	Paulo Markun	ministro saúde	CMS	brasileiro
Thomas Lovejoy	M	29/jan	2007	Heródoto Barbeiro	biólogo	MA	estadunidense
Rajendra Pachauri	M	28/jul	2008	Lilian Witte Fibe	presidente IPCC	MA	indiano

Anexo V – Grade de programação e custos de veiculação

Tabela de preços março/agosto de 1999 da Fundação Padre Anchieta Rádio e Televisão Cultura

Tabela de Preços: Validade Março/Agosto de 1999							grade de programação e custos de veiculação						
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo						
06:15			Telecurso 2000										
07:00			Energia R\$ 500,00			Telecurso 2000 versão deficientes auditivos							
07:30			Vestibulando R\$ 500,00										
08:00													
08:30			Cursos de Línguas R\$ 500,00			Liangong R\$ 500,00	Missa da Aparecida						
09:00			Rá-Tim-Bum R\$ 975,00			Série Saúde R\$ 500,00	Viola, Minha Viola (representação) R\$ 1.200,00						
09:30			Cocoricó R\$ 975,00			Cultura Geral Manhã (Documentários) R\$ 500,00	Olho Vivo (Séries Culturais) R\$ 1.500,00						
10:00			Rupert - Desenho Animado R\$ 750,00			3º Grau R\$ 750,00	Bem Brasil R\$ 1.750,00						
10:30			Castelo Rá-Tim-Bum R\$ 975,00			Nossa Língua Portuguesa R\$ 1.000,00							
11:00			Wishbone - Série Infantil R\$ 830,00			Veredas Literárias R\$ 1.000,00							
11:30			X-Tudo R\$ 975,00			Jornal da Cultura R\$ 1.750,00							
12:00													
12:30			Jornal da Cultura 60' R\$ 1.420,00			Metrópolis R\$ 1.200,00	Documento Nordeste R\$ 1.140,00						
13:00			Série Saúde R\$ 1.050,00			Repórter Eco R\$ 1.170,00							
13:30			Séries Culturais R\$ 840,00			Grandes momentos do Esporte R\$ 1.200,00	Revista do Cinema Brasileiro R\$ 1.170,00						
14:00			Documentários Ecológicos R\$ 750,00				Nossa Língua Portuguesa R\$ 1.000,00						
14:30			Rá-Tim-Bum R\$ 975,00				Cocoricó R\$ 920,00						
15:00			Wishbone - Série Infantil R\$ 1.030,00				Castelo Rá-Tim-Bum R\$ 970,00						
15:30			Quebra-Cabeça - Desenho Animado R\$ 1.050,00				X-Tudo R\$ 1.050,00						
16:00			O Farol de Sality - Desenho Animado R\$ 1.270,00										
16:30			O Pequeno Uno R\$ 1.450,00										
17:00			Rupert - Desenho Animado R\$ 1.500,00										
17:30			Cocoricó R\$ 1.870,00				Repórter Eco R\$ 1.170,00						
18:00			Castelo Rá-Tim-Bum R\$ 2.650,00				Planeta Terra R\$ 1.250,00						
18:30			X-Tudo R\$ 1.870,00										
19:00			Séries Culturais R\$ 1.430,00										
19:30			Turno da Cultura R\$ 1.540,00			Revista do Cinema Brasileiro R\$ 1.320,00	Especial Musical R\$ 1.410,00						
20:00	Revista do Cinema Brasileiro R\$ 1.620,00	Nossa Língua Portuguesa R\$ 1.620,00	Indústria Cultural R\$ 1.620,00	Repórter Eco R\$ 1.620,00	Olho Vivo R\$ 1.620,00	Nossa Língua Portuguesa R\$ 1.410,00	Concertos de Domingo R\$ 1.630,00						
20:30			Opinião Nacional R\$ 1.750,00			Documento Cultura R\$ 1.470,00							
21:00			Metrópolis R\$ 1.950,00			Viola Minha Viola R\$ 1.500,00	Arqueologia R\$ 1.770,00						
22:00			Jornal da Cultura R\$ 2.400,00										
22:30	Roda Viva R\$ 3.200,00	Observatório da Imprensa Ao vivo R\$ 1.300,00	Vitrine R\$ 1.950,00	Ensaio R\$ 1.300,00		Mostra Internacional de Cinema da Cultura R\$ 1.320,00							
23:00		Zoom R\$ 900,00											
0:00	Brasil Perna R\$ 900,00		As Faces do Mundo R\$ 900,00			Cultura Geral (Documentário) R\$ 900,00							
0:30			Caderno 2000 R\$ 650,00			Zoom (representação) R\$ 500,00							
1:00	Caderno 2000 R\$ 650,00		Roda Brasil Revista R\$ 500,00										
1:30	Roda Brasil Revista R\$ 500,00		Metrópolis R\$ 500,00										
2:00	Metrópolis R\$ 500,00												
2:30													

Anexo VI – Imagens Paulo Caruso

INVOLUÇÃO das ESPÉCIES